Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Doutorado

MOVIMENTOS PARTIDOS

geopolíticas da “revolução” brasileira (1964-1985)

Sandra Rodrigues Braga

Vânia Rubia Farias Vlach - Orientadora

Uberlândia-MG

2008

Sandra Rodrigues Braga

MOVIMENTOS PARTIDOS:

geopolíticas da "revolução" brasileira (1964-1985)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Vânia Rubia Farias Vlach (UFU)

Uberlândia

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B813m Braga, Sandra Rodrigues, 1966-
Movimentos partidos : geopolíticas da “revolução “ brasileira (1964-1985) / Sandra Rodrigues Braga – 2008.
375 f .

Orientadora : Vânia Rubia Farias Vlach.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1.Geopolítica - Brasil - Teses.2. Movimento operário - Brasil - História - Teses. I. Vlach, Vânia Rubia Farias. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.3:32(81)

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação
mg- 08/08

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

SANDRA RODRIGUES BRAGA

Profa. Dra. Vânia Rúbia Farias Vlach (Orientadora) - UFU

Profa. Dra. Lia Osório Machado - UFRJ

Prof. Dr. Antônio Ozaí da Silva - UEM

Prof. Dr. Júlio César de Lima Ramires - UFU

Profa. Dra. Heloisa Helena Pacheco Cardoso - UFU

Data: 29/09 de 2008

Resultado: Aprovada com louvor.

Ao meu irmão Luisinho (na memória, sempre) e à minha filha, que me ensinaram a urgência da vida e a inutilidade do amor que não ama.

HÁ TANTO A AGRADECER...

De início, a meus pais, Aparício e Eunice, que, julgando oportuna a vida, me deram a oportunidade de ter oportunidades.

A meus irmãos e irmãs, de corpo presente ou não; sobrinhos e sobrinhas, netas ou não. Todos esses me levaram adiante, para além da minha própria escassez de mim.

Aos amigos queridos, próximos ou distantes (apenas fisicamente), que, nesses longos anos, me deram o leite e o mel de sua presença, fundamentais à continuação dessa caminhada. São tantos nomes, tantas dívidas e uma escassa memória: o companheiro Dias; os camaradas Valter, Dudu, Hamilton e Mauro; os colegas da AGB Uberaba, Anízio, Maria dos Anjos, Leonardo, Leonetti, Alcione e Roberta; os "compadres" Daniel e Jô; as amigas de trabalho no CNPq Gisele, Andréas Dias e Ríspoli, Simone, Fátima e Ângela; Carmem, a "boadrasta" de minha filha, em Uberaba e minhas "mães adotivas" em Brasília, Nair e Nilza. Além disso, os companheiros de martírio acadêmico Elza e Póvoa, e sua orientadora Rosa Rossini, e todos os demais "trecheiros" dessa jornada, cujos nomes desconheço ou simplesmente perdi.

Aos professores (doutores) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Vera e Júlio, Beatriz e William, e da Universidade de Brasília, Brasilmar Nunes (Doutorado em Sociologia) e Nair Bicalho (Doutorado em Política Social), que desperdiçaram comigo sua sabedoria, na ponte entre o mestrado e o doutorado.

Como trilhamos diversos caminhos, ao longo do último lustro, nossa dívida intelectual é imensa e impagável. De início, vasculhamos todos os bancos de teses (da CAPES e de diversas IES), buscando dissertações e teses, defendidas no Brasil e no exterior, de todas as áreas do conhecimento, sobre transição e movimento operário no Brasil, PT e CUT. Os trabalhos mais recentes foram lidos em documentos digitais. Quanto aos mais antigos, escrevemos a diversos autores e tivemos a grata satisfação de receber, em nossa morada, os trabalhos acadêmicos inéditos da professora Idinaura Marques, defendidos na França, assim como a tese do professor Carlos Arturi, publicada na França. Além dessas teses, recebemos uma série de dissertações da década de 1980 e 1990, inclusive a do professor Antonio Ozaí da Silva. Boa parte dessa literatura, ou por se ater a um período posterior ao do recorte temporal, por fim, estabelecido para essa investigação, ou por não partir de nosso interesse de pesquisa, sequer foi mencionada nas referências bibliográficas deste trabalho (assim como a referente aos CONCUTs, encontros do PT, mandatos parlamentares e executivos de Lula e do PT). Apesar disso, todas essas leituras moldaram esse trabalho e a fluidez de suas idéias percola-se a nossas próprias idéias. A todas essas "musas", minha mais sincera devoção.

À minha orientadora, Vânia / Ariadne, que, há seis anos, me atirou ao labirinto (minotáurico) dessa pesquisa.

AGRADECIMENTO MUITO MAIS QUE ESPECIAL

Durante seis longos anos, minha filha Laura sofreu as agruras desta pesquisa. Foram freqüentes as clausuras domésticas, os silêncios desesperados e a permanente busca do tempo livre que não tive. Por tolerar minhas intolerâncias, por afagar minha cabeça nos momentos de pânico, Laura, sem dúvida, merece um agradecimento muito mais que especial. Obrigada, meu amor. Obrigada, meu anjo.

No caminho, com Maiakóvski

Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

Eduardo Alves da COSTA

RESUMO

O advento do regime burocrático-militar, em 1964, permitiu que a geopolítica – uma nova forma de racionalização e tecnificação do território, discurso e ação do poder – ocupasse posição central na arena política. A otimização do território, com vistas à reprodução ampliada do capital, fez-se graças a um planejamento autoritário, que produziu uma nova divisão socioterritorial do trabalho. A volta dos militares aos quartéis, após 21 anos à frente do Estado brasileiro, todavia, não representou um recuo desse projeto geopolítico. Ao contrário, o que esta tese pretende demonstrar é que o plano distensionista, desencadeado pelo general-presidente Ernesto Geisel, em 1974, teve por objetivo último a manutenção do Grande Projeto, utilizando-se da política trabalhista como um de seus instrumentos. A questão trabalhista tornara-se "delicada" pela contribuição dos trabalhadores (por intermédio do "arrocho" salarial) na conformação do "milagre" brasileiro. Assim, a primeira das três partes deste trabalho – "O longo milagre, seus santos e epifanias" – analisa as políticas econômicas do regime. Tais políticas marcaram-se pela luta contra a inflação e pela ideologia desenvolvimentista, sucedânea do imaginário geopolítico do Brasil Grande (potência): no contraponto do "paraíso" da classe média, a contenção salarial do exército industrial de reserva, até o limite da fome. Nesse contexto, a revolução do generalato começou a enfrentar a oposição de outras imagens da revolução, conforme demonstrado na segunda parte da tese – "Adeus às armas". Essa parte inaugura-se com uma discussão teórica sobre partidos, sindicatos e o movimento operário, prosseguindo com a análise da situação da classe trabalhadora no Brasil, suas distintas organizações, projetos societários e formas de enfrentamento do regime. O combate do *establishment* a essas organizações deu-se, essencialmente, no terreno da geopolítica, ou seja, por mecanismos de controle sobre territórios materiais ou simbólicos. Para colocar a casa em ordem, o regime utilizou-se de instrumentos de repressão física (a comunidade da informação) e simbólica (a ocultação da "resistência") e, opondo-se à concepção maoísta do cerco do campo pela cidade, desencadeou o cerco da cidade pelo campo. Os objetivos essenciais desse *boom* urbano eram geopolíticos: a integração do arquipelágico território nacional, para não o entregar a Estados e ideologias "exóticas". As cidades promoveram um novo *modus vivendi* e demandas, exponencialmente ampliadas, de acesso a um padrão superior de consumo. Posto que a autocrítica da luta armada se centrasse no caráter "pequeno-burguês" de suas lideranças, o surgimento de Lula, um operário à frente da poderosa onda grevista do interregno 1978-1980, foi tomado como impulsionador de um novo patamar de organização dos trabalhadores, o que, posteriormente, se consubstanciaria no PT e na CUT. Na terceira parte – "Em busca da democracia perdida" – retoma-se o debate teórico sobre as transições democráticas e as especificidades da brasileira. Finalmente, a política trabalhista de Geisel é revisitada, tal qual sua reação às greves do período. Lula apregoava apenas a maximização da produtividade do trabalho sob o capitalismo, em suma, "o exercício da liberdade com responsabilidade", defendido por Geisel. Conclui-se que Lula e seu partido revelaram-se poderosos antídotos à "doença incurável" do comunismo, alvo primeiro dos geopolíticos militares brasileiros.

Palavras-chave: Brasil – transição democrática – geopolítica – movimento operário

ABSTRACT

The bureaucratic-military regimen of 1964 allowed geopolitics – a new way of rationalization and technicality of the territory, discourse and power action as well – to occupy a central position in the political arena. The territory optimization, aiming at the enlarged reproduction of the capital was carried out thanks to an authoritarian planning that produced a new socio-territorial segmentation of the work. The returning of the military to the headquarters, after twenty-one years commanding the Brazilian State, however, did not represent a backward movement of this geopolitical project. On the contrary, what this thesis intends to demonstrate is that the plan of political opening carried out by General-President Ernesto Geisel, in 1974, had as its main objective to maintain the Great Project, and for that he used the workers politics as one of his tools. The workers issue had become "delicate" because of the contribution of the workers (by means of salary difficulties) in the conformation of the Brazilian "miracle". This way, the first section of this work – "The long miracle, its saints and epiphanies" – analyses the regimen economic policies. Such policies were marked both by the fight against inflation and the developmental ideology, that replaced the geopolitical imaginary of Brazil Great (Potency): in the counterpart of the "paradise" of the medium social class, the salary contention of the industrial army of reserve, up to the limit of hunger. In this context, the revolution of the general state began to face opposition of other images of revolution, as it is showed in the second section of the thesis – "Goodbye Weapons". This section is a theoretical discussion on parties, syndicates and the workers movement. It follows with the analysis of the situation of the workers social class in Brazil, its different organizations, social projects and ways of facing the regimen. The establishment fighting against these organizations occurred, essentially, in the geopolitics field, that is, by means of mechanisms of control of the material and symbolic territories. In order to get things properly done the regimen used instruments both of physical repression (the information community) and symbolic repression (hiding the "resistance"), and, opposing to the Maoist conception of the city surrounding the field, caused the surrounding of the city by the field. The essential objectives of this urban boom were geopolitical: the integration of the national archipelago territory, avoiding offering it to "exotic" States and ideologies. The cities promoted a new *modus vivendi* and demands as well, exponentially amplified, with an access to a higher standard of consume. Once the self-criticism of the armed fight was centralized on the "small-burgess" character of its leadership, the emerging of Lula, a worker in the front of a powerful strike wave of the interregnum 1978-1980, was taken as a booster of a new platform of the workers organization, what, later, would become PT and CUT. In the third section – "In search of a lost democracy" – the theoretical debate is retaken on the democratic transitions and specificities of the Brazilian transition. Finally, the workers politics of Geisel is revisited, as well as its reaction to the strikes of the period. Lula would only proclaim the maximization of the work productivity under the capitalism, that is, "the exercise of liberty with responsibility", defended by Geisel. We conclude that Lula and his party were revealed as powerful antidotes against the "incurable disease" of the Communism, first target of the Brazilian military geo-politicians.

Key words: Brazil – democratic transition – geopolitics – workers' movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- A estratégia da desaceleração 77
MAPA 1 - Brasil: Política salarial brasileira (1968-1970) 100
FIGURA 2 - A “abertura” segundo Edgar Vasques 118
FOTO 1 - O elegante CGT 143
FOTO 2 - Cena da greve geral de 1963 144
FOTO 3 - Trabalhadores da Comissão de Fábrica da Cobrasma presos em 1968 151
FIGURA 3 - A esquerda brasileira (final dos anos 1970) 158
FIGURA 4 - Os Objetivos Nacionais 167
FIGURA 5- Óbices ao Poder Nacional 169
FIGURA 6 - O ciclo da informação 172
FIGURA 7 - Organograma da comunidade da informação 174
FIGURA 8 - A GRC 177
MAPA 2 – Brasil: Guerra e guerrilhas (1965-1974) 182
MAPA 3 - Brasil: Sistema Rodoviário Nacional - PNV (1973) 186
MAPA 4 – Brasil: expansão urbana (1940-1980) 188
FOTO 4 - Lula da Silva, em assembléia dos metalúrgicos na Vila Euclides - 1978 211
FOTO 5 - Piquete na greve de São Bernardo (1979) 213
FOTO 6 - Passeata das mulheres contra a intervenção sindical 214
MAPA 5 - São Paulo: o *boom* grevista - (1980) 218
MAPA 6 - Brasil: participação no I CONCLAT (1981) 222
MAPA 7 - Brasil: participação no CONCLAT (1983) 225
MAPA 8 - Brasil: participação no CONCLAT (1983) 228
QUADRO 1- Principais elementos iniciais do programa nacional do PT 233
FOTO 7 - O 1º de maio em São Bernardo (1979) 238
QUADRO 2 - Transição programática do PT (1982-1987) 239
MAPA 9 - Brasil: Eleições estaduais (1982) 276
FOTO 8 - Geisel encontra-se com lideranças sindicais 299
FOTO 9 - A CNTI de Geisel 293

FOTO 10 - Geisel no 1º de maio – Volta Redonda (1978) 301
FIGURA 9 - “A evolução humana” 314
FOTO 11 - Lula, o espetáculo 314
FOTO 12 - Liberdade para Lula 318

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Taxas anuais de inflação (160-1967) 51

TABELA 2 - Taxa de crescimento do PNB 58

TABELA 3 - Exportação, importação, renda e coeficientes de importação e exportação (1968–1973) 63

TABELA 4 - A ilusória entrada de dólares (em US$ bilhões) – Brasil (1973/1977) 70

TABELA 5 - Financiamento líquido em % do PIB - Brasil (1974-1979) 78

TABELA 6 - Lucros das multinacionais (em Cr$ milhões) no *open market* – Brasil (1977) 80

TABELA 7 - Exportação, importação, renda e saldo da balança (Brasil, 1968–1980) 84

TABELA 8 - Participação dos produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados nas exportações (%) – Brasil (1974-1979) 85

TABELA 9 - Salário-mínimo real – Brasil (1959-1970) 101

TABELA 10 - Salário médio no estado de São Paulo (1965-1970) 102

TABELA 11 - Perfil da demanda global no Brasil 103

TABELA 12 - Distribuição da renda pessoal 1960/1970 104

TABELA 13 - Salários reais por estratos populacionais – Brasil (1960 e 1970) 105

TABELA 14 - A agricultura brasileira (1950-1978) 107

TABELA 15 - As dez maiores empresas por área ocupada 108

TABELA 16 – Reajustes salariais – Brasil (1969-1975) 109

TABELA 17 - Camadas da população, peso e % da renda – Brasil (1970) 110

TABELA 18 - Salário mínimo (nominal e real), custo de vida e PIB per capita (1964=100) 112

TABELA 19 - Necessidades mínimas diárias de nutrientes para adultos ativos 116

TABELA 20 - Horas trabalhadas por alimentos (São Paulo, 1965, 1973 1974) 117

TABELA 21 - Brasil: atividades industriais – 1889 127

TABELA 22- Nacionalidades dos líderes operários - Rio de Janeiro (1890-1920) 130

TABELA 23 - Greves – Brasil (1978) 212

TABELA 24 – Greves – Brasil (1979) 215

TABELA 25- Greves em São Paulo -1979 216

TABELA 26- Representação na I CONCLAT (1981) 220

TABELA 27 - CONCLAT de São Bernardo – Brasil (1983) 226

TABELA 28 - CONCLAT de Praia Grande – Brasil (1983) 227

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul

ABDIB - Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base

ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

ABINEE - Associação Brasileira da Indústria de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos

AC - Ação Católica

ACB - Ação Católica Brasileira

AC/SP - Agrupamento Comunista de São Paulo

AERP - Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República

AFL-CIO - *American Federation of Labor - Congress of Industrial Organizations*

AI - Ato Institucional

ALN - Ação Libertadora Nacional

ANAMPOS - Articulação dos Movimentos Populares e Sindical

AP - Ação Popular

AP-ML - Ação Popular Marxista Leninista

APEC - Análise e Perspectiva Econômica

APML - Ação Popular Marxista Leninista

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

ARP - Associação de Relações Públicas

BACEN - Banco Central do Brasil

BB - Banco do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH - Banco Nacional de Habitação

BNM - Brasil Nunca Mais

BS - Brasil Sempre

BT - Boletim do Trabalho

CADH/SP - Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos de São Paulo

CAI - Complexo Agro-Industrial

CA/OIT - Conselho de Administração / Organização Internacional do Trabalho

CC - Comitê Central

CCC - Comando de Caça aos Comunistas

CNDC - Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas

CE - Comissão Executiva

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CECLAT - Congresso Estadual da Classe Trabalhadora

CEF - Caixa Econômica Federal

CEN - Comissão Executiva Nacional

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CDS - Conselho de Desenvolvimento Social

CGG - Comando Geral de Greve

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

CIE - Centro de Informações do Exército

CIOSL - Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

CIP - Comissão Interministerial de Preços

CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CISA - Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CL - Comitê de Ligação

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNC - Confederação Nacional do Comércio

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNPE - Conselho Nacional de Política de Emprego

CNPL - Confederação Nacional dos Profissionais Liberais

CNPS - Conselho Nacional de Política Salarial

CNTC - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio

CNTEEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura

CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias

CNTT - Confederação Nacional dos Transportes Terrestres

CNTTMFA - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Marítimos, Fluviais e Aéreos

CNTTT - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres

CODI - Centro de Operações de Defesa Interna

COLINA - Comandos de Libertação Nacional

CONCLAP - Conselho das Classes Produtoras

CONCLAP - Conferência Nacional das Classes Produtoras

CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

CONCLAT - Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras

CONCUT - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores

CONSULTEC - Consultoria Técnica

CONTCOP - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade

CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito

CORRENTE - Corrente Revolucionária de Minas Gerais

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPP - Código de Processo Penal

CPRM - Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CSI - Central Sindical Independente

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DI-GB - Dissidência Guanabara

DI-RJ - Dissidência do Estado do Rio de Janeiro

DN - Diretório Nacional

DOI - Destacamento de Operações de Informações

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DPF - Departamento de Polícia Federal

DRT - Delegacia Regional do Trabalho

DSI - Divisão de Segurança Interna

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

EMA - Estado Maior da Armada

EMAe - Estado Maior da Aeronáutica

EME - Estado Maior do Exército

EMFA - Estado Maior das Forças Armadas

ENCLAT - Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras

EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica

EMBRAMEC - Mecânica Brasileira S/A

EMC - Emenda Constitucional

ENOS - Encontro Nacional de Oposições Sindicais

ENTOES - Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical

ESNI - Escola Nacional de Informações

ESG - Escola Superior de Guerra

FAR - Frente Armada Revolucionária

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FIBASE - Financiamentos de Insumos Básicos S/A

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI - Fundo Monetário Internacional

FMP - Frente de Mobilização Popular

FNT - Frente Nacional do Trabalho

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GM - General Motors

GPI - Grande Projeto de Investimento

GPMI - Grupo Permanente de Mobilização Industrial

IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRASA - Investimentos Brasileiros S/A

IBS - Instituto Brasileiro de Siderurgia

IC - Internacional Comunista

ICC - Índice de Controle de Capital

ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias

ICV-RJ – Índice de Custo de Vida / Rio de Janeiro

IGP – Índice Geral de Preços

INA - Indicador de Nível de Atividades

INPC - Índice Nacional de Preço ao Consumidor

INPS - Instituto Nacional de previdência Social

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras

IPC - Índice de Preços ao Consumidor

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IPM - Inquérito Policial Militar

IR - Imposto de Renda

IS - Internacional Socialista

ISV - Internacional Sindical Vermelha

JAC - Juventude Agrária Católica

JEC - Juventude Estudantil Católica

JIC - Juventude Independente Católica

JOC - Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

LC - Lei Complementar

LSN - Lei de Segurança Nacional

MAR - Movimento de Ação Revolucionária

MCC - Movimento Contra a Carestia

MCI - Movimento Comunista Internacional

MCS - Movimento Convergência Socialista

MCV - Movimento do Custo de Vida

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEB - Movimento de Educação de Base

MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado

MIA - Movimento Intersindical Anti-Arrocho Salarial

MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário

MOLIPO - Movimento de Libertação Popular

MOMSP - Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo

MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MTb - Ministério do Trabalho

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NR - Normas Regulamentadoras

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN - Operação Bandeirantes

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OCML-PO – Organização de Combate Marxista Leninista - Política Operária

OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade

OLT - Organização por Local de Trabalho

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OPF - Organizações paramilitares fascistas

OPM - Organizações político-militares

ORM-POLOP - Organização Revolucionária Marxista-Política Operária

ORTN - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

OSI - Organização Socialista Internacionalista

OT - O Trabalho

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PCdoB-AV - Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha

PCR - Partido Comunista Revolucionário

PCUS - Partido Comunista da União Soviética

PDS - Partido Democrático Social

PEA - População Economicamente Ativa

PEBE - Programa de Bolsas de Estudo para Trabalhadores

PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento

PC - Polícia Civil

PF - Polícia Federal

PIB - Produto Interno Bruto

PIBI Produto Interno Bruto Industrial

PIPMO - Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra

PIS - Programa de Integração Social

PM - Polícia Militar

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais

PNB - Produto Nacional Bruto

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNV - Plano Nacional de Viação

PO - Pastoral Operária

POC - Partido Operário Comunista

POR-T - Partido Operário Revolucionário Trotskista

PP - Partido Popular

PROÁLCOOL - Programa do Açúcar e do Álcool

PROCAP - Programa Especial de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional

PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSN - Plano Siderúrgico Nacional

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PUA - Pacto de Unidade e Ação

PUC - Pontifícia Universidade Católica

QG - Quartel general

RAE - Revista de Administração de Empresas

RCB - Revista Civilização Brasileira

REDE - Resistência Democrática

SA - Sociedade Anônima

SAB - Sociedade Amigos de Bairro

SBE - Sociedade Brasileira de Eletricidade

SECEX - Secretaria do Comércio Exterior

SENAI - Serviço Nacional de Ensino Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Formação Profissional Rural

SEPLAN - Secretaria do Planejamento

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SFICI - Serviço Federal de Informações e Contra-Informações

SG/CSN - Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional

SIMESP - Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo

SINDIPEÇAS - Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SMBHC - Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem

SMSBD - Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema

SNI - Serviço Nacional de Informações

SSP - Secretaria de Segurança Pública

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

TERNUMA - Terrorismo Nunca mais

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

TST - Tribunal Superior do Trabalho

UDN - União Democrática Nacional

UEO - União dos Estudantes de Osasco

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UME - União Metropolitana dos Estudantes

UNE - União Nacional dos Estudantes

ULDP - União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

US - Unidade Sindical

USP - Universidade de São Paulo

VAR-PALMARES – Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS 24

FRENTE 1: O LONGO MILAGRE, SEUS SANTOS E EPIFANIAS 42

1. PEQUENA HISTÓRIA DAS CONTAS DO REGIME 44

1.1 Castello e a luta contra o fantasma da inflação 44

1.2 Costa e Silva e a saga do desenvolvimento 52

1.3 Enfim, um milagre 56

1.4 De novo, rumo ao desenvolvimento 73

2. O SANTO ARROCHO OU QUEM PAGA AS CONTAS DO MILAGRE 90

2.1 O fantasma da inflação ataca os trabalhadores 90

2.2 A adaga do (sub)desenvolvimento 98

2.3 Enfim, um milagre (para iniciados) 106

2.4 A fome nossa de cada dia 114

FRENTE 2: ADEUS ÀS ARMAS 121

3. A REVOLTA DOS BAGRINHOS 123

3.1 Sobre partidos, sindicatos e o movimento... 123

3.2 A situação da classe trabalhadora no Brasil (?) 125

3.3 Revoluções em caleidoscópio 154

4. COLOCANDO A CASA EM ORDEM 166

4.1 Esconder e assustar 166

4.2 O cerco da cidade pelo campo/o cerco do campo pela cidade 180

4.3 De Marxistas a Cristãos: uma via de mão dupla 194

5. AS NOVAS AVENTURAS DE UM HERÓI EM CRISE 204

5.1 O Big bang 205

5.2 113 trabalhadores em busca de um partido 231

FRENTE 3: EM BUSCA DA DEMOCRACIA PERDIDA 242

6. TRANSIÇÃO, TRANSIÇÕES... 244

6.1 O debate teórico em torno das transições democráticas 244

6.2 Transição à brasileira: *habemus inc signus vencis* 252

6.2.1 O II PND e a oposição dos ricos 261

6.2.2 Frota e o sucedido 267

6.3 A invenção da democracia: criação e(m) consolidação 279

7. O FILHO DO PASTOR ALEMÃO, "O ESPANTALHO DO LULA" E OS RUMOS DA TRANSIÇÃO 285

7.1 Peça tocada, peça jogada: A política trabalhista de Geisel 285

7.2 A indústria de greves e lulas 305

7.2.1 A marca e o *marketing* 309

7.2.2 A mácula e o marco 319

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O SEQÜESTRO DA HISTÓRIA - UM ELEMENTO DA GEOPOLÍTICA 325

REFERÊNCIAS 332

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O tempo é um tipo *sui generis* de inflação.
Mário Henrique SIMONSEN

I - Começando pelo começo: o tabuleiro de xadrez ou o conc(s)erto das nações

Os governos militares que se estabeleceram em boa parte da América Latina na década de 1960 não se constituíam em um dado isolado, *au contraire*, eles eram integrantes (mais ou menos importante) do território-mundo da bipolaridade, da guerra fria, *pero no mucho*.

Como negar que o "breve século XX" – 1914-1991 para Eric Hobsbawn – o é principalmente pela revolução técnica de que é portador e que (de?)termina revoluções sociais: guerras interimperialistas, revoluções "socialistas" e culturais. As duas grandes guerras desenharam um mundo em caleidoscópio que se alterava a cada momento. Os acordos de Yalta e Podstam (1945) definiam apenas que cada superpotência poderia fazer o que bem quisesse em seu território.

Ninguém duvidava que a América Lat®ina pertencia aos Estados Unidos da América. A baleia[1], na expressão de Raymond Aron, já demonstrava a importância geopolítica/geoestratégica do controle das rotas marítimas como chave da hegemonia mundial. Carregando a bíblia (*The influence of sea power on history, 1660-1783*, escrita pelo almirante Alfred Mahan, em 1890) e o destino manifesto de "civilizar" o mundo, os norte-americanos, já em 1898, desenvolviam uma política imperialista acirrada, que incluiu a conquista de Guam, Porto Rico, Havaí e as distantes Filipinas, além da guerra contra a Espanha pela posse de Cuba. Em 1914, a posse do canal do Panamá, unindo as frotas do Atlântico e do Pacífico, cristalizaria a ilha-continente e permitiria a existência de "uma frota marinha onipresente e capaz de se transportar rapidamente aos pontos estratégicos, de maneira a assegurar a liberdade do comércio marítimo e praticar o bloqueio marítimo em torno dos

[1] O contraponto da baleia é o urso, símbolo do *heartland*, o amplo núcleo do continente asiático, detentor de imensos recursos naturais e base de um grande poder terrestre.

países inimigos", como a "formidável força de projeção sobre todos os continentes, que Mahan sonhava" (CHAUPRADE, 2001, p.44).

Entretanto, é em sua própria casa de veraneio, a ilha de Cuba, que o poder marítimo sofreu seu primeiro golpe (simbólico?). Em 1959, um "pequeno grupo de intelectuais revolucionários da Sierra Maestra [...] enfrentaram inimigos na proporção de mais de 500 por um, graças à excepcional coragem de que eram possuidores" (ARAÚJO, 1967, p.91). Trata-se, sem dúvida, de "uma visão romantizada da revolução cubana", como bem assinala esse autor, *mais quoi faire*, éramos dominados pelo romantismo revolucionário (pequeno-burguês, sem dúvida), vivíamos "anos dourados".

Essa arpoada sobre o dorso da baleia, primeiro movimento dos peões sobre o tabuleiro latinoamericano, teria sua correspondência, no outro lado do tabuleiro, com o rompimento da China, - que fizera a "sua revolução" em 1949, sob a liderança de Mao Tsé-tung – com a URSS, em 1966.

União Soviética, China e Cuba traziam, em suas mochilas, três modelos distintos de revolução. Daniel Aarão Reis Filho (1989), sintetizando essas posições, afirma que os soviéticos, através do PCUS, advogavam as revoluções nacional-democráticas, as alianças com as "burguesias nacionais", o caminho eleitoral e a coexistência pacífica[2]. Os chineses viam a guerra revolucionária como instrumento para as transformações antiimperialistas e antifeudais; apareciam com perfil próprio[3] e já competiam com a URSS pela liderança do mundo subdesenvolvido. Os cubanos, favoráveis como os chineses à luta armada contra o imperialismo, apresentavam um caminho próprio: o "foco guerrilheiro", e negavam qualquer dinamismo revolucionário às "burguesias nacionais", distinguindo-se, assim, dos soviéticos e chineses.

O Brasil não ficara alheio a esse "furor revolucionário". A guerra fria acirrava posições ideológicas, esquentava as lutas políticas e eleitorais. Em um dos lados do tabuleiro, as forças conservadoras (do *status quo*) criam suas instituições e suas ideologias, em que têm destaque a ESG e a DSN, que, de acordo com Sonia Regina de Mendonça e Virginia Fontes (2001),

---

[2] Essa posição materializara-se no XX Congresso do PCUS, em 1956, em que, em sintonia com a orientação política de não-conflito, já demarcada pelos acordos de Yalta e Podstam, a URSS passou a defender que a transição revolucionária para o socialismo era possível de forma pacífica.

[3] Ridente (2002) recupera depoimento de Duarte Pereira, que afirma ser o maoísmo um movimento que interpreta ter a história entrado numa fase distinta do imperialismo, o que demandaria uma terceira etapa na teoria da revolução proletária, um partido de tipo novo, marxista-leninista-maoísta.

teria sido elaborada pela ESG em conjunto com os institutos IPES e IBAD. A ESG era parte das estratégias de contenção do "perigo comunista" (o avanço do urso sobre os territórios da baleia), sendo responsável por "transmitir para uma boa parte de civis, mais responsável" (entre 1950 e 1967, 646 dos 1276 graduados da Escola eram civis), "informações e estudos sobre o problema da segurança do país, mostrando que aquele não era um problema só dos militares, mas de toda nação" (GEISEL, 1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.109).

Assumida como uma cosmovisão, um corpo orgânico de pensamento, a DSN inclui uma teoria de guerra[4], outra teoria de revolução e subversão interna, ainda outra do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, "e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia *keynesiana* ao capitalismo de Estado" que "não pressupõe o apoio das massas para legitimação do poder de Estado, mas tenta obter este apoio" (ALVES, 1985, p.26). A influência crescente da ESG e sua ideologia pode ser constatada no governo civil de Juscelino Kubitschek (1956-1960), momento em que começava a atuar o SFICI - órgão de informação que antecedeu o SNI (criado pelo então coronel Golbery do Couto e Silva em 1964) e o treinamento, no Reino Unido, dos torturadores[5], que, a partir de 1968, teriam carta branca para atuar na caça aos comunistas[6].

É óbvio que esse movimento do cavalo (o aparato repressivo), respondendo a uma demanda da torre (os grandes proprietários de terras) respondia a alguma movimentação de peões (os trabalhadores) no lado oposto do tabuleiro. De fato, as ligas camponeses, criadas no Nordeste a partir de 1945, sob a influência do PCB, tiveram um grande avanço em 1955, quando foi criada a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco, no Engenho da Galiléia. Esta liga camponesa, sob orientação do advogado Francisco Julião[7], se

---

[4] Para Geisel, o militar deveria estar, sempre, pronto para a guerra, quer externa, quer interna, posto que "em ocasiões de crise, quando o país está ameaçado por graves dissensões internas, fomentadas por dirigentes políticos que se desviavam de seu encargo de conduzir o país à realização de aspirações nacionais e utilizam o poder para satisfazer seus interesses e ambições pessoais e de seus apaniguados, a nação fica em perigo, e os militares, em conjunto, poderão ter que atuar com suas forças para afastar drasticamente o perigo manifesto" (GEISEL, 1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.111).

[5] Geisel (1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998) informa que a tortura só se tornou um problema entre nós porque os nossos agentes são bem mais extrovertidos que os britânicos.

[6] Cabe lembrar que, a partir da quartelada de abril de 1964, comunista passa a ser sinônimo de todo e qualquer opositor do *nouveau regime*, independentemente de sua orientação ideológica.

[7] Posteriormente eleito deputado, Julião teve seu mandato cassado pelo AI-2.

fortaleceu e serviu de exemplo para que outras surgissem e, junto com os sindicatos rurais, comunistas ou de viés católico, desencadeassem fortes pressões pela reforma agrária.

Mas foi a partir da sucessão do governo Kubitschek, que o jogo ganhou maior mobilidade de parte a parte, iniciando um período conturbado que terminaria com o xeque-mate de março de 1964 e, obviamente, iniciaria um novo jogo.

De fato, o resultado da eleição presidencial de outubro de 1960 e a magnitude da vitória de Jânio Quadros diante do general Lott (quase seis milhões de votos contra dois milhões de seu adversário) era totalmente inesperado. Para o cargo de vice-presidente, foi eleito em chapa separada, o petebista gaúcho João Goulart, o Jango. Schwartzman (1988) informa que a grande novidade desse pleito foi a tomada de posição da burguesia paulista, tradicionalmente alheia da política nacional do último período[8]. Por fim, o estado mais rico da federação, que criara seus próprios instrumentos de ação, não tendo uma representação forte dos grandes partidos nacionais, dava as cartas.

No sétimo mês de gestão, Jânio Quadros condecorou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Ora, o médico argentino era a própria encarnação da teoria do foco, posteriormente "elaborada" por Régis Debray (1967). O foco articulava três teses: a opção pela luta armada; a guerra de guerrilhas como método para desenvolvê-la e a montagem imediata de um foco guerrilheiro no campo como forma de iniciar a guerra de guerrilhas. Além disso, sob a influência de Guevara, o "semeador de revoluções", Cuba, que então se valia da tutela econômica da URSS, apoiara as Ligas Camponesas e, posteriormente, a luta armada no Brasil, como lembra Rollemberg (2001).

É óbvio que as brigadas anticomunistas e a UDN desencadearam uma rápida alteração de posições no tabuleiro. Isolado politicamente, Quadros apresenta uma carta renúncia ao Congresso, pretendendo conseguir apoio para sua permanência no poder, como salvador das forças do mal, apoiando-se no fato de seu vice ser petebista e herdeiro político de Vargas. O movimento falhou, com o Congresso aceitando imediatamente o pedido de renúncia.

---

[8] Schwartzman (1988) informa que, terminado o Estado Novo (1937-1945), os interventores nos estados e seus prefeitos nomeados se reuniram para dar forma ao PSD, enquanto os burocratas do sindicalismo e do sistema previdenciário oficiais formaram o PTB, partidos que dependiam essencialmente, para subsistir, da companhia do poder, e que se desagregaram tão logo perderam o controle do Estado. O sistema de cooptação, representado pela aliança eleitoral PSD-PTB, entra em crise quando os níveis de educação, urbanização e industrialização do país começam a aumentar. Crescendo a participação social em várias esferas de atividade, ganhava corpo a falta de interesse pelo sistema político partidário, expressa no aumento progressivo dos votos nulos nas eleições.

Entretanto, o quadro sucessório abriu uma crise imediata. O "golpe branco" parlamentarista não foi suficiente para estancar a crise. Jango, em missão oficial à China no momento da renúncia de Jânio, teve sua volta ao Brasil dificultada. A entrada no Brasil pelo sul correspondia a um outro movimento de peões: Jango tinha forte apoio da população gaúcha e de Leonel Brizola, idealizador da Campanha da Legalidade que assegurou a posse de Goulart em 7 de setembro de 1961.

Nas eleições de outubro de 1962, Miguel Arraes é eleito governador de Pernambuco; Leonel Brizola, deputado federal e o PTB duplicou o número de cadeiras no Congresso Nacional. Nesse ínterim, a pretexto de desmontar as bases de mísseis soviéticos ali instaladas, os Estados Unidos ameaçou invadir Cuba e o presidente norte-americano John Kennedy pede o apoio brasileiro na OEA, Goulart responde, salientando que a posição do Brasil era a da autodeterminação dos povos pautada na fidelidade à tradição pacifista, firmada no espírito cristão do povo brasileiro.

Em 6 de janeiro de 1963, um referendo popular decidiria pela restauração do presidencialismo, com 76,97% dos votos contra 16,88%, com um índice de abstenção de 35% quando o esperado (pela UDN) era de mais de 50%. Com plenos poderes, Goulart definiu seu ministério (composto por Hermes Lima, San Tiago Dantas, João Mangabeira, Celso Furtado, Almino Afonso e outros "notáveis") e organizou a luta contra a inflação por meio do Plano Trienal.

Mas as peças continuavam a se deslocar e, em meados de 1963, "a cena política brasileira caracterizava-se por exigências cada vez mais fortes de ação extra-legal tanto da direita como da esquerda, enquanto os objetivos pessoais do presidente permaneciam indefinidos, o que vinha fortalecer a posição dos extremistas" (SKIDMORE, 1982, p.311).

"Jango nunca apresentou um projeto com algum detalhe explicativo que o tornasse aceitável" – afirma Geisel (1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.161). De fato, por sua dubiedade de posição, Goulart chegara ao completo isolamento. As "forças da ordem" consideram-no uma ameaça esquerdista, enquanto as esquerdas enxergavam em suas posições exercícios de retórica. Buscando, de novo, o apoio de Brizola, Goulart encena, em março de 1964, o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, a "sexta-feira 13" do curto período liberal da história brasileira na tentativa de reunir apoio à realização das "reformas de base", que tentavam viabilizar o capitalismo brasileiro, sobre outras bases. Depois, vieram "a rebelião dos marinheiros, com a conivência do governo, o golpe de mão frustrado de sargentos em Brasília e a desastrosa fala de Jango para os sargentos no Automóvel Clube do

Rio de Janeiro". Nesse cenário, "a disciplina e a hierarquia estavam gravemente abaladas". Era o flanco aberto para o xeque-mate. "As Forças Armadas só então se decidiram pela ofensiva, reclamada pela opinião pública" – dirá o coronel Jarbas Passarinho (1999), o último intelectual orgânico do regime militar[9].

Se as "forças da ordem" (do desenvolvimento com segurança) ganharam a partida em 1964, e a guerra, de fato, contra os "comunistas" no período seguinte, foram fragorosamente derrotadas na "guerra da memória", iniciada com a publicação, em 1977, da primeira autobiografia sobre a luta armada – *Em câmera lenta*, de Renato Tapajós. "Vencidos pelas armas, os comunistas hoje são todos heróis", indigna-se Passarinho (2002, p.2).

Como bem assinala Florestan Fernandes (2005, p.64), "há uma tendência a tornar a revolução um fato 'mítico' e 'heróico', ao mesmo tempo individualizado e romântico" e "a burguesia cedeu a essas tradições e fomentou-as" [10]. 1964 inaugura um momento político extremamente rico na produção de mitos. Se a inexpressiva "esquerda" brasileira do período foi capaz de produzir um Marighella ou Lamarca, os "revolucionários de 1964" – e sua poderosa máquina de criar desenvolvimento e segurança – não legaram à história nenhum herói, sem dúvida, em função do espírito de corpo e de hierarquia que marca as Forças Armadas.

Se "um golpe não é uma revolução" e "olhamos com desprezo os golpistas que se atribuem o título de revolucionários", é certo que, olhando a conjuntura da América Latina, da Ásia e da África, em meados da década de 1960, não há como negar que "os golpes tendem a substituir as revoluções", tornando-se "um recurso típico da política internacional", como aponta Otto Maria Carpeaux (1966, p.36). Efetivamente, em meados dos anos 1970, um terço das democracias constituídas no mundo havia involuído para alguma forma de autoritarismo.

O fato é que, Castello Branco, o primeiro presidente do regime autoritário, tentara, *à toute force*, convencer ao brasileiros e ao resto do mundo que a "revolução de 1964" não era uma típica quartelada latino-americana. Prometera uma autêntica restauração da democracia, afirmando que a intervenção militar não se transformaria numa ditadura e duraria apenas o tempo suficiente para uma vitória sobre os "inimigos internos", mesclando, nesse rótulo, comunistas, socialistas, trabalhistas, sindicalistas pelegos, estudantes infiltrados, políticos

---

[9] Na perspectiva de Ferreira Júnior e Bittar (2006)

[10] Essa historiografia de heróis gera dividendos, não apenas simbólicos. Pensemos, por exemplo, o quanto a indústria da moda já lucrou com a venda da imagem de Che Guevara.

subversivos e corruptos. A “gloriosa” restauraria a democracia, harmonizando as classes sociais, numa autêntica ordem constitucional, com a afirmação de um ESN, “encetando o rumo devido do sentido de unidade nacional” (RAGO FILHO, 2001, p.180).

Na década de 1960, revolução e democracia surgiam como um duplo uno e cada lado do tabuleiro tinha sua própria visão do que elas representavam. Para o *establishment*, a “revolução de 1964” garantira a democracia, consubstanciada na manutenção de partidos políticos e no “jogo eleitoral” - ainda que esse tivesse suas regras constantemente alteradas para manter o controle majoritário, como recorda Maria Helena Moreira Alves (1985, p.111) – jogo que, em sua avaliação, teria permitindo a instalação de uma “dialética Estado – oposição” que, a partir da década de 1970, teria “forçado” a transição à democracia. No outro lado do tabuleiro, a revolução brasileira deveria assumir outro modelo de democracia. Esse modelo, ao contrário do que ocorria no outro lado, não era unitário, comportando desde a contemplação da demanda por “reformas de base” (o caso dos “nacionalistas”) quanto a ditadura do proletariado, entendida ali como democracia da maioria, já que fundamentada no poder dos sovietes (conselhos populares).

Assim, a democracia pode ser, em última análise, sinônimo ou antônimo de comunismo, dependendo de que lado do tabuleiro se esteja. Iale Renan (1978, p.13) afirma que conceituar democracia é extremamente difícil, já que seu entendimento tornou-se “fluido e controverso”, de modo que, “de maneira geral vamos encontrá-la adjetivada em função de ideologias”.

Destarte, Cabral e Diniz (1971, p.85-86) recordam-nos os valores democráticos (de uma certa democracia) que referendam a luta da “Revolução de 1964” contra o comunismo:

> A democracia, na verdade, repousa na liberdade, na fé e na razão, faculdades espirituais do homem. O comunismo, ao contrário, renega Deus e, por isso mesmo sustenta que a mente deve ser doutrinada para chegar sempre a conclusões predeterminadas. [...] O cidadão comunista não somente perde o direito de pensar livremente, como também é despojado de sua própria moral. Se a consciência desperta e protesta, acusam-no imediatamente de não cumprimento dos seus deveres e atiram-no à prisão ou enviam-no para um campo de trabalho-escravo, onde permanece até que ele, ou sua consciência, seja novamente reconduzido “ao bom caminho”. [...] Dessa forma, transforma-se num autômato. [...] Despreza os valores humanos, profana a inviolabilidade de consciência, nega a existência de Deus, que está sempre ao lado da liberdade e da justiça do amor e do direito; portanto o comunismo é uma negação da liberdade social”.

Nesse contexto, o tema da democracia parece-nos fundamental ao entendimento desse espaço-tempo. Retomemo-no.

II - Uma certa democracia, um certa geopolítica

A democracia nunca teve um sentido unívoco. Desde a Antiguidade, apresentou-se como sujeito e objeto de um grande debate na arena política. Em cada período histórico, autores (e atores/sujeitos sociais) destacaram aspectos diferentes dessa temática. Na Idade Moderna, desenvolveu-se, transpondo os ideais da cidade-estado, ao Estado-Nação e complexificando-se pela ampliação dos assuntos definidos como públicos e por adequações institucionais para emprego em uma escala bem mais ampla que a da praça grega em que se originou.

A participação política, no contexto europeu, data da "dupla revolução" e, lentamente, rompeu a regra secular de correspondência entre a posição social e política dos indivíduos. Numerosas alianças entre a burguesia nascente, a elite letrada e os trabalhadores europeus foram estendendo os direitos de cidadania às classes populares.

A partir do século XVII, a idéia de que a organização política das sociedades resulta de um contrato entre seus membros ganhou corpo, em contraposição à antiga maneira de conceber a política como um processo além ou acima dos seus participantes. Pelo contrato, a ordem da política passou à esfera da decisão humana e seu fundamento deveria ser a soberania popular, reflexo do bem comum.

Tal decisão, entretanto, passou, mais e mais, a ser mediada pela representação, o que contrariava a idéia original de Jean-Jacques Rousseau ([1762] 1987), segundo a qual a soberania não podia ser representada, nem alienada, já que consistia na vontade geral, sendo enfatizada a necessária identidade entre governantes e governados, base do contrato social que instituiu um único corpo político. Assim, para o filósofo, os "deputados do povo" não seriam seus representantes e nada poderiam concluir definitivamente, devendo ser nulas todas as leis que o povo não tivesse ratificado. Para esse autor, não é democrática uma sociedade, na qual as oportunidades e o bem-estar dos cidadãos não se equivalham.

Nesse processo de progressiva mediação democrática, ocorreu um forte estreitamento do conceito de soberania, um consenso crescente em torno das formas não participativas de administração e uma rejeição das participativas devido ao seu impacto não institucional. Apenas em tese, todos seriam iguais e teriam as mesmas chances de se candidatarem à disputa de cargos e de defenderem suas preferências.

> É inegável que historicamente “democracia” teve dois significados prevalecentes, ao menos na origem, conforme se ponha em maior evidência o conjunto das regras cuja observância é necessária para que o poder político seja efetivamente distribuído entre a maior parte dos cidadãos, as assim chamadas regras do jogo, ou o ideal em que um governo democrático deveria se inspirar, que é o da igualdade. À base dessa distinção costuma-se distinguir a democracia formal da substancial, ou, através de uma outra conhecida formulação, a democracia como governo do povo da democracia como governo para o povo (BOBBIO, 1994, p.37-38).

Desde o início do século XX, a dimensão e a complexidade das sociedades industrializadas e o surgimento de formas burocráticas de organização comportavam dúvidas sobre as possibilidades de se praticar os ideais da democracia, principalmente no que tange à maximização da participação. Outra limitação do conceito de soberania viria da “emergência dos interesses particulares”, que afirmou a impossibilidade da participação racional na política.

Se “a extensão do sufrágio às classes populares e o voto secreto constituíram-se instrumentos de expressão da vontade do eleitor”, “anunciando “uma igualdade potencial”, apenas a organização política garantiria “a construção da igualdade real” (AVELAR, 2004, p.224-225 *passim*). Entretanto, a teoria hegemônica estabelecia uma relação direta entre mobilização de massas e rupturas na ordem democrática, o que ignorava que a ação coletiva pode assumir, igualmente, um papel na manutenção e aprofundamento da democracia.

Ocorre que a grande participação das massas na política nazifascista, na Europa entre-guerras, referendou as posições mais retrógradas quanto a tal participação. Uma emergente Sociologia Política passou a demonstrar que a característica mais notável da maior parte da população era a falta de interesse generalizada pela política. Ao optar pela sociedade de consumo e pelo Estado de bem estar social, abria-se mão do controle sobre as atividades políticas e econômicas em favor da burocracia.

Na perspectiva da teoria democrática liberal, a democracia seria forma e não, substância, procedimentalismo. Essa idéia advém de Max Weber ([1922] 1991), para o qual seria inevitável a formação de uma burocracia à medida que crescessem as funções estatais. Essa burocracia especializada estaria mais preparada que o indivíduo comum para lidar com a enorme expansão das questões que se tornaram políticas (saúde, educação, previdência social etc).

As formulações de Weber ([1922] 1991), associadas às dos teóricos da sociedade de massas, foram integradas em um marco comum para a análise da democracia por Joseph Schumpeter (1942), que reelaborou o procedimentalismo, ao afirmar ser a democracia um

método político, cabendo ao povo o papel de produtor de governos. Por método concebia as regras para a tomada de decisão e para a constituição de governos: a luta entre líderes rivais, pertencentes a partidos em disputa pelo direito de governar. Nesse modelo, "competitivo elitista", a democracia é concebida como um arranjo institucional capaz de produzir decisões necessárias à reprodução social e econômica da sociedade, não tendo inscrito, em sua lógica de funcionamento, qualquer fim intrínseco e sendo o papel do indivíduo comum, não apenas diminuto, mas indesejável violação do processo de decisão "pública" regular. Norberto Bobbio (1986), corroborando os esforços procedimentalistas, afirmaria que a democracia é um conjunto de regras que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos (o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas entre o eleitorado). Robert Dahl (1956) levanta um terceiro elemento da teoria democrática hegemônica: a idéia de que a representatividade é a única solução possível nas democracias de grande escala para o problema da representação políticas.

Os três elementos acima formaram os consensos sobre a democracia consolidados no bojo da "segunda onda de democratização" (1943-1962). A universalização do sufrágio universal, o equilíbrio entre os poderes, a garantia da liberdade de expressão e de associação, o reconhecimento formal dos direitos sociais e das garantias civis ganharam força nessa conjuntura. A democracia, progressivamente, foi apresentada como um fenômeno relacionado exclusivamente com a operação das instituições e do sistema político que institui e regulamenta a competição interelites.

Foi seguindo tal modelo que a democracia tornou-se, ao longo do século XX, o padrão de organização da dominação política na modernidade ocidental. O bem-comum, base do contrato rousseuniano, não é pautado. Os indivíduos são chamados a se portarem como consumidores, de sorte que a cidadania democrática corresponde à integração individual no "mercado político". Em tal mercado, o interesse individual revela-se a medida de todas as coisas, negando a alteridade e obstruindo a dimensão ética da vida social.

Ao atribuir ao Estado a obrigação pela implementação de políticas, o cidadão foi tornado cliente do Estado e, nessa posição, objeto de uma ação paternalística por parte de uma burocracia a quem delega a promoção da igualdade de fato entre os cidadãos. Nesse sentido, substitui-se a participação do cidadão na vida pública pela decisão técnica da burocracia estatal, sendo que o controle político da burocracia fica delegado aos partidos políticos e o único momento de intervenção do cidadão é o voto; o cidadão consente em que o Estado

invada domínios que antes eram considerados inexpugnáveis, os domínios da autonomia privada, em nome do objetivo maior da igualdade material a ser alcançada.

Eleições livres e periódicas, direitos e liberdades individuais privilegiam apenas um determinado grupo social, de modo que a luta pela ampliação dos direitos democráticos continua na ordem do dia de diversos movimentos sociais. A democracia liberal recebe pressões de vários segmentos sociais e também luta para manter a sua hegemonia, mesmo tendo que fazer concessões em determinados momentos. Mas, como afirma Dahl (1956), na conclusão de *Uma introdução à teoria democrática*, trata-se de um sistema relativamente eficiente para reforçar o acordo, encorajar a moderação e manter a paz social.

Renan (1978, p.135-136 *passim*), em *Estudo de problemas brasileiros: introdução doutrinária*, mostra-nos como o modelo hegemônico é perfeitamente adaptável a uma concepção autoritária de sociedade. Para esse autor, é atributo democrático admitir "o dissenso ou minoria, que pleiteia ascender ao poder pacificamente". Entretanto, para esse esguiano, a "Democracia Ocidental, impregnada pela Filosofia Humanista e pelo Cristianismo é como se costuma dizer, 'uma cidade aberta'". Corroborando sua idéia de que "a Democracia ao permitir todas as liberdades, não admite aquela que busca destruí-la", esse autor transcreve as orientadoras palavras de Pierre Duelos: "A Democracia não deve dizer aos que a difamam: concedo-vos, em nome dos meus princípios, a liberdade que me negaríeis, em nome dos vossos princípios, a liberdade que me solicitais, em nome dos meus".

De fato, o próprio revolucionário russo Vladimir Ilitch, o Lênine (1980), reconhece a ambivalência, ao afirmar que a democracia é uma forma da coerção dos homens, de um lado, e, do outro, o reconhecimento formal da igualdade entre os cidadãos, do que derivaria a possibilidade de, num determinado grau do seu desenvolvimento, a democracia unir a classe revolucionária contra o capitalismo e romper a máquina do Estado burguês, substituindo-a por uma máquina mais democrática. Reconhece, portanto, "esta dupla alma da democracia moderna: a alma liberal, representativa, proprietária, elitista, e a alma rousseauniana, revolucionária, populista-plebéia, que voa no céu da utopia enquanto não se liga a uma força social integralmente antagonista da burguesia" (CERRONI, 1978, p.72).

Nessa linha, Crawford Macpherson (1978, p 103) aponta a existência de um círculo vicioso: "não podemos conceber mais participação democrática sem uma mudança prévia da desigualdade social e sua consciência, mas não podemos conceber as mudanças da desigualdade social e na consciência sem o aumento antes da participação democrática". A "nova esquerda", corrente teórica capitaneada por Macpherson (1978) e Carole Pateman

(1992), afirma a importância de superação, não apenas das desigualdades materiais que impedem a efetiva realização das liberdades prometidas pela democracia burguesa, mas igualmente dos *déficits* de formação política que daí resultam, demando a ampliação da participação nos processos decisórios.

Esse modelo de democracia aponta para além das instituições democráticas sob o capitalismo. Macpherson (1978), ao estabelecer modelos de democracia, busca nos sovietes sua estrutura de referência. Para ele, a concorrência oligopolista de partidos políticos é, não apenas não-participativa, mas supra essencialmente não-participativa, de modo que, nas democracias ocidentais, uma série de obstáculos devem ser removidos para chegar-se a uma democracia participativa, dentre os quais a "falta de conscientização" do povo e a desigualdade social e econômica, já que o sistema partidário não-participativo é o que mantém coesa uma sociedade desigual.

Como outros autores marxistas, a partir de meados dos anos 1960, Macpherson (1978) afirma a "derradeira crise" do capitalismo, que passaria por dificuldades econômicas de proporções catastróficas, expressas nos altos índices de inflação e desemprego. A desvalorização dos salários, segundo o autor, levou os trabalhadores à militância política no âmbito dos partidos socialistas e comunistas e dos sindicatos. O círculo vicioso de baixa participação estaria sendo rompido em três pontos: "a consciência cada vez maior dos ônus do crescimento econômico; as dúvidas crescentes quanto à capacidade do capitalismo financeiro de satisfazer as expectativas do consumidor enquanto reproduzindo a desigualdade; a crescente consciência dos custos da apatia política" (MACPHERSON, 1978, p 109).

Mas se os trabalhadores buscavam em massa os partidos operários (principalmente as sucursais nacionais do PCUS) e os sindicatos operários, esses tendiam mais a dominar, que servir a seus liderados. A organização burocrática em grande escala acabou por obstruir o interesse e a política de classe, levando ao oportunismo e à submissão plebiscitária das massas aos impulsos do líder carismático e à utilização demagógica da "máquina" partidária burocrática.

Marcos Nobre (2004) informa-nos que Weber ([1922] 1991) foi quem formulou a idéia de que a introdução do sufrágio universal não representava um perigo revolucionário - como o temia a burocracia alemã do seu tempo - tendendo a produzir uma estabilização e uma institucionalização da luta política adequada para conter o "ódio desorientado das massas". Dadas essas características da teoria hegemônica da democracia, e o contexto de ameaça da instituição de uma República Sindical no Brasil, foi possível ao regime burocrático-militar do

pós-1964 escolher "uma certa democracia" e manter uma fachada democrática, permitindo a existência de partidos e a realização regular de eleições, jamais se assumindo como um regime não-democrático.

Carlos Arturi (1999), analisando o regime democrático, sob o enfoque político-institucional, afirma que esse exige a observância das seguintes condições: 1) que todos os atores políticos relevantes submetam-se à livre competição pacífica pelo poder, seja por valorizarem a democracia, seja por cálculo político que indique que os custos e riscos de não a aceitar são maiores do que seguir suas regras; 2) que nenhum ator político possua poder de veto quer sobre a participação de outros, quer sobre os resultados da competição política; 3) que não existam instituições estatais independentes e autônomas frente ao poder político democraticamente eleito. Ora, se os presidentes militares tiveram seus nomes respaldados pelo Congresso Nacional, que, exceto em curtos períodos, manteve-se aberto e atuante, como negar seu caráter "democrático"?

Exemplo modelar de "estoque limitado de práticas democráticas por parte das elites"[11], país aguilhoado com uma tradição autoritária que remonta ao início de sua colonização[12], não lhe foi difícil acolher (mais) um regime autoritário, um desses "sistemas políticos de pluralismo limitado, não responsável, sem ideologia subjacente, mas de mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva" (LINZ, 1979, p.121).

Vendia-se (e comprava-se) facilmente a idéia de uma "democracia forte". "O Estado revolucionário durará o tempo necessário à implantação de novas estruturas", afirmaria o presidente Médici, em 1970[13]. Publique-se e cumpra-se. Eis o padrão: um Estado hipertrofiado, burocratizado e ineficiente, ligado simbioticamente a uma sociedade dependente e alienada, como afirma Schwartzman (1988).

O sindicalista Luís Inácio Lula da Silva (1981, p.121), apontado como líder do gigantesco movimento de massas que, em maio de 1978, tomou as ruas do País, "precipitando a abertura", afirmaria: "eu concordo com a democracia relativa do presidente Geisel".

---

[11] Avritzer (2002, p.593).

[12] Geisel (1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998) exemplifica esse rancor das elites contra a ampliação do escopo democrático. Para ele, "o velho problema da democracia" é que todo mundo vota no Brasil, gente, como o analfabeto, o favelado, o flagelado do Nordeste, que não tem nenhum discernimento para escolher.

[13] *Apud* Arturi (1999, p.209).

> Quando se fala em democracia nesta terra eu tenho muito medo, porque a palavra democracia realmente é muito relativa, porque a democracia que interessa à classe trabalhadora não é a democracia da qual um grande número de pessoas está falando, como empresários, jornalistas, políticos, etc. Uma democracia que interessa à classe média não interessa à classe trabalhadora. [...] Para nós, democracia é liberdade sindical e a partir daí não tenho dúvidas de que alcançaremos uma democracia plena. Aí está a reforma do governo democratizando o país, com o fim do AI-5, com o fim do 477, que não tem nenhum interesse para a classe trabalhadora. Alguns artigos da CLT são muito mais graves à classe trabalhadora que o AI-5. Desde que a classe trabalhadora brasileira esteja amarrada, pode haver até democracia no país (LULA DA SILVA¸ 1981, p.126-128 *passim).*

Jogando com a ambigüidade em torno dos graus permissíveis de democracia e autoritarismo em cada período, de acordo com o grau de desenvolvimento econômico alcançado e seus usufrutuários, o regime militar teve vida longa. Diferenciando-se de regimes similares na região, a autocracia brasileira apresentou a mais longa duração dentre todas, foi a mais bem sucedida do ponto de vista econômico, a menos repressivo entre seus congêneres e aquele no qual os militares como corporação, e não um militar (ditador), assumiram a responsabilidade pelo poder e adaptaram as instituições políticas à nova ordem.

Para Sonia Regina de Mendonça e Virginia Fontes (2001), o regime autoritário passou por três fases de institucionalização do Estado. A primeira fase acompanharia o governo Castello Branco e as transformações institucionais que implementaria se materializaram na Carta Constitucional de 1967. A segunda fase inicia-se com o governo Médici, que associa desenvolvimento ao aparato repressivo que teve, na espionagem, polícia política, censura e propaganda, seus pilares básicos e acabou por exterminar quase todas as organizações que optaram pela luta armada. A terceira e última fase do regime correspondeu aos governos Geisel e Figueiredo, momento em que a crise econômica tecia, segundo tais autoras, uma abertura, que era mais uma tentativa de garantir a continuidade dos aspectos mais importantes do sistema que uma alteração fundamental do regime.

No *nouveau régime*, a geopolítica propriamente dita encontraria as condições ideais para se transfigurar em geopolítica econômica. Se não há integração (territorial) sem circulação (viária), para unificar o arquipelágico território brasileiro, o Estado autoritário cimentou (e asfaltou) um novo pacto federativo. O projeto geopolítico da "integração nacional" demandaria a ação do Estado, como agente mobilizador de capitais para investimento, financiador da marcha dos GPIs ao *heartland* interno e "eliminador" dos conflitos socioterritoriais, dela decorrentes.

Nesse sentido, a DSN desvelava-se como ideologia da modernização, destinada a acelerar os processos de concentração e centralização do capital. O regime autoritário foi portador de

uma modernização e de uma diversificação social sem precedentes no país que, ao final do primeiro decênio, parecia ter materializado o sonho do "Brasil grande potência". No contexto de "um país que vai pra frente", algum grau de autoritarismo parecia ao *establishment* plenamente justificado. Entretanto, por mais fechado que seja, todo regime político implica algum conflito, fruto de uma dinâmica social que vincula democracia, direitos e lutas sociais.

Com efeito, mesmo nas fases mais "plúmbeas" do regime, a oposição fez-se presente, alterando as posições do cavalo, a única peça do xadrez que se movimenta por sobre as outras, embora ataque somente a casa na qual a jogada se completa, e manobrando o bispo (a Igreja), para garantir que a torre, a rainha (a burguesia nacional) e o rei (o grande capital apátrida) se mantenham em segurança.

O presente trabalho investiga os diversos movimentos que redesenham este tabuleiro e definem, a cada passo, uma nova geopolítica. Se a própria democracia, segundo o general Deoclécio Siqueira (2005, p.40), nada mais é que "movimento resultante do confronto de idéias", do qual "surgem os líderes civis", pode-se pensar a ampliação da democracia como fruto de uma dialética entre a "guerra de movimentos", feita por pequenos grupos, com ações fulminantes em nome da maioria, e a "guerra de posições", baseada em um planejamento estratégico, e que exige a participação ampliada, com a construção de consensos.

Ao se pensar a democratização como uma dimensão da guerra, reportamo-nos à idéia, formulada pelo coronel Golbery do Couto e Silva (1957), de que essa não mais seria uma guerra estritamente militar, tendo passado a guerra total (econômica, financeira, política, psicológica e científica) e dessa, a guerra global; e de guerra global, a guerra invisível e permanente. Essa visão se remete, sem dúvida, ao dualismo esquizofrênico da Guerra Fria e à geopolítica.

O neologismo foi criado pelo jurista sueco Rudolf Kjellén (1846-1922), que definiu geopolítica como ciência do Estado, enquanto organismo geográfico que se manifesta no espaço. A teoria do Estado orgânico (o território-corpo; a capital-coração; as vias de transporte-artérias; os centros de produção-mãos e pés), no entanto, já se encontra presente em *Politische Geographie* (1897)[14] e é "a imagem organicista que conduz Ratzel a dar um grande espaço à idéia política", afirma Paul Claval (1994, p.21), propondo os conceitos fundamentais

[14] Cf.: "[...] as formações estatais elementares assemelham-se, evidentemente, a um tecido celular: em tudo se reconhece a semelhança entre as formas de vida que surgem da ligação com o solo" (RATZEL, 1987, p.59).

e o método de uma *Geopolitik* alemã e influenciando outras geopolíticas, como as formuladas por Mahan (1890) e Mackinder (1904).

Na década de 1920, nasce o mais polêmico projeto geopolítico: a *Zeitschrift für Geopolitik* (*Revista de Geopolítica*, 1924-1944), fundada por Karl Haushofer (1869-1946). A geopolítica haushoferiana (HAUSHOFER, 1986) reafirmava o sentimento de pertença dos alemães a uma comunidade civilizatória (o *Deutschtum*) e propunha a criação de um espaço onde eles pudessem explorar livremente suas potencialidades (o *Lebensraum*), do que decorre sua identificação como "um dos sustentáculos da política expansionista de Adolf Hitler" (AZEVEDO, 1955, p.46).

A *Zeitschrift für Geopolitik* contava com a colaboração de militares, geógrafos, cientistas políticos, historiadores e economistas. Ela teve uma tiragem inicial de 1.000 exemplares mensais e alcançou mais de 5.000, nos anos 1930, sendo 25% de seus leitores estrangeiros, dentre os quais muitos dos militares brasileiros reunidos em torno da ESG. De forma análoga ao *Lebensraum*, a DSN, segundo Carlos de Meira Mattos (1981, p.166), devia promover "a simbiose entre a índole do povo e as características de seu território", o que implicava uma expansão "para dentro" (a fim de garantir o povoamento e a reprodução ampliada do capital).

Aparentada com o expansionismo nazista e compreendida como instrumento estatal de controle, político e militar, da nação brasileira, a geopolítica teve sua validade negada como ferramenta de (re)conhecimento do mundo. Mas, Yves Lacoste (1988, p.261) o demonstra, "o raciocínio geopolítico não é por essência, 'de direita' ou 'de esquerda'".

Defendendo a geopolítica como ferramenta que "permite apreender toda uma margem da realidade", Lacoste (2001) divide-a em geopolítica externa (a dos problemas de fronteiras e das relações internacionais) e interna (a das reivindicações de autonomias regionais, da geografia eleitoral e dos arranjos territoriais e do urbanismo).

Método de análise e ação prática, a geopolítica volta-se para as relações de força em múltiplas escalas (local, regional, nacional e internacional) em situações bastante complexas. As disputas de poder que conformam os territórios, objeto da geopolítica, envolvem táticas e estratégias, contra adversários, reais e virtuais, e representações, divergentes, contraditórias e/ou antagônicas enunciadoras do interesse estratégico ou do valor simbólico dos territórios em disputa. Destarte, a geopolítica não é determinada por um dado isolado da geografia, como se depreende das obras dos geopolíticos clássicos, nem se restringe a qualquer unidade administrativa (do Estado ao bairro).

Mesmo negando qualquer vinculação com o regime autoritário, não há como negar o caráter geopolítico e geoestratégico das ações desencadeadas pela oposição ao regime, quer em sua vertente armada, quer na institucional. Ambas utilizaram-se de táticas e estratégias, desdobradas em "implantações, distribuições, recortes, controles dos territórios, organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica"[15], de modo que "a geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo", acabaria por reconhecer o filósofo Michel Foucault (1976, p.78) a seus interlocutores da revista *Hérodote*[16], desvelando a impossibilidade de escrever uma história dos poderes sem se ater à história dos espaços, que englobaria desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do *habitat*, *c'est-dire* a construção dos territórios.

Ora, o território é o resultado da apropriação permanente do espaço geográfico por uma multiplicidade de práticas territoriais, que podem ser individuais ou coletivas, materiais ou simbólicas. As recentes discussões desencadeadas pelo processo de globalização (*mondialización de l'économie*, protestariam os franceses) e seu caráter "desterritorializante"[17], alteraram os termos do debate. O conceito de território seria, não apenas retirado dos estudos biológicos, mas também biológico, ou seja, todos os animais (*comme nous*) são territorialistas e, enquanto vivos estiverem para lutar por ele, nada poderá lhes tirar isso, afinal, "tu não te moves de ti", como nos lembra Hilda Hilst. Nesse sentido, o corpo é o território fundamental. O território-corpo do Estado-nação açambarcaria corpos-territórios individuais.

O corpo-território seria objeto de uma permanente disputa de poder. Como informa Foucault (2000), com as revoluções liberais do século XVIII, emerge o biopoder, as tecnologias de população, voltadas para a incidência de epidemias, as taxas de natalidade, longevidade e mortalidade. *Vis-à-vis* com o processo de transformação do capital, que caminha para sua fase monopolista (no viés econômico) e imperialista (no viés político), no

---

[15] A título de exemplo, cf. o Programa da VAR PALMARES (1969 apud REIS FILHO; SÁ, 2006, p.344): "Nas regiões sob domínio do exército revolucionário são implantados os novos mecanismos de administração. *Mesmo sem ocupar fisicamente o território, mantém sobre ele domínio político e dá início à transformação nas relações sociais*, executando planos econômicos parciais, a reforma agrária, organizando o transporte, construindo escolas, hospitais e estradas, estabelecendo auditorias de Justiça revolucionária, promulgando leis" (grifo nosso).

[16] A revista, grande difusora da geopolítica na França, na época, tinha o subtítulo de "Estratégias, geografias, ideologias". Em seu exemplar número 1, Lacoste escreveu o artigo "Pourquoi Hérodote? Crise de la géographie et géographie de la crise". Hérodote (stratégies, géographies, idéologies), Paris, n. 1, p.8-62, 1976. A partir do primeiro trimestre de 1983 (n°.28), esse subtítulo mudou para revue de géographie et de géopolitique (revista de geografia e de geopolítica).

[17] Mito denunciado por Rogério Hasbaert (2002).

século XIX, poder disciplinar e biopoder facultaram a eclosão da sociedade normalizadora, cujos mecanismos de regulação e coerção produzem, avaliam e classificam as anomalias do corpo social, ao mesmo tempo em que as controlam e eliminam.

A normalização do corpo-território estende-se a outros territórios, a partir da assumpção de uma representação geopolítica comum, "uma espécie de espacialização que congela automaticamente o fluxo da experiência" (HARVEY, 1996, p.131), um geografismo ou uma identidade partilhada.

Assim, pode-se pensar o território de uma greve como o conjunto dos corpos-territórios[18] portadores de uma representação de mundo/de poder comum (no mínimo, a do direito a uma maior fatia do bolo da economia que cresce) que se reúne em torno dessa ação. Tal território cresce e se amplia a partir de suas vitórias sobre o território dos patrões. A mesma análise poderia se aplicar a qualquer representação de interesses que buscam ampliar sua influência sobre outros territórios.

A partir dessa perspectiva, pode-se apreender a democracia como um território, o resultado (sempre provisório) das disputas que o moldam e emolduram. É pensando nisso que analisaremos o "milagre brasileiro" e seus custos sociais, custos que englobaram os corpos-territórios de dezenas de "brasileiros" (em sua maioria, muito jovens) que mergulharam, de corpo e alma, na luta armada (e na luta ideológica) contra o regime. Procuramos analisar como o arrocho salarial e as greves operárias disputaram o território econômico e a multidimensionalidade desses territórios estabeleceu os limites e as possibilidades da transição brasileira à democracia, uma longa jornada sob um céu de chumbo… Iniciemo-na antes que seja tarde.

[18] Aqui, como no trabalho social, um e um é sempre mais que dois.

FRENTE 1:

O LONGO MILAGRE, SEUS SANTOS E EPIFANIAS

Os povos são um mito: só existem as nações, e a nação é o Estado.

Golbery do COUTO E SILVA

Quem dirige o país? São as elites. Queiramos ou não queiramos. Numa certa época, foi uma elite do Exército. Queiramos ou não, boa ou má, mas era a elite do Exército, à qual se juntou parte da elite civil deste país, porque nós pegamos dentre os melhores homens do país para os ministérios, desde o Castello Branco. Nós não governamos sozinhos. Ninguém governou sozinho. Nenhum general de bota e espora governou sozinho a nação. Não! Nós tivemos o apoio, a sugestão, a colaboração e a eficiência ou não de excelentes homens civis deste país. De alguns dos melhores.

Carlos Alberto FONTOURA

1. PEQUENA HISTÓRIA DAS CONTAS DO REGIME

Em 31 de março de 1964, um movimento armado depôs o governo João Goulart e inaugurou o regime burocrático-militar no país. Foram cinco os governos do período: general Humberto Alencar Castello Branco (1964-1967); general Artur da Costa e Silva (1967-1969); general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); general Ernesto Geisel (1974-1979); general João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), sendo o governo exercido por uma Junta Militar, no período de 31 de agosto a 15 de outubro de 1969, posterior à morte de Costa e Silva. O golpe militar, impondo de forma autoritária uma solução para a "crise política" (real ou imaginada), foi uma precondição ao encaminhamento "técnico" das medidas de superação da crise econômica.

O presente capítulo discorre sobre a política econômica do regime entre os governos Castello Branco e Geisel (1964-1978). O objetivo é demonstrar a relativa eficácia do projeto de modernização – que, simbolicamente, consideramos o milagre[19] –, empreendido nesse período.

1.1 Castello e a luta contra o fantasma da inflação

Portador de um projeto nacional de grandeza, o regime burocrático-militar assumiu o desenvolvimento econômico como sua dimensão essencial. Em função disso, foram colocados, no comando da política econômica, os melhores representantes do pensamento conservador brasileiro. Tratou-se de aplicar uma orientação "racional e eficiente" a essa

[19] A literatura econômica não é consensual quanto ao período conhecido como do "milagre", ainda que a versão dominante seja de que esse se restringiria ao governo Médici. Paul Singer (1976, p.112) afirmaria que "qualquer série de tempo que se examine, referente à economia brasileira, mostra que 1968 foi o ano em que se deu a inflexão para cima". Quase trinta anos depois, outra seria a avaliação de Edmar Bacha e Regis Bonelli (2005, p.166), para os quais "o *boom* de poupança e investimento", conhecido como o milagre econômico brasileiro, correspondeu ao período 1965-1974. Por outro lado, vale lembrar, como o faz Carlos Fontoura (2005) que o "milagre" foi uma criação da imprensa, "porque de nós, do palácio, do Médici, daquela gente próxima, do próprio Delfim, nunca saiu essa palavra, essa expressão, [...] essa expressão não partiu do palácio do Planalto".

política, em contraposição às alternativas enraizadas no nacional-desenvolvimentismo do período anterior.

René Dreyfuss (1981) demonstra como organizações tecnoempresariais e político-burocráticas[20] vinham se formando desde a década de 1950, e como, aliados aos interesses multinacionais, formaram uma série de "anéis de poder burocrático-empresariais", com o fito de articular, no âmbito do Estado, seus próprios interesses. Esses anéis reduziram a influência dos políticos "profissionais" na formulação das diretrizes econômicas em prol dessa *intelligentsia* técnica[21], com forte ênfase em gerenciamento científico, administração pública normativa, formalização e rotinização de tarefas.

Nessa perspectiva, o planejamento, ao mesmo tempo em que selecionava temas e diretrizes, controlava o acesso externo aos centros burocráticos de tomada de decisão, territorializando-se no cerne do Estado.

"A racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do país" foi "um dos pilares do regime pós-1964" e tomou o planejamento enquanto "dimensão da racionalização dos interesses das classes dominantes e expressão de tais interesses como Objetivos Nacionais" (DREYFUSS, 1981, p.74). Tais objetivos promanavam diretamente dos que mantinham as rédeas do poder e acreditavam que seus próprios interesses eram interesses nacionais, já que, não havendo povo, cabia ao Estado construir a nação.

Uma caracterização do novo *establishment* é encontrada em Luiz Carlos Bresser-Pereira (1973, p.135):

> Os militares, que assumiram o poder em 1964, constituem um grupo tecnoburocrático por excelência. Originam-se de uma organização burocrática moderna como são as forças armadas. Possuem preparo técnico, administram recursos humanos e materiais consideráveis. Adotam sempre os critérios de eficiência próprios da tecnoburocracia. Como se não bastassem, chamaram imediatamente para participar do governo os tecnoburocratas civis.

Vale notar que os estratos médios (quer o da tecnoburocracia, quer o dos militares) não eram, de fato, a classe dominante – a burguesia continuou a ditar as normas, quer na fase

---

[20] A exemplo do IPES, da CONSULTEC, APEC e do CONCLAP.

[21] Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e Octávio Gouveia de Bulhões foram alguns dos expoentes desse grupo. O primeiro deles tornou-se "o civil mais importante do grupo ministerial e, como ministro, o mais favorecido pelo presidente, uma figura central na formação do pensamento 'econômico' da administração de Castello Branco" (DREYFUSS, 1981, p.423).

"liberal", quer na autoritária[22] – apenas a classe dirigente da vez, que deveria garantir a maximização dos lucros do grande capital. Cumprindo seu papel, os tecnoburocratas moldaram o PAEG. Esse Programa baseou-se no combate sem trégua à inflação, vista como a fonte de todos os males, e no repúdio ao estatismo. Propôs, essencialmente, o estímulo ao capital estrangeiro, investimentos públicos em áreas de interesse do capital privado, a contenção da pressão inflacionária mediante o controle salarial, o incentivo às exportações, aumento da carga tributária e a reorganização do sistema financeiro.

A crença do regime era de que, de um cenário de estabilidade político-monetária e livre-iniciativa econômica, brotaria o desenvolvimento. Atribuía-se à inflação as seguintes causas: déficit do setor público; excesso de crédito para o setor privado e excessivos aumentos salariais. Para a tecnoburocracia, a inflação subvertia a ordem social, ao mesmo tempo em que desorganizava o mercado de crédito e de capitais e distorcia o sistema de preços, premiando a especulação e a ineficiência e incentivando a escalada do estatismo.

Apesar de um viés marcadamente antiestatista, o PAEG procurou conciliar medidas de combate à inflação com uma política compensatória intervencionista, que visava a um distributivismo racional. As reformas sociais, como o Estatuto da Terra[23] e a implantação do BNH, em julho de 1964, são os exemplos mais significativos dessa política social, que, ao fim e ao cabo, tinha como grandes beneficiárias frações importantes do capital.

De fato, com o advento da criação do BNH, a construção civil tivera grande impulso, posto que a atuação do governo limitava-se a financiar as edificações, delegando-se a tarefa de construí-las à iniciativa privada. Em 1963, havia 126.000 habitações financiadas no país e, desse ano até 1977, esse número alcançou 1.688.000 habitações. Até 1967, haviam sido financiadas 100.600 habitações. À medida que o BNH evoluía, passando a contar com recursos do FGTS e das cadernetas de poupança, apenas no ano de 1977, foram financiadas

---

[22] Bianchi (2001) informa que pesquisa realizada por Leigh Payne confirmou a extensão do apoio dado pelos empresários ao *nouveau régime*: em uma amostra de 132 industriais paulistas, selecionados devido à sua intensa participação política ente as décadas de 1960 e 1980, 82,3% daqueles que haviam iniciado seus negócios antes de 1964 apoiaram o golpe.

[23] José Gomes da Silva, um dos baluartes da luta pela reforma agrária no Brasil, em entrevista de 1994, narra como foi convidado pelo ministro Roberto Campos a trabalhar com ele no projeto do Estatuto. Para ele, o interesse do presidente Castello Branco pela reforma agrária viria de sua origem nordestina: "Ele viu e viveu o problema lá no Nordeste", afirma Silva (1996, p.46).

159.000 habitações, bem mais do que em todo o período republicano[24]. O BNH, órgão responsável pelo controle do SFH, constituiu-se na primeira instância pública do setor habitacional a definir normas e procedimentos padronizados, que somavam à ordem técnica, a logística empresarial.

Quanto à reforma financeira, para realizá-la, criou-se o BACEN, em dezembro de 1964, a partir da transformação da SUMOC, e o CMN, órgão de previsão e coordenação das contas fiscais e monetárias. Tal reforma gerou um *boom* das agências bancárias, que começaram a se descentralizar, criando as bases de uma rede nacional[25].

O PAEG diferenciava-se do enfoque recomendado pelo FMI por ser gradualista, prevendo três fases de ajustamento: a inflação corretiva; a desinflação e a estabilidade de preços. Pela adoção da correção monetária[26], mecanismo de indexação que estimularia a poupança, atualizou os ativos das empresas; desencorajando a protelação dos débitos fiscais e criando um mercado voluntário de títulos públicos.

> A Reforma Fiscal e Financeira de 1966 melhora as condições de financiamento do gasto público corrente e de investimentos tradicionais ligados à construção civil, que recomeçam firmemente a partir desse ano. [...] A produção corrente de serviços de utilidade pública acompanha sem desfalecimento a taxa média de crescimento industrial a partir de 1968 (TAVARES, 1978, p.83).

O FMI terminou por aceitar o "tratamento gradualista" dado pela equipe econômica brasileira e, em janeiro de 1965, concedeu crédito de US$ 125 milhões ao Brasil, desses US$ 79,5 milhões destinados à construção de usinas elétricas. O governo norte-americano concedeu US$ 150 milhões para novo programa de empréstimo e fixou em US$ 70 milhões os empréstimos para projetos essenciais. A "credibilidade" junto aos investidores estrangeiros fez-se acompanhar pela adoção de metas quantitativas estritas para a taxa de inflação e para o *déficit* público.

---

[24] Ermínia Maricato (1988) afirma que o sucesso do BNH se deveu ao fato deste tratar a habitação como uma mercadoria, produzida e comercializada em moldes estritamente capitalistas, ignorando cerca de 77% da população que ganhava uma quantia igual ou menor que cinco salários mínimos mensais.

[25] Seria tal o nível de salvaguarda desse capital que o Decreto-Lei 898/1969 estabelecia, em seu Art. 27, que "assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento, qualquer que seja a sua motivação" é crime de segurança nacional, punido com pena de reclusão de 10 a 24 anos.

[26] A correção monetária produziu um efeito não imaginado por seus formuladores: possibilitou a retomada das vendas a prazo, principalmente de bens duráveis, como automóveis.

As reformas institucionais implementadas no âmbito do PAEG, como o sistema de taxas de câmbio flexível e a correção monetária, eliminaram quase todos os efeitos adversos da inflação sobre o balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que promoveram a geração de poupanças e do mercado de capitais.

A lei 4.728/1965 regulou o mercado financeiro, protegendo os compradores de ações e acionistas minoritários e estimulando as companhias de capital aberto e a crescente participação no controle acionário de SAs[27]. Além disso, deu ao CMN e ao BACEN funções comparáveis às da *Securities Exchange Commission* nos Estados Unidos.

Velloso (1977) informa que tais mecanismos se ligam aos modelos empresariais de associações desenvolvidos durante o regime:

- O chamado modelo dos terços: empresa privada nacional, empresa estrangeira, organismo governamental (ou suas variantes: 40%,40%,20%, etc.).
- O modelo aperfeiçoado, em que se dá o comando à empresa privada nacional, com apoio do sistema BNDE, para que escolha o sócio estrangeiro e negocie a participação deste.
- O modelo da *holding* (ou melhor dito, da companhia de participação), em que diferentes empresas ou grupos nacionais formam uma empresa para realizar sua participação em um grande empreendimento, às vezes majoritariamente.

Para a tecnoburocracia, essas medidas teriam sido tão bem sucedidas que a inflação deixou de comprometer o crescimento econômico.

Além do combate à inflação, outro pilar do desenvolvimento, para o PAEG-1964-1966, era a internacionalização que, iniciada no governo Juscelino Kubitschek (1955-1961), deveria prosseguir sem nenhum entrave. A posição do novo regime era de que o empresariado não deveria se desenvolver a expensas de limitações do afluxo de capitais estrangeiros ao país.

Assim, ao contrário de uma "política negativa", a orientação era no sentido de uma "política positiva" que permitisse aos empresários nacionais competirem em pé de igualdade

[27] Posteriormente, o governo Geisel sancionaria uma nova Lei das SAs, cujos maiores diferenciais seriam: a) dividendo mínimo obrigatório, em função do lucro, consoante o fixado nos estatutos da empresa; protegendo a minoria, o dispositivo cria o efetivo interesse do investidor em voltar-se para o mercado de ações; b) correção monetária automática das demonstrações financeiras e do capital social; c) maior responsabilidade dos administradores e controladores perante os acionistas; d) organização jurídica dos conglomerados e consórcios de empresa (VELLOSO, 1977).

com os estrangeiros que aqui operam. Em 21 meses do governo Castello Branco, foram emitidos um trilhão e 380 bilhões de cruzeiros, mais do que o montante das emissões de todos os governos da República em conjunto, ascendendo a quase US$ 5 bilhões a dívida externa.

A implantação do PAEG permitiu que as multinacionais, utilizando suas subsidiárias brasileiras, comprassem a preços reduzidos empresas nacionais falidas graças às restrições de crédito impostas, provocando o fenômeno da desnacionalização. Luciano Martins (1973) indica que, em meados da década de 1960, as corporações multinacionais ganharam uma nova magnitude na América Latina, com ampla penetração de investidores europeus e japoneses. A participação estrangeira no capital industrial total brasileiro elevou-se de 18,9% em 1965 para 25,9% em 1975.

A Carteira do Comércio Exterior do BB, nesse ínterim, emitia licença de importação sem cobertura cambial de equipamentos industriais que correspondessem às inversões estrangeiras, dando-lhes o direito de trazerem seus equipamentos sem nenhuma despesa, enquanto os industriais nacionais eram obrigados a adquirir previamente, com pagamento à vista, as licenças de importação exigidas.

Na década de 1970, a burguesia industrial nacional centrava-se nos grupos financeiros Matarazzo, Villares, Votorantin, Klabin, Antunes, Monteiro Aranha e Gastão Vidigal. Desses, apenas os grupos Villares e Votorantim mantinham relativa independência face ao capital internacional. Mesmo assim, havia participação do capital internacional na Aço Villares e uma *joint venture* na Ferropeças Villares, ao passo que a Klabin estava associado à *International Finance Corporation* e à Hoescht, no caso da Companhia Brasileira de Sintéticos.

Setores inteiros da indústria passaram para o capital estrangeiro durante os 15 anos do regime autoritário, em um aumento quantitativo do grau de dependência e subordinação. Em 1965, somente em São Paulo, cinco mil empresas cerraram suas portas, estando em marcha um processo de desnacionalização de importantes ramos da economia nacional. Uma única firma estadunidense, a Anderson Clayton, detém 80% da exportação do café. Certos ramos industriais passaram a ser quase totalmente controlados pelas multinacionais: material de transporte (89,7%); borracha (81 %); indústria mecânica (72%); material elétrico e de comunicação (61 %); indústria alimentícia (58,9%) e têxtil (55,4%).

As desvantagens do empresariado nacional face ao capital estrangeiro, para o PAEG-1964-1966, resultavam de nossas características tecnológicas e de dificuldades institucionais

que inibiam a obtenção de empréstimos, no exterior, em condições satisfatórias de prazo e taxas de juros. Todavia, foi a política creditícia do Programa que provocou a elevação do número de concordatas e falências de empresas nacionais, com posterior transferência de controle acionário para grupos estrangeiros, muitas vezes, sem entrada efetiva de capital estrangeiro, feita mediante crédito bancário conseguindo no país[28].

Para garantir a entrada de capital estrangeiro no país e combater o nacionalismo, fora revogada a lei de remessa de lucros (Lei 4.131, de 03 de setembro de 1962)[29], que determinava um teto de 10% por ano do investimento original e era vista como o principal motivo da diminuição do ingresso de investimentos diretos no país. Embora tenha aderido quase incondicionalmente ao regime, o empresariado nacional não apoiou essa política, desejando que o governo incrementasse o crescimento econômico e desenvolvesse um sistema de defesa para as empresas nacionais, se preocupando menos com a estabilidade monetária.

José Pedro Macarini (2000), analisando a política econômica do governo Costa e Silva, aponta suas inflexões em relação ao governo Castello Branco. Para esse autor, mesmo os ortodoxos defensores da austeridade tinham o seu apoio pelo regime e pelo empresariado condicionado a uma redução da inflação para 10% a.a. e a retomada do crescimento a taxas ao redor de 6% a.a. quando do término do governo Castello Branco (Tabela 1).

---

[28] Essa situação só foi minorada pela regulamentação do Decreto-Lei nº. 157, no primeiro trimestre de 1967, destinado a incrementar a capitalização das empresas privadas mediante investimentos dedutíveis do imposto de renda; reduzir das taxas de juros de 36% para 24% ao ano e determinar às instituições financeiras para que destinassem no mínimo 50% de suas operações de crédito a pessoas e firmas com sede no país e cujo capital majoritário estivesse em mãos de brasileiros.

[29] A Lei de Remessa de Lucros foi aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 1962, mas só foi regulamentada em janeiro de 1964, já na fase presidencialista do governo Goulart.

Tabela 1 - Taxas anuais de inflação (1960-1967)

Ano	ICV-RJ	ICC	IGP
1960	23,8	40,8	30,5
1961	42,9	42,9	47,7
1962	55,8	55,3	51,3
1963	80,2	64,4	81,3
1964	86,6	104,2	91,9
1965	45,5	43,4	34,5
1966	41,2	35,1	38,8
1967	24,1	41,3	24,3

Fonte: Adaptado de Simonsen; Campos (1979).

Org.: BRAGA, S. R. (2007).

A taxa de crescimento havia caído para 1,6% em 1963 e o *déficit* público em 1962 fora de 4,2% do PIB. Nos três anos de aplicação do PAEG – 1964-1966 – a taxa de crescimento foi sempre positiva: 3,1%, 3,9% e 4,4% respectivamente, ainda que acanhada. A inflação reduziu-se de 86, 6 % para 41,1 % e *déficit* público restringido em 1966 a 1,1% (Tabela 1).

O deputado federal Roberto Saturnino Braga, entrevistado pela Revista Civilização Brasileira, em 1966, analisa o cenário econômico pós-1964:

> O Governo atual encontrou uma situação econômica caracterizada por uma inflação já de fato insuportável (mais de 100 % ao ano). O programa de reduzir drasticamente essa taxa para 25% em 1965 e 10% em 1966 fatalmente teria que produzir os efeitos depressivos que produziu. [...] O atual programa econômico-financeiro, chamado PAEG [...] é parte da ação depressiva a que tem sido submetida a economia brasileira desde 1961, [...] não há originalidade no que a atual administração Bulhões-Campos vem praticando em sucessão a semelhantes medidas de Mariani - Bulhões, no Governo Jânio Quadros, e de Bulhões-Moreira Sales-Santiago Dantas, no Governo João Goulart. Nem mesmo os homens mudaram. A tônica desses programas é a contenção e não a dinamização das atividades. [...] a preocupação não é econômica, de aumento de produção e melhoria do padrão de vida, mas estritamente financeira, entre débitos e créditos escriturais e de tesouraria. Da igualdade das contas, com aumento violento dos tributos e paralisação dos investimentos públicos, esperam ver nascer a estabilização monetária e desaparecerem as emissões. Como se fosse possível, numa economia predominantemente liberal, equilibrar o todo desequilibrando ainda mais as partes.

> Ou alimentar duradouramente a capitalização do Estado com a descapitalização crescente do setor privado (BRAGA, 1966, p.65).

De fato, apesar de o governo Castello Branco ter reduzido o salário mínimo real e o *déficit* público, a inflação atingiu 41% em 1966 e 46% de 1965, zombando das estimativas do PAEG que previa uma inflação de 25% para 1965 e de 10% para 1966.

O PAEG visava a restabelecer a credibilidade do Brasil no exterior e a reconquistar a confiança dos investidores estrangeiros, o que foi alcançado. À revelia disso, encerrado o triênio de aplicação do PAEG era grande o grau de insatisfação com seus resultados. Três indagações sobre o curso da política econômica colocavam-se:

> Primeiramente, por que estamos ainda diante de um processo inflacionário bastante intenso, apesar do Governo ter colocado em prática uma política econômica caracterizada por um rígido controle de demanda? Em segundo lugar, quais as causas das reduções periódicas do nível de atividade que tem caracterizado a nossa economia nos últimos anos? Finalmente, de que forma será possível compatibilizar o objetivo de manutenção de taxas de inflação dentro de limites razoáveis com o de plena utilização dos fatores e retomada do desenvolvimento? (DELFIM NETTO, 1967, p.1).

A resposta a tais indagações conduzia à rejeição do diagnóstico sobre a causa da inflação formulado pelo PAEG. Assim, de acordo com Macarini (2000, p.5), "o objetivo prioritário colocado pela nova administração foi a estabilização do crescimento industrial em torno de sua tendência de longo prazo". Entretanto, a inflação continuava a ser vista como contraproducente para o desenvolvimento.

E uma das principais causas da inflação era a política salarial "populista".

1.2 Costa e Silva e a saga do desenvolvimento

Em março de 1967, foi empossado o general Costa e Silva. Seu ministério era composto por oito oficiais da ativa, dois da reserva, seis técnicos civis e três políticos. Para a condução da política econômica, foram nomeados Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda, e Hélio Beltrão, do Planejamento. No ato de sua posse, o novo ministro da Fazenda anunciou como meta estratégica a aceleração do desenvolvimento econômico do país, em combinação com o combate ao processo inflacionário.

A troca de governo trouxe nova estratégia. O PED, lançado pelo governo Costa e Silva em 1968, tinha por metas o aumento de investimentos em setores diversificados; a diminuição do papel do setor público e o estímulo a um maior crescimento do setor privado; com a expansão do comércio exterior e a contenção da inflação. Este programa se propunha a solucionar os problemas relacionados com a estrutura e o financiamento da comercialização de alimentos e a eliminar os principais pontos de estrangulamento da infra-estrutura, da produção industrial e do mercado interno.

Em agosto de 1968, foi criada a EMBRAER, com a finalidade de desenvolver indústria de material aeronáutico, incluindo a fabricação de unidades de vôo e instrumentos sofisticados de controle e segurança das aeronaves. Ainda de acordo com as diretrizes do PED, o governo criou a EBCT, vinculada ao Ministério das Comunicações. Finalmente, em agosto de 1969, foi criada a CPRM, inserida na estrutura do Ministério das Minas e Energia, para, mediante encomenda do setor privado ou por iniciativa do próprio governo, explorar as riquezas no subsolo nacional.

Segundo estimativas do Instituto de Economia da FGV, o quadro inflacionário brasileiro ao início do governo Costa e Silva, tomando como base o ano de 1966, apresentava um índice de 38,8%. No ano seguinte, a inflação baixou para 24,3 %, elevando-se a 25,4 % em 1968, para declinar novamente em 1969, quando chegou a 20,2%.

Continuava, assim, em pauta “demonstrar a viabilidade do desenvolvimento brasileiro” (BRASIL, 1969, I-2), preocupação que permeou o PED. Em contraste com a retórica do Programa anterior, o PED apoiou-se em um diagnóstico que vinculava o “desafio brasileiro” ao “arrefecimento da substituição de importações”, encerrando um estágio do processo de desenvolvimento econômico do Brasil, caracterizado por uma estratégia baseada num “único fator dinâmico” (a indústria), tornada possível pelo fato de a decisão de investir depender “apenas do tamanho absoluto dos mercados”.

> Exatamente porque arrefeceu a substituição de importações e nenhuma estratégia concentrada numa única fonte de dinamismo terá condições de assegurar o desenvolvimento auto-sustentável, a estratégia a adotar no novo estágio objetiva a diversificação das fontes de dinamismo. Dever-se-á ampliar substancialmente o ‘bloco de setores dinâmicos interligados, e que na fase anterior se limitara praticamente à Indústria (Bens de capital, Bens de consumo duráveis, Bens intermediários) e alguns segmentos de Infra-estrutura e de Agricultura. A ampliação desse “bloco” de impactos simultâneos, para abranger (além da Indústria) o Setor Agrícola, áreas substanciais da Infra-Estrutura Econômica e da própria Infra-Estrutura Social (Habitação, Educação, Saneamento) irá permitir a expansão da demanda e oferta capaz de sustentar um ritmo intenso de crescimento, numa

> ampliação de mercado que permita superar a fase de crescimento moderado em que se encontrava a economia (BRASIL, 1969, IV-16).

A velha política econômica estaria na contramão da integração nacional, já que, como afirmam Smolka e Lodder (1975, p.205), ele conduz necessariamente, no longo prazo, o sistema à concentração espacial pela simples razão de ser mais eficiente".

As novas autoridades econômicas recorreram a alguns expedientes que implicaram renúncia de receita: a elevação do teto de isenção sobre o IR das pessoas físicas, resultando em um ganho aproximado de 5% para os salários reais das faixas salariais favorecidas, e o alongamento transitório dos prazos para o recolhimento do IPI, passando a desfrutar de 30 a 45 dias, ao invés de ser feito no ato do faturamento, medida de estímulo à reativação da demanda de consumo e de fornecimento de capital de giro ao setor industrial para atendê-la.

Observou-se, ainda, uma vigorosa expansão da oferta de moeda e crédito, ao passo em que se reduziam as taxas de juros e uma gama de medidas estimulava as exportações (isenção de impostos indiretos, minidesvalorizações cambiais). Para Macarini (2000, p.10), entretanto, não seria correto considerar que "a implementação do 'modelo exportador' já se constituísse uma peça essencial da política econômica: na verdade, tal somente ocorreu um pouco mais à frente, durante o governo Médici".

Presidido pelo ministro da Fazenda Delfim Netto, o CMN transformou-se numa "arena de negociação entre setor público e privado, cabendo à tecnocracia o papel de agente mediador dos interesses privados" (DINIZ, 1994, p.209). Mais do que um formulador da política monetária e creditícia, esse órgão passou a dirigir de fato a política econômica do país.

O desempenho da economia brasileira no ano de 1968 fora extremamente satisfatório: o setor industrial teve crescimento próximo a 14%, o mesmo acontecendo com o emprego industrial. A indústria automobilística iniciou em 1968 o seu ciclo de recordes sucessivos de produção (mais de 270 mil unidades produzidas, contra 225 mil em 1967) e a da construção civil experimentou substancial ativação. O setor de bens intermediários também cresceu: a siderurgia, ao redor de 16% em 1968 e o setor de materiais de construção chegou, inclusive, a ser surpreendido pela grande expansão da demanda. As exportações exibiram os primeiros sinais do futuro *boom* exportador, atingindo a marca de US$ 1,8 bilhão (MACARINI, 2000).

Octávio Ianni (1971), analisando a política econômica, referente aos anos 1964-70, afirma a continuidade dos mesmos objetivos básicos: controle da inflação; expansão e diversificação das exportações; estímulo à concentração do capital; racionalização das estruturas internas e

externas das empresas; modernização e reintegração do subsistema econômico brasileiro, em nível nacional e internacional.

Assim, a política creditícia, fiscal e cambial, nos termos em que foi posta em prática, provocou o enfraquecimento da posição relativa e absoluta de um setor da burguesia brasileira (não somente pequena e média) em favor da grande burguesia multinacional. Ruy Mauro Marini (1986) informa que, entre 1964 e 1970, o índice de produção industrial no ramo de material de transporte (dominado pelo capital estrangeiro) se elevou de 92,4 a 225,2, enquanto o ramo têxtil (de base nacional, naquele momento) se reduzira de 101,6 a 97,2.

Para rebater a crença de que a "inflação produz o desenvolvimento", Delfim Netto tentou persuadir a sociedade a aceitar uma política que reduzisse o ritmo de expansão da oferta monetária a limites compatíveis com as necessidades reais da economia e do nível de preços estimado. Todavia, as tensões criadas por essa política econômica junto ao empresariado obrigaram a recorrentes medidas tópicas para abrandar as pressões de frações empresariais em dificuldades, sem abandonar as diretrizes centrais de austeridade e disciplina.

Os últimos meses de 1968 corresponderam a um período de crise, observando-se uma expansão acentuada do *déficit* orçamentário, dos meios de pagamento e do crédito bancário, numa conjuntura marcada por sinais de estagnação. Sintomaticamente, uma das primeiras medidas do governo Médici consistiu no adiamento do imposto de renda devido pelas pessoas físicas em novembro/dezembro para fevereiro/março de 1970, procurando, assim, estimular as compras de fim do ano.

> Durante algum tempo tentou-se esconder o sol com a peneira, resultando daí um hiato cada vez maior entre a inflação real e a inflação oficial, que acabou engolindo todo o sistema de controles de preços, juros e salários. Já em fins daquele ano, o "modelo" girava num vazio: a economia inegavelmente continuava crescendo, mas o processo produtivo começava a engasgar em tantos pontos, que mudanças profundas na política econômica se impunham (SINGER, 1976, p.164).

Sob este espectro, sendo os trabalhadores os eternos culpados das crises do capital, os reajustes salariais de 1969 foram arbitrados supondo: 1) um resíduo inflacionário fixado em 15% no primeiro semestre e reduzido para 13% no segundo semestre; 2) um coeficiente de aumento da produtividade no nível de 2%.[30]

---

[30] O próprio Delfim Netto, em entrevista a Visão (31 jan. 1969), reconhecia que o crescimento da produtividade industrial alcançara 9%.

Durante o ano de 1969 foram recorrentes as queixas de setores empresariais, acusando em maior ou menor medida os efeitos da restrição de crédito, enquanto as dificuldades já antigas de algumas indústrias foram intensificadas. Nesse momento, contudo, a política econômica experimentou nova inflexão, com uma notável ampliação das ambições político-econômicas.

> A inflexão foi o resultado de uma mudança na política econômica: o combate à inflação foi dado como vitorioso e a aceleração do crescimento passou a receber máxima prioridade. A partir de 1967, à construção civil foram destinados créditos abundantes do BNH e, em 1968, o seu produto cresceu 23% em relação ao ano anterior. Este foi o início do boom, que logo depois envolveu a indústria automobilística e outros ramos produtores de bens duráveis de consumo (SINGER, 1976, p.112).

A indústria automobilística foi o carro-chefe do anunciado milagre. Em 1966-1967, após concluir a fase de absorção das indústrias nacionais, as empresas estrangeiras conformam um setor altamente oligopolista. Uma única empresa, a Mercedes-Benz, chegou a responder por mais de 50% dos caminhões produzidos no país. Essas montadoras, concentradas no ABC paulista, empregavam 80 mil trabalhadores em 1971. À sua volta, gravitavam indústrias de autopeças, de capital nacional ou estrangeiro. Ao mesmo tempo, o estoque de carros estrangeiros no país passou de US$ 1,2 bilhão em 1960 a 17,5 bilhões em 1980. O automóvel impulsionou a produção siderúrgica, a construção de estradas, pontes, viadutos, facultando às grandes empreiteiras a consolidação de seu próprio império.

Delfim Netto captaria muito bem o novo clima, propondo como meta central do novo governo uma taxa de crescimento de 9% a.a. e a conseqüente duplicação da renda *per capita* na década de 1970. Delfim Netto permanecerá no governo Médici, mas, para Macarini (2005), não se pode considerar como idêntica a atuação do ministro nos dois governos. O discurso (e a práxis) delfiniana de 1967-1968 não se projetariam facilmente sobre todo o período até 1973: o "milagre" despontou apenas na virada de 1969 para 1970 e o "modelo agrícola-exportador" somente adquiriu o estatuto de núcleo estratégico da política econômica no governo Médici.

1.3 Enfim, um milagre

Em seu discurso de posse, o novo presidente afirmaria: "homem de meu tempo, tenho pressa". Um ritmo de crescimento entre 6 e 7% já não nos bastaria, urgia "acelerar o

processo", posto que "o Brasil é grande demais para tão poucas ambições" (MÉDICI, 1970, p.3).

Fato é que as reformas ocorridas durante os anos 1964-1967 aliadas ao cenário internacional favorável e à capacidade ociosa, herdada do período anterior, resultaram em período caracterizado por elevadas taxas de crescimento do PIB (Tabela 2), das exportações brasileiras e da concentração de renda pessoal e setorial.

Reis Velloso (1977) informa que, em 1974, o setor industrial passou a responder por 40% da renda interna, contra 11% do setor agrícola (em 1960, essas participações eram de 33% e 19%, respectivamente). Na indústria de transformação, entre 1973 e 1976, o nível de emprego aumentou 10,5%. Isso significou mudança de tipo de emprego para milhões de pessoas, o que teria ampliado a população urbana; levando a uma grande expansão do sistema educacional e a uma abertura do hiato de nível de conhecimentos e, conseqüentemente, da capacidade de gerar renda, entre mão-de-obra não-qualificada e mão-de-obra qualificada.

Para os apologistas do regime, porém, não havia "milagre" algum: a combinação de elevadas taxas de crescimento econômico, com a contenção da inflação e um balanço de pagamentos superavitário, fora o resultado da aplicação de um modelo teoricamente bem estruturado, acompanhado de certo pragmatismo. Tal pragmatismo buscou a consecução dos seguintes objetivos: a) desenvolvimento econômico como objetivo nacional prioritário; b) política de redução gradual da inflação; c) criação de instituições tipicamente brasileiras, como a correção monetária, taxa flexível de câmbio, política salarial, FGTS e PIS e d) esforço na melhoria da formação dos recursos humanos.

Tabela 2 - Taxa de crescimento do PNB

Ano	%
1960	9,7
1961	10,3
1962	5,3
1963	1,5
1964	2,9
1965	2,7
1966	5,1
1967	4,8
1968	8,4
1969	9,0
1970	9,5
1971	11,3

Fonte: Bresser-Pereira (1973, p.124).

As prioridades foram revistas e a inflação, reeleita o inimigo número 1 da economia nacional. De persecutória da estabilização, a política econômica assumiu, então, traços restritivos, com o propósito de impor substancial redução à taxa inflacionária. A perspectiva era de que se podia enfrentar a inflação naquele momento, porque a economia estava recuperada.

A política econômica em 1969 procurou reduzir o *déficit* orçamentário e fortalecer a estrutura de capital da empresa nacional. Adotou-se o princípio da centralização administrativa, permitida pelo AI-5, que, em seu artigo 10, estabelece: “A transferência de recursos da União a Estados e Municípios, nos diversos setores e sob qualquer forma, ficará condicionada à contrapartida de recursos próprios, de valor pelo menos equivalente àquele a ser transferido” (BRASIL, 1969, p.33).

A redução do *déficit* orçamentário diminuiu a tensão inflacionária existente na economia e foi complementada por uma política monetária que evitou a expansão da oferta de moeda e do crédito ao setor privado, assegurada agora pelo mercado de capitais. A partir desse momento, foi possível tabelar as taxas de juros. Macarini (2000, p.24) entende que o tabelamento foi "uma estratégia de fomento da concentração bancária e financeira constituiu uma peça importante da política econômica delfiniana durante o 'milagre' brasileiro", com "o superfavorecimento do grande capital bancário". Essa seria, para o autor, a gênese do conglomerado financeiro, "apontado como o primeiro degrau para a formação de um verdadeiro conglomerado financeiro-industrial: a réplica brasileira do *zaibatsu* japonês e peça fundamental para assegurar a consolidação do desenvolvimento e a plena constituição da Nação", na avaliação dos economistas do regime.

O presidente Emílio Garrastazu Médici, ao apresentar, em palestra na ESG, o PND, afirmou que seu governo iniciava um Estado revolucionário, no qual seriam plantadas "estruturas política, administrativa, social e econômica capazes de promover a integração de todos os brasileiros aos níveis mínimos de bem-estar". O governo revelava-se "disposto a usar seus poderes excepcionais não só na luta contra o inimigo da segurança, mas, sobretudo na conquista do progresso", procurando eliminar "a desigualdade entre os homens", a "floração de privilégios" e "desagregação entre as classes" (A NOVA SEGURANÇA, 1970, p.22).

Munido dessas "boas intenções", o novo presidente valeu-se do AI-5 para ampliar, ainda mais, o espaço de manobra de sua política econômica. Além disso, cercou-se de "bons homens": além de conservar ministros militares em pastas civis, o governo Médici promoveu a militarização da administração pública, garantindo a presença de militares (caracterizados como técnicos e não como políticos) na direção e em cargos de segundo escalão de vários setores do governo, bem como nas estatais.

Efetivamente, a posse do general Médici (1969-1974), fez-se acompanhar por uma intensa ação de *marketing* político, destinada a popularizar a figura do presidente e a criar uma relação de comprometimento da sociedade com o governo. Nesse sentido, a participação da sociedade como elemento-chave nas conquistas do país foi exaltada. Éramos todos co-responsáveis pelo futuro de grandeza do Brasil, potência emergente.

Em seu discurso, Médici afirmava ter chegado à pungente conclusão de que a economia ia bem, mas a maioria do povo ainda ia mal. Assim, mesmo sabendo que a população brasileira cresceria em cerca de 26 milhões de pessoas na década seguinte, o I PND pretendia que a renda *per capita* do país (por volta de US$ 300) fosse dobrada até 1980, graças ao aumento do

ritmo de investimento, dos 15% à época para 20%, e à redução da taxa de inflação, dos 20% atuais para a faixa dos 10% ao ano, ainda no governo Médici.

O PIS, proposto pelo governo Médici, tinha por fim "integrar o trabalhador brasileiro no sistema econômico do País" e, ainda, favorecer "a permanente e indispensável harmonia entre o capital e o trabalho". Néstor Garcia (2005, p.181) comenta a propaganda que se fez acompanhar da criação do PIS:

> Outro anseio das classes subalternas era obter a melhoria das suas condições de vida, através de uma participação mais justa na renda da economia. A tática de desmobilização adotada consistiu na criação do PIS, apresentado como fórmula de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. A lei que criou o programa apresentava-o como "destinado a promover a integração do empregado na vida e desenvolvimento das empresas". O sistema previa a criação de um fundo, com recursos fornecidos pelas empresas, parte dos quais dedutíveis do imposto de renda, que seriam depositados em contas individuais dos empregados: "É muito mais gostoso trabalhar quando você é sócio dos lucros do Brasil. Com o PIS, dez milhões de trabalhadores brasileiros participam dos lucros do Brasil".

Para Delfim Netto, a criação de tais fundos vinculava-se ao objetivo permanente de redução das taxas de juros, pré-condição do crescimento. Na medida em que o fundo captava recursos a serem transformados em capital de giro das empresas, ele reduzia a demanda de financiamento por parte dessas empresas, baixando a taxa de juros. Todos os recursos foram, efetivamente, canalizados para bancar o crescimento industrial. Linhas de créditos financiavam capital de giro, a compra de máquinas, equipamentos e matérias-primas para as empresas. Ao mesmo tempo, investia-se na construção de grandes estradas, avenidas e viadutos que favorecessem a circulação das mercadorias e a reprodução do capital, a partir dessa capitalização dos recursos sociais.

Durante o ano de 1971, apesar da recessão americana, a atividade econômica continuava firme no Brasil, o nível dos investimentos mantinha-se elevado, as exportações prometiam girar em torno de US$3 milhões, as exportações de manufaturados apresentavam grande crescimento, o *déficit* de caixa do governo estava controlado e os preços cresciam à uma taxa decrescente.

As causas dessa recuperação econômica relacionaram-se a três fatores: uma política econômica, a partir de 1967, realizada ao nível do Ministério da Fazenda, e, portanto, conjuntural, reequilibrou a economia brasileira, conciliando uma elevada taxa de desenvolvimento com uma inflação moderada.

> Aproveitando as medidas racionalizadoras positivas do governo anterior (1964/66), e não incorrendo nos mesmos erros, a política governamental logrou restabelecer o equilíbrio entre a procura e a oferta agregadas, diagnosticar e contornar a inflação de custos, desenvolver o mercado' de capitais, estimular as exportações, dar tranqüilidade econômica à classe empresarial, e permitir que a capacidade ociosa representada na economia fosse em parte eliminada. Além dessa causa de curto prazo, há, porém, duas outras mais profundas. Uma diz respeito ao próprio dinamismo e potencialidade intrínseca da economia brasileira. A outra se refere ao processo de modificação no perfil de distribuição de renda, que passa a ocorrer no Brasil nos anos sessenta (BRESSER-PEREIRA, 1973, p.123).

Essa política econômica, "destinada a aperfeiçoar as condições para o funcionamento e prosperidade da empresa privada implicou em estender e aprofundar a participação do poder público nos diversos setores e níveis da economia do país", constituindo "um elemento importante para a recomposição das relações entre as classes sociais" (IANNI, 1971, p.275).

Com o aumento da produção agrícola e das exportações através do federalismo econômico, esperava o governo uma distribuição da riqueza nacional entre todos e não apenas entre 20 milhões de brasileiros que viviam nas regiões mais ricas. E a segurança nacional estará mais bem alicerçada, segundo o presidente da República, quando o país tiver um desenvolvimento razoavelmente homogêneo de suas regiões e das diversas faixas de sua população.

É nesse contexto que Delfim Netto defendeu uma meta de crescimento da ordem de 9% ao ano, perspectiva que colocava em segundo plano as preocupações com a inflação, e o apoio simultâneo à agricultura e à exportação, configurando um novo modelo de desenvolvimento.

Houve, nesse primeiro momento do governo Médici, uma disputa de projetos entre os ministérios do Planejamento (Reis Velloso) e da Economia (Delfim Netto), em função do que a divulgação das diretrizes do novo governo, anunciada para dezembro, fora adiada para a reunião ministerial de 06 de janeiro de 1970, ocasião em que nada foi decidido. Se a atividade do planejamento deu origem às Metas e Bases para a Ação do Governo (outubro de 1970) e o posterior I PND[31], em 1971, eles "cumprem papel essencialmente retórico, não se constituindo no guia da política econômica do Governo Médici" (MACARINI, 2005, p.59-60). A perspectiva dominante era: "dêem-me o ano, e não se preocupem com décadas", título

[31] O I PND "inovou em termos de planejamento econômico na medida em que separava a estratégia de desenvolvimento de sua execução". Ele estabelecia três objetivos: "inserir o País, em uma geração, na categoria das nações desenvolvidas; duplicar a renda per capita até 1980 e promover o crescimento do Produto Interno Bruto entre 8 e 10% ao ano" (ACCARINI, 2003, p.168).

de um artigo de Delfim publicado no Jornal do Brasil, em 31 de março de 1970, e a nova opção estratégica, o modelo “agrícola-exportador”.

> Aí estará, precisamente, a maior novidade da nova política governamental. Desde os anos 50, nosso esforço desenvolvimentista vem sendo predominantemente industrial, de forma desequilibrada em relação ao setor agrícola [.] Dessa forma, nossa política de desenvolvimento [.] visará ao incremento substancial da produção agrícola e ao aumento das exportações, o que certamente haverá de motivar rápida ampliação do mercado interno e induzirá a própria expansão do setor industrial (MÉDICI, 1970, p.4).

Esse projeto envolvia a ambição de dobrar a renda per capita de 1970 a 1980, apoiada numa projeção de crescimento do PIB de 9% a.a. A idéia era de que dos dois setores básicos – agricultura e exportações – surgiriam condição para uma rápida ampliação do mercado interno, em rompimento com as políticas do passado de apoio à industrialização por substituição de importação, que teriam acarretado a redução da eficiência da economia e altos custos sociais. O diagnóstico era de que o processo de substituição de importações encontrou seu limite e qualquer tentativa de insistir com essa opção fracassaria em atingir a ampla mobilização de recursos internos para a sustentação do desenvolvimento e o aumento geral da eficiência do sistema produtivo nacional.

Macarini (2005, p.63) informa que eram as seguintes as projeções de crescimento: “lavoura para o mercado interno (6,8% a. a.), pecuária para consumo interno (9,0% a. a.), exportações (10,0% a. a.)”. Esse desempenho seria induzido pela redução de preços relativos, capazes de estimular a ampliação do uso de fertilizantes e outros insumos e a mecanização, possibilitando uma expressiva elevação da produção por área e da área cultivada por pessoa. Os incentivos dados às exportações, incluindo pequenos reajustes da moeda brasileira em intervalos variados de tempo, “desburocratização administrativa”, melhoramentos na infra-estrutura de transporte e comercialização, tiveram forte impacto sobre a balança de pagamentos brasileira (Tabela 3).

Tabela 3 - Exportação, importação, renda e coeficientes de importação e exportação – Brasil (1968–1973)

Ano	Exportações (1968 = 100)	Importações (1968 = 100)	Renda (1968 = 100)	Coeficiente de Importação	Coeficiente de Exportação
1968	100	100	100	6,72	5,96
1969	123,15	109,46	109,5	6,72	6,71
1970	140,34	131,97	119,04	7,45	7,03
1971	143,54	161,62	132,54	8,19	6,46
1972	180,94	195,62	148,37	8,86	7,27
1973	222,46	226,76	169,09	9,01	7,84

Fonte: Adaptado de Nakabashi (2004).

Org.: S. R. BRAGA (2007).

A expansão da agricultura e das exportações tinha o papel de criar as condições para uma forte expansão industrial (a meta estabelecida foi de 10,5% a.a.). Tal estratégia teria se tornado possível pela presença no País de uma estrutura industrial suficientemente ampla e diversificada. O estímulo às atividades agrícolas deveria atuar, destarte, como um elemento de dinamização da demanda interna de produtos manufaturados e, por conseguinte, do crescimento industrial.

A execução da política econômica enfrentou, no ano de 1970, uma aceleração da inflação que suscitou inquietação em certos setores que demandavam um tratamento de choque, rejeitado por Delfim Netto. “A opção pela convivência com uma inflação sob controle, neutralizada em seus efeitos, indicava a preservação indefinida da correção monetária, originalmente instituída com caráter provisório” (MACARINI, 2005, p.68).

O governo procura compatibilizar, no limite do possível, a consecução simultânea dos dois objetivos: o desenvolvimento e a estabilidade; significa que “quando temos de trocar menos 5% de inflação com mais 2% do produto, ficamos com o produto, porque podemos corrigir a distribuição de renda com política fiscal”. Isto só é possível porque a inflação está sob controle e os seus maiores males (a alocação defeituosa dos investimentos; a redução da taxa de poupança; o desequilíbrio no balanço de pagamentos) foram praticamente neutralizados pela política de preços que eliminou o congelamento, pela correção monetária e

pela taxa de câmbio flexível. “Há uma alegre irresponsabilidade nas recomendações de que devemos iniciar um tratamento de choque da inflação” (DELFIM NETTO, 1970, p.3).

A prática, anteriormente de caráter emergencial, de dilatação dos prazos de recolhimento dos impostos indiretos, tornou-se permanente a partir de 1970, contribuindo para a expansão do ritmo de atividade numa medida, cuja importância não deve ser subestimada. Com menor abrangência e profundidade, também o ICM do setor industrial teve seus prazos de recolhimento alongados. As alíquotas de IPI e ICM foram reduzidas em 0,5% ao ano, de 1971 a 1974.

O ano de 1970 foi, também, o da implantação do *open market* (após uma fase experimental em 1968-1969). O *open* facultou aos bancos remunerar parte do seu encaixe e desenvolver operações interbancárias, projetando a redução dos seus custos operacionais. O *open* constituiu, igualmente, esfera de valorização dos capitais em aplicações de curto prazo, numa conjuntura de alongamento de prazos de recolhimento e redução/isenção de impostos.

> As operações de mercado aberto são o substituto eficaz para o velho sistema de taxas mínimas ou obrigatórias de depósitos compulsórios. Estamos aprendendo a trabalhar com o *open market* para poder superar aquele sistema, extremamente oneroso para os bancos. **[**...] Vai ser um instrumento extremamente importante no futuro para controle da liquidez global do sistema econômico brasileiro. E vai ajudar a reduzir muito os empréstimos compulsórios, quando chegar o momento apropriado. Portanto, vai ser uma operação que reduzirá de maneira substancial o custo do sistema bancário (DELFIM NETTO, 1970, p.36-38 *passim*).

O governo Médici elegeu a agricultura sua prioridade e estabeleceu 1970 como o “ano da agricultura”. Vários foram os incentivos dados ao setor, visando à ampliação da mecanização e do uso de insumos modernos, consolidando a sua transformação em agronegócio. Dentre esses, Macarini (2005) destaca:

- Isenção de IPI e de ICM sobre tratores e demais maquinários agrícolas.
- Isenção de ICM sobre os insumos empregados na produção de adubos e fertilizantes.
- Incentivo fiscal à compra de tratores e máquinas agrícolas, fertilizantes, defensivos, etc. (abatido em até 80% do rendimento líquido sujeito ao IR).
- Redução do IR devido pela agricultura;
- Isenção de IPI sobre matérias-primas e produtos intermediários utilizados pela indústria de máquinas e implementos agrícolas.

- Isenção de ICM sobre motores e engrenagens utilizados na fabricação de tratores.

A resposta da agricultura aos estímulos foi um crescimento de 11,4% em 1971, uma performance que não se repetiria nem em 1972 (4,1%), nem em 1973 (3,5%). Essa política impulsionou, fortemente, a indústria de tratores, que operava com 50% de capacidade ociosa em 1969 e cuja expansão alcançou 47% em 1970; 57% em 1971 e 32% em 1972. A produção de fertilizantes nitrogenados multiplica-se por oito entre 1970 e 1974 e a de fosfatados cresce acima de 150% no período.

Quanto à indústria, Bacha e Bonelli (2005) estimam que o grau médio de capacidade ociosa era de 3,4% antes de 1980, aumentando para 7,6% depois dessa data; ao passo que o grau mínimo de capacidade ociosa era zero, aumentando para cerca de 4,4% no pós 1980, sendo verdade que os níveis observados de utilização de capacidade na indústria no início dos anos 1970 jamais foram alcançados a partir de 1980.

Parte do crescimento da produção pretendido (algo como 2 a 3% a. a.) viria do aproveitamento integral da capacidade produtiva subutilizada, pelo turno único de trabalho, e seria incentivado pela redução dos encargos previdenciários nos acréscimos de turnos de trabalho e dos encargos tributários sobre os acréscimos de produção provocados pelos turnos adicionais. Essas duas medidas fizeram-se acompanhar pela redução da tarifa de energia elétrica industrial nos períodos noturnos, fora dos picos de demanda e pela aceleração da depreciação, vinculada à utilização desses turnos adicionais. A indústria nacional deveria, pois, adotar padrões internacionais de eficiência.

Nessa conjuntura, a aceleração do crescimento tornou evidente o atraso na expansão de capacidade da siderurgia. Até o governo Médici, não existira qualquer programa de investimento em antecipação a um possível ponto de estrangulamento futuro, de modo que as importações de aço em relação ao consumo ingressavam em uma trajetória ameaçadora: 12,4% em 1969, 14,5% em 1970, 21,9% em 1971. O PSN, tornado inadiável, fixou, em dezembro de 1970, a meta de quadruplicar a produção de aço em uma década, devendo atingir 20 milhões de toneladas em 1980. O crescimento do investimento público e do setor produtivo estatal – a taxas anuais de 12,2% e 27,7%, respectivamente, entre 1970 e 1973 – assumiu grande importância, dado o seu efeito indutor sobre as decisões privadas.

A política econômica caracterizou-se, ao longo de 1970 e 1971, por uma distribuição generosa de incentivos (à agricultura, aos exportadores, à indústria, aos bancos); colheita farta

de crescimento econômico (incluindo, em 1971, a supersafra agrícola), inflação estabilizada, aumento progressivo das reservas internacionais.

Em 1972-1973, combinaram-se uma conjuntura econômica internacional e doméstica de intenso crescimento. A política econômica foi favorecida pelo *boom* sincronizado das economias capitalistas desenvolvidas e por uma incomum flexibilidade da política monetária (oferta abundante de liquidez e baixas taxas de juros) que levou o comércio mundial aos maiores índices de expansão de todo o pós-guerra. Nesse contexto de sobreliquidez internacional, intensificou-se a demanda mundial por alimentos e matérias-primas industriais e os preços dos alimentos cresceram 54,0% em 1972 e 43,2% em 1973, enquanto os preços das matérias-primas industriais exibem alta de 29,4% em 1972 e 74,2% em 1973[32].

> A continuidade da expansão e, sobretudo a ausência de fortes pressões inflacionárias, apesar das taxas inusitadamente altas de crescimento do produto, se deve, portanto, em boa medida, ao rápido crescimento de nossa capacidade para importar, proporcionada pela grande expansão das exportações e a forte elevação das entradas de capital estrangeiro (SINGER, 1973, p.70-71).

Essa conjuntura de superaquecimento, com níveis de produção tendendo a alcançar a plena utilização de capacidade, contribuiu para o crescimento da demanda, culminando em sobreinvestimento, que, posteriormente, desdobrar-se-ia em uma crise de superacumulação de capital. Assim, no pico do auge cíclico, em 1973, observaram-se manifestações de escassez de matérias-primas e insumos. Ao disseminar-se a apreensão de escassez, teve início um movimento especulativo (antecipação de compras), contribuindo para intensificar a escassez (e a correspondente pressão localizada sobre os preços). Diante da escassez, Delfim indaga: "Quem é suficientemente irresponsável para propor que paralisemos o desenvolvimento econômico só porque existem algumas dificuldades com matéria-prima?"

> Na indústria automobilística, as montadoras se defrontaram com limitações físicas no suprimento de chapas de aço; as firmas de autopeças foram afetadas pela falta generalizada de aço, registrando-se casos de paralisação total da linha de produção (além, é claro, de queixas insistentes de forte elevação dos custos, não reconhecida pelo CIP – v.g., disseminava-se no mercado a prática de sobrepreço). A indústria têxtil foi afetada pela escassez de algodão; a de calçados, pelas dificuldades no suprimento de couro (também aqui registrando-se casos de redução da produção); na química, o suprimento deficiente de insumos afetou a produção de resinas (um caso extremo: o fenol, monopolizado pela Rhodia, teve a sua produção interrompida em

[32] Macarini (2005).

> razão da escassez da matéria-prima, importada); a falta de resinas fenólicas e de ferro gusa trouxe dificuldades para a fundição (MACARINI, 2005, p.78-79).

A partir do biênio 1970/1971, parecia esgotada a capacidade ociosa da indústria herdada da etapa anterior e utilizada no período da recuperação, de modo que a política econômica do período 1972-1973, contrastando com a prática anterior, reassumiu uma feição antiinflacionária, assumindo uma meta explícita, a saber, 15% em 1972 e 12% em 1973, o que não se via desde o PAEG. O general Médici, discursando no aniversário do regime, daria grande espaço ao tema da inflação, qualificando-a de "mal do século" e "a maior inimiga do bem estar da família brasileira", e anunciaria a adoção de uma "nova postura"[33].

Para Macarini (2005, p.80-81), essa "nova postura" diante da inflação, "na verdade, a recuperação de um ideal originário da Revolução" foi determinada por fatores de ordem política: a sucessão de Médici já começava a despontar, e essa poderia ser "uma tática para enquadrar o processo ou para aumentar o cacife do grupo dirigente visando influir no seu desenlace final". Assim, para esse autor, a "nova postura" era parte da propaganda do regime que buscava alimentar o ufanismo patriótico com o anúncio de sucessivos "projetos de impacto".

A confiança no êxito da meta antiinflacionária baseava-se em projeções de excelente desempenho agrícola em 1972 e 1973, no arrocho salarial consolidado, *déficit* orçamentário negligenciável, câmbio acertado, política monetária eficazmente conduzida graças ao *open*. A política econômica pretendeu reduzir significativamente a inflação e, ao mesmo tempo, perpetuar o crescimento acelerado, concedendo prazos elásticos para o recolhimento do IPI e disponibilizando financiamentos do capital de giro (a custo zero).

Hércules Corrêa (1980), apoiando-se em estudos do DIEESE e da RAE/FGV, afirma que, enquanto a produtividade média aumentou 670%, entre 1966 e 1976, o salário real diminuiu 27%, nesse período. Por outro lado, enquanto o PNB *per capita* cresceu 58%, de 1961 a 1973, o salário mínimo real médio diminuiu 55 % nesse mesmo período de 12 anos.

O modelo adotado utilizou largamente o endividamento externo, intensificado ao longo de 1972 e 1973 e visto como mecanismo de captação de poupança externa, permitindo elevar a taxa de investimento de forma a assegurar o crescimento acelerado. Em um quadro de liquidez farta, houve um crescimento vertiginoso da oferta de crédito: 46% em 1972 e 43%

---

[33] O discurso de Médici acha-se publicado em **O Estado de São Paulo**, de 02 de abril de 1972.

em 1973, no caso dos bancos comerciais; 54,4% em 1972 e 57,3% em 1973, no caso dos empréstimos do SFH; 65,3% em 1973, no caso das financeiras (em São Paulo, alcançou-se a taxa de 108,7%) e 60,2% para os empréstimos dos bancos de investimento (MACARINI, 2005).

> Em pleno festival do "milagre brasileiro" (1968-73) o então Ministro da Fazenda, Delfim Netto, dizia que era maravilhoso que o Brasil pudesse aumentar seu endividamento externo rapidamente. E explicava, com arrogância: endividando-se o Brasil estava utilizando a poupança externa (ou seja, recursos economizados por habitantes de outros países) para promover seu desenvolvimento. E isso era essencial, pois só com a poupança interna (traduzindo: o que os brasileiros economizavam) não seria possível fazer a economia crescer rapidamente (BUENO, 1983, p.44).

Os dados disponíveis demonstram que as multinacionais cresceram mais rapidamente que o resto da economia durante o *boom*, quer pela formação de oligopólios, quer por sua superioridade tecnológica. O relatório da Comissão de Inquérito sobre Multinacionais do Senado dos Estados Unidos (1975) afirma:

> Com quase metade da indústria sob controle estrangeiro, o comportamento das multinacionais é um determinante crítico da performance da economia brasileira. Além do mais, como muitas firmas estrangeiras são oligopolistas, a desnacionalização está ligada à concentração do mercado de produtos. Concentração de mercado confere poderes adicionais às multinacionais, liberadas da disciplina imposta pela competição (NEWFARMER; MULLER, 1975 apud ANDRADE, 2002, p.52).

De 1966 a 1972, o número de indústrias privadas brasileiras, constante da lista das 300 firmas mais importantes (de acordo com a magnitude do capital), caiu de 156 para 139. O capital das companhias brasileiras incluídas nessa lista decaiu de 36% em 1966 para 28% em 1972. Enquanto isso, a política de endividamento externo, acelerada em 1971, alimentou o sistema financeiro interno, aumentando, a um só tempo, as reservas de moeda estrangeira do BACEN e abrindo caminho para as políticas de expansão presentes no II PND, "o mais importante e concentrado esforço do Estado desde o Plano de Metas" (BECKER; EGLER, (1998, p.139).

> Os grupos internacionais líderes estão bem representados em toda a estrutura industrial, dominando, em forma absoluta, os setores produtores de bens de consumo duráveis (automobilística e eletroeletrônica). Estão presentes em forma decisiva nos setores de bens de capital (máquinas e equipamentos), onde representam mais de 50% do valor da produção dos estabelecimentos líderes. Dividem com as empresas nacionais a liderança dos mercadores de consumo não durável, sendo absolutamente

> dominantes na produção de fumo, farmacêutica, perfumaria e alguns setores mais importantes das indústrias alimentar, têxtil e do vestuário (TAVARES; FAÇANHA, s. d., *apud* BUENO, 1983, p.23-24)

As multinacionais passaram a dividir, com as empresas públicas, a liderança de setores estratégicos de insumos, como a química pesada e a metalurgia, o setor de papel e celulose, minerais não-metálicos. As multinacionais dominavam completamente as indústrias do vidro plano, borracha, condutores elétricos, de tintas e esmaltes, materiais petroquímicos, resinas, inseticidas, pigmentos, corantes e laminados. Enquanto isso, as estatais controlavam a siderurgia, os combustíveis e lubrificantes e as indústrias nacionais, os setores de cimento, outros setores de materiais de construção e poucos outros de bens de consumo não duráveis.

Para manter o domínio dos setores modernos da indústria brasileira, de maiores lucratividade e taxas de crescimento da produção, as multinacionais utilizaram-se de *dumping* (preços artificialmente baixos para eliminar concorrentes), da suspensão do fornecimento de peças e componentes às empresas nacionais e de outros estratagemas.

> Grande governo tecnoburocrático e grande empresa capitalista complementam-se. O grande governo além de controlar a economia em geral, produz energia elétrica, transportes, aço, petróleo, comunicações. A grande empresa capitalista, principalmente a internacional, controla, por sua vez, a indústria de transformação, particularmente a indústria automobilística, a indústria de bens de capital, a indústria de bens duráveis de consumo, a indústria eletrônica, a petroquímica. Em relação a esta última, e também em relação à mineração e ao setor financeiro internacional, a aliança entre o governo e o capitalismo internacional torna-se explícita, através de acordos firmados pela Petrobrás, pela Vale do Rio Doce e pelo Banco do Brasil. Esta aliança estabelece as bases de uma nova dependência — de uma dependência tecnológica e política (BRESSER-PEREIRA, 1973, p.136).

Graças a essa filosofia de portas sem trancas e ao empurrão dado com os crescentes gastos com a importação de petróleo, a dívida externa brasileira foi se multiplicando. Passou de US$ 4,4 bilhões em 1969 a US$ 12,5 bilhões em 1972, US$ 21,1 bilhões em 1975 e a US$ 42,8 bilhões em 1978, segundo Bueno (1983), que demonstrou ser o ingresso líquido de dólares das multinacionais menor do que se apregoava (Tabela 4).

Tabela 4 - A ilusória entrada de dólares (em US$ bilhões) – Brasil (1973/1977)

Discriminação	Até 1973	Até 1977
Total registrado no BACEN	4,8	11,2
Menos: lucros das multinacionais no país em que foram reinvestidos	1,7	3,7
Ingresso efetivo de dólares	3,1	7,5
Menos: lucros remetidos para o exterior	1,5	2,9
Remessas de royalties, assistência técnica, patentes, etc.	1,0	1,6
Ingresso líquido de dólares	0,6	3,0

Fonte: Adaptado de Bueno (1983, p.46).
Org.: S. R. BRAGA (2007).

Nessa perspectiva, a "poupança externa" desvelou-se sangria de dólares, ampliada pelos lançamentos de ações, para captar recursos junto ao público e pelas aplicações no *open market*. Nesse período, os lucros não-operacionais das multinacionais ultrapassaram, em muito, os oriundos de suas atividades produtivas normais.

Bresser-Pereira (1973, p.137) afirma que "o grande governo tecnoburocrático tem hoje condições de [...] controlar o capitalismo internacional em sua ação dentro do Brasil", mas "apesar dessa aliança se realizar entre parceiros relativamente iguais, porém, o modelo não perde suas características de modelo de desenvolvimento dependente". Ao invés de uma dependência "antiindustrializante, é desenvolvimentista", tomando-se o desenvolvimento, como "a integração do Brasil no sistema capitalista internacional", cum apêndice sem autonomia tecnológica, sem autonomia em matéria de acumulação de capital".

Assim, a dependência tecnológica em relação ao exterior acentuou-se, na medida em que as multinacionais não se preocupavam em desenvolver uma tecnologia nacional. Por outro lado, através da aferição de altas taxas de lucro, as empresas estrangeiras absorveram uma parcela crescente da poupança nacional, desnacionalizando a economia. Essas empresas que dominam a indústria capital-intensiva, tecnologicamente de ponta, foram colocadas na vanguarda do novo modelo de desenvolvimento econômico do país.

> De acordo com a ideologia eficientista ou desenvolvimentista e ao mesmo tempo conservadora e voltada para a segurança do sistema, que caracteriza as elites tecnoburocráticas, é muito mais fácil, seguro e eficiente realizar esta aliança, dando apoio ao sistema capitalista e deixando que o mesmo se desenvolva de acordo com sua dinâmica própria, do que partir para um arriscado processo de distribuição de renda, que exigiria profundas alterações não só na estrutura da demanda, mas também da oferta global (BRESSER-PEREIRA, 1973, p.137).

No tocante à política antiinflacionária, além da expectativa de safras agrícolas favoráveis e de redução dos juros, a ação econômica traduziu-se em sucessivas reuniões com representantes da indústria, tentando arrancar um comprometimento com as metas oficiais. Ao mesmo tempo, reduziu-se a zero o IPI incidente sobre produtos alimentícios e sobre 30 categorias de produtos, a maior parte dos setores farmacêutico e de material de uso doméstico e higiene pessoal. Em nove meses de 1973, 128 produtos foram contemplados com benefício tarifário, medida de caráter emergencial, válidas por um período prefixado ou para determinadas quantidades de importações. Isso ocorreu porque, durante o "milagre", a CIP só autorizava aumento de preços sob a justificativa de elevações de custos. Desse modo, a inflação, ao invés de eliminada, era reprimida.

> A possibilidade de abrir pontos de estrangulamentos mediante importações tem naturalmente seus limites. Em primeiro, nem todas mercadorias são importáveis. Em geral não se importam serviços de comunicações nem de transporte interno, nem de energia. [...] Em segundo lugar, nem sempre as mercadorias que se necessita importar se encontram disponíveis no mercado mundial (SINGER, 1973, p.72).

Quanto ao setor agropecuário, a orientação exportadora resultou em pressão altista decorrente da tendência à colagem preços domésticos-preços internacionais, então inflacionados. Face ao comprometimento com a meta de redução da inflação, a política econômica não hesitou em adotar restrições às exportações e, até mesmo ressuscitar a prática do tabelamento de preços, durante o segundo semestre de 1972, atingindo, além da carne, a soja, o milho, o arroz, o algodão e o feijão. As restrições às exportações também atingiram alguns metais: aço, ferro gusa, cobre, níquel, alumínio, magnésio, zinco e estanho.

O governo Médici procurou acelerar o desenvolvimento econômico num ritmo e duração adequados à meta de superação do subdesenvolvimento e beneficiou-se de um ascenso cíclico, no plano doméstico, e de um cenário externo de expansão do comércio e do movimento de capitais.

No plano político, casada com a repressão, a intensa propaganda ufanista ajudou a criar uma aparente aceitação do regime. Esta se expressou em pesquisas de opinião que conferiram alta popularidade ao presidente Médici, ou na vitória eleitoral da ARENA em 1970.

> De qualquer forma, a política econômica cumpriu a contento o seu papel de coadjuvar a valorização dos capitais, beneficiando amplo leque de interesses capitalistas. Com certeza em nenhum outro momento desde sua implantação a ditadura logrou atender, de forma tão generosa e ecumênica, as demandas do capital, um fato revelador seja da enorme ampliação do raio de manobra suscitado pelo auge, seja da real natureza da política econômica (MACARINI, 2005, p.90).

Com o primeiro choque do petróleo em 1973, porém, iniciou-se a "crise do milagre", objeto de interpretações divergentes. Boarati (2003) elenca as questões levantadas pela crise:

- Crise conjuntural decorrente do choque do petróleo ou estrutural inerente ao modelo de desenvolvimento?
- Crise exógena ou crise endógena apenas agravada pelo choque do petróleo?
- Qual a saída para a crise: uma política ortodoxa para reequilibrar as contas externas ou medidas heterodoxas no sentido da substituição de importações?

A polarização em torno das causas da crise resultou em uma grande discussão sobre as políticas a serem implementadas para sua superação.

Paul Singer (1976) julga responsáveis pela crise instrumentos, de início, considerados causadores do "milagre", como a correção monetária, que, após a crise do petróleo, assumiria taxas crescentes e descontroladas, desajustes admitidos pela equipe econômica tardiamente, quando a desorganização dos demais instrumentos, em especial do controle de preços e salários, era tamanha que tornava a ruptura inevitável.

Delfim Netto (1990, p.113-115 *passim*), quase duas décadas depois, continuava a advogar que, apesar da primeira crise do petróleo, o país continuou a crescer à custa, porém, de um endividamento externo, compartilhado por "todos os países em vias de desenvolvimento não produtores de petróleo" que "se endividaram ainda mais, relativamente ao seu PIB". A política estava correta, ratifica seu mentor: "Hoje se critica o endividamento, mas a verdade é que sem ele a crise teria sido mais profunda e o que é pior, teria produzido uma

desorganização do sistema produtivo". Em 1975, "sem a importação financiada de petróleo, o PIB teria caído dramaticamente, produzindo uma miséria geral".

Certamente, não houve "nenhuma tolice interna", apenas importávamos quase 90% do petróleo consumido e "os países produtores resolveram explorar o resto do mundo formando um cartel, que em 1974 elevou de 2 para 12 dólares e, em 1979, de 12 para 34 dólares o preço de um barril".

De qualquer forma, era certo que os elevados índices de crescimento do PIB verificados no governo Costa e Silva 1969, 10,0%; 1970, 8,8%; 1971, 13,3%; 1972, 11,7%; e 1973,14,0% já não se verificariam. Com o esgotamento da fase de prosperidade econômica mundial, dos 16 países capitalistas desenvolvidos da OCDE, 10 entraram em recessão em 1975, contra apenas dois no período 1968-1973.

Com a redução das taxas de crescimento, acentuaram-se as críticas ao regime autoritário e ao modelo brasileiro de desenvolvimento, pela concentração de renda[34], crescimento desequilibrado inter e intra-setorial e pela vulnerabilidade externa do país. Em 1973, último ano da gestão Médici, o governo festejou uma suposta queda inflacionária para 15,5%; o índice anunciado do IPC, usado no cálculo dos reajustes salariais, foi 14%. Durante algum tempo, tentou-se mascarar a crise, o que resultou em um hiato cada vez maior entre a inflação real e a oficial, que acabou engolindo todo o sistema de controles de preços, juros e salários. As principais vítimas desse processo foram os trabalhadores.

1.4 De novo, rumo ao desenvolvimento

Em 15 de março de 1974, momento em que o presidente Ernesto Geisel iniciava seu mandato, era patente o quadro de deterioração da economia brasileira. A balança comercial apresentava um vultoso *déficit*. Arrastado pela alta dos preços do petróleo e de outras matérias-primas, "o valor das importações dá um salto de canguru: mais do que dobra em apenas 12 meses, passando de 6,1 bilhões em 1973 para 12,6 bilhões no ano seguinte. O valor das exportações se eleva para 7,9 bilhões" (SANDRONI, 1981, p.41). O *déficit* na balança

[34] Nos altos escalões das empresas, o salário médio, muitas vezes, superava aqueles pagos nos Estados Unidos a cargos semelhantes. Um gerente geral, em empresas de São Paulo e Rio de Janeiro, ganhava 65 vezes mais que um servente da construção civil em 1969, 81 vezes em 1972 e 90 vezes em 1975.

comercial, como proporção do PIB, progrediu de 1,17, em 1973, para 5,62, em 1974. No final de 1973, a dívida externa, contraída para financiar as obras faraônicas do governo, atingiu a marca de US$ 9,5 bilhões e a inflação chegou a 34,5% ao ano.

Surpreendentemente, o general Ernesto Geisel enfrentou as dificuldades econômicas e políticas decorrentes do fim do "milagre" com a recusa do caminho do ajustamento. Reiterou-se a opção pelo crescimento, mesmo que à custa do endividamento externo. Destarte, o Brasil continuou a direcionar os investimentos, na indústria, para projetos que substituíssem importações.

> No governo Geisel, quando o preço do barril do petróleo passou de US$ 2 para 14 foi que o presidente decidiu tomar empréstimos para vencer a crise, mas com a condição de investir em projetos reprodutivos, o que se deu, com apenas dois malogros: a Ferrovia do Aço e o Acordo Brasil/Alemanha para energia nuclear. Geisel não tinha outra alternativa a menos que paralisasse o País por falta de suprimento de petróleo de que éramos dependentes, como o maior importador de Terceiro Mundo, escravos do diesel, querosene, gasolina, para a indústria, os transportes de terra, mar e ar e o consumo doméstico (PASSARINHO, 2003 apud FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2006, p.223).

A meta era alcançar um crescimento industrial de 12% ao ano até 1979. A isto veio o II PND, que visava a criar bases para a indústria, reduzindo a dependência em relação a fontes externas. Tal meta não se efetivou. Entretanto, o crescimento anual do PIB em 1974-80, apesar de ser menor do que no "milagre", manteve-se em 6,9% ao ano. Também, o progresso técnico declinou, mas foi positivo a uma taxa de 0,9% ao ano. O preço relativo do investimento aumentou e a produtividade do capital declinou substancialmente entre 1974 e 1984 (BACHA; BONELLI, 2005).

Opondo-se ao nacionalismo às avessas do governo Médici, no auge de seu plano, Velloso (1977) afirmava que, das 1.069 principais empresas instaladas no país em 1976, 663 eram privadas nacionais; 281, estrangeiras e 125, empresas estatais. Quanto ao patrimônio líquido, o capital nacional (privado e governamental) controlava cerca de 80% do total dessas empresas. Pelo critério do faturamento, a empresa privada nacional respondia por 37,4%; a estrangeira, por 38,3% e a estatal, por 24,3%. Entre 1970 e 1976, a participação da empresa estrangeira, pelo critério do patrimônio líquido, declinara de 24,7% para 20,1 %, enquanto se mantinha estável a da empresa privada nacional (27,8 % em 70 e 27,7% em 76) e aumentava a da empresa estatal, de 47,5% para 52,2%.

O II PND afirmava-se como o "modelo" econômico e social dirigido aos "destinos humanos da sociedade que desejamos construir", prevendo que, ao final da década de 1970, o

Brasil teria pela frente “a consciência de potência emergente e as repercussões do atual quadro internacional”. Outra vez, falava-se em crescimento acelerado, aumento de oportunidades de emprego, controle inflacionário, equilíbrio do balanço de pagamentos, melhoria da distribuição de renda e em conservação da estabilidade social e política. O desenvolvimentismo do regime autoritário teria seu ápice nesse período, como

> [...] uma ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõem dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (BIELSCHOWSKY, 1995, p.7).

A ideologia ancorava-se na propaganda. Em janeiro de 1975, foi criada a ARP, sob orientação do Cel. José Maria de Toledo Camargo, ex-auxiliar do Cel. Otávio Costa na AERP. Graças ao “acordo de cavalheiros” com a ABERT, o governo passou a dispor de 10 minutos diários, em todos os canais de televisão e emissoras de rádio do país, para a divulgação de filmetes (anúncios de 120 segundos), textos e *jingles*. Nenhum anunciante usava um terço desse tempo em nenhuma emissora e o governo o fazia em todas as 70 estações do Brasil. Os mesmos filmes eram projetados nos cinemas, obrigados a fazê-los gratuitamente. Foram distribuídas 70.000 fotografias oficiais do presidente até janeiro de 1976. Em 1975, o governo criou a RADIOBRÁS e anunciou a proposta de criar emissoras em pontos estratégicos do território, para facilitar a integração nacional. A rede começou com 54 emissoras de rádio e quatro de televisão.

De fato, sob a ideologia do desenvolvimentismo, consubstanciada no II PND (1975/1979), divulgado em setembro de 1974, alastrou-se a participação estatal na economia. Se a ação econômica do governo Médici tinha sido indiferente, e mesmo avessa, ao I PND, como afirma Macarini (2005), o mesmo não se deu com o II PND, que trouxe de volta o planejamento ao centro da economia.

Para Bacha e Bonelli (2005, p.179), o II PND representou a “obsessão com a legitimação de um regime autoritário estatizante através do sucesso econômico de curto prazo”. Para Geisel (1993-1994 *apud* D’ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.249-251 *passim*), a “estatização resulta de uma situação forçada! O sujeito não é estatizante porque gosta, é estatizante porque

é a única maneira de fazer as coisas, e se não fizer as coisas o país não se desenvolve", já que "a iniciativa privada não se interessa pelo real desenvolvimento do país".

A ênfase em substituição pesada de importações, "ponto crítico definidor do futuro econômico do Brasil", levou a dívida externa e a inflação doméstica a aumentarem fortemente, gerando a demanda doméstica excessiva e indexação de preços e salários. Carlos Lessa (1998) apregoa o mesmo ponto de vista: a grandiosidade do plano acabou por sustentar politicamente o regime, visto que um ajuste recessivo pioraria a relação entre governo e sociedade, desacreditando o sonho do Brasil Grande.

O II PND tinha como foco o setor de insumos básicos e de bens de capital em detrimento do setor de consumo de bens duráveis. Enfatizaram-se os investimentos em indústrias de base e a busca da auto-suficiência em insumos básicos, estimulando a pesquisa de combustíveis fósseis, o programa nuclear, o PROÁLCOOL e a construção de hidrelétricas, impulsionado pela crise do petróleo. O nível de atividade econômica, de 1974 até 1979, ficou acima de 4% ao ano, um resultado expressivo diante de um quadro adverso.

Geisel (1993-1994), em entrevista concedida a D'Araújo e Castro (1997, p.290), comentou o caráter sustentado do II PND:

> O desenvolvimento que o II PND pretendia alcançar era um desenvolvimento integrado, não apenas econômico, mas também social. Além do aumento da produção nacional, nossa preocupação era, tanto quanto possível, assegurar o pleno emprego, evitando o agravamento dos nossos graves problemas sociais e promovendo melhorias na sua solução.

Apesar de não alcançar as ambiciosas metas estabelecidas, o II PND teve o crédito de ter sido o primeiro plano de âmbito nacional em que o desenvolvimento sustentado foi inserido no processo de planejamento. O Plano já enfatizava a necessidade de buscar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e sem devastação dos recursos naturais.

O ministro Velloso (1977) apresenta as duas estratégias apresentadas ao governo Geisel face à crise do petróleo[35]: ou jogar a economia em uma forte recessão, como teria feito a maioria dos outros países, ou investir na desaceleração progressiva da economia.

---

[35] O choque do petróleo originou tal mudança na balança comercial brasileira, que entre 1973 e 1974, criou-se um *déficit* comercial de US$ 4690 milhões (VELLOSO, 1977).

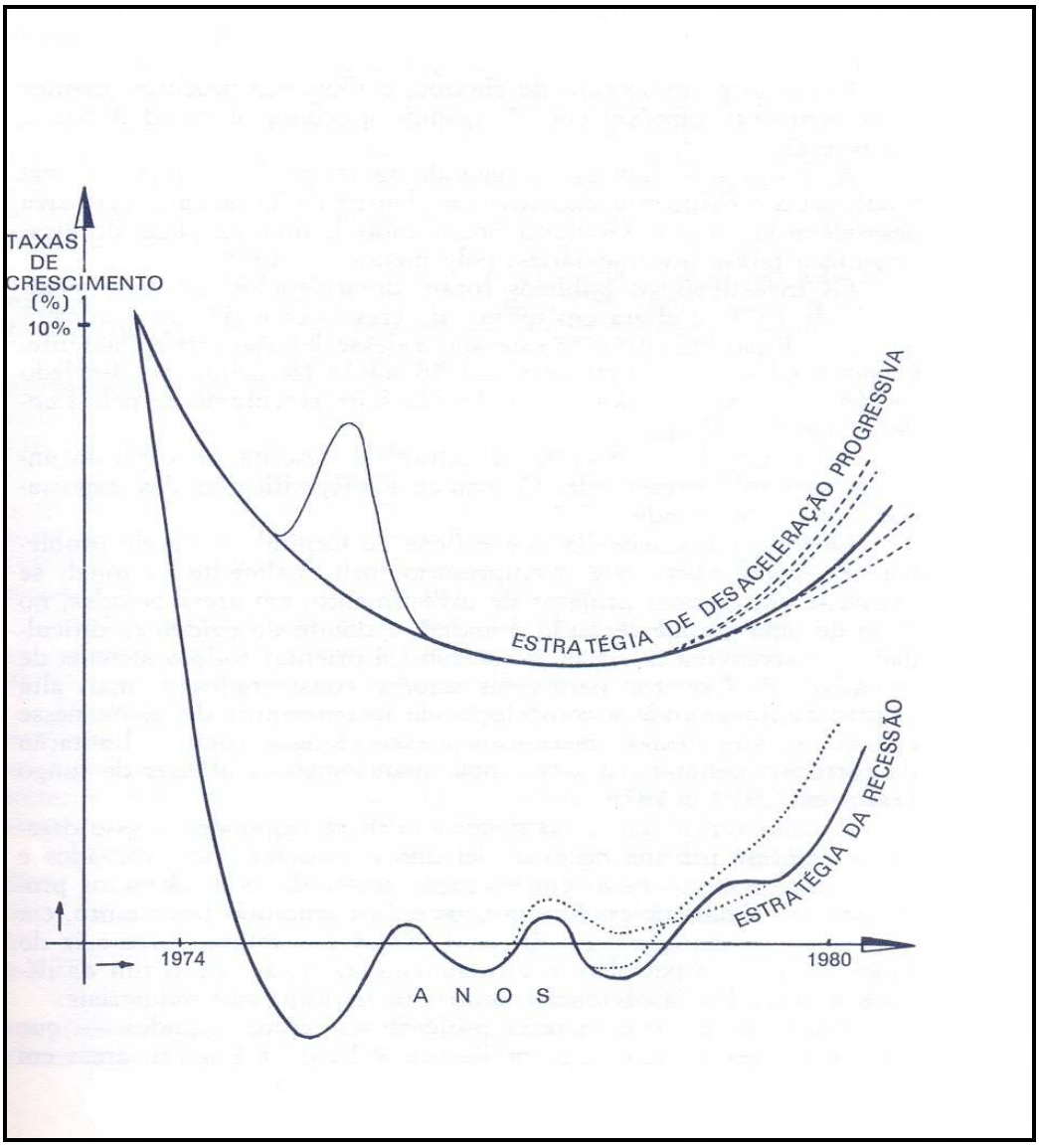


Figura 1: A estratégia da desaceleração.
Fonte: Velloso (1977, p.123).

O ministro afirma que, com a recessão, não haveria recursos públicos para expandir os programas de educação, saúde e saneamento, parando, virtualmente, o país, econômica e socialmente, por bastante tempo. Assim, era necessário "recondicionar a economia brasileira" à nova realidade mundial, desacelerando-se os investimentos públicos desde 1976, embora, em termos de crescimento do PIB e aumento da produção industrial, os índices daquele ano foram acima do desejado: 9,2% (VELLOSO, 1977).

A opção da desaceleração permitiria ao país manter-se no modelo que lhe conduziria ao nível de potência intermediária. "Com a concepção de 'plano sem metas', operando apenas com indicadores, foi tornado ainda mais flexível o planejamento, no País" (VELLOSO, 1977,

p.59). Tal plano, porém, não abdicou da formulação das bases da política de desenvolvimento econômico e social, definindo a estratégia e as prioridades nacionais. Para preservar as prioridades do II PND, garantiu-se, a todo custo, um alto nível de recursos para o núcleo básico (petróleo, insumos básicos e projetos de exportação), desacelerando-se os investimentos em infra-estrutura.

Contra o plano, houve a elevada soma de recursos, obtidos junto a bancos europeus que dispunham, na época, de abundância de petrodólares. Neves e Oliva Júnior (2004) analisam o comportamento dos financiamentos totais, como percentual do PIB (Tabela 5).

Tabela 5 - Financiamento líquido em % do PIB - Brasil (1974-1979)

Ano	Financiamento Total
1974	4,9
1975	4,1
1976	3,8
1977	2,3
1978	4,4
1979	2,7

Fonte: Neves e Oliva Júnior (2004).

Org.: S. R. BRAGA (2007).

Geisel comentaria, em seu depoimento aos pesquisadores do CPDOC/FGV:

> Simonsen de vez em quando arrancava os cabelos e vinha a mim com o problema da inflação. Pensávamos na inflação, procurávamos adotar medidas para reduzi-la, mas não era o problema número um do governo. Nosso problema número um era desenvolver o país, dar emprego, melhorar as condições de vida da população. Para tanto, tivemos que recorrer ao crédito externo, que na época era muito favorável. Havia muito dinheiro disponível no exterior, proveniente da reciclagem da receita auferida pelos países da Opep, os célebres petrodólares. E o Brasil tinha muito crédito (GEISEL, 1993-1994 *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p.285).

Sob o impulso da pretensa “poupança externa”, cresceu a participação estatal no total dos investimentos fixos, elevando-se de 38% em 1970 para 43% em 1978. Estima-se que 35% da demanda total de bens de capital produzidos localmente em 1975 foram gerados por investimentos públicos. Em 1974, o Estado controlava 68,5% das ações na mineração, 72%

na siderúrgica, 96,4% na produção de petróleo e 34,8% na química e petroquímica. O Estado monopolizava o transporte ferroviário, o serviço de telecomunicações, a geração e distribuição da energia elétrica e nuclear e outros serviços públicos, como nos informa Andrade (2002).

Todas essas atividades produtivas foram sustentadas pela estrutura financeira não-ortodoxa do Estado. Uma pesquisa de 1977 revelou que os setores produtivos estatais contribuíram com 70% da produção industrial total; as escalas de produção e a intensidade de capital eram mais elevadas no setor público do que no privado, mas os lucros nesse setor foram bem menores que a média, devido à sua política de preços baixos (TAVARES; FAÇANHA, 1977).

Além de recursos orçamentários, o Estado estimulava a poupança privada de longo prazo através de benefícios tributários e creditados; também recolheu poupança forçada para os fundos sociais controlados pelo Governo, manipulando enorme quantidade de recursos através do *open market*, que se manteve ativo pelas altas taxas de correção monetária e juros (Tabela 6).

Tabela 6 - Lucros das multinacionais (em Cr$ milhões) no *open market* – Brasil (1977)

Empresa	Lucro operacional (1)	Lucro não operacional (2)	Lucro líquido	(2/1)%
Volkswagen	9,5	573,0	582,6	5.931
Ford	703,6	336,2	482,4	131
General Motors	1.454,9	163,4	1.291,6	111
Caterpillar	394,4	82,9	266,5	123
Fiat	1.483,3	241,9	1.241,4	116
Siemens	339,8	377,5	25,7	211
Olivetti	11,1	77,5	82,6	598
Dow Química	691,6	51,2	640,5	107
Chrysler	194,4	56,2	138,1	128
Motores Perkins	28,3	18,3	10,1	163
Hoechst	76,8	53,6	23,5	169
Standart Electric	79,8	329,3	234,8	512
Sears	37,7	122,8	66,3	425
Stockler	5,1	12,9	7,8	352
Telefunken	26,1	26,4	0,3	201
Souza Cruz	63,6	18,0	45,6	128
Quimbrasil	16,0	38,5	54,5	140
Verolme	115,9	8,8	47,0	159
Champion	48,4	24,0	53,4	141
Roche	27,1	76,2	103,3	181
Alcominas	10,7	34,7	1,0	224

Fonte: Adaptado de Balanço Anual da Gazeta Mercantil.

Org.: S. R. BRAGA (2007).

O papel do Estado na economia brasileira foi muito além da instituição de políticas monetárias e fiscais e da promulgação de leis e regulamentos com o objetivo de estimular o crescimento, acentuando-se em quatro vias: o sistema bancário; a extensão da infra-estrutura; o setor de habitação e a produção direta pelas estatais. Geisel, em entrevista a D'Araújo e Castro (1997, p.290), já mencionada, discorre sobre o II PND e as críticas recebidas por sua configuração estatista:

> O PND em grande parte foi montado por um instituto especializado vinculado ao Ministério do Planejamento. [...] O plano foi montado de acordo com algumas idéias que eu tinha exposto na primeira reunião ministerial e contou com a colaboração de todos os ministros. Foi muito discutido, inclusive no Congresso, que o aprovou com algumas emendas, e entrou em vigor em dezembro de 1974. O plano, com suas premissas e justificativas, está exposto pormenorizadamente numa publicação oficial. Mas deve-se observar que o II PND não era rígido. Era uma diretriz para os diferentes órgãos do governo pautarem suas ações e, como tal, foi sujeito a modificações,com ampliações ou reduções conforme a situação. [...] o Brasil deve sempre empenhar-se efetiva e prioritariamente no seu desenvolvimento em todos os setores de atividade. Contudo, não há no país capitais disponíveis. Existem ricos, mas estão pouco dispostos a enfrentar esses problemas, e assim há relativamente pouco dinheiro para promover o desenvolvimento. Cabe então ao próprio governo, com os meios de que pode dispor, inclusive o crédito externo, assumir a tarefa. Passamos então a ser acusados, pelos teóricos que nada produzem de estatizantes!

Segundo Maddison (1992), vários motivos levaram o governo a assumir os investimentos na infra-estrutura do país e várias indústrias produtivas, sendo os principais a debilidade do capital nacional para a realização de certos tipos de investimentos e a falta de atratividade para o capital privado, nacional e internacional, de certas indústrias.

O II PND reforçou a orientação, já constante do primeiro Plano (o "federalismo econômico"), dos pólos de desenvolvimento. O mote dessa proposta era a existência de uma forte tendência de concentração, tanto social, quanto espacial, dos frutos do desenvolvimento. Em suma, a remoção dos "obstáculos ao desenvolvimento" não conduzira à generalização da expansão capitalista no espaço nacional, reforçando-se a concentração da renda.

O "partido da ordem" acreditava que a aceleração do desenvolvimento diminuiria as desigualdades regionais, fortalecendo a coesão nacional. A perspectiva então dominante era de que tensões sociais emergiriam dessa concentração, ameaçando a própria legitimidade da idéia de desenvolvimento, vital ao processo de reprodução do capital.

Como demonstra Gómez (2005, p.53), o desenvolvimento, assumido como "descrição e desejo do 'melhor mundo possível'', contém uma "mensagem de fé absoluta no capitalismo", que, em "um discurso freqüentemente tergiversador, relaciona melhora e progresso, para

promover a reprodução da ordem social capitalista". Nesse sentido, a implantação de pólos de desenvolvimento, incorporada ao arsenal dos instrumentos de intervenção na economia do Estado, representou a possibilidade de corrigir "distorções" no processo, sem reformular o padrão básico de desenvolvimento.

Velloso (1977, p.43) afirma que "desde o início, e, principalmente no Governo Médici, a Revolução repudiou as soluções econômico-geográficas baseadas no pequeno espaço econômico, e na concentração industrial", passando a uma visão do desenvolvimento regional, centrada na integração nacional. Um melhor equilíbrio dentro da Federação seria o propósito de fortalecer a economia nordestina, "de plantar bases para a ocupação econômica da Amazônia; e de colocar em plena produção a nova fronteira agrícola do País, representada pela área dos cerrados e, em geral, pela região Centro-Oeste" e de fundir os antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro e de dividir o Mato Grosso.

Outra medida "social" do governo seria a "readequação" dos salários. Bacha e Bonelli (2005) afirmam que uma indexação salarial aperfeiçoada acompanhou a abertura do regime militar, iniciada pelo general Geisel. Assim, apesar de mantida a política de arrocho, quando indagado se reconhecia que "no governo Geisel os reajustes salariais pelo menos estiveram mais perto da inflação", a resposta de Lula da Silva (1981, p.152) foi: "devemos reconhecer que houve uma melhora nos índices de reajustamento do governo Geisel para o governo Médici. Inegavelmente, segundo os próprios cálculos do DIEESE, houve uma aproximação muito maior da realidade".

Carlos Eduardo Sarmento e Verena Alberti (2002), ao analisarem as 17 subpastas, que compõem a pasta Ministério da Fazenda do Arquivo Geisel, confirmam que os assuntos típicos dos despachos eram o acompanhamento dos ICVs e das taxas de inflação, a execução do orçamento monetário e balança comercial. Apesar desse monitoramento contínuo, deterioraram-se as contas públicas, com um persistente *déficit* no balanço de pagamentos (Tabela 7).

Para Nakabashi (2004), há boas razões para suspeitar que o desempenho das importações e exportações tenha desempenhado um papel crucial no crescimento da economia ou em restrições ao mesmo. Como *déficits* em conta corrente afetam os setores importadores e/ou exportadores; um *déficit* crescente aumentaria o risco de desvalorizações cambiais, e levaria o país a praticar taxas de juros mais elevadas para atrair fluxos de capital, estimulando a parte financeira em prejuízo da parte real da economia.

O segundo choque do petróleo, em 1979, elevou substancialmente o valor das importações, mais que dobrando o *déficit* da balança comercial. O saldo do balanço de pagamentos foi negativo na ordem de US$ 3,2 bilhões, ao mesmo tempo em que o fluxo de capitais começou a se reduzir, motivado pela nova política monetária restritiva norte-americana, que pressionou a taxa de juros internacional, influenciando a direção dos capitais estrangeiros para sua economia. Ainda que o ministro Mario Henrique Simonsen envidasse esforços no sentido da abertura da economia para o capital estrangeiro, em meados de 1975, o governo Geisel adotou uma medida contencionista e protecionista incisiva: o depósito prévio de 100% sobre o valor de todas as importações, à exceção do petróleo.

Tabela 7 - Exportação, importação, renda e saldo da balança (Brasil, 1968–1980)

Ano	Taxa de crescimento das exportações (%)	Taxa de crescimento das importações (%)	Taxa de crescimento da renda (%)	Saldo da balança comercial (% do PIB)
1968	14,4	27,7	9,8	-0,76
1969	23,1	9,5	9,5	-0,01
1970	14,0	20,6	8,7	-0,42
1971	2,3	22,5	11,3	-1,74
1972	26,1	21,0	11,9	-1,59
1973	22,9	15,9	14,0	-1,17
1974	5,8	59,6	8,2	-5,62
1975	-1,1	12,9	5,2	-3,80
1976	7,1	-5,9	10,3	-2,39
1977	8,4	11,7	4,9	-0,66
1978	-3,0	4,6	5,0	-1,19
1979	15,5	26,3	6,8	-2,09

Fonte: Adaptado de Nakabashi (2004).

Org.: S. R. BRAGA (2007).

Utilizando dados da SECEX, que separam o valor das exportações em três categorias de produtos: básicos, semimanufaturados e manufaturados, Nakabashi (2004) demonstra que a participação dos produtos manufaturados nas exportações aumentou à custa da queda relativa da participação dos produtos básicos (Tabela 7).

O robustecimento das exportações de manufaturas, para os apologistas do regime, demonstrou que a estratégia de desenvolvimento do II PND, com investimento maciço no parque industrial brasileiro, fora exitosa. Castro e Souza (1985) afirmam que, na verdade, o II PND foi importante para o ajuste da balança comercial nos anos 1980 e que os investimentos diretos e em carteira, entre 1973 e 1978, cresceram 79% e 256%, respectivamente, ambos, porém, representando menos de 1% do PIB.

Tabela 8 - Participação dos produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados nas exportações (%) – Brasil (1974-1979)

Ano	Básicos (%)	Semimanufaturados (%)	Manufaturados (%)
1974	57,57	11,53	27,00
1975	57,98	9,79	29,82
1976	60,52	8,31	27,41
1977	57,42	8,61	31,68
1978	47,22	11,23	40,15
1979	42,99	12,38	43,59

Fonte: Adaptado de Nakabashi (2004).

Org.: S. R. BRAGA (2007).

Entretanto, como nos lembram André Neves e Cid Oliva Júnior (2004), o retorno do *déficit* do balanço de pagamentos ocorreu em 1979, o que tornou inviáveis, técnica e financeiramente, inúmeros projetos do II PND, levando o ministro do Planejamento, Reis Velloso, a recuar, fortalecendo a posição do ministro da Fazenda, Simonsen, defensor de uma política contencionista.

De fato, "desde o segundo semestre de 1976, diante dos indicadores da economia, Simonsen passou a insistir em 'uma profunda revisão de todos os objetivos e prioridades da atual política econômica'", posto que "a inflação é mais uma vez a preocupação principal" (SARMENTO; ALBERTI, 2002, p.70). Em março de 1976, a inflação atingiria o nível mais explosivo desde o inicio do governo Geisel. O ministro propôs medidas para que a inflação anual não excedesse os 40%, ainda que não ignorasse as reações a medidas antipáticas de desaquecimento.

Em um balanço das realizações do governo Geisel no campo econômico, Simonsen sublinhou a viabilização do modelo brasileiro de desenvolvimento, logo após a crise do petróleo; a manutenção do crescimento da produção e do emprego e o enfrentamento do problema energético, por intermédio dos contratos de risco – "um passo de extrema coragem política"–, do acordo nuclear e do PROÁLCOOL. Quanto às taxas de inflação "pouco confortáveis", diz o ministro, "me deixaram em segunda época, obrigando-me a um exame de

recuperação no governo do presidente eleito João Batista de Figueiredo"[36] (SIMONSEN, 2002, p.74).

Para constranger reações a medidas antipáticas da área econômica, o ministro, em novembro de 1977, arrolou uma série de medidas destinadas a garantir que o partido do governo ganhasse as eleições parlamentares de novembro de 1978. Tratava-se de impedir que ocorresse aquilo que representava "a vocação natural do bipartidarismo: a alternância no poder". Assim, até 15 de novembro de 1978, não seriam anunciados aperto de créditos e salários, cortes de programas e aumentos de impostos. Palavras como "desaceleração" e "desaquecimento" deveriam ser omitidas do vocabulário governamental, evitando-se também apelar aos "respectivos antônimos". As medidas simpáticas deveriam ser anunciadas no momento de sua concretização, enquanto as antipáticas simplesmente não o seriam, ficando embutidas nos procedimentos de rotina.

O ministro Simonsen, na sessão do CSN, de abril de 1977, em que se deliberou o fechamento do Congresso, medida que antecedeu a decretação do "pacote de abril", sugeriu que, durante o recesso parlamentar, fossem feitas reformas políticas, e não apenas as do Poder Judiciário, incorporando-se o AI-5 à Constituição na forma de salvaguardas. Tais preocupações demonstraram que o "desenvolvimento" não poderia continuar sem a preservação da estrutura repressiva.

Nos despachos do presidente Geisel com Simonsen, o primeiro item da pauta eram os ICVs. Até 1978, tratava-se do índice do Rio de Janeiro, mas, a partir de maio desse ano, figura também o ICV nacional do Ministério da Fazenda, calculado com base em índices de algumas capitais. Em 1979, o IBGE passou a calcular tais índices.

Por seus desdobramentos posteriores[37], cabe comentar a exposição de motivos, apresentada por Simonsen em abril de 1974, sobre a possível manipulação das taxas inflacionárias de 1973. A forte pressão inflacionária nos primeiros meses do governo Geisel, para Simonsen, seria motivada pela "inflação reprimida" dos últimos meses de 1973, quando, procurando aproximar-se da meta de 12% de ao ano, o governo reprimiu os aumentos de preços, via tabelamentos e controles. A política monetária, ao contrário, mostrou-se fortemente inflacionista, com expansão de meios de pagamentos.

---

[36] Em março de 1979, sob a presidência de Figueiredo, Simonsen assumiria a SEPLAN do novo governo.

[37] Em 1977, o movimento sindical e a oposição ao regime, capitaneados por Luiz Inácio da Silva, abriram a discussão em torno da "manipulação dos índices de custo de vida de 1973", o que se desdobrou em uma CPI na Câmara Federal.

A abertura dos preços no primeiro trimestre de 1974 seria, assim, a conseqüência do excesso de procura existente no final do ano anterior. Nesse contexto, o governo deveria investir, prioritariamente, na adoção de uma política econômica antiinflacionária, pautando-se por "uma linha de austeridade, preservando o equilíbrio do orçamento e a disciplina da política salarial, reduzindo apreciavelmente a taxa de expansão monetária", "diagnóstico e terapêutica" que "esbarravam em alguns dos pilares da legitimidade presidencial de Ernesto Geisel".

Para o ministro antecessor, a história de inflação reprimida era um *hedge*. "Ele escreveu um documento para o Geisel, que depois foi usado pelo DIEESE e por outros, dizendo que havia uma 'inflação reprimida'. [...] É claro que era desagradável para ele e para o governo a inflação ter passado de 15 para 32,33%, o que foi um efeito, realmente, da crise do petróleo" (SARMENTO; ALBERTI, 2002, p.67). Simonsen, em vão, tentou fazer prevalecer a idéia de um rígido ajuste macroeconômico em prevalência ao desenvolvimento.

Bacha e Bonelli (2005, p.181), analisando o interregno 1974-1984, demonstram que a principal razão da depressão na acumulação de capital no período, foi o aumento no preço relativo do investimento, que reduziu o poder de compra da poupança. Para explicar a taxa média de crescimento do PIB de 3,9% no período, eles afirmam que o aprofundamento do capital a uma taxa de 2,6% ao ano foi quem o sustentou, uma vez que o crescimento efetivo foi de apenas 1,4% ao ano.

"Mesmo moderado, o crescimento do PIB, na última década do regime militar, somente pôde ser mantido na base de altas doses de aprofundamento do capital financiadas pela acumulação de dívida externa". Assim, a "dívida externa como uma proporção do PIB aumentou para 43,1 % em 1984 vindo de 16,3% em 1974, enquanto que a razão do serviço da dívida para as exportações de mercadorias passou de 33,4% para 102,3% no mesmo período". Nesse contexto, era "inevitável" que, no final dos anos 1970, a inflação chegasse a 94,7% ao ano; em 1980, batesse os 110% e, em 1983, os 200%.

Apesar de não ver suas recomendações de uma política econômica mais austera e restritiva acolhidas por Geisel, Simonsen foi fiel à política do regime de contenção às reivindicações salariais dos trabalhadores. Do ponto de vista econômico, a "revolução de 1964", no fim da década de 1970, já cumprira seu papel, garantindo a superexploração do trabalho. Desfeitas pela crise do "milagre", as condições de sustentação do regime burocrático-militar, nesse momento, fragilizavam-se.

Tal estrangulamento das contas (e concomitantemente da legitimidade do regime) tornou-se, particularmente, visível no governo Figueiredo. O retorno de Delfim Netto ao Planejamento, em 15 de agosto de 1979, inicialmente saudado pelo empresariado, que pretendia recriar as taxas do milagre, afastando a "possibilidade" da recessão e invertendo a escalada inflacionária, estava condenado ao fracasso. O ministro tirou da cartola um pacote de mecanismos monetários, destinados a conter a inflação, controlando os preços; a diminuir o *déficit* público, aumentando a capacidade fiscal do Estado pelo aumento de impostos e elevação dos preços e tarifas administradas pelo setor público, que teve como culminância o "pacote de dezembro": a eliminação dos subsídios fiscais às exportações de manufaturados, a revogação da Lei do Similar Nacional e uma maxidesvalorização cambial de 30%.

À revelia de tais medidas, a inflação disparara, alcançando a marca de 113% em dezembro de 1980. Os preços, em uma espiral ascendente, contraíram a produção industrial e os índices de utilização da capacidade instalada da indústria, principalmente no setor de bens de capital, que, desde 1979, sofria a redução das encomendas estatais.

Nesse contexto, o capital volátil superou largamente o capital produtivo instalado no país. Analisando a posição da FIESP, Bianchi (2004) afirma que a Federação fazia uma crítica contundente às políticas econômicas que beneficiariam exclusivamente multinacionais e bancos, defendendo a aliança entre a indústria e o setor agrícola, a expansão da oferta de empregos, um maior volume de exportações e, subsidiariamente, de substituição de importações, de modo a tornar superavitária a balança comercial, além de novos investimentos para atividades com ocupação mais intensiva da força de trabalho.

O segundo choque do petróleo e o aumento do serviço da dívida estrangularam as contas brasileiras, tornando a recessão impostergável. Em 1981, com a única exceção do setor de alimentação, todos os demais apresentaram uma redução do INA, com destaque para o setor de material plástico (queda de 17,3%) e de material de transporte (queda de 16,9%). O conjunto da indústria paulista, por sua vez, apresentava uma retração do PIBI, medido pelo IBGE, de 8,9%, na primeira queda desde 1965 (BIANCHI, 2004).

Apesar da redução da inflação, em 1981, fechando o ano em 97%, e de um saldo positivo na balança comercial, o cenário econômico torna-se, progressivamente, mais sombrio. A abrupta queda do PIB em 1981, atribuída à indústria automobilística, redundou em um conjunto de medidas ortodoxas, como o controle das despesas públicas e das estatais; o aumento da arrecadação tributária (IR e IOF das importações); a liberação das taxas de juros dos empréstimos bancários e uma forte contração dos salários.

Entretanto, a crescente relação dívida / PIB, com a alta dos juros nos Estados Unidos, levou o governo Figueiredo a recorrer ao FMI em 1982 e, ao longo dos dois anos seguintes, o país subordinou-se a um rígido ajuste macroeconômico, desvalorizando-se a moeda nacional, desindexando-se os salários, reduzindo-se os gastos públicos e aumentando-se os impostos. Nesse contexto, as grandes empresas promoveram seu próprio ajuste, protegendo suas margens brutas de lucro pelo aumento de preços, mecanismos inalcançáveis às pequenas e médias empresas que amargaram a recessão, os juros e impostos elevados.

Para Armen Mamigonian (2008), a falência do projeto nacional-desenvolvimentista, no governo Figueiredo, em função do peso da dívida externa e das pressões dos países centrais, estrangulara a indústria de base nacional, implantada ou ampliada no governo Geisel. Ao apontar-se a inflação como epifenômeno da crise, descartaram-se todas as alternativas que implicassem investimentos em infra-estruturas estranguladas e a criação um mercado interno de base ampla. Toda a discussão do planejamento para o desenvolvimento foi suplantada pelas posições mais liberais que defendiam “apertar os cintos” da economia brasileira.

Com a transição para o regime civil, maximizaram-se todos os problemas, já vislumbrados no *ancien régime*. A recessão teve como principal conseqüência o desemprego. Os trabalhadores eram, de novo, culpabilizados por sua miséria e sua (frustrada) crença no desenvolvimento.

2. O SANTO ARROCHO

OU QUEM PAGA AS CONTAS DO MILAGRE

O regime burocrático-militar desencadeou uma série de iniciativas com vistas a aumentar a taxa de exploração da força de trabalho do operariado, elevando, concomitantemente, os lucros das empresas. Uma maior concentração do capital surgiu a partir das medidas em prol das fusões e incorporações entre as empresas, da instalação de multinacionais e da associação do capital nacional ao estrangeiro. Segundo os tecnoburocratas do regime, os grandes conglomerados movimentariam uma massa de recursos muito maior, venderiam em maior quantidade, elevando o volume dos lucros e acelerando o ritmo de crescimento da economia. Esse rápido processo de concentração do capital alterou a composição/estratificação das classes trabalhadoras no Brasil, tendo profundo impacto sobre seus processos organizatórios posteriores.

O presente capítulo discorre sobre a política salarial do regime entre os governos Castello Branco e Geisel (1964-1978). O objetivo é demonstrar que o "milagre" fora tributário direto da precarização salarial dos trabalhadores brasileiros.

2.1 O fantasma da inflação ataca os trabalhadores

A nova política econômica não permitiria nenhum tipo de concessão aos trabalhadores, mesmo as mais demagógicas. De fato, o fim do populismo materializou-se na política salarial do regime. O ministro do Planejamento Roberto Campos associava os aumentos salariais desvinculados do crescimento da produtividade ao avanço da inflação. A política salarial dos governos anteriores a 1964, denominada populista, foi assim caracterizada:

> O enfoque populista é mais distributivo do que produtivo. Propugna maciços reajustamentos salariais, que, por excederem o crescimento possível da produção e produtividade, alimentam a espiral de preços. Acredita ingenuamente (ou

> demagogicamente) ser possível legislar melhorias do padrão de vida, mediante a concessão de benefícios sociais superiores à capacidade da economia de sustentá-los (CAMPOS, 1969 *apud* SANTOS, 2000, p.116).

Para Campos, o populismo salarial, criado pelo salário mínimo que deveria representar uma indenização ao trabalhador, com "uma parte justa no crescente produto social por sua adaptação à 'harmonia social', como parceiro formal de direitos iguais"[38], não conseguiu melhorar o padrão de vida operário, posto que a espiral de preços anulava as altas salariais e a estagnação econômica diminuía as oportunidades de emprego. Outra crítica era de que tais medidas visavam apenas aos trabalhadores "protegidos" pela CLT.

A nova política salarial pretendia quebrar as conquistas dos sindicatos mais politizados (dos trabalhadores em empresas ligadas ao Estado e nas indústrias têxteis e de alimentos, de menor porte), que, através da negociação direta, haviam conseguido reajustes de salário desvinculados da produtividade. Além disso, o governo Castello Branco revogou conquistas importantes de categorias profissionais, como os ferroviários, portuários e estivadores, marítimos e petroleiros (GORENDER, 1987).

Pela fórmula então estabelecida, todos os salários seriam reajustados pela média real e não pelos picos, como acontecia anteriormente. Em 1966, o cálculo do novo salário mínimo se baseou na aplicação dessa fórmula, estendida aos dissídios e acordos coletivos. A inflação para o próximo ano foi estimada em 10%, mas foi superior a isso, acelerando a queda do poder aquisitivo real dos trabalhadores[39].

A nova política salarial, definida em julho de 1964, associou os aumentos salariais desvinculados da produtividade ao aumento da inflação. Campos defendia, então, que a única solução durável e realista para aumentar o consumo real dos trabalhadores era incrementar a produtividade da mão-de-obra ou dos meios de produção, já que salário, além de renda disponível para consumo, é custo de produção.

Concentrando-se primeiramente no setor público, Campos reorganizou o CNPS[40] e criou, a partir de sugestões do economista Mário Henrique Simonsen, uma fórmula para calcular os

---

[38] Füchtner (1980, p.77).

[39] É bastante reveladora, para nossos propósitos, a informação de que a greve dos metalúrgicos de Contagem-MG (1968) encerrou-se com a ida do Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, ao sindicato. Esse, a mando do presidente Costa e Silva, negociou um abono de 10%, que corrigiria o último achatamento.

[40] O CNPS foi criado pelo Decreto nº 52.275, de 17 de julho de 1963, e, em 7 de abril de 1967, foi alterado pela Decreto n. 60.563, que estabelece que ser o Conselho "integrado dos Ministros de Estado da Fazenda, dos

futuros aumentos salariais do setor público. Tal fórmula trabalhava com três fatores: a média do aumento do custo de vida durante os 24 meses precedentes; o aumento estimado da produtividade no ano anterior; e o "residual inflacionário" (a metade da média da taxa da inflação prevista pelo governo para os 12 meses seguintes). Além disso, estabeleceu-se que os salários passariam a ser reajustados anualmente.

Esperava-se que as empresas privadas seguissem a orientação estabelecida para o setor público, mas os salários desse setor subiram além dos níveis estabelecidos pelo PAEG, obrigando o governo Castello Branco a requerer ao Congresso a extensão ao setor privado das regras já estabelecidas. Apesar de resistências pontuais, em setembro de 1965, foi aprovada a Lei 4.725[41], por decurso de prazo, que, além de impor as regras salariais supramencionadas ao setor privado, prorrogou por três anos a autoridade do governo para fixar salários.

> A partir da Lei 4.725, de 13-07-65, reformada por alguns decretos no ano seguinte, os índices de reajuste salarial, fixados pelas autoridades, deveriam obrigatoriamente ser obedecidos pelas empresas e não podiam sequer ser alterados pelos Tribunais do Trabalho. Os conflitos trabalhistas, que naturalmente se realizariam contra os empresários, agora só teriam sentido se fossem contra o governo. Se já era complicado pressionar e negociar com os patrões isoladamente, tornou-se mais difícil, senão impossível, enfrentar todo o aparato estatal nas reivindicações. Alguns poucos tiveram condições de perceber a manobra e tentaram divulgar o que haviam descoberto, mas a repressão e a censura se encarregaram de neutralizá-los. Quaisquer comentários a respeito da estrutura de poder, no Brasil, eram totalmente vetados (GARCIA, 2005, p.169).

Marques (1980, p.173) reproduz o informativo do DIEESE sobre o tema, segundo o qual, a Lei 4.725/1965 consiste em:

a) Para o governo, em fixar mensalmente um índice de reajuste salarial calculado segundo uma fórmula matemática definida pela lei.

b) Para os trabalhadores, privados do uso de seu único meio efetivo de mudança, a greve, pela lei 4.330 de 1964, a negociar praticamente sem perspectivas de obter uma melhora de salário.

Transportes, do Trabalho e Previdência Social, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, do Planejamento e Coordenação Geral e das Comunicações" (Art. 1º).

[41] A Lei nº 4.725, "sob o pretexto de instituir uma política salarial no País, promoveu uma gigantesca transferência de renda do assalariado para o setor público e deste para o setor privado" (DIAP, 2000, p.19).

c) Para os patrões que não têm nenhuma razão de reclamar dos índices do governo, nada para se inquietar: lhes basta recusar os aumentos superiores ao índice e aguardar o julgamento longe do menor conflito.

d) Enfim para os juízes do TRT, que perderam sua capacidade de julgar e de decidir livremente em setembro de 1965, a procura uma solução ao impasse criado pelo índice que fixa o governo.

Nesse contexto, os salários reais, apesar do crescimento do PNB no período 1964-1967, decresceram. A primeira reação efetiva contra a política governamental de arrocho salarial partiu dos trabalhadores de São Paulo, que organizaram o MIA, que se manteve por um ano[42]. Entretanto, Marques (1980, p.176) afirma a origem "proletária" do arrocho:

> É somente porque certas greves são desencadeadas nos estados mais importantes economicamente do país que o governo decide implantar uma nova política salarial, "integrando" as reivindicações operárias já conquistadas pelas categorias mais organizadas, como os metalúrgicos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, os motoristas de ônibus do Rio de Janeiro e São Paulo, os professores do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, os bancários do Rio de Janeiro e de São Paulo. A nova política salarial visa a instaurar aumentos de salários semestrais calculados com base no INPC, índice dado pela Fundação Getúlio Vargas e pelo governo com base em um índice de produtividade, que seria negociado pelos operários com o patronato. Após essas medidas, o governo diz que as reivindicações operárias foram tomadas em conta, a lei deve ser aplicada.

Simonsen, que trabalhou na instituição do SFH (1964) e da Lei 4.728, que disciplinava o Mercado de Capitais (1965), afirmaria que, durante o ajuste de 1964 a 1967, os salários pagos na indústria foram defasados na ordem de 25% (cf. Mapa 1). O expediente da redução absoluta de salários como mecanismo de financiamento do crescimento econômico, depois de 1964, para o ministro Campos, mesmo parecendo socialmente cruel, era o preço a ser pago para restaurar o potencial de investimentos, tanto no setor público quanto no setor empresarial.

> São dados estatísticos. É o óbvio ululante. Se era preciso aumentar a taxa de câmbio real, aumentar os aluguéis reais e elevar as tarifas públicas, como isso seria possível? Se houvesse aumento do salário real, o sujeito não ganharia o prêmio Nobel de Economia, ganharia o Nobel de Física. Teria descoberto a maneira de se

[42] Para a organização trotskista OC-1º de Maio (1971 *apud* REIS FILHO; SÁ, 2006, p.395), o MIA, com a presença ativa da AP e posto na ilegalidade pela ditadura, era "um organismo nacional dos pelegos, uma tentativa dos burocratas sindicais de assumirem a direção das movimentações que, cada vez mais, lhes escapavam das mãos; de tomarem as rédeas do processo, para conduzirem os trabalhadores para a luta reformista".

> criar a matéria do nada. A queda de salário real era inevitável (SIMONSEN, 1996 *apud* SANTOS, 2000, p.117).

A queda do poder aquisitivo real dos trabalhadores foi "compensada" por uma série de paliativos. Os aumentos monetários foram substituídos por "salários indiretos" que não comprometeriam o desenvolvimento econômico. Uma das medidas, empreendidas nesse sentido foi a criação dos fundos PIS e PASEP, que previam a distribuição de um salário mínimo aos cadastrados que recebessem até cinco salários mínimos mensais[43]. Assim, concedia-se um benefício ao mesmo tempo em que eram eliminados direitos históricos dos trabalhadores, como o controle social sobre a Previdência Social, após a criação, em 1967, do Instituto único, de administração centralizada.

Para convencer os trabalhadores de suas "boas intenções", Castello Branco aproximou-se das confederações sindicais, cupulistas e corruptas, suas "legítimas representantes". Assim, ocorreu na resolução sobre a partilha do 13º salário em duas cotas, uma em dezembro e outra no mês de férias de cada trabalhador, para a qual o presidente exigiu, para aprová-la, o apoio dessas confederações, o que demonstra que reconhecia a estrutura sindical atrelada ao Estado era um forte contributo à plena realização do novo regime.

Para Ianni (1971, p.282-283),

> A "verdade salarial", exigida pela política antiinflacionária somente poderia ser posta em prática nos quadros do "novo trabalhismo". E esse novo trabalhismo, por sua vez, era essencial para conjurar "a hidra da luta de classes". Em outros termos, tratava-se de reorientar o sindicalismo brasileiro, de acordo com as exigências da estrutura de poder criada em 1964. [...] tratava-se de "popularizar" o governo, e dar continuidade ao programa de "reconciliação" dos operários com o Executivo.

Observa-se aí a recorrência do pensamento conservador, segundo o qual a representação profissional era forma obrigatória de superação da insolidariedade social que marcaria o povo brasileiro. Oliveira Vianna, mentor intelectual do sindicato CLT, chegara a afirmar que só ao cidadão sindicalizado se deveria dar o direito ao voto: "Não o daria 'nunca ao homem desmolecularizado, ao homem puramente indivíduo, ao homem átomo - como é normalmente o homem típico do Brasil'" (VIANNA, s. d. *apud* BRESCIANI, 2005, p.450).

---

[43] Em 1976, os dois fundos unificaram-se, ainda que Programas tenham patrimônios distintos e como agentes operadores o Banco do Brasil S.A. e a CEF, além do BNDES, encarregado da aplicação dos recursos do Fundo.

A criação do FGTS, pela Lei 5.107, de setembro de 1966, aprovada por decurso de prazo, no governo Castello Branco, veio a substituir a estabilidade no emprego após 10 anos na mesma empresa, em vigor no País desde a Lei Eloy Chaves (Decreto 4.682, de 24 de janeiro de 1923). Para os trabalhadores, a estabilidade era uma barreira à demissão, pois fazia as empresas pagarem indenizações altas ao demitidos, daí é compreensível que esse ato tenha desencadeado fortes reações por parte da classe trabalhadora. Em razão da forte propaganda contrária, o presidente Castello introduziu no projeto uma cláusula que facultava aos trabalhadores continuarem no regime de estabilidade ou optarem pelo novo sistema. Os relatos operários do período mostram que a única opção era "ou você passa para o fundo de garantia ou vai demitido". Assim, o regime de estabilidade no trabalho fora substituído pela livre demissão sem justa causa.

Para Marini (1986), essa medida, eliminando o "passivo laboral" das empresas, propiciou amplamente a centralização do capital, já beneficiado por uma política salarial que subestimava, sistematicamente, a inflação projetada, levando o salário mínimo a uma tendência declinante que se manteve até 1970. Sendo o salário mínimo o regulador da escala salarial em seu conjunto, esse se confundia com a própria taxa de salário, tendo servido de base para a negociação de tetos salariais, cujos valores se situavam, em sua grande maioria, muito próximos do salário mínimo. Desse modo, a imensa massa dos trabalhadores se viu afetada pelo arrocho salarial, fato agravado pela intensa rotatividade de mão-de-obra.

Na visão do *establishment*, o FGTS, em substituição ao instituto da estabilidade no emprego, era um instrumento de libertação, tanto das empresas quanto de seus empregados. Das primeiras, porque aquelas com maior número de empregados estáveis eram invendáveis por causa de seu "passivo trabalhista". Ele libertava o trabalhador, porque ao invés de confinar-se eternamente a uma mesma empresa, sem possibilidade de aplicação de seus talentos e habilidades e sem possibilidade de crescimento profissional, ele poderia levar esse pecúlio financeiro, em conta nominal, de empresa para empresa.

Lula da Silva (1981, p.13) comenta os efeitos da rotatividade sobre os salários:

> A rotatividade da mão-de-obra - que temos denunciado mas pouca gente tem dado ouvidos - faz com que o trabalhador, depois de três anos de firma ganhando Cr$ 30,00 por hora, arrume um outro emprego ganhando Cr$ 15,00. Seu salário foi reduzido em 50%, mas o aluguel, o feijão, o arroz, o leite, nada mais foi reduzido. Se já sofria ganhando Cr$ 30,00, imagine ganhando Cr$ 15,00! Por isso esse trabalhador quer segurar o emprego.

> Promovendo a rotatividade, o FGTS ampliou o exército industrial de reserva e atuou, diretamente, no rebaixamento do nível salarial. As empresas passaram a demitir trabalhadores às vésperas dos acordos coletivos, readmitindo-os depois ou contratando outros, com salários mais baixos que os que obteriam através do acordo. Em 1974, a taxa média global de rotatividade na indústria automobilística alcançou 72%, no ramo de elétrico-eletrônica, e 63%, no ramo de metalurgia, fenômeno ainda mais acentuado na pequena e média empresa.

> Tem um patrão, que é da Ford, que disse no jornal o seguinte: "O trabalhador que é um bom empregado não tem medo de ser mandado embora e, por isso, não está reivindicando estabilidade". Como coisa que a gente só é mandado embora quando é mau empregado. Como coisa que ser mandado embora ou não, depende do comportamento da gente. Nós estamos de saco cheio de ver puxa-saco ser mandado embora (LULA DA SILVA, 1981, p.370).

Sendo os reajustes salariais definidos com base em índices determinados pelo governo, em uma economia recessiva e seriamente inflacionada, eles acarretaram um violento achatamento salarial. Nesse contexto, a substituição da estabilidade pelo FGTS[44] tornou sólidos os alicerces econômicos do "milagre".

Dreyfuss (1981, p.432) lembra que a Lei 5.107/66 extinguiu diversos programas de assistência aos trabalhadores, pagos por empregadores, e eliminou a contribuição estatutária destes para outros programas, "reduzindo assim os serviços anteriormente disponíveis para a classe trabalhadora e baixando ainda mais seu padrão de vida". Além disso, essa norma estabelecia um cerceamento ainda maior do espaço de atuação política e social dos trabalhadores, com o impedimento do uso do recurso da greve, possibilitado pela Lei de Estabilidade.

Lula da Silva (1981, p.13), em entrevista ao Pasquim, afirma:

> Esse negócio de passar pro FGTS [...] botou o cara rodando feito peru. Se essa lei veio com o objetivo de criar um banco, que esse banco seja administrado pela classe trabalhadora. O dinheiro é nosso, pô! Veio o Fundo de Garantia pra acabar com a estabilidade, deixando os trabalhadores à mercê dos empregadores e taí financiando mansões, deixando de lado o trabalhador. Convém registrar por que a memória nacional é curta: a sacanagem do fim da estabilidade foi feita por Roberto Campos.

---

[44] A instituição do FGTS estimulou um alto índice de rotatividade da força de trabalho nas áreas industriais do Brasil. Em 1970, em São Paulo, 35,5% da força de trabalho estavam há menos de um ano no trabalho; 55,6% ainda não haviam atingido dois anos, e 74,2% não haviam atingido três anos), quadro que inibia reclamações trabalhistas e favorecia os baixos salários.

> Em 1963, num Congresso Nacional de Metalúrgicos, os trabalhadores aprovaram a criação de um fundo mas para ser paralelo à estabilidade e não pra acabar com ela. Roberto Campos aproveitou a deixa e criou o FGTS.

Para conter a expansão dos salários, em nome da ordem pública e da segurança nacional, em junho de 1964, foi sancionada a Lei de Greve, a Lei n. 4.330, de junho de 1964. Emendando a Constituição de 1946 (que garantia o direito de greve), ela definia as condições em que as greves seriam consideradas legais. Maria Helena Moreira Alves (1985) informa que funcionários públicos federais, estaduais e municipais ou de empresas estatais eram expressamente proibidos de entrar em greve.

Muitas das greves declaradas legais pelos tribunais de trabalho desde 1964 ocorreram em empresas que há mais de três meses não pagavam a seus trabalhadores. Entretanto, certas exigências burocráticas para a legalização de uma greve eram tão dispendiosas e complexas que muitos sindicatos simplesmente não as preenchiam. Entre as penas previstas para as greves não autorizadas estavam a suspensão ou a demissão do trabalhador grevista sem indenização, o afastamento da liderança sindical, pesadas multas e até mesmo o cancelamento do reconhecimento legal do sindicato. A Lei tornava ilegais as greves de motivação política - somente as greves contra atrasos de pagamento recebiam alguma tolerância - e estabelecia cautelas para desencorajar o "grevismo" do período anterior.

Lula da Silva (1981, p.166), entretanto, afirma que o arrefecimento do movimento sindical tem nos seus líderes os maiores culpados:

> Outra coisa: ficou provado, para mim, que com toda a repressão que houve de 1964 para cá, com toda a recessão, uma coisa nunca foi proibida: é o dirigente sindical ir para a porta da fábrica conversar com trabalhador. A grande lição que os dirigentes sindicais têm de aprender é que o sindicalismo brasileiro esteve morto, talvez nem seja por culpa dos **governos revolucionários**[45], mas por culpa mesmo da passividade dos dirigentes sindicais que não quiseram assumir, pelo menos em termos de preparação de base. Porque a lei de greve é a mesma de alguns anos atrás e o trabalhador está fazendo greve.

Fato é que o governo Castello Branco estava determinado a estabelecer uma política de controle salarial que impedisse a elevação dos salários acima da inflação e para isso precisava eliminar qualquer possibilidade de oposição dos trabalhadores, o que intentou fazer com intervenções nos sindicatos e o expurgo de vários líderes sindicais.

---

[45] Grifo nosso.

Só nos primeiros dias do novo regime, houve intervenção em 409 sindicatos, 43 federações e quatro confederações, então dirigidas por sindicalistas atuantes (DIAP, 2000). Alves (1985) informa que, a partir desse momento até 1979, dentre intervenções, destituições de diretorias, cerceamento de eleições e dissoluções de entidades somaram-se 1.565 interferências diretas do governo nos sindicatos.

Outro instrumento foi a doutrinação ideológica. Varela (1966) afirma que, em junho de 1964, sob os auspícios do novo regime, ocorreu a Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais pela Defesa da Democracia e do Bem Estar dos Trabalhadores, organizada pela CIOSL, e que definiu a participação dos sindicatos brasileiros na Aliança para o Progresso, que, em 1966, manteria 500 sindicalistas brasileiros estudando nos Estados Unidos e México.

O santo arrocho salarial maximizou as condições de reprodução do capital no país a níveis nunca antes observados. Substituindo as negociações diretas pelo cálculo oficial dos reajustes, o arrocho reduziu, sistematicamente, os salários reais, entre 1964 e 1967, atingindo 20% do salário mínimo. Os reclamos dos assalariados foram calados pelo caráter discricionário do regime.

2.2 A adaga do (sub)desenvolvimento

A política salarial do governo Costa e Silva preservou o caráter de arrocho, impresso já na gestão de Castello Branco. O Decreto 62.461, de 25 de março de 1968, alterou a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto n. 60.231, de 16 de fevereiro de 1967. O mote dessa alteração fora “o propósito do Governo em corrigir o desgaste produzido pela inflação no salário real dos trabalhadores e elevar progressivamente o padrão dos assalariados à medida que o País se desenvolve”. A tabela vigorou por três anos, estabelecendo, para os menores de 16 a 18 anos, um salário-mínimo entre 50% e 75% (Mapa 1).

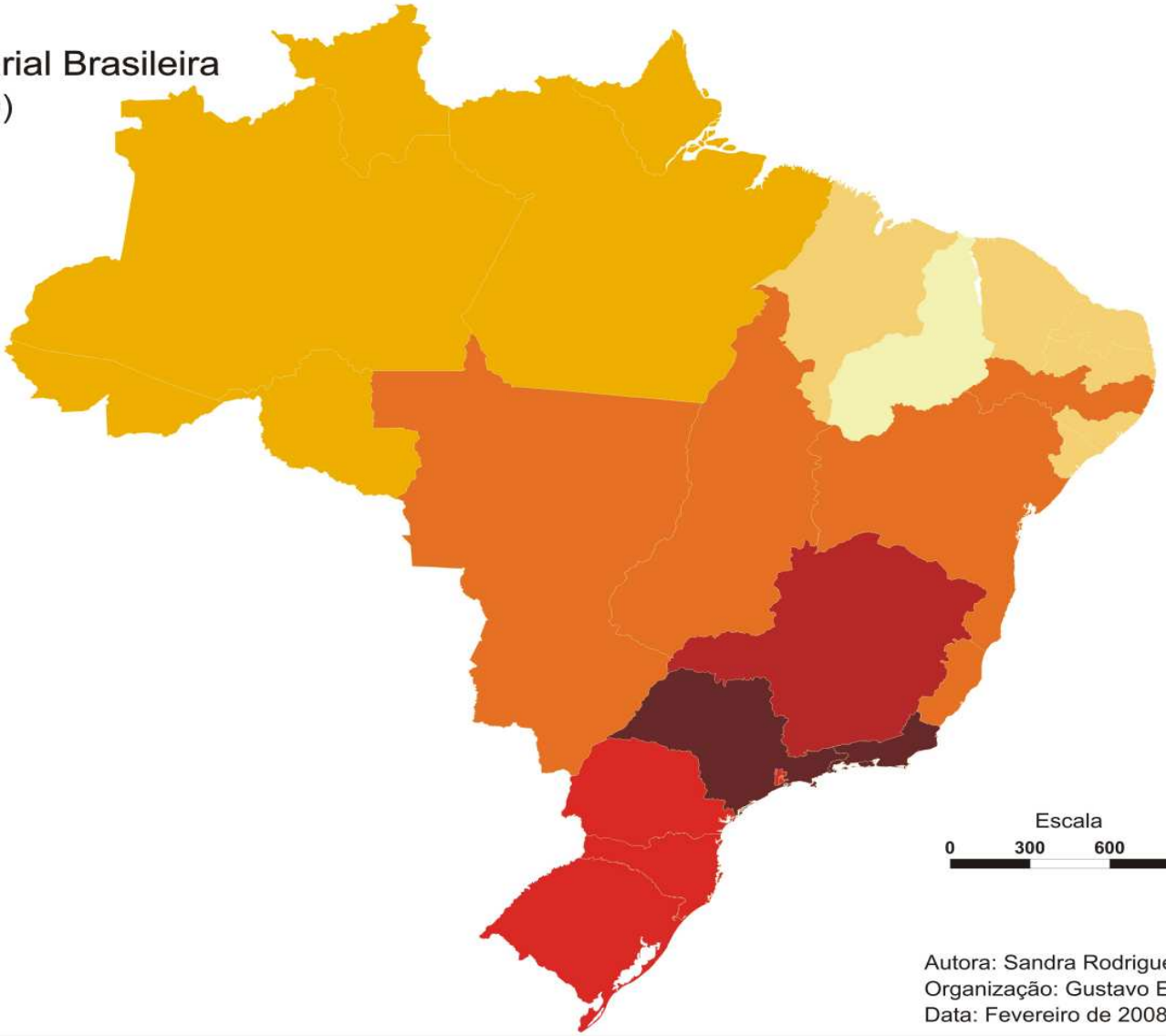
A nova tabela salarial dividiu o país em 23 regiões. Os estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina foram divididos em duas sub-regiões, a primeira compondo os municípios mais dinâmicos desses estados e a segunda os demais municípios. Os maiores salários mínimos nominais foram concedidos aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara (NCr$ 129,60), ao passo que Minas Gerais e o Distrito Federal ficaram no segundo grupo (NCr$ 124,80).

Os dados relativos à primeira sub-região do estado de São Paulo, que engloba o ABC, *locus* preferencial da análise que desenvolveremos no capítulo 4, demonstram que, além de não serem contemplados com o reajuste estadual, ficando seu salário nominal em NCr$ 117,60, os trabalhadores dessa sub-região têm altos dispêndios para a reprodução de sua força de trabalho: a alimentação representa 43%; a habitação, 33%; o vestuário, 14%; a higiene, 6% e o transporte, 4% de seus gastos.

Mapa 01

BRASIL: Política Salarial Brasileira

(1968 - 1970)



Legenda

Salário Mensal (Ncr$)

76,8	117,6
79,2	124,8
93,6	129,6
100,8	

Escala

0 300 600 900 (km)

Fonte: Decreto 62.461/68.

Autora: Sandra Rodrigues Braga.
Organização: Gustavo E. F. Faria.
Data: Fevereiro de 2008.

A Tabela 9, tomando como base os preços de maio de 1969, demonstra que o salário mínimo real, que era de Cr$ 331,50 em 1959, caiu sistematicamente, todos os anos, até alcançar Cr$ 187,20 em 1970. Essa queda constante foi especialmente pronunciada de 1964 para 1965, caindo 20% apenas nesse intervalo.

Tabela 9 - Salário-mínimo real – Brasil (1959-1970)

Mês e ano	Salário-mínimo nominal – Cr$	Deflator ICV 1965/1967: 100	Salário-mínimo real – Cr$ (preços de maio/1969)
Janeiro de 1959	5,90	4,04	331,50
Outubro de 1960	9,44	7,08	302,65
Outubro de 1961	13,216	10,1	297,02
Janeiro de 1963	21,00	16,3	292,55
Fevereiro de 1964	42,00	34,1	179,55
Março de 1965	66,00	64,9	230,80
Março de 1966	84,00	90,1	211,60
Março de 1967	105,00	122	195,36
Março de 1968	129,60	151	194,83
Maio de 1969	156,00	187	189,37
Maio de 1970	187,20	227	187,20

Fonte: Adaptado de Bresser-Pereira (1973, p.129).

Org.: S. R. BRAGA (2007).

Já a Tabela 10 revela que, à revelia da miserabilização dos assalariados de menor renda, que tiveram uma queda remuneratória de quase 50%, o salário médio teve tendência ascendente no estado de São Paulo no período.

Tabela 10 - Salário médio no estado de São Paulo (1965-1970)

Mês e ano	Salário-médio nominal – Cr$	Deflator	Salário-médio real Cr$ (preços de fevereiro de 1969)
Março de 1965	119,70	64,9	405,66
Março de 1967	219,55	122	466,00
Março de 1968	267,82	147	400,66
Maio de 1969	400,48	187	470,96
Fevereiro de 1970	534,05	220	534,05

Fonte: Bresser-Pereira (1973, p.130).

Org.: S. R. BRAGA (2007).

Essa ambivalência nos padrões salariais confirma a existência de um processo de concentração de renda da classe média para cima, pois se o salário mínimo cai e, mesmo assim, o salário médio cresce, é porque está ocorrendo uma redistribuição de renda em favor dos que recebem os maiores salários.

Füchtner (1980) informa que, em 1967, enquanto o salário mínimo no Rio de Janeiro era de NCr$ 105,00 a média salarial, no setor bancário, era de NCr$ 311,00; no de comunicações, NCr$ 272,00; no de transporte, NCr$ 269,00; nos de saúde, comércio e cultura, NCr$ 175,00 e no industrial, NCr$ 172,00.

A tendência à concentração da renda da economia brasileira, a partir de meados dos anos 1950, pela crescente capital-intensividade dos investimentos realizados, manteve a economia em um estado de subconsumo, já que todo investimento resulta, a curto ou a longo prazo, em um aumento de oferta de bens de consumo, que necessitam encontrar mercado.

Celso Furtado (1968) constatou esse fenômeno (Tabela 11) e propôs um papel mais ativo do Estado na distribuição de renda. No momento dessa análise, 50% da população viviam ao nível da subsistência, com uma renda per capita de US$ 130, tendo uma participação na renda equivalente ao 1% mais rico da população.

Tabela 11 - Perfil da demanda global no Brasil

Grupos	% da população	População 1000	Renda per capita (US$)	Renda total (US$ 1.000)	% da renda
1º	50	45.000	130	5.850	18,6
2º	40	36.000	350	12.600	40,1
3º	9	8.100	880	7.128	22,7
4º	1	900	6.500	5.850	18,6
	100	90.000	350	31.428	100,0

Fonte: Adaptado de Furtado (1968, p.8).

Org.: S. R. BRAGA (2007).

Recusando a política "cepalina" de defesa da constituição de um mercado interno de ampla base, o regime autoritário ampliou o "vampirismo" social. José Carlos Duarte (1971) afirma que a metade da população remunerada, situada no extremo inferior da distribuição, viu cair sua participação na renda total de 17,7% para 13,7%, em que pese um aumento de 79% no PIB. A concentração de renda foi especialmente forte entre os 10% mais ricos da população, que passaram de 38,87% da renda para 45,35% da renda.

Ruy Mauro Marini (1986) afirma que, entre 1960 e 1970, os 5% mais ricos da população haviam aumentado sua participação na renda global de 27,3 a 36,3% e os 80% mais pobres, reduzido a sua de 45,5 a 36,8% enquanto os 15% médios se mantiveram estáveis em 27%.

O planejador de Geisel, Velloso (1977), apoiando-se em estudo da Virgílio Gibbon sobre os dados de IR de pessoas físicas, no período 1970-1975, afirma a existência de intensa mobilidade vertical nas faixas médias de renda urbanas: cerca de 50% dos indivíduos que, em 1970, estavam na classe de renda inferior (Cr$ 10.000,00 - Cr$ 14.000,00 anuais), haviam passado para classes de renda superiores, em 1975.

Tabela 12 - Distribuição da renda pessoal 1960/1970

Camada da população	Participação percentual da renda total	
	1960	**1970**
40% mais pobres	11,20	9,50
10% seguintes	6,49	4,69
10% seguintes	7,49	6,25
10% seguintes	9,03	7,20
10% seguintes	11,31	9,63
10% seguintes	15,61	14,83
10% mais ricos	38,87	48,35
Total	100,00	100,00
30% mais ricos	65,79	72,81
5% mais ricos	27,35	36,25
1% mais rico	11,72	17,77

Fonte: Duarte (1971, p.40).

Duarte (1971) calculou a variação do salário real entre 1960 e 1970, por grupos de renda (Tabela 13). Os dados levantados denotam que, enquanto os salários dos 50% mais pobres permaneciam estagnados, os demais estratos, especialmente a partir dos 20% mais ricos, cresceram, demonstrando que, ao contrário do antigo padrão de concentração de renda apenas entre capitalistas, o novo modelo expandiu os “benefícios do desenvolvimento” à classe média.

Tabela 13 - Salários reais por estratos populacionais– Brasil (1960 e 1970)

Porcentagem da população	Renda média real a preços de 1949		r2/r1
	1960 (r1)	1970 (r2)	
50%mais pobres	3,62	3,64	1,01
10% seguintes	7,67	8,30	1,08
10% seguintes	9,25	9,56	1,03
10% seguintes	11,58	12,76	1,10
10% seguintes	15,99	19,65	1,23
10% mais ricos	39,90	64,14	1,61
5% mais ricos	56,02	96,16	1,72

Fonte: Duarte (1971, p.42).

Org.: S. R. BRAGA (2007).

Este processo de concentração de renda garantiu a manutenção do mercado em níveis elevados para as indústrias dinâmicas, tecnologicamente de ponta, como a automobilística. Os estímulos às exportações de manufaturados permitiram compatibilizar concentração de renda e desenvolvimento. Estabeleceu-se um "círculo virtuoso" de desenvolvimento, em que o setor moderno concentrou a renda na classe média e alta e esta concentração, por sua vez, estimulou o crescimento do setor moderno. À medida que as indústrias se tornavam cada vez mais automatizadas e capital-intensivas, a tendência natural do mercado foi o favorecimento dos grupos intermediários, em prejuízo das classes baixas, já que esse tipo de indústria demanda pessoal de nível médio em muito maior proporção, do que a indústria trabalho-intensivas (BRESSER-PEREIRA, 1973).

Foram excluídos o setor produtivo tradicional e a classe baixa, marginalizados do processo de desenvolvimento. Estudos mostram que, em função do desempenho da economia, na década de 1970, o emprego urbano cresceu a uma taxa mais elevada (6,42% ao ano) que a população urbana (4,83% anuais). Na criação de empregos nessa década, o setor secundário superou o terciário.

> A concentração de renda na classe alta e na classe média favorece, assim, um desenvolvimento ainda maior das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais e das empresas públicas. Todas essas grandes empresas, por sua vez,

> na medida em que são altamente capital-intensivas e tecnologicamente sofisticadas, aumentam sua procura de pessoal especializado e de pessoal administrativo, ao invés de aumentarem sua procura de pessoal não especializado. Aumenta, assim, o emprego para a classe média, enquanto, acentua-se a marginalização da classe baixa. (BRESSER-PEREIRA, 1973, p.17).

Para estimular a grande indústria, Delfim Netto expandiu o sistema de crédito ao consumidor e garantiu à classe média o acesso aos bens de consumo duráveis – de automóveis a aparelhos eletrodomésticos. Este setor, priorizado pelas políticas econômicas, canalizou uma parcela significativa dos investimentos estrangeiros, que, em termos globais, passaram de cerca de US$ 11,4 milhões para mais de US$ 4,5 bilhões entre 1968 e 1973.

Eis o milagre!

2.3 Enfim, um milagre (para iniciados)

O modelo de desenvolvimento tecnoburocrático-capitalista, colocado em prática pelo regime autoritário, concentrou a renda nos grupos intermediários e de altas rendas, os únicos com possibilidade de manter em nível alto a demanda dos bens sofisticados, produzidos pelas indústrias dinâmicas do país.

O "milagre" só foi possível pela adoção de uma estratégia que combinava a concentração da riqueza e da renda, a redução do salário real face à produtividade média do sistema e a exportação de produtos industriais objetivando aliviar os setores produtivos que enfrentavam insuficiência de demanda. Como garante dessa política econômica, estabeleceu-se uma brutal repressão policial-militar.

Este modelo de desenvolvimento terá seu ápice no período do "milagre". A política do regime era clara: a aceleração do desenvolvimento econômico poderia se fazer, e far-se-ia, em detrimento da eqüidade distributiva. Podia dividir-se a população em dois setores: o setor A, 30% da população, controlaria 2/3 da renda e teria uma renda per capita de US$ 1.000, ficando o setor B, 70% da população, com uma renda *per capita* de US$ 214,3. O "milagre", do ponto de vista social, teve um preço elevadíssimo.

> A opção pelo desenvolvimento implica a aceitação da idéia de que é mais importante maximizar o ritmo do desenvolvimento econômico do que corrigir as desigualdades sociais. Se o ritmo do desenvolvimento é rápido, a desigualdade é tolerável e pode ser corrigida a tempo. Se baixa o ritmo de desenvolvimento por falta de incentivos

> adequados, o exercício da justiça distributiva se transforma numa repartição de pobreza (CAMPOS, 1964, p.115-116).

Como afirma Albert Fishlow (1974, p.7-8), "o custo do programa de estabilização recaiu sobre aqueles que tinham menos condições para suportá-lo: os pobres. Considerar tal programa um sucesso total é, no mínimo, uma confusão semântica". Apenas marginalmente a população da periferia das cidades alcança algum fruto do milagre; por exemplo, um aparelho de televisão, cujas antenas tomam os tetos das favelas de São Paulo (55 mil barracos em 1971, 71 mil em 1972).

Estimulados pelas políticas de taxação, preços mínimos e créditos subsidiados do governo, as exportações primárias retomaram o fôlego. Nos setores afetados pelo *boom* de exportação, o uso de máquinas agrícolas e outros insumos modernizou os métodos de cultivo, principalmente nos estados mais ricos do Centro e Sul. A produção de culturas de subsistência (arroz, feijão, mandioca e batatas) foi substituída e declinou posteriormente, o que, sem dúvida, teve impacto sobre os padrões de reprodução da classe trabalhadora, pela elevação de seus custos (Tabela 14).

Tabela 14 - A agricultura brasileira (1950-1978)

Produtos	1950/1959	1960/1969	1967/1978
Arroz	3,61	3,23	3,21
Feijão	2,92	4,19	-1,60
Mandioca	3,33	6,07	-1,63
Batatas	4,84	4,34	1,73
Cebolas	5,63	3,48	5,91
Milho	3,30	4,75	2,47
Trigo	3,48	5,89	10,64
Soja	8,18	16,39	29,78
Café	6,62	-6,94	-3,91
Cana-de-açúcar	5,42	3,63	5,69
Algodão	1,31	1,61	-2,30
Laranja	3,02	6,02	11,88

Fonte: Mello; Acarini (1979).

Org.: S. R. BRAGA (2007).

Em um país de extensa área cultivável, como o Brasil, não se produziam gêneros alimentícios em quantidade necessária ao consumo da população. Os gêneros de primeira necessidade subiram tanto de preço que as classes operárias estão quase privadas deles. Os lavradores de algodão, arroz e outros produtos agrícolas atravessam situação grave, em virtude das restrições de crédito e dos preços mínimos insuficientes.

A capitalização das médias e grandes propriedades implicou a extensão da legislação trabalhista às áreas rurais, tendo por conseqüência a expulsão de colonos e o êxodo rural. Nas áreas periurbanas, esses trabalhadores permanecem concentrados para recrutamento como assalariados temporários (bóias frias) nos períodos de safras. Os trabalhadores estáveis no campo são progressivamente em número cada vez menor. Trabalhando em grandes fazendas, eles realizam uma série de serviços na entressafra. A Tabela 15 representa a concentração fundiária, promovida pelas grandes empresas no país.

Tabela 15 - As 10 maiores empresas por área ocupada

Empresa	Origem	% Capital estrangeiro	Área total (ha.)	Estado
Jari Florestal	Estados Unidos	94,8	1.004.593	AP/PA
Agropecuária Agroindustrial do Amapá	Estados Unidos	99,0	540.613	AP
Cia. Amazonas Madeiras e Laminados		99,8	429.940	PA
The Lancashire General Investiment	Inglaterra	100,0	164.601	RS/SP/RJ/MT/MG/GO
Fazenda Xavantina		65,0	109.922	MT
World Land Corporation	Estados Unidos	100,0	104.108	GO
Superfine Madeira	Japão	99,0		PA
Agropecuária Rio Telles Pires		100,0	98.459	MT
Peixe Sudoeste		100,00	78.920	MT
Novos Horizontes Agropec.		99,0	54.350	GO

Fonte: Adaptado de Bueno (1983, p.92).

Org.: S.R. BRAGA (2007).

No campo, a concentração fundiária acirrou a luta pela terra. Em 1971, houve 37 conflitos com 12 mortos. Ao longo de 1975, registraram-se 127 conflitos com 19 mortes. Durante o ano de 1976, a administração de Geisel assistiu a outros 126 conflitos, agora com 31 mortos.

Nas grandes cidades, à medida que produziam mais e mais, os trabalhadores percebiam cada vez menos. Houve uma redução ponderável do salário mínimo real e, por extensão, dos salários do pessoal menos qualificado, cujo nível está preso ao mínimo.

Durante o "milagre", as condições pioraram para quem trabalhava. Em 1969, a produtividade real foi de 5,9, mas os reajustes salariais tiveram seu cálculo com base em 3,0. Em 1973, no final do governo de Médici, a produtividade real foi de 8,4, mas os reajustes salariais tiveram seu cálculo com base em 4,0. A Tabela 16 apresenta os reajustes salariais, concedidos no país no interregno 1969-1975.

Simonsen (1976, p.187), conquanto representante do pensamento oficial do regime, chega a afirmar: "a explosão demográfica, localizada, sobretudo nas camadas de renda mais baixas, constitui um dos fatores responsáveis pelos desníveis econômicos individuais". Exatamente por isso, a estratégia da política econômica do governo deveria ser a busca do crescimento econômico. Nessa perspectiva, o melhor instrumento de distribuição de renda seria a absorção da mão-de-obra decorrente do crescimento.

Tabela 16 - Reajustes salariais – Brasil (1969-1975)

Ano	Salário mínimo nominal	Valor real dos salários (Cz$)	Índice do salário mínimo real	Salário (se mantido o poder de compra)
1969	156,00	2,41	41	381,55
1970	187,20	2,48	42	444,68
1971	225,60	2,36	40	563,98
1972	268,80	2,36	40	670,71
1973	312,00	2,13	36	865,71
1974	376,80	1,90	32	1.168,09
1975	415,20	1,73	29	1.413,35

Fonte: Marques (1981).

Org.: S. R. BRAGA (2007).

O enfoque produtivista apregoava o aumento da margem distribuível, para aceleração do ritmo de crescimento da renda e da oferta de empregos, como condição necessária para viabilizar qualquer política sensata de distribuição de renda. Tratava-se de "crescer o bolo, para depois dividi-lo", no axioma de Delfim Netto. Assim, "a política tem sido orientada no sentido de compatibilizar o desenvolvimento acelerado com uma gradual, porém contínua melhoria de distribuição de renda" (CAMPOS, 1976, p.77).

A política salarial dos governos Castello Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici não foi apenas um elemento da ação antiinflacionária, mas parte de uma política antioperária. Nesse sentido, afirma Ianni (1971, p.274), "o congelamento salarial, nos termos em que ocorreu nos anos 1964-70, fez parte de uma política de recomposição das relações entre as classes assalariadas, por uma parte, e os compradores da força de trabalho, por outra". A contenção salarial distorceu profundamente a repartição da renda, aumentando a participação do Estado e dos proprietários do capital e do solo urbano à custa dos assalariados de menor renda.

A renda *per capita* brasileira em 1972 era de US$ 469 por ano contra US$ 4.240 para os Estados Unidos, US$ 2.920 para a Suécia, US$ 2.700 para a Suíça, US$ 2.650 para o Canadá, US$ 2.460 para a França, US$ 2.190 para a Alemanha Ocidental e, na América Latina apenas alguns países apresentavam renda mais baixa que a nossa. A renda *per capita*, todavia, não traduzia as desigualdades na distribuição da renda, acentuadas ao ritmo da concentração dos capitais (Tabela 17). Além das desigualdades interclasses, vale destacar as distorções regionais existentes: no Maranhão, no Piauí e na Paraíba, essa renda é inferior a US$ 200 anuais, diferenças que se vêm mantendo ao longo do tempo. Em 1970, a Região Sudeste detinha 52,08% da renda interna total; a Norte, 11,07%, a Nordeste, 14,3%; a Região Sul, 17,3% e o Centro-Oeste, 3,13%.

Tabela 17 - Camadas da população, % da população e da renda – Brasil (1970)

Camada	% da população	% da renda
I	40	7,0
II	40	27,8
III	15	27,0
IV	5	36,2

Fonte: Duarte (1971).
Org.: S. R. BRAGA (2007).

Assim, 80% da população (camadas I e II) participaram em apenas 34,8 da renda nacional, enquanto os restantes 20% (camadas III e IV) se apropriaram de 63,2%, ou seja, mais da metade dessa, ao passo que a última camada (IV), composta por apenas 5% da população, reteve 36,2% da renda total. Em 1960, essas percentagens eram 45,5% e 54,4%, respectivamente, o que significa que, embora tenha aumentado substancialmente o PNB, 80% da população tiveram reduzidas sua participação na renda em 8,7%.

José Serra (1973), analisando esse modo de concentração da renda, ressalta que essa renda monetária pessoal, obtida pelo censo demográfico, exclui os lucros retidos pelas SAs, os ganhos diversos de capital e a remuneração de extraordinárias de executivos, de sorte que a renda média pessoal é consideravelmente inferior à renda global *per capita* e que a parte da renda privada não contabilizada na distribuição pessoal, pertence sobretudo aos grupos da extrema cúpula da escala distributiva.

A partir de 1974, as campanhas de imprensa do governo Geisel procurariam criar um clima de conformismo e esperança: “Temos de fazer um sacrifício hoje para que o amanhã seja melhor”. Mas o que a classe operária via era que, ao contrário da afirmativa de que a redução da taxa de inflação a beneficiou, ela, que ganhava salário mínimo foi prejudicada tanto na fase de aceleração da inflação, pré-1964, como na desaceleração inflacionária, pós-1964.

O rápido declínio do salário mínimo contrastou-se com a produtividade crescente. Os dados disponíveis revelam, ainda, que o salário médio real dos operários industriais decresceu entre 1964 e 1968. Embora certas categorias de pessoal qualificado, nos setores industrial e de serviços, tiveram algum aumento em seu salário real, é certo concluir que os trabalhadores não qualificados sofreram apreciável redução em seu nível de vida.

O salário mínimo oficial caiu uniformemente, em termos reais, do índice 100 em 1960 para 52 em 1979, atingindo cerca de 60% da força de trabalho assalariada. Já os salários médios reais teriam permanecido constantes de 1963 a 1970; aumentando um pouco durante o boom e declinando a seguir (DIEESE, 1979).

Tabela 18 - Salário mínimo (nominal e real), custo de vida e PIB per capita (1964=100)

Ano	Salário mínimo	Salário real	Custo de vida	PIB per capita
1964	42,00	100	100	100
1965	76,00	83	190	100
1966	84,00	69	288	101
1967	105,00	70	357	103
1968	129,70	64	480	111
1969	156,00	68	548	118
1970	187,20	66	671	129
1971	255,60	65	818	138
1972	268,80	67	958	150
1973	312,00	68	1087	166
1974	376,80	65	1384	177
1975	532,80	73	1576	183
1976	768,00	74	2481	194
1977	1.106,70	74	3581	-
1978	1.560,00	74	4978	-

Fonte: Borges (1978).

Org.: S. R. BRAGA (2007).

Régis Andrade (2002, p.14) lembra-nos que os salários, em nenhum momento, incorporaram os enormes ganhos de produtividade:

> A crescente massa de mais valia - ou lucros totais - foi redistribuída segundo linhas determinadas pelas condições de mercado e pelas políticas governamentais beneficiando os estratos de alta renda. Dessa forma, a concentração de renda foi agravada pela escassez de certos profissionais altamente qualificados e pela capacidade quase ilimitada do Governo de comprimir os salários básicos; pelos esforços do Governo em assegurar a lealdade da burocracia pública, das Forças Armadas e dos serviços de segurança, e pela extensa corrupção; pela concentração

> de capital e propriedade bem como pela exacerbação de uma "ética da selva" nas classes dirigentes, empresariais e na classe média alta.

Apesar de todo o arrocho salarial do governo Médici, a inflação não foi reduzida. Tentou-se ocultar esse fracasso por meio de um cálculo viciado dos índices de inflação (utilizando para vários itens preços que não refletiam aqueles efetivamente praticados no mercado), e outro interno da administração Geisel, elaborado por Mário Henrique Simonsen.

No que concerne à política salarial do governo Geisel, Sarmento e Alberti (2002) informam que Simonsen submeteu a esse presidente o anteprojeto de lei, reformulando a sistemática de cálculo do reajuste salarial em 14 de outubro de 1974. A principal inovação, trazida por Simonsen, foi a reconstituição do salário pela média dos últimos 12 meses.

Para o planejamento tecnoburocrático, a vinculação entre aumento salarial e produtividade é a única exeqüível. Velloso (1977) afirma que, se o salário médio anual, no Rio de Janeiro e em São Paulo, tivera queda de 29 %, entre 1962 e 1970, 63% dessa queda de poder aquisitivo teriam ocorrido entre 1962 e 1964, antes, portanto, da "gloriosa" e, computando-se o 13º salário, o salário mínimo, em 1976, seria apenas 19% menor que o de 1960. O ministro afirma que, no interregno 1969-1973, o salário médio real cresceu 11 % ao ano e que a relação salário médio/salário mínimo aumentou 36% nesse período.

> A fórmula salarial objetiva a consistência entre os objetivos de crescimento, controle da inflação e distribuição da renda: crescimento, evitando a desordem dos reajustamentos; controle da inflação, evitando que os aumentos de salários se convertam em causa autônoma de inflação; e distribuição de renda, garantindo a participação do trabalho na renda nacional. [...] O reajustamento pelos picos é que é enganoso. Primeiro, porque leva a oscilações muito maiores no valor do salário real que, ao longo do período, o trabalhador percebe. Apenas para registro, é sabido que declina rapidamente a parcela de trabalhadores na faixa de salário mínimo. Em São Paulo, no setor industrial, aquele percentual caiu de 36% em 1965 para 19% em 1973. Outro fator a levar em conta é que este ano já começou a ser pago o abono especial do PIS-PASEP, que, para o trabalhador de salário mínimo, corresponde a receber um 14º salário. Isso sem considerar as diferentes formas de salário indireto e o fato de que, dada a expansão de oportunidades, a renda familiar tem aumentado bastante, com a elevação do número de pessoas na família que deixam a categoria dos "sem rendimentos" (VELLOSO, 1977, p.195-198 *passim*).

Mais tarde, essa contenção não se mostrará suficiente para combater a inflação. Segundo o ministro, para combater a inflação, era necessário mudar a política salarial, devendo os salários aumentar somente 25% em 1977.

> Estão conscientes os trabalhadores brasileiros das dificuldades por que passa o nosso País no momento em que o mundo todo atravessa períodos de crises em todos os

> setores. Sabemos nós, trabalhadores, que estas dificuldades recaem mais acentuadamente sobre aqueles que vivem de seus salários. Entretanto, estamos conscientes de que tudo tem feito Vossa Excelência para reduzi-las, compensando-as em uma política permanentemente voltada para os mais humildes, através de incontáveis medidas e providências na área social do Governo (MTb, 1978, p.18).

Apesar desse aparente esforço presidencial, em 1978, Simonsen voltou à carga, afirmando que os salários eram os determinantes do processo inflacionário, de modo que "um combate mais rápido à inflação só se conseguiria de uma forma: baixando substancialmente as taxas de reajustamento salarial". O cálculo do reajuste salarial poderia ser feito pela ORTN, e não mais pelo índice de custo de vida, recomenda o ministro, lembrando que "obviamente, a sugestão acima é tão correta do ponto de vista técnico quanto inoportuna do ponto de vista político" (SARMENTO; ALBERTI, 2002, p.71).

> Temos como fonte de informação o DIEESE, que nos fornece quanto deveríamos receber para que nos equiparássemos, pelo menos, ao aumento do custo de vida. Mas o DIEESE, como muitas entidades que pesquisam o custo de vida, não é levado em consideração. Existe um grupo de economistas no Ministério do Trabalho que dizem que fazem pesquisa em 14 capitais do Brasil e que chegam a um denominador comum, ou seja, esse ano chegaram a 39% no mês de abril. E aí a gente começa a reparar as falhas, a ver os erros da política salarial. Em São Paulo, segundo o DIEESE, o aumento do custo de vida foi em torno de 43%, e a Fundação Getúlio Vargas calculou que em Belo Horizonte o aumento do custo de vida foi de 65%. E, em abril, os trabalhadores de São Paulo e Belo Horizonte tiveram seus salários reajustados em 39%. Daí é fácil a gente perceber a falha da política salarial, porque os companheiros de Belo Horizonte poderiam pelo menos receber, no mínimo, 60% para fazer frente ao aumento do custo de vida (LULA DA SILVA, 1981, p.57).

Nesse momento, as camadas médias, que se expandiram acentuadamente durante a década de 1960-1970, eram expulsas do paraíso do "milagre" - em que cumpriam a função de alimentar a esfera do consumo suntuário, que, somada à do comércio exterior e à do consumo estatal, viabilizara a realização das mercadorias -, inaugurando sua proletarização. Tal processo implicou sua colocação ao lado dos trabalhadores na luta pela ampliação do valor real dos salários.

2.4 A fome nossa de cada dia

O salário é o preço pago pelo empregador pelo aluguel da força de trabalho. Essa parte do capital variável deveria permitir aos trabalhadores sua reprodução social, garantindo-lhes

alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, vestuário e lazer e boas condições de trabalho. Mas, com a "verdade salarial", essa concepção se mostra, cada vez mais, fraudenta.

Um operário que tivesse trabalhado no mesmo emprego de 1964 a 1970, recebendo apenas os aumentos dados pelo governo, teria perdido 33% de seu salário. De 1972 a 1974, segundo o DIEESE, os metalúrgicos conheceram uma perda de poder de compra de 10,2 % (MARQUES, 1980). O comércio interno ressentiu-se, de imediato, com a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores. Nos três primeiros meses de 1966, as vendas a varejo decaíram na Guanabara em 40%, em Belo Horizonte 64% e em São Paulo 43%. A elevação do custo de vida chegou a um nível jamais registrado, enquanto o aumento do salário mínimo não ultrapassava os 100%, a taxa de inflação era de 220%.

Analisando-se o tempo de trabalho necessário para a compra de alimento mínimo, Vieira (1985) constata que, em 1969, eram necessárias 110 horas e 23 minutos, para comprar-se essa alimentação, já em 1973 eram necessárias 147 horas e 4 minutos para adquirir-se a mesma alimentação. Em nome do crescimento do bolo, a maioria da população trabalhava mais para comer. O resultado seria um exército de desnutridos, com mínimas possibilidades de uma maior participação nos vários setores da vida nacional.

Em 1969, informa Zuleide Melo (1978), a participação do trabalho na formação da renda industrial era apenas 35%, contra 65% de participação do capital. Isto significa que, de cada Cr$ 100,00 gerados pelo parque industrial, Cr$ 65,00 remuneravam o capital e Cr$ 35,00 o trabalho. Em 1959, o trabalho retinha 43% da renda industrial, enquanto o capital era remunerado com 57%. Essa partilha teve crescente elevação a favor do capital no período que se seguiu. Lula da Silva (1981, p.109) comenta: "O aumento do salário seria inflacionário se ele se sobrepusesse à produtividade. Se o trabalhador produzisse 10 e recebesse 11, seria inflacionário. Mas, hoje, ele produz 10 e recebe 3. Como é que é inflacionário esse salário?".

Se, como nos informa Yves Lacoste (1971), a insuficiência alimentar é um dos índices de subdesenvolvimento, interessa observar como essa coincide com o crescimento do PNB no Brasil. O Decreto-lei 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta as comissões de salário mínimo[46], estabelece que uma pessoa adulta normal deve ingerir: ¼ l de leite, 50 g de queijo, 200 g de carne, 150 g de feijão, um ovo, 100 g de arroz, 500 g de batatas, legumes e verduras, 300 g de frutas ou doces, 200 g de pão, 100 g de açúcar, 12 g de sal, 50 g de banha, 20 g de

[46] Essa normativa, sete décadas após sua publicação, continua a ser o parâmetro de cálculo da cesta básica.

café ou chá, 25 g de manteiga. A Tabela 19 apresenta um quadro dos valores mínimos diários de nutrientes para adultos em atividade.

Tabela 19 - Necessidades mínimas diárias de nutrientes para adultos ativos

Nutrientes	Unidade	Necessidades
Calorias	cal	3.040,0
Proteínas	g	65,0
Cálcio	mg	800,0
Ferro	mg	12,0
Vitamina A	mcg	1.500,0
Tiamina	mg	1,5
Riboflavina (Vitamina B2)	mg	1,6
Niacina (Vitamina P. P.)	mg	15,2
Ácido Ascórbico (Vitamina C)	mg	75,0

Fonte: Adaptado de Melo (1978, p.129).

Org.: S. R. BRAGA (2007).

Melo (1978) chama a atenção para o subconsumo do leite no Brasil: cada brasileiro ingere por ano apenas 80 l de leite, *in natura* e nas diversas formas de derivados. Quanto aos queijos, nosso consumo *per capita* é de um 1 kg por ano, isto é, sete vezes menor que o dos argentinos, 11 vezes menor que o dos norte-americanos e 11 vezes e meia menor que o da França. Na Europa, de modo geral, a população ingere uma média de 3.400 cal e 88 g de proteínas totais, diariamente, enquanto no Brasil nossa cota fica em torno de 15 g. de proteínas por habitante, colocando-nos ao lado de indianos e paquistaneses. A Tabela 20 não foi construída de acordo com os percentuais ótimos de alimentação, mas de acordo com o poder aquisitivo do salário mínimo.

Essa autora (1978) realiza pesquisa de campo na cidade do Rio de Janeiro, que detém o salário-mínimo mais alto do País: Cr$ 1.108,00 em 1978, do qual descontados o INPS e Imposto Sindical, o trabalhador recebe em tomo de Cr$ 1.000,00. A autora constatou que um indivíduo gasta cerca de Cr$ 540,00 mensais em alimentos. Se as famílias eram constituídas de uma média de quatro pessoas, a despesa mensal só com alimentação deveria ser Cr$ 1.620,00 (levando-se em conta que duas crianças comeriam o mesmo que um adulto). Melo (1978) conclui que, se a despesa com a alimentação não deveria superar 50% do orçamento doméstico, de acordo com Decreto 399, o rendimento mensal dessa família deveria ser de Cr$

3.240,00, para garantir sua sobrevivência em condições dignas, de sorte que a alimentação mínima indispensável para manter um indivíduo saudável não estava ao alcance de 79% da população fluminense. Além disso, a saúde e a educação foram esquecidas das necessidades básicas dos trabalhadores, não havendo nenhuma indicação de como esses problemas se resolveriam.

Tabela 20 - Horas trabalhadas por alimentos (São Paulo, 1965, 1973, 1974)

Produtos	**Quantidade/mês**	**Dez./1965**	**Dez./1973**	**Mar./1974**
Carne	6,0 kg	26 h 24 min	66 h 22 min	65 h 57 min
Leite	7,51	4 h 15 min	5 h 46 min	6 h 55 min
Feijão	4,5 g	7 h 08 min	11 h 28 min	10 h 50 min
Arroz	3,0kg	3 h 45 min	5 h 54 min	6 h 32min
Farinha de trigo	1,5 kg	2 h 23 min	2 h 23 min	2 h 31 min
Batata	6,0kg	7 h 35 min	8 h 49 min	9 h 50 min
Tomate	9,0kg	8h24min	14 h 53 min	23 h28 min
Pão	6,0kg	7 h 48 min	13 h 04 min	17h13min
Café (pó)	600,0 g	46 min	3h47min	4 h 09 min
Banana	7,5 dz	4hoomin	10 h 44 min	10 h 23 min
Açúcar	3,0 kg	3 h 48 min	2 h 46 min	2 h 57 min
Manteiga	750,0 g	7 h 19 min	6 h 41 min	6 h 30 min
Banha	750,0 g	3h44min	9 h 05 min	9 h 39 min
Total		87 h 20 min	158 h 42 min	176 h 54 min

Fonte: Adaptado por Melo (1978, p.131).

O jornal *Guerrilha Operária*, publicado pela ALN, em 1971, em única edição, informa, ainda, que o aluguel representava, em 1965, 273h e 40 min e, em 1969, 407h e 50 min. Do mesmo modo, o gás engarrafado, que, em 1965, correspondia a 9h e 28 min, em 1969, passou a responder por 12h e 12 min.

> Com alimentação tão precária, insuficiente para repor as energias gastas diariamente no trabalho, com uma saúde que se deteriora a cada dia pela debilitação constante, com a fadiga e cansaço que se acumulam sem serem contrabalançados por horas de repouso e lazer, não é difícil compreender porque a vida média do homem brasileiro é mais baixa que a de muitos países. A média de vida do homem brasileiro fica em tomo dos 48 anos de idade, sendo que em alguns Estados do Nordeste não ultrapassa, de modo geral, os 42 anos, e apenas uma pequena parcela atinge os 60 anos, contrariamente ao que ocorre hoje em boa parte do mundo (MELO, 1978, p.134).

Nesse sentido, é compreensível que apenas 51%, da PEA brasileira (32.398.000 em 1973) tenham exercido algum tipo de atividade. Dos 30.577.000 restantes, 21.394.000 viviam economicamente inativos e cerca de 10 milhões não trabalhavam por problemas de saúde. Outros 10 milhões formavam "as legiões perambulantes e nômades que palmilham as estradas do interior, sem trabalho fixo", aqueles que, na cidade, não conseguem colocação no mercado de trabalho, "os biscateiros que só esporadicamente conseguem ocupação, e que constituem a massa flutuante de desempregados, o exército industrial de reserva" (MELO, 1978, p.135)[47].

A mera reprodução da força de trabalho não qualificada, que, segundo o discurso hegemônico, pouco ou nada contribuía para o desenvolvimento do país, era algo, à primeira vista, inaceitável para o modelo concentrador. Entretanto, vale considerar, como o faz Lúcio Kowarick (1979), que essa população "marginal" contribui para a reprodução ampliada do sistema. Efetivamente, a reprodução do trabalhador ao nível da subsistência permite uma redução progressiva dos salários, dado o aumento de produtividade dos setores capitalizados da economia e a manutenção de um setor de serviços informal, cujos excedentes são drenados para o capital monopolista.



Figura 2 - A "abertura" segundo Edgar Vasques.

Fonte: Retratos do Brasil.

[47] O II PND, pela primeira vez, menciona a existência de "focos de pobreza absoluta" na periferia dos grandes centros urbanos.

Essa população marginal, entretanto, em um contexto de alta rotatividade de mão-de-obra, era, vez por outra, assimilada ao operariado industrial. John Humprey (1978) demonstrou a prevalência de categorias semiqualificadas (56,9%) e não qualificadas (26.9%) entre os operários industriais. De fato, a classe operária, com o crescimento industrial, mudara quali-quantitativamente. Enquanto em 1960 apenas 15,9% do proletariado estava no exército industrial ativo, essa proporção cresceria para 37,1% em 1976.

Como nos lembra Francisco de Oliveira (1977), tudo contribuía para que o Brasil, na sétima década do século XX, se encontrasse no umbral de sua transmutação em uma nação industrial. Todavia, o crescimento do bolo não se destinara a matar a fome dos trabalhadores e o salário mínimo não cobria, "por dia normal de serviço", "as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte" (BRASIL, 1938, Art. 2º), de modo que a reprodução dos trabalhadores deveria se fazer pelo prolongamento da jornada de trabalho (a hora extra), incentivada pela política laboral do regime, que já prolongara a jornada de ramos industriais mais atrasados e com baixo nível de organização sindical, a agricultura e a construção civil.

Marini (1986) cita Joaquim Santos de Andrade, presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo[48], "insuspeito por sua capacidade de acomodação", que denunciara que "os operários estão trabalhando doze horas por dia", esclarecendo que 97 % deles tinham o seguinte regime de trabalho: oito horas diárias, duas horas extras (máximo permitido pela CLT, salvo em casos excepcionais) e mais 1,36 horas diárias a pretexto de compensar o descanso do sábado, de modo que trabalhavam 66 horas por semana, em lugar das 48 horas que a lei estabelece.

Humprey (1978), em investigação de campo em uma indústria automobilística de São Paulo, entre 1974-1975, mostrou que o incremento da carga de trabalho dos operários, desde sua entrada na fábrica, variava entre 20 e 50%, segundo a categoria. Face a essa sobrecarga de trabalho, o número de vítimas de acidentes de trabalho, entre os metalúrgicos acentuava-se, progressivamente, alcançando 33,08 % dos efetivos, o que desencadearia uma série de medidas saneadoras por parte do governo Geisel, que pretendia evitar danos à "qualidade da vida" do país.

---

[48] É interessante observar que esse autor utiliza, nesse artigo, dados da revista *Brasil Socialista*, publicação conjunta da APMLe do MR-8, editada no exterior, entre 1974 e 1977, com certa circulação clandestina no Brasil.

Com a diminuição da parte referente a salários no custo de sua reprodução, a classe trabalhadora teve que aumentar a produção doméstica de valores de uso. Como nos lembra Eunice Durham (1986, p.208), “a família é o núcleo de reprodução e de rendimentos e a vida familiar, uma estratégia que, jogando com a mão-de-obra disponível entre atividade remunerada e trabalho doméstico, procura assegurar um determinado nível de consumo”.

Regina Célia Bêga dos Santos (1986, p.72) afirma que “quanto mais baixo o custo de reprodução dos trabalhadores, menos investimentos ou serviços serão utilizados ou serão considerados necessários”. No entanto, se existe um mínimo em que se precisa investir, é certo que isso tem implicações territoriais, posto que qualquer investimento, valorizando o espaço, tende a expulsar a parcela mais explorada da classe trabalhadora para áreas menos valorizadas, que, mais cedo ou mais tarde, também serão alcançadas pelas inversões capitalistas e daí, nova expulsão, que expande a cidade pela incorporação de novas áreas.

Se os artifícios usados pelos trabalhadores para sobreviver com salários tão escassos acabaram por elevar os níveis de acumulação do capital, entende-se que a organização dessa população tenha se evoluído, tanto em nível de elaboração quanto em poder de pressão, das silenciosas ocupações de áreas vagas ao ruidoso MCV, alterando, em alguns momentos, a correlação de forças entre os agentes que, com interesses, conformam os territórios.

Se “os gestores do capital atrófico acreditaram na possibilidade de um capitalismo sem contradições, bastando para tal, a desagregação permanente dos movimentos populares” (RAGO FILHO, 2001, p.172), essa premissa revelou-se inócua, pois é certo que as lutas sociais avançavam quando todos os caminhos pareciam fechados.

Analisada a importância do “arrocho salarial” no modelo brasileiro de desenvolvimento entre 1964 e 1978, é possível compreender a ação política das organizações de esquerda brasileiras, junto aos movimentos populares do pós-1964, o que constitui o objeto de pesquisa do próximo capítulo.

FRENTE 2:

ADEUS ÀS ARMAS

RESOLUÇÃO

Bertold Brecht

I

Considerando nossa fraqueza os senhores forjaram
Suas leis para nos escravizarem.
As leis não mais serão respeitadas
Considerando que não queremos mais ser escravos.

Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e com canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.
II
Considerando que ficaremos famintos
Se suportarmos que continuem nos roubando
Queremos deixar bem claro que são apenas vidraças
Que nos separam deste bom pão que nos falta.

Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e com canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.
III
Considerando que existem grandes mansões
Enquanto os senhores nos deixam sem teto
Nós decidimos: agora nelas nos instalaremos
Porque em nossos buracos não temos mais condições de ficar.

Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e com canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.
IV
Considerando que está sobrando carvão
Enquanto nós gelamos de frio por falta de carvão
Nós decidimos que vamos tomá-lo
Considerando que ele nos aquecerá.

Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e com canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.
V
Considerando que para os senhores não é possível
Nos pagarem um salário justo
Tomaremos nós mesmos as fábricas
Considerando que sem os senhores, tudo será melhor para nós.

Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e com canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.
VI

Considerando que o que o governo nos promete sempre
Está muito longe de nos inspirar confiança
Nós decidimos tomar o poder
Para podermos levar uma vida melhor.

Considerando: vocês escutam os canhões -
Outra linguagem não conseguem compreender -
Deveremos então, sim, isso valerá a pena
Apontar os canhões contra os senhores!

**** Poema da peça "Os dias da Comuna".***

3. A REVOLTA DOS BAGRINHOS

O presente capítulo discorre sobre o movimento operário no Brasil e no mundo e sobre as complexas relações que o movimento *per se* estabelece com os partidos e sindicatos operários. Busca-se compreender como se forjaram as classes trabalhadoras no Brasil e como essas enfrentaram o autoritarismo, que percola a história nacional, ainda que com distintos vernizes.

3.1 Sobre partidos, sindicatos e o movimento...

O século XIX marcou a incorporação da classe trabalhadora ao cenário político[49]. Acredita-se que "em sindicatos e partidos políticos, a consciência do conflito pode ser clarificada e tornada mais exata do que o que normalmente ocorre na consciência de classe mais difusa do trabalhador comum" (GIDDENS, 1975, p.138).

Para os marxistas, partidos e sindicatos não seriam organizações estanques. Em verdade, não deveriam ser nem organizações em *stricto sensu*, sempre ameaçadas de burocratizar-se, mas parte de um grande movimento do operariado em busca de sua emancipação. Não é outro o escopo da Liga dos Comunistas, cujo manifesto de fundação, redigido por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, inaugurou o movimento operário moderno de inspiração socialista. Na palavra-de-ordem "Proletários de todos os países, uni-vos!", que encerra o *Manifesto do*

[49] Deve-se frisar que o próprio conceito de classe não é consensual. Para Weber (1975) seria um fenômeno de distribuição de poder na sociedade, representando diferentes níveis de acesso ao mercado. Para Bourdieu (1974), a classe corresponde a uma dada posição na estrutura social, historicamente definida pelas relações que se processam nesta estrutura. Já classe trabalhadora, segundo Piotirim Sorokin (1974, p.91), seria um grupo ocupacional que percebe baixos salários e que se marca pelas privações, o "trabalho monótono e enfadonho, pouco indicado para estimular o pensamento e a criatividade".

Partido Comunista, afirmava-se a necessidade da unidade internacional dos trabalhadores para varrer a exploração capitalista, já internacionalizada[50].

Alain Touraine (2006) afirma que, apesar da constante confusão entre sindicalismo e socialismo/comunismo, reunidos sob o título de movimento operário, durante longas décadas, diversas linhas de pensamento de viés marxista analisaram crises do capitalismo sem incluir seus agentes. Como o movimento operário é um movimento social central da sociedade industrial e de movimentos históricos ou políticos como o capitalismo, o socialismo, o comunismo, cujo objeto foi dirigir o processo de industrialização, compreende-se que movimentos sociais e movimentos históricos freqüentemente procurem se unir e mesmo se confundir.

De fato, o sindicato vive uma situação dual, que marca suas inter-relações com o(s) partido(s) e os trabalhadores da "base", mesclando uma ação como movimento social e como instituição. Se o caráter regulatório da instituição ganha uma progressiva proeminência, é ainda necessário falar em movimentos sociais porque se trata, da mesma forma, "de conquistar ou reconquistar um **espaço**[51]" (TOURAINE, 2006, p.3).

Se todas as transformações sociais correspondem a alterações na ordem espacial, todo movimento social é mudança de lugar e pressuposto de novas posições nas relações entre sujeitos e lugares. Nessa perspectiva, a categoria território fornece elementos relevantes à compreensão dos movimentos sociais. Assim, cada movimento altera a configuração territorial dada e contribui para a emergência de outra, tensionando a própria ordem que constitui e projetando outra ordem em que direitos conhecidos sejam atingidos e outros possam ser inventados, afinal a u-topia é apenas um lugar um pouco mais distante.

Nesse trabalho, assumimos a perspectiva de que o movimento operário corresponde ao somatório de partidos, sindicatos e ação coletiva dos trabalhadores, agregando, a um só tempo, dimensões sociais e políticas e não existindo fora dessa ambigüidade.

---

[50] Entre 1848 e 1938, partidos e sindicatos se organizaram em quatro internacionais: a segunda se tornou conhecida como a Internacional Socialista; a terceira, como a Internacional Comunista e a quarta, como a Internacional Trotskista.

[51] Grifo nosso. Desvela-se aqui a dimensão geográfica dos movimentos sociais, simbolizada na fala dos diferentes sujeitos que, oprimidos e/ou explorados, demandam "mais espaço".

3.2 A situação da classe trabalhadora no Brasil (?)

A formação do proletariado brasileiro relaciona-se com o advento das relações de produção tipicamente capitalistas, decorrentes da abolição da escravatura no fim do século XIX. Essa afirmação inaugura boa parte da literatura sobre as classes trabalhadoras no Brasil, ou está nela implícita. Ocorre que a existência da classe não pode ser um dado apriorístico.

Tavares (1966) afirma, com propriedade, que não houve, até aquele momento, nenhum estudo sério sobre a situação da classe operária brasileira e das transformações que vinha sofrendo em sua estrutura[52]. Para esse autor, a mera transposição das características do proletariado europeu (o alemão, o francês e o inglês, tão bem analisados por Marx e Engels, a partir de um prolongado acompanhamento *in loco*) para o Brasil seria, não apenas uma falsificação, mas um procedimento antimarxista por excelência.

É fácil afirmar que várias passagens de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrito pelo jovem Engels, no século XIX, parecem cair como uma luva na história do proletariado jovem de origem pobre. Vejamos:

> Se tem a felicidade de encontrar trabalho, quer dizer, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer-se à sua custa, espera-o um salário que mal chega para o manter vivo; se não encontrar trabalho, pode roubar, se não temer a polícia; ou ainda morrer de fome, caso em que a polícia velará para que morra de forma tranqüila, e nem um pouco chocante para a burguesia. [...] Claro que para o burguês a lei é sagrada, porque é obra sua, votada com seu acordo, para sua proteção e vantagem. Ele sabe que, mesmo se uma ou outra lei o prejudica, o conjunto da legislação protege os seus interesses. O operário sabe muito bem, e aprendeu várias vezes, por experiência própria, que a lei é, para ele, um chicote preparado pela burguesia contra ele (ENGELS, 1985, p.37-256 *passim*).

Se, como indica Lassalle (1999, p.92), "o mínimo essencial que o salário representa tende a baixar", parece claro que tais situações (um trabalhador desemprego pode ferir a lei e constatar que essa lhe oprime) são passíveis de ocorrer. Entretanto, em cada sociedade, o gradiente de repressão pode ser um forte estímulo à morte silenciosa, assim como diferentes concepções sobre o que é ou não legal, o que é ou não moralmente aceitável, para si ou para os demais.

---

[52] Um exemplo flagrante desse desconhecimento seria a proposição de Ladislas Dowbor, o Jamil, um dos teóricos da VPR, de que, dado o caótico processo de urbanização brasileiro e a "selvageria" de nosso capitalismo, as camadas marginais e o lumpemproletariado se tornariam setores sociais potencialmente revolucionários. As tentativas de inserir lupensinato na ação "revolucionária" da guerrilha revelaram que o principal anseio desse grupo era o de "integrar-se" ao sistema capitalista e usufruir de seus "benefícios" (POLARI, 1982).

Ao reafirmar-se que a formação do proletariado brasileiro relaciona-se com a abolição da escravatura, busca-se estabelecer um marco zero a um processo de exploração da força de trabalho que não se inaugura aí, europeizando-se a gênese das nossas classes trabalhadoras. Em suma, apaga-se, num átimo, o estigma da escravidão e todas as ambigüidades que essa criou em(entre) nós. A escravidão brasileira iniciou quase um século antes dos Estados Unidos, cobriu todo o território e foi a mais longa do Ocidente.

Para Kowarick (1979), os ex-cativos junto com a massa de trabalhadores que compunham a mão-de-obra excedente, somente foram incorporados ao mercado de trabalho após 1930, quando a economia alcançou maior grau de desenvolvimento e diversificação. Antes desse processo, ou seja, ao longo da Primeira República, os ex-cativos teriam escassas oportunidades de ocupação profissional, pois se viam preteridos pelos imigrantes no processo de contratação de mão-de-obra, seja no campo ou nas indústrias que começavam a instalar-se no Brasil.

Essa tese vem sendo derrubada pelos estudos mais recentes sobre o trabalho na República Velha. Pedro Vasconcelos (2007) afirma que, em 1872, 59% dos escravos já estavam concentrados no Sudeste contra 32% no Nordeste. De fato, a população negra, no ocaso da escravatura, não se distribuía, homogeneamente, pelo território brasileiro, concentrando-se no Nordeste (Litoral e Zona da Mata), na Baixada de Campos dos Goitacazes e no Vale do Paraíba Fluminense.

A cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, quer por suas funções cosmopolitas, quer pela sua localização geográfica entre a Baixada Campista (açucareira) e o Vale do Paraíba (cafeeiro), ambos escravagistas, recebeu um expressivo contingente de negros. Do ponto de vista da composição étnica, o operariado carioca apresentava uma maior percentual de brasileiros natos que o de São Paulo. Entre esses, havia número expressivo de ex-cativos, que se concentraram nas atividades portuárias, tendo exercido certa influência na formação dos sindicatos desse setor, concorrendo com imigrantes, seus descendentes e com o "nacional".

Dois fatos chamam a atenção e levam ao questionamento da tese de que a classe operária brasileira surgia com a abolição: a) a industrialização nacional antecede o fim do escravismo; b) dadas as características de nossa escravidão moura, desde o período colonial, formou-se um mercado de trabalho "livre", composto, além de brancos pobres, por mestiços e negros

libertos, em um crescente contingente, muitos dos quais possuíam escravos, como relatou André Antonil ([1711] 1982).

De fato, entre 1880-1900, houve um crescimento contínuo, embora lento, do mercado interno, que impulsionou, principalmente, o setor têxtil, já portador de um razoável nível de mecanização em seu processo fabril desde o período anterior. A Tabela 21 ilustra a situação da indústria brasileira no fim do século XIX.

Tabela 21 - Brasil: atividades industriais – 1889

Ramo industrial	Estabelecimentos	Capital ($)
Têxteis	87	239.230.327
Couros, peles e outras matérias animais	22	2.076.062
Madeira	64	15.444.587
Metalurgia	66	11.903.866
Produtos químicos e análogos	86	38.184.047
Alimentação	268	63.249.713
Vestuário e toucador	88	14.618.475
Mobiliário	39	2.370.040
Edificações	56	3.106.030
Construção de aparelhos de transporte	32	1.331.773
Produção e transformação de F. Físicas	3	187.000
Relacionado a Ciências, Letras e Artes	5	917.150
Cerâmica	87	5.011.530
TOTAL	903	397.630.600

Fonte: Carone (1978).

Assim, no alvorecer do "mundo livre", havia 903 indústrias no Brasil, número que, ainda segundo Edgar Carone (1978), se elevaria a 3.120, em 1907, e a 13.336, em 1920[53]. É óbvio que, antes da chegada das primeiras levas de imigrantes, trabalhadores brasileiros

[53] Este rápido avanço do crescimento industrial se deveu a fatores exógenos (de, um lado, a impossibilidade dos países desenvolvidos exportarem seus produtos para a América Latina, no quadro da primeira grande guerra (1914-1918), de outro, o aumento da demanda por produtos latino-americanos no mercado mundial) e endógenos (a existência de um mercado interno, com grande potencial de consumo).

movimentavam tal indústria. Ao contrário da narrativa de ausência, que caracteriza São Paulo, os estudos sobre o Rio de Janeiro apontaram a experiência, mesmo, do trabalho manufatureiro e industrial com uso de escravos e a forte representação dos negros na massa do proletariado industrial.

A análise do caso carioca no âmbito da sociedade escravista permitiu a Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes (2006) afirmarem que os negros (libertos e escravos) estavam longe de constituírem uma classe débil e do atraso. O crescimento urbano da capital complexificara as relações sociais de trabalho, em um contexto de aumento dos setores de serviços. A maior parte dos setores de transportes, abastecimento e serviços contava com uma marcante população negra, incluindo livres e libertos[54].

Era comum que os senhores permitissem que seus escravos *vivessem sobre si*, mercadejando (quitandeiras, fruteiras, lavadeiras etc.), transportando cargas e realizando ofícios diversos (alfaiates, barbeiros, marceneiros, pedreiros etc.). Não poucos escravos *ao ganho* moravam longe do controle senhorial, só os encontrando semanalmente para depositar as *rendas* conseguidas com suas atividades, das quais eram descontadas quantias para os escravos se alimentarem e proverem sua sobrevivência básica. Essas relações, apesar de sua lógica "liberal", foram marcadas por um rígido controle, com as câmaras municipais concedendo autorização para que os escravos trabalhassem *ao ganho* e cobrando os correspondentes impostos dos senhores.

Vasconcelos (2007) afirma que a população do Rio de Janeiro, em 1872, estava dividida em 52,21% de brancos, 44,79% de pardos e 24,13% de pretos (dos quais 45.040 escravos, 329 deles alfabetizados). No mesmo ano, São Paulo tinha uma população de 18.834 brancos (60%), 6.711 pardos (21,4%, dos quais 950 escravos) e 4.968 negros (15,8%, dos quais 2.878 escravos).

A liberdade era concedida, preferencialmente, aos pardos, que, desde o período colonial, tinham acesso a "todos os ofícios, honras e dignidades, sem discriminação por questão de cor", restrições mantidas aos negros livres. Isso levou Antonil ([1711] 1982) a afirmar que o Brasil era o purgatório dos brancos, o inferno dos negros e o paraíso dos mulatos.

---

[54] Os autores mencionam que essa situação se reproduziria em outros núcleos urbanos: Salvador, São Luís, Recife, Porto Alegre e São Paulo. Em 1857, em Salvador, houve, inclusive, uma greve promovida por carregadores escravos, contra mudanças legislativas que interferiam nas relações senhoriais e na forma de organização do seu trabalho.

De fato, a escravidão moura no Brasil, que incluiu a poligamia e a possibilidade de reconhecimento dos filhos ilegítimos, ligou a ascensão social dos oprimidos à identificação com os valores e os interesses do opressor. Nesse sentido, os mestiços conformam-se no "elemento mais tipicamente burguês daquela sociedade em mudança", conforme afirma Jessé Souza (2000, p.241).

Com a chegada dos contingentes imigrantes, vistos como elemento civilizatório (e embranquecedor[55], diga-se de passagem), no imaginário das elites e dos projetos imigrantistas, África, escravidão, escravo e o negro foram associados à barbárie. Nos estudos sobre a classe operária, igualmente, o legado e a experiência advindas das relações de trabalho nos mundos da escravidão foram apagadas em abordagens que não tomaram o "embranquecimento" como problema de pesquisa. Um profundo silêncio estendeu-se sobre o trabalhador escravo, personagem de três séculos de nossa história de pobres proletários e pedintes[56].

A economia agrícola carioca não recebera correntes imigratórias significativas, como São Paulo, e os que ali chegaram tiveram inserção diretamente na economia urbana, compondo o quadro das lideranças sindicais da época (Tabela 22).

---

[55] Vasconcelos (2007), comparando a composição étnica do Brasil e dos Estados Unidos no início do século XIX, informa-nos que, em 1819, os brancos eram menos de 20% da população do Brasil (nos Estados Unidos eram 80% em 1820) e havia cerca de 585.000 homens de cor livres sobre 1.500.000 a 2.000.000 de escravos (nos Estados Unidos 233.634 negros livres sobre 1.538.000 escravos).

[56] Pensamos nas análises sobre a cultura política "nacional", sustentada no latifúndio - "Nós somos o latifúndio", lembraria Oliveira Vianna (1987, p.48) - traduzível no enunciado "no nosso país ou bem se manda ou bem se pede".

Tabela 22- Nacionalidades dos líderes operários - Rio de Janeiro (1890-1920)

Nacionalidade	Quantitativo
Brasileiros	35
Italianos	24
Portugueses	23
Espanhóis	22
Alemães	1
Poloneses	1
Não identificados	13
Total de estrangeiros	71
Total	119

Fonte: Maran (1979).

Outra diferença com São Paulo encontra-se no fato da cidade do Rio de Janeiro, assim como Santos, concentrarem mais os portugueses que os italianos. Apesar de numericamente muito superiores aos italianos, os portugueses ocupariam a segunda posição entre as lideranças do período. Esse dado associa-se com o fato de que 60% das lideranças operárias identificadas eram estrangeiros, indicando que herdamos de “nossos pais” a marca da insolidariedade. Em contrapartida, italianos e espanhóis seriam apresentados como portadores de maior formação política e tradição participativa.

Vale lembrar que 40% de nacionais (percentagem que agrega os 134 não identificados da Tabela 22) seria um número bastante expressivo se comparado aos 10% presentes no operário industrial paulista na última década do século XIX. Essa “excessiva participação” de nacionais, na visão hegemônica, tornara o proletariado carioca mais suscetível à colaboração de classes, fato ampliado porque uma importante parcela dos trabalhadores estava fora da esfera da produção, vinculada ou não ao serviço público e o Estado fazia mais concessões às reivindicações trabalhistas do que a empresa privada, ainda que não se eximisse de exercer uma poderosa repressão quando os trabalhadores ultrapassavam os limites da colaboração.

Entretanto, a classe operária carioca (colaboracionista) não tomou o bonde para o paraíso. Maran (1979) observa que, em 1890, um trabalhador médio no Rio de Janeiro percebia, no

máximo, 96$000 por mês, enquanto o salário mínimo necessário para cobrir as despesas de alimentação, vestuário e moradia de uma família de quatro pessoas era de 103$000, de modo que o *déficit* orçamentário de uma família carioca, nesse ano, era de pelo menos 7$000, isso sem considerar que o tamanho médio da família brasileira no fim do século XIX excedia esses quatro membros. Segundo o mesmo autor, em 1908, esse *déficit* elevara-se a 28$000, em virtude uma contínua e progressiva elevação do custo de vida. Em 1902, ocorreria uma greve dos trabalhadores da indústria de calçados do Rio de Janeiro, que, reivindicando aumento salarial, teve forte apoio de seu sindicato.

Se a formação da classe operária no Brasil não se deu de forma análoga à da Europa, por ter o país uma economia dependente e uma industrializada tardia, e, desde o início mecanizada, sem um período artesanal "preparatório", a história "oficial" da classe operária brasileira reproduziria *ipsis literis* a do proletariado europeu: fábricas, europeus e rebeldes.

Boris Fausto (1998) informa que, no período de 1887 a 1930, cerca de 3,8 milhões de estrangeiros migraram para o Brasil; apenas, no período de 1887 a 1914, esse número teria alcançado 2,74 milhões. A maioria dos imigrantes destinava-se ao Estado de São Paulo. No interregno 1891-1900, 733.335 imigrantes ali aportaram em São Paulo e, entre 1901 e 1920, o número aferido foi de 857.149 imigrantes, em grande medida, destinados a substituir a mão-de-obra escrava nas fazendas de café.

Entre esses, os italianos eram a maioria (577.000 dos estrangeiros dos 803.000 que desembarcaram no estado de São Paulo no último quartel do século XIX), a "competir com os párias negros, recém-egressos da escravidão, e os 'caipiras', mestiços refugiados na gleba precária do seu 'sítio' apossado, sem direitos de qualquer espécie", na expressão de Nicolau Sevcenko (2000, p.38-39), pelos postos de trabalho.

Nessa competição entre desiguais, os imigrantes saíram com larga vantagem. Segundo o censo de 1893, nas indústrias da capital paulista, 70% dos trabalhadores eram estrangeiros, apesar de constituírem apenas 54,6% da população total. Dos 10.241 artesãos, 85,5% haviam nascido no exterior. Na manufatura, 79% eram imigrantes; nos transportes e setores afins, 81%; no comércio, 71,6%. Excluindo as pesquisas no setor agrícola, os estrangeiros constituíam 71,2% da força de trabalho total da cidade (MARAN, 1979). Em 1901, a população operária do estado de São Paulo foi calculada em 50.000 pessoas, das quais os brasileiros não chegavam a 10%. Na capital, a mão-de-obra constituída por imigrantes variava

entre 80 e 90% do total do setor industrial. Sendo a população operária na cidade de 8.000, 5.000 eram estrangeiros, com larga predominância dos italianos neste contingente.

Esse rápido incremento da população imigrante no setor industrial deveu-se ao êxodo rural de colonos estrangeiros, a partir dos anos 1890, com as periódicas crises do café. Tal êxodo deveu-se às condições de trabalho desses colonos, já que muitos fazendeiros deixaram de cumprir seus compromissos, passando a aplicar multas e a maltratá-los freqüentemente. "A dificuldade dos colonos em adquirir uma propriedade, principal sonho dos imigrantes e que os impulsionou a tomarem a importante decisão de vir 'fazer a América', também contribuiu para que optassem por tomar a direção das cidades" (OLIVEIRA, 2001, p.14-15).

Cabe ressaltar que o trabalho livre assalariado se restringia, então, a algumas categorias urbanas. Por outro lado, a indústria, desde cedo, revelou-se uma grande consumidora de mão-de-obra. O processo de industrialização brasileiro, segundo Silva (1976), já se inaugurou sob a égide do grande capital. Este autor informa que, em 1907, mais de 11 mil operários trabalhavam em empresas de São Paulo, as quais empregavam, em média, quatrocentos operários. Na cidade do Rio de Janeiro, mais de 13 mil operários atuavam em empresas que utilizavam, em média, 550 operários. Outros 15 mil operários trabalhavam em empresas do Rio e São Paulo com número de funcionários igual ou maior que uma centena. Em 1920, as grandes empresas (100 ou mais operários) empregavam 63% da mão-de-obra industrial do Rio de Janeiro e contavam com 73% do capital aplicado na atividade industrial. Em São Paulo, 65% dos operários fabris trabalhavam em grandes empresas.

Inicialmente, nosso operariado era composto, majoritariamente, por trabalhadores estrangeiros e pelos nacionais originários das áreas rurais. Através dos imigrantes (italianos e espanhóis em destaque), as idéias socialistas e anarquistas influenciaram a luta dos trabalhadores na República Velha[57]. A ação coletiva desse grupo desembocou na criação de inumeráveis associações de classe, formais e informais. A diversificação da economia propiciou o fim da etapa mutualista e o aparecimento do sindicalismo propriamente dito, em

[57] A emigração italiana para São Paulo foi interrompida em 1902, por proibição do governo daquele país face às denúncias sobre a precária situação dos imigrantes em terras brasileiras, o mesmo ocorrendo com a espanhola em 1910.

novas organizações que se auto-intitulavam ligas, uniões, associações ou sindicatos de resistência ao capitalismo industrial emergente no Brasil. [58]

A constituição do mercado de trabalho urbano industrial em São Paulo teve hegemonia do imigrante, que terminou por ocupar lugar proeminente na formação da própria cidade e de sua vida urbana. Tal importância e o volume de estudos sobre ela acabou por tornar "nacional" a experiência de São Paulo. Assim, foram esquecidos tanto o trabalhador escravo, quanto o operário do interior, posto que, das 268 industrias têxteis brasileiras em 1889, muitas se localizavam em cidades pequenas.

Se os imigrantes formavam a grande maioria dos trabalhadores alocados nas indústrias, eles não eram os únicos. Nos cortiços e no chão de fábrica, imigrantes pobres e "nacionais" (dentro os quais ex-escravos) conviviam. A total desqualificação do trabalhador brasileiro, em termos políticos e culturais, e sua culpabilização pelo "atraso" da classe operária no setor "moderno" da economia atendem aos interesses dos dominantes, que, de fato, expurgou os imigrantes "menos dóceis", bloqueando a rebeldia do operariado de ascendência européia.

Segundo Maram (1979), na indústria têxtil, havia, em 23 fábricas, 10.204 operários, dos quais 7.499 eram estrangeiros, sendo os italianos em número de 6.044, os portugueses 824, os espanhóis 338, e os demais de outras nacionalidades. A concentração de operários em grandes empresas, com péssimas condições de trabalho, facultou a emergência da consciência de classe, sem a qual os trabalhadores não se organizariam minimamente. Essa consciência do conflito de classe envolve o reconhecimento de que os interesses de todos os operários são idênticos e solidários, mas o extrapola, à medida que é no processo de luta que a classe se descobre como classe, o que alavancaria seu processo de transformação de "classe em si" em "classe para si".

Para Anthony Giddens (1975), a consciência de classe admitiria três formas:

- Os homens de uma determinada classe compartilham certas atitudes e crenças.
- Os membros de uma classe têm consciência de pertencer a uma classe particular, que compartilha interesses comuns.

[58] Interessa lembrar que a formação do proletariado brasileiro foi, de início, um processo restrito às grandes cidades e que, àquela época, o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tinha 522.651 habitantes e São Paulo, 64.934 habitantes (BRASIL, 1916).

- Os membros de uma classe se organizam, ativamente, para perseguir seus interesses.

Marques (1981) afirma que uma articulação dialética entre os interesses das forças sociais agindo no Estado, no sindicato e nos locais de trabalho existe e é essencial no processo de formação da consciência de classe. Assim, a consciência de classe dos trabalhadores se desenvolve a partir dos componentes que constituem a base socioeconômica, a sociopolítica, a ideológica. O enquadramento dos trabalhadores nos sindicatos e demais organizações compatíveis com as condições fundamentais para a segurança do sistema, pois os conflitos não resolvidos por esta via serão resolvidos pela via repressiva.

Certo é que homens, mulheres e crianças, do Brasil do início do século passado, presos 14 horas por dia ao chão das fábricas têxteis, de alimentos, calçados ou chapéus, encontraram forças, para organizar e freqüentar escolas livres, para forjar e manter, mesmo ao preço de suas vidas, sindicatos livres.

A primeira grande influência política sobre a incipiente ação coletiva dos trabalhadores brasileiros veio do anarquismo. Afirma Hans Füchtner (1980) que a Associação Tipográfica Fluminense, fundada em 1853, foi a primeira organização profissional nacional. A maioria das associações então existentes era de ajuda mútua e muito frágeis do ponto de vista da organização das lutas. Contra isso, voltou-se o anarco-sindicalismo[59], que defendia um sindicalismo de resistência, marcado pelo emprego do método de ação direta das massas, com várias formas de expressão: a ocupação de fábricas, as passeatas, a sabotagem, a greve (geral ou parcial), as greves de solidariedade e de protesto, as greves de reivindicações sociais, o labéu, a manifestação pública (comícios e protestos), as assembléias e outros, ainda que a greve geral tenha sido o método de ação de maior destaque.

Se, como nos informa Esmeralda Moura (1997, p.44) “a bomba de dinamite no palacete do Dr. Carlos Paes de Barros”, em 1893, foi a “primeira manifestação material do anarquismo em S. Paulo”, foram as greves urbanas – em uma grande onda no intervalo 1901-1907–, que deram visibilidade “a homens, mulheres, adolescentes e crianças que traziam para o espaço público as reivindicações da classe operária, imprimindo-lhes amplitude social” (idem, p.43). Entretanto, “por muitos anos, o Rio de Janeiro reuniria a maior concentração operária do país,

[59] Os socialistas logo se ergueram contra os anarquistas e fundaram sua primeira associação em 1889, em Santos (FÜCHTNER, 1980).

sendo superada pela capital de São Paulo em algum momento entre 1920 e 1938" (FAUSTO, 1976, p.14).

O número crescente de desempregados e o aparato legal e policial repressivo, entretanto, garantiram a retração proletária. A lei de expulsão de estrangeiros (Decreto 1641, de janeiro de 1907), denominada lei Adolfo Gordo, determinou a expulsão sumária dos operários estrangeiros envolvidos na organização sindical, sob o pretexto de "comprometer a segurança nacional ou a tranqüilidade pública", em uma clara tentativa de arrefecer e controlar o movimento operário, numa conjuntura em que suas lideranças eram predominantemente de origem européia.

Maram (1979) demonstra o impacto das deportações sobre o trabalho anarquista, desvelando uma correlação quase direta entre o número de expulsões e o nível de agitação operária. Assim, nos anos de 1907, 1912, 1913, 1917, 1919 e 1920, os índices de deportados foram os mais elevados, o que, publicamente, se justificou pela caracterização do movimento como uma ação de bandidos. Só em outubro de 1919, como informa Füchtner (1980), foram expulsos mais de 100 sindicalistas estrangeiros.

> O Estado policial atingiria durante a República Velha sua forma plena na repressão ao movimento operário. A greve estaria sistematicamente presente como ameaça à propriedade e à ordem pública. No interior desse discurso, os "verdadeiros operários" surgiriam por oposição aos elementos de dissolução social, "desordeiros" e "fanáticos" – imagem redutora do movimento operário, mera obra de agitadores na fala oficial, que passa também, pela negação da miséria material na qual estava imersa a classe trabalhadora (MOURA, 1997, p.46).

A partir de 1913, esta situação desencadeou inúmeros comícios de protesto, principalmente no Rio de Janeiro, o que possibilitou a organização do segundo Congresso Operário Brasileiro em 1914, reanimando as atividades anarquistas, e a preparação da greve geral de 1917, a qual deixou claro que as reivindicações das emergentes camadas urbano-industriais não poderiam ser ignoradas.

Durante a greve de 1917, os operários, agitando um programa maximalista, se apoderaram da cidade durante vários dias. Nos conflitos entre grevistas e policiais morreu, em 09 de julho, Antonio Martinês. Seu enterro se transformou numa manifestação que envolveu todos trabalhadores de São Paulo. A greve geral assumiu, então, ares de revolta popular, com vários armazéns saqueados e assembléias com até 80.000 pessoas. A greve somente terminou com o acordo em torno de um aumento de 20%; da não-demissão dos grevistas; do cumprimento da jornada de oito horas e da proibição do trabalho noturno para as mulheres e crianças.

As promessas patronais não foram cumpridas. Assim sendo, de 1917 a 1920, houve uma onda quase contínua de greves, justificada pelo grau de organização do movimento operário, que pressiona no sentido da implementação de uma legislação social trabalhista e previdenciária e da participação no Estado.

Nesse momento, em decorrência das sucessivas deportações de seus quadros e do conseqüente aumento numérico do operariado de origem nacional, o anarquismo perdeu parte significativa de seu poder de influência sobre o movimento dos trabalhadores no Brasil.

A célere industrialização provocou o robustecimento dos efetivos operários pela incorporação de migrantes rurais para os grandes centros urbanos, principalmente São Paulo, em um padrão que se manteria até os anos 1960 e que diluiria o pequeno grupo de operários qualificados, em sua maioria de origem estrangeira, em uma massa de operários não qualificados, ligados à construção civil, transportes e serviços públicos e, a seguir, à própria indústria manufatureira.

Para Marini (1986), tratava-se de uma estratégia de controle territorial destinar a debilitar as condições de liderança operária, facultando ao Estado a manipulação dos novos dirigentes, que o recém-criado PCB tentava hegemonizar. Ameaçado pela vitória do bolchevismo na Rússia, o Estado brasileiro redirecionara e redimensionara sua intervenção social, a partir da interferência na organização legal dos sindicatos.

A alteração do regime legal, por meio da emenda 34 à Carta de 1891, renovou o liberalismo em curso, pondo fim à ortodoxia não intervencionista. Incorporou-se a presença reguladora do Estado sobre o mercado, ao mesmo tempo em que se manteve o sindicato como instituição legal, conforme a legislação de 1907. Essa emenda constitucional delegou competência privativa ao Congresso Nacional para legislar sobre o trabalho, ampliando e retificando o pacto liberal.

No ano de 1926, leis dispuseram sobre acidentes de trabalho, férias e o código de menores. Sob essas novas condições, o operariado não estava agora debaixo da influência exclusiva das suas lideranças constituídas. A lei, que *lato sensu* constitui mecanismo de limitação à liberdade dos indivíduos para salvaguarda e manutenção da ordem pública, passou a servir como “mecanismo mediador das relações de classe, uma vez que ao acolher e acomodar as reivindicações trabalhistas o faz – sendo o Legislativo verdadeiro reduto das elites – para diminuir o espaço de atuação e disciplinar a ação do operariado” (MOURA, 1997, p.49).

Essa situação agravou-se na década de 1930, já que, sobre os mortos, foi lançado o véu da ideologia. A partir desse momento, Vargas reescreveria a história da sociedade brasileira com a pena do corporativismo. Como lembra Mainwaring (2001), os mecanismos corporativistas de controle reduziram a capacidade de ação autônoma da classe operária. O Estado, ao autorizar a existência de sindicatos operários, financiá-los e regulamentá-los, colocou-os numa posição de dependência.

A atuação do Estado adquiriu, nesse momento, características mais sutis de controle e repressão. O decreto de sindicalização de 19 de março de 1931 – Decreto 19.770 – pôs fim ao pluralismo sindical[60] e passou a reconhecer apenas o sindicato que reunia dois terços da categoria e, na hipótese de tal não acontecer, o que congregasse maior número de associados. Aos "novos" sindicatos era proibida a união com os já existentes, de modo a criar uma cultura sindical totalmente nova, adaptada a um governo que pretendia "revolucionar o sistema político 'de cima para baixo' com o objetivo de fortalecer a administração central" (FÜCHTNER, 1980, p.45).

Em cada município, só poderia haver um só sindicato por ramo de atividade. Os empregadores descontavam, anualmente, o imposto sindical, equivalente ao pagamento de um dia de trabalho, de todos os seus empregados, sindicalizados ou não. Essas somas, até 1994, foram canalizadas para o governo, que as distribuía ao sindicato local (60%) e às federações estaduais e nacionais de cada ramo (15% e 5%), sendo os restantes 20% retidos para gastos administrativos.

O imposto sindical, mais que a contribuição voluntária, passou a garantir a sobrevivência financeira da estrutura sindical e essa dependência definiu o completo atrelamento do aparato sindical ao Estado. Além da dependência econômica, tal Decreto agradou à parte do movimento sindical brasileiro que viu assim solucionados dois grandes problemas: o do reconhecimento do sindicato pelo patronato e o da estabilidade organizativa dos trabalhadores.

O controle dos sindicatos objetivava transmutá-los em órgãos de colaboração de classes. Tal política foi, a um só tempo, acoimada pelos trabalhadores de fascista, e, pelos empregadores, de comunista. A legislação trabalhista de Vargas foi, inúmeras vezes, acusada

---

[60] Símbolo da influência do bolchevismo na estrutura sindical brasileira, a OLT opõe-se aos sindicatos por categoria profissional, ficando evidente que o sindicalismo oficial não garantia, por si só, o controle total sobre as mobilizações operárias.

de ser uma cópia da *Carta del Lavoro*, implementada por Benito Mussolini, na Itália dominada pelo fascismo.

Vianna ([1930] 1974), um de seus mentores como assessor do MTb de Vargas, entretanto, afirmara: "Essa legislação não parece com nenhuma outra legislação sindical existente no mundo". Embora conferisse grande poder ao Estado no controle das diretorias, para o autor, muito se diferenciava do regime fascista que instituía o sindicato como órgão de partido e instrumento dele.

Vianna advogava, destarte, "a originalidade do sistema sindical brasileiro", a "independência de opinião e pioneirismo na atuação no Ministério do Trabalho", que realizava uma "democracia autoritária, mas não totalitária" (VIANNA, 1943 *apud* BRESCIANI, 2005, p.442-444 passim). Para esse autor, tratava-se de corrigir a "inata" insolidariedade do povo brasileiro, quer operária quer patronal, transformando sindicatos e associações profissionais em órgãos consultivos do Estado em matérias de sua competência. "Na visibilidade ganha pelo sindicalismo residia o chamado para a atuação responsável e cooperativa. [...] Esta proposta de arquitetura harmoniosa compõe a matriz de seu programa de reformas sociais e políticas", afiança Vianna (idem, p.420), na tentativa de esvaziar de conteúdo político-partidário a ação governamental de Vargas.

Com a CLT (Decreto-Lei 5.452, de 01 de maio de 1943), marco da "arquitetura harmoniosa" entre as classes, defendida por Vianna, consubstanciou-se, em um só corpo formal, toda a legislação trabalhista gestada em meio século de ativismo proletário no Brasil. A CLT retirou sua originalidade da vitalidade e da autonomia das organizações representativas dos trabalhadores, e carregou, em si, a vitória e a derrota desses. Seu fito último seria eliminar, para sempre, o conflito capital/trabalho. Lula da Silva (1981, p.45) comentaria:

> A estrutura sindical brasileira dá a impressão de ter sido feita antes de existirem trabalhadores. Ela é totalmente inadequada. Não se adapta à realidade, foi feita de cima para baixo. O sindicato nasceu, no Brasil, não por vontade do trabalhador, mas por desejo do governo. É preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado. A estrutura e a legislação deveriam ser reformuladas como resultado das necessidades. A estrutura atual é ineficiente, inoperante, do ponto de vista do trabalhador.

A CLT moldou a estrutura sindical ainda vigente no Brasil, que se caracteriza por ser:

- Descentrada, fragmentada e dispersa entre muitos sindicatos municipais, pouco expressivos e frágeis politicamente.
- Descentralizada, com parcas iniciativas e formas de ação unificadas, apesar da existência das centrais sindicais.
- Desenraizada, por não ser inserida nos locais de trabalho, mas sim externa às empresas, com "poder de comando centrífugo e fragmentado".
- Verticalizada, com difícil articulação em perspectiva horizontal mais ampla. Este padrão vertical tem sérias dificuldades de resistência, tendo como forte aliado a terceirização.
- Portadora de uma carta de reconhecimento oficial, que faz o sindicato prescindir de representatividade política, possibilitando-lhe um baixo número de filiados e a inexistência de luta reivindicativa.

Destarte, o Estado tentou forjar um "movimento sindical" sem movimento, buscando obnubilar as lutas e conquistas da classe trabalhadora. Entretanto, houve resistências. Entre 1930 e 1935, confrontaram-se o sindicalismo independente e o atrelado[61]. Desde então, o movimento operário marcar-se-ia pela confrontação das tendências classistas com as forças que - dentro e fora dele - pugnam por mantê-lo subordinado ao Estado e, através desse, à burguesia.

Os sindicatos que resistiram à tentativa de tutela do governo sofreram violenta repressão policial e viram destruída por completo a organização sindical independente, estabelecendo-se a hegemonia dos sindicatos oficiais e da burocracia sindical "pelega" sobre os trabalhadores.

Os sindicatos oficiais passaram a constituir uma barreira à criação de organismos independentes. Os estatutos sindicais, ainda que aprovados em assembléias dos associados, eram anteriormente padronizados pelo MTb. Apesar da existência da associação facultativa ao sindicato, quem o sustentava era o imposto obrigatório. Desse modo, para se manter durante anos, a burocracia sindical não dependia do apoio dos associados, mas do apoio do Ministério.

Essa condição favoreceu a corrupção dos dirigentes e seu afastamento dos trabalhadores da base. Efetivamente, os sindicatos não tinham qualquer base nas empresas e categorias com

[61] Parte desse conflito teria marcado a criação do projeto de esquerda, capitaneado por Agildo Barata, do PCB, da ANL.

1.000 ou 100.000 trabalhadores só podiam ter uma mesma diretoria de 24 membros. Porém, para evitar comissões de fábrica autônomas, a lei permitiu à nomeação de "delegados sindicais". A lei permitia aos sindicatos de uma categoria organizarem federações estaduais e nacionais (não eleitas pelos trabalhadores), sendo proibidas federações de categorias diferentes e a constituição de centrais sindicais.

Marini (1986) afirma que a vigência dessa legislação por um período tão prolongado expressa um fenômeno mais profundo: a reestruturação, de cima a baixo, da sociedade brasileira em moldes corporativos pelo Estado Novo, acentuando sua dependência em relação ao Estado. De fato, junto ao mito da "outorga de direitos" aos trabalhadores pelo governo autoritário de Vargas, o "pai aos pobres", propagou-se outro, o da ignorância, passividade e apatia do proletariado brasileiro[62].

Se o varguismo parecia ter forte sustentação social, Schwartzman (1988) lembra que havia vários tipos de oposição a este sistema hegemônico. A oposição liberal a Vargas, que combinava setores urbanos de classe média e intelectuais com líderes mais tradicionais, marginalizados do sistema pessedista dominante; setores militares, impacientes com a ineficiência e o clientelismo político, que eram o preço do sistema de cooptação; setores operários, que pugnavam por mais militância e envolvimento ideológico por parte de suas lideranças sindicais e partidárias; e setores militares, intelectuais e operários que tratavam de influenciar no sentido de uma política externa e interna mais definidamente nacionalista.

É nesse contexto, no ocaso do Estado Novo, que surgiu, na cena política, a evangelização trabalhista do PTB[63], que visava a consolidar o corporativismo, como estratégia de reprodução política do varguismo, para além do autoritarismo de plantão. À invenção do trabalhismo, em 1942, confluíram distintas influências (sendo a principal delas a filosofia positiva de Auguste Comte, com seus eficientes projetos para a incorporação do proletariado à sociedade moderna) e perspectivas de classe.

Ângela de Castro Gomes (2005, p.24) afirma que o sucesso desse projeto pode ser

---

[62] Contra tal construto ideológico já se voltara Evaristo de Moraes Filho – em *"O problema do sindicato único no Brasil e seus fundamentos sociológicos"*, cuja primeira edição foi lançada em 1952 –, defendendo a maioridade dos trabalhadores brasileiros para lutar pela melhoria de suas condições de vida e a pressão política das associações operárias e sindicais, em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, como indispensável para a formulação das leis trabalhistas no país.

[63] Jorge Ferreira (2005) entende que o êxito político dos trabalhistas, no meio sindical, e o crescimento eleitoral do PTB corresponderam a tradições e valores que circulavam na sociedade brasileira da época, e que o trabalhismo - firmado na tríade soberania nacional, desenvolvimento econômico e justiça social - ficou mal visto tão somente por ter sido a ideologia derrotada pelo golpe de 1964.

atribuído ao fato de ter tomado “o discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora, durante a Primeira República, elementos-chave de sua auto-imagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discursivo”. O PTB inauguraria o partido de massas no Brasil já nas primeiras eleições pós-Estado Novo, em 1945, representando a forma de relação emocional que Vargas mantinha com o trabalhador sindicalizado.

Ocorre que a lei trabalhista não equacionou o conflito capital/trabalho. A divisão sócio-territorial do trabalho continuou a produzir e a reproduzir desigualdades e hierarquias na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, o descumprimento da legislação trabalhista pelos capitalistas levou os trabalhadores a tomarem tal legislação, não como uma dádiva (ainda que a propaganda oficial do varguismo afirmasse o oposto), mas como direitos a conquistar.

Nessa conjuntura, o controle dos sindicatos pelos dirigentes “ministerialistas” não representou o completo domínio do movimento operário, como indicam as 480 greves identificadas por Marcelo Mattos (2004) no interregno 1945-1964, número que aponta para a existência de algum nível de OLT, presença que atravessa todo o período, em categorias industriais, como os metalúrgicos e os têxteis, em categorias manufatureiras, como os marceneiros, e em categorias do setor de serviços, como os bancários. As OLTs, agindo de forma independente da estrutura, em especial na preparação de greves, empurravam os sindicatos para além da estrutura oficial, que tentava compartimentar completamente as lutas da classe trabalhadora.

Essas greves (250 por empresa e 224 por categoria) confirmam a hipótese de que direitos instituídos em lei, ou garantidos em convenções coletivas, não eram líquidos e certos para os trabalhadores, sendo necessário recorrer a greves para garanti-los. Para Mattos (2004), essas supostas conquistas trabalhistas não sustentaram pactos políticos de colaboração de classes de longo prazo, como afirma boa parte da literatura sobre o tema. Nesse sentido, o autor menciona a existência de diversas greves por reivindicações políticas, intercategoriais, gerais e/ou nacionais, greves por solidariedade e por defesa do direito de organização.

Parte significativa dessas manifestações de luta teriam ido de encontro ao “sindicalismo populista”, vigente no período “liberal” que antecede o retorno do autoritarismo (não tão populista) de 1964. Segundo Mattos (2004, p.244), esse modelo de ação sindical apresentava as seguintes limitações:

- Inconsistência organizatória (organizações de cúpula - oficiais ou paralelas - seriam privilegiadas em relação às OLT).

- Falta de questionamento à estrutura sindical, até mesmo por parte da direção comunista.
- Falta de sintonia entre lideranças (com discurso e reivindicações nacionais e politizadas) e suas bases (mobilizadas apenas por questões salariais).
- Poder de mobilização concentrado nos trabalhadores do Estado e escasso entre os empregados do setor privado, em especial nos setores de ponta da grande indústria.
- Privilegiamento do Estado como interlocutor principal dos sindicatos, subordinação aos políticos populistas e secundarização do conflito capital e trabalho.

Entretanto, Schwartzman (1988) afirma que o movimento sindical, no período 1945-1964, em São Paulo, era bastante diferente daquele do resto do país, dando origem a uma grande variedade de organizações sindicais não-alinhadas aos grupos dominantes em nível nacional. Esse conflito teria se tornado claro na III Conferência Sindical Nacional, realizada em São Paulo, em 1960, quando houve uma cisão a respeito da criação de uma Central sindical única em nível nacional, cujo resultado foi acentuar a marginalidade do núcleo operário paulista, durante os anos cruciais de 1960-1963.

Oswaldo Lourenço (2005) lembra que, em setembro de 1960, começou, no Rio de Janeiro[64], um movimento destinado a conseguir a paridade de salários entre o pessoal civil e militar. Esse movimento rapidamente se espalhou para outros estados, resultando em uma greve de mais de 400 mil empregados em transportes: marítimos, portuários, ferroviários, aeroviários. O CGT, estrutura composta por sindicatos, federações e confederações, dominada pela esquerda do PTB e pelo PCB, teria sua origem no Comando Geral dessa Greve.

Para Marini (1986), o CGT se constituiria no embrião da acalentada central única, contribuindo, decisivamente, para formar a máxima instância de condução do movimento de massas: a FMP, da qual participavam a UNE e um conjunto de órgãos recém-criados: a CONTAG, o Comando Geral dos Sargentos e a Associação dos Marinheiros. Funcionando mais como un parlamento que como um órgão executivo, para este autor, a FMP foi a

[64] A presença marcante do trabalhismo no Rio de Janeiro seria outra decorrência dos “defeitos de nascença” do proletariado carioca.

experiência mais avançada das forças populares brasileiras em matéria de diálogo e coordenação, à revelia das marcadas diferenças de opiniões ali existentes. Criada, em 1962, por Brizola, a FMP foi fechada em 31 de março de 1964 pelos militares e seus integrantes tiveram seus direitos políticos suspensos.



Foto 1 - O elegante CGT.
Fonte: CGTB (2007).

Durante a presidência de Goulart (1961-1964), o CGT se tornaria o principal defensor das reformas de base (agrária, urbana, tributária, bancária e constitucional). Esse fato comprova que a burguesia brasileira, com seus políticos e estadistas populistas, conseguira, efetivamente, construir um consenso dos trabalhadores urbanos para o projeto de uma nação "independente", através da industrialização, como propõe Jacob Gorender (1988).

Marini (1986) aponta três outros senões desse Comando: a) excluía os trabalhadores agrícolas, ao mesmo tempo em que sancionava a inclusão de entidades da classe média; b) seus dirigentes eram os "pelegos" do período anterior e lhe imprimiram um caráter acentuadamente burocrático, enquadrando-o nos estreitos limites da estratégia governamental; c) não assegurava a representação dos operários dos novos ramos industriais.

Füchtner (1980) aponta os limites dessa organização:

> A atitude dos dirigentes sindicais nacionalistas baseava-se no desconhecimento completo de suas próprias forças. Ambas as greves gerais de 1962 teriam causado dúvidas em observadores atentos às forças dos mesmos. Eles não chegavam a ter experiência de uma grande greve geral de mais de 24 horas. Também a ameaça

permanentemente repetida de greve geral não produzia mais efeito e depois ela nem sempre parecia uma medida adequada.

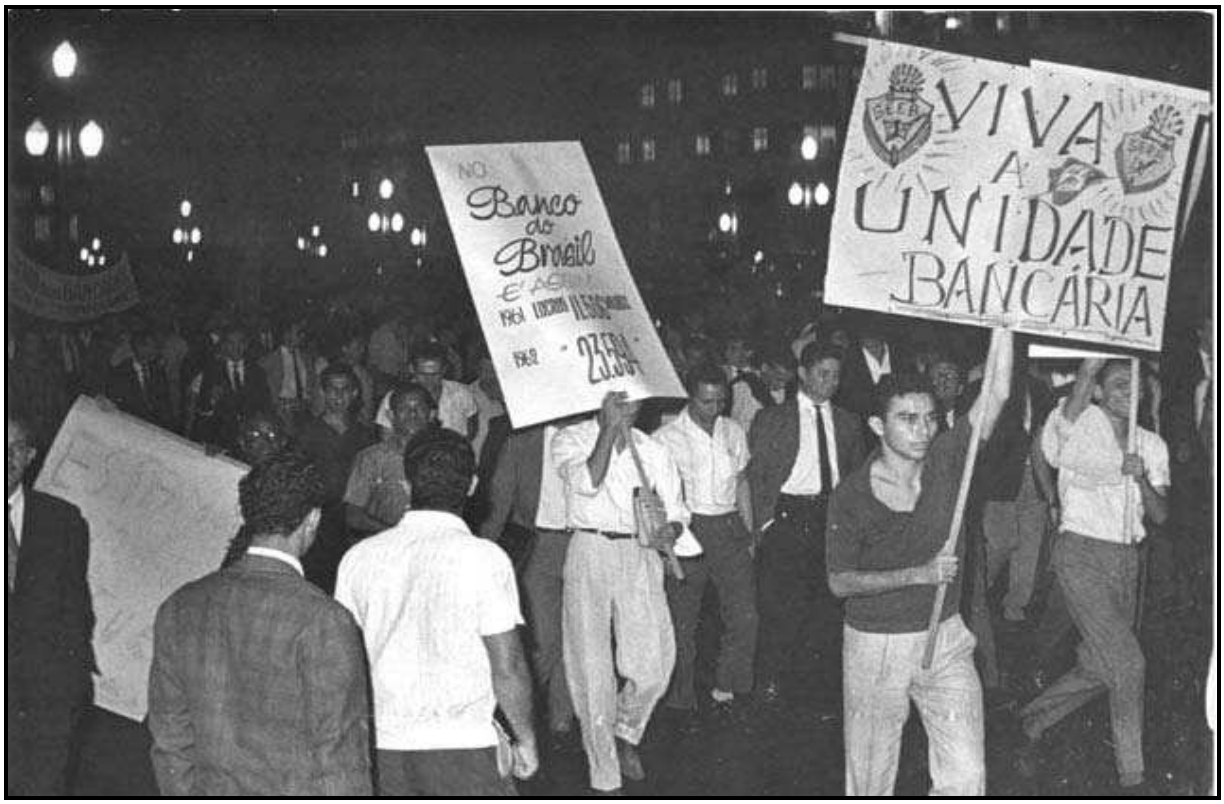


Foto 2 - Cena da greve geral de 1963.
Fonte: CGTB (2007).

O “complexo de superioridade” do Comando devia-se a seu completo afastamento das bases. Um exemplo do cupulismo do período encontrava-se no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, que, tendo uma base de 200 mil operários, realizava assembléias de 200 a 500 participantes. Sem “carregar consigo as bases”, o movimento sindical “não tinha força para dar grandes passos e nem poderia engajar-se prematuramente em batalhas decisivas. Mas, essa não era a análise que se fazia, pois no exame da correlação de forças sempre se assinalava o ‘poderio do CGT’” (TAVARES, 1966, p.20).

Se uma análise interna do CGT revela sua fragilidade, como álibi ao “partido da ordem” sua força soava imensa. O ministro do STM, general Pery Bevilacqua (1966, p.26), afirmaria: a democracia se achava ameaçada “com a pretendida implantação da República Popular Sindicalista, que era o objetivo político do movimento subversivo capitaneado pelo famigerado CGT, o qual foi contido pela anti-revolução de 31 de março”.

O PCB vendia, nesse ínterim, a idéia de que os trabalhadores estavam, finalmente, no poder e de que se vivia um período de ascenso do proletariado[65]. Contra isso, digladiou-se, sem sucesso, o geógrafo-historiador Caio Prado Júnior (1966) no interior do Partido. Essa "euforia" imobilizou os trabalhadores, abrindo caminho para o golpe civil-militar de 1964, que, para o CGT, veio como um raio em céu azul.

O populismo, o primeiro projeto político de hegemonia da burguesia, foi descartado no pós 1964, em favor de uma prática do "terrorismo de Estado". A falta de resistência ao golpe foi, majoritariamente, atribuída aos erros dos partidos de esquerda (hegemonizados pelo PCB), que não se prepararam para isso.

Gorender (1987, p.95) reproduz o primeiro pronunciamento da CE do PCB após o golpe:

> Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação. Embora nos documentos do P. se afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um governo nacionalista e democrático era a ação armada do povo e de parte das Forças Armadas, em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isto no terreno político, ideológico e prático (apesar das sucessivas crises e ameaças de golpe, não havíamos discutido a situação militar, não tínhamos meios para assegurar o funcionamento do P. em quaisquer condições etc.).

Assim, para a felicidade geral do capital, o *nouveau régime*, objetivando uma modernização excludente, assentou-se numa dupla violência: a econômico-social, que excluiu dos benefícios seus produtores, os trabalhadores, e a violência jurídico-política, que potencializou a superexploração da força de trabalho, arrochando os salários, reprimindo e cerceando a liberdade de organização e movimentação política do trabalho.

De início, as regras do regime burocrático-militar para os sindicatos foram basicamente duas: o desmantelamento sindical e a violenta repressão contra seus dirigentes. Os sindicatos passaram a sofrer freqüentes intervenções. No período 1964-1979, dentre intervenções, destituições de diretorias, cerceamento de eleições e dissoluções, somaram-se 1.565 interferências diretas do governo sobre as organizações dos trabalhadores (ALVES, 1985).

Francisco de Oliveira (2005, p.139) afirma que "o sindicalismo oficialista funcionou, durante a ditadura, como negatividade, enquanto a recusa do regime em mobilizá-lo". Outra

---

[65] O impacto dessa posição no movimento operário desvela-se tanto maior quando se sabe que "ao longo de toda a conjuntura 1945-1964, o PCB desfrutou da hegemonia na representação não só dos trabalhadores mas também dos setores de esquerda" (SANTANA, 2001, p.145-146).

era a visão de Ianni (1971, p.280-282 *passim*), analisando os acontecimentos no calor da hora. Para ele, os anos 1964-70 foram anos de reformulação do sindicalismo brasileiro, posição que ratificamos neste trabalho. Os governos "revolucionários" procuraram criar novo padrão de organização e liderança sindicais, propondo as diretrizes de um "neotrabalhismo", em substituição ao "populismo distributivista".

A política econômica dos governos Castello a Médici continha "uma nova política operária" que exigia "a 'reversão das expectativas' de todas as categorias de assalariados, particularmente o proletariado". Em conseqüência do "neotrabalhismo", o sindicato perdeu até mesmo a sua função básica de órgão de reivindicação salarial, já que, a partir do governo Castello Branco, "a elevação do salário mínimo passou a ser proposta, calculada e aprovada exclusivamente na esfera do Poder Executivo". A política trabalhista do governo orientou-se no sentido de desenvolver as funções não políticas do sindicato, acelerando, ainda mais, o processo de burocratização da organização e das lideranças sindicais, no sentido assistencial e recreativo.

A aplicação da política de "verdade salarial", segundo Ianni (1971), exigia medidas de "reconciliação popular", já que, para os tecnoburocratas do regime, havia que se reconquistar a classe operária, traumatizada pela cessação de reajustes salariais extravagantes (prontamente tragados, aliás, pela inflação), e pela interrupção do processo de politização de sindicatos. Para a tecnoburocracia, esse trauma teria sido agravado pela insuficiente conscientização dos trabalhadores em relação aos benefícios indiretos embutidos nos atuais programas de habitação, saneamento, educação e reorganização de assistência social. A política de transferência de renda pelo aumento do salário indireto (habitação, saúde, assistência social) prosseguiria seu curso, sem prejuízo da política antiinflacionária.

> O governo orientou-se no sentido de estruturar os sindicatos em termos de absoluta independência e responsabilidade no cumprimento dos seus fins específicos. Quando chamado a neles intervir, nos termos da lei, o fez quase sempre com vistas a proporcionar-lhes condições para atuar como autênticos órgãos de classe, eliminando fatores de perturbação de seu funcionamento. As interferências, porém, têm sido transitórias, e apenas pelo mínimo essencial, cuidando-se por devolver a autonomia à entidade o mais prontamente possível. Ressalte-se que o número de sindicatos sob intervenção, que atingiu 425 no período posterior ao movimento de março de 1964, reduziu-se a 42 em 31 de dezembro de 1967, ou seja, menos de 1 % das entidades sindicais existentes no País, apontando-se ainda que não chegam a 10% desse total as intervenções por motivos ideológicos (COSTA E SILVA, 1968 *apud* IANNI, 1971, p.280).

Ao eleger as confederações cupulistas como únicos interlocutores legítimos do trabalho, para o regime, os trabalhadores *per si* passaram a ser considerados meros fatores de produção, quantificáveis em termos de custo-benefício. Tratava-se de um custo a ser reduzido ao mínimo, de modo a maximizar os lucros do capital. Não é outro o sentido da promulgação da lei anti-greves (Lei 4.330)[66] apenas dois meses após o golpe.

Idinaura Aparecida Marques (1980, p.90-93 *passim*) caracteriza as condições de vida e de organização dos trabalhadores no período do "milagre":

> As condições de vida dos trabalhadores tornam-se muito difíceis. Eles são privados de toda liberdade de expressão. Seus líderes são cassados e presos; os sindicatos são desmantelados e/ou nas mãos de dirigentes "pelegos". Eles não podem lutar contra o arrocho. As condições materiais que lhes são dadas e a enorme repressão posta em cena obrigam mos trabalhadores a entrar em um período de recuo e resistência. [...] A reconstrução histórica da ação operária durante este período é difícil pela censura, imposta durante quinze anos. As oposições sindicais desaparecem quase completamente durante este período. Este período é um período de dispersão do movimento operário e sindical de desmobilização, sem campanhas salariais nem batalhas eleitorais. Nas fábricas, os operários mais combativos são afastados. O regime lança sua policia militar contra os operários de forma pontual e violenta em 1968-1969, e massiva e generalizada em 1970-1973, separando toda a vanguarda da classe operária: alguns são lançados na prisão, outros exilados e outros mortos. O medo se instaura, a classe operária perde seus líderes, um fenômeno geral que se produz em toda parte.

A participação sindical dos trabalhadores, que já era pequena antes do golpe, diminuiu ainda mais, não chegando a 10% dos trabalhadores em grande número de categorias. Como a legislação sindical lhes facultava, pequenas assembléias sindicais decidiam sobre as reivindicações salariais e homologavam os acordos de gabinete, fechados entre as diretorias dos sindicatos e os representantes patronais. Nas eleições sindicais, poucas oposições conseguiam a cumprir as exigências eleitorais e seus candidatos eram demitidos ou ameaçados de prisão. Isto obrigou os trabalhadores a repensarem a questão sindical, as formas de luta e de organização.

Nesse cenário, apenas em 1968, o movimento operário retornaria à cena política. Em de 1º de maio daquele ano, diante de um público, estimado entre seis e 15 mil pessoas, dentre as quais ativistas de organizações clandestinas ainda em circulação legal, o governador paulista Abreu Sodré foi escorraçado da Praça da Sé com pedradas. Depois de incendiado o palanque,

---

[66] Essa lei considerou diversos setores econômicos essenciais, sendo totalmente proibidas as greves nesses ou dependentes da declaração de sua legalidade pelos tribunais trabalhistas.

os trabalhadores saíram em passeata até a Praça da República, onde se improvisou um comício (GORENDER, 1987).

Esse episódio elevou os ânimos dos trabalhadores paulistas, contribuindo para as pequenas paralisações em algumas fábricas da grande São Paulo, naquele mês, como a dos trabalhadores das empresas automobilísticas Volkswagen, Willys e Chrysler, de São Bernardo do Campo, que, inovando em termos de mobilização, promoveram paralisações "relâmpagos" e greves "brancas", como meio de forçar os empresários a negociar índices salariais maiores do que os decretados oficialmente, enquanto "sua" direção sindical sequer tomara conhecimento dos acontecimentos.

A aplicação da "verdade salarial" desencadeou movimentos grevistas importantes durante o ano de 1968, como o dos metalúrgicos de Contagem-MG, em abril, e o de Osasco-SP, em julho. Marques (1980) relata como esses dois movimentos eclodiram em duas regiões metropolitanas, mais ou menos isoladas, sede de uma importante concentração industrial[67].

À época, Contagem era um centro industrial que contava com uma população de 33.000 habitantes e 18.000 operários, 20% dos quais sindicalizados. Foi a partir da campanha eleitoral e da campanha salarial antiarrocho de 1967 que se iniciou a mobilização contra o desemprego, os atrasos nos pagamentos e a política salarial do governo. A campanha salarial de outubro de 1967, na qual direção sindical "pelega" aceitou 17% de aumento quando a base demandava 60%, levou os operários a organizarem um Comitê Intersindical Anti-Arrocho em março de 1968 (com 2.000 pessoas) dissolvido pela DRT.

Em 16 de abril, a greve eclodiu na Belgo-Mineira que foi ocupada pelos operários por dois dias, criando-se comissões de representação, de disciplina e de segurança. Suas reivindicações: 25% de aumento sobre o salário da época e 25% de adicional noturno. A DRT declarou a greve ilegal, mas, depois de 19 de abril, o movimento recebeu a solidariedade dos trabalhadores da SBE; Mannesman; RCA Victor; Demisa; Industam; Simel; Metalúrgica de Belo Horizonte; Polligo-Haeckel; Metalúrgica Triângulo; Minas Ferro e Mafersa, em um total estimado de 16 mil trabalhadores em greve. Somente no dia 2 de maio, as fábricas voltaram a funcionar normalmente, muito depois da intervenção do ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, que concedeu um abono de 10% aos trabalhadores. O movimento obteve essa

[67] Uma das mudanças em relação ao sindicato populista, concentrado no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, foi o salto qualitativo do movimento sindical nas grandes empresas, já que, antes de 1964, o movimento era mais forte em empresas ligadas ao Estado e em indústrias têxteis e de alimentos.

vitória parcial, mas não deixou, na opinião de Marques (1981), um saldo organizatório maior e um acúmulo de forças para novos avanços.

A tese do desconhecimento do sindicato, levantada por essa autora, é questionada por ex-militantes operários (SMBHC, 2004), para os quais o que houve foi uma manobra do sindicato para evitar a repressão, impedindo que o DOPS e a DRT ligassem a greve à diretoria sindical, o que impediu a intervenção naquele momento, o que veio a ocorrer em outubro, com uma greve que durou apenas um dia e sofreu violenta repressão.

Em depoimento a Otávio Luiz Machado, Gilney Amorim Vianna afirma que a CORRENTE[68], desde 1965, iniciara um trabalho clandestino de OLTs, que teve um papel fundamental na conquista da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e que, em 1967, colocou na presidência Ênio Seabra, da AP e, na secretaria, Conceição Imaculada de Oliveira, da CORRENTE.

Marco Aurélio Santana (2001, p.169), também reconheceria que, nessa greve mineira, "pode-se perceber claramente o trabalho 'clandestino' dos grupos de esquerda, principalmente da AP, da Corrente e do COLINA". Nas comissões de fábricas na Belgo-Mineira e na Mannesmam, a AP/CORRENTE disputava posições com a POLOP, o POC e outros agrupamentos minoritários. Os COLINA, um racha da POLOP, e a própria POLOP, organização fundada em 1961, tinham uma proposta de preparação de comitês de empresa e grupos organizados quando se iniciou a greve. Para garantir sua hegemonia nesse processo de organização dos trabalhadores, a CORRENTE chegou a deslocar um quadro profissionalizado de Ouro Preto para Contagem, onde teria sido uma peça de articulação da comissão de fábrica da Belgo-Mineira, que dirigiu a greve de abril.

Foi, também, a partir da formação de uma Comissão de Fábrica na Cobrasma, a maior metalúrgica da cidade e uma das maiores empresas da região, que cresceu um movimento como a greve de Osasco. Quando a oposição ganhou a eleição do sindicato, em diversas fábricas da região, expandiu-se um processo de organização de base.

A greve teve início quando um grupo de trabalhadores da Cobrasma abandonaram a produção e tomaram 15 engenheiros como reféns. Em agosto de 1968, o sindicato, presidido por José Ibrahim e respaldado pela Comissão da Cobrasma e outras que começavam a nascer,

---

[68] Segundo Ridenti (1983), a CORRENTE, uma dissidência do PCB que chegou a fazer uma ou outra atividade armada em Belo Horizonte, transformar-se-ia, em 1968, na ALN de Minas Gerais, cedendo bases também para o PCBR.

liderou um movimento grevista por melhorias salariais, condições de trabalho e pela liberdade de organização dos trabalhadores dentro das empresas. O movimento grevista se alastrava quando o governo federal deu ordem para que o exército debelasse a mobilização. As tropas ocuparam Osasco, o sindicato sofreu intervenção e as principais lideranças foram presas.

Marques (1980) afirma que a cronologia dos eventos que precederam a greve de julho de 1968 iniciou-se em 1962, com a campanha pela autonomia municipal e a criação da comissão de fábrica da Cobrasma, para reivindicar o adicional de insalubridade e uma cantina. Em 1967, a oposição metalúrgica venceu as eleições e seu primeiro trabalho foi organizar a campanha salarial, conduzida com os sindicatos metalúrgicos de São Paulo e de Guarulhos. Em maio de 1968, em São Paulo, 1.200 operários da Metalúrgica Paulista realizaram uma greve legal e, nesse contexto, a greve de Osasco eclodiu na Cobrasma e depois na Lonaflex, a partir da ação de 200 operários mais preparados. Suas reivindicações: 35% de aumento imediato, contrato coletivo de trabalho, reajuste salarial de três em três meses, abolição da Lei de Greve e do Fundo de Garantia.

Na Cobrasma, 1.000 operários pararam o trabalho, tomando a decisão de ocupar a fábrica, o mesmo se dando na Barreto-Keller, Braseixos, Fósforos Granada e na Brown Boveri[69]. Os operários em greve reivindicavam 35% de aumento salarial, aumentos trimestrais e contratos coletivos de trabalho; protestando contra o congelamento dos salários, o FGTS, a lei anti-greve e a ditadura patronal. A greve foi declarada ilegal desde o primeiro dia, durando mais dois, já que, no quarto, a Cobrasma e o sindicato foram invadidos pela polícia, prendendo mais de 80 pessoas. O MTb interveio no sindicato, acusando a direção sindical de subversão e os patrões concederam aumentos, variáveis segundo cada fábrica. É o fim da comissão da Cobrasma.

[69] Trotsky (1938) afirma que as greves com ocupação de fábricas, independentemente das reivindicações dos grevistas, golpeiam no cerne a propriedade capitalista, colocando, na prática, a questão de saber quem é o dono da fábrica: o capitalista ou os operários. Ademais, se a greve com ocupação levanta esta questão episodicamente, o comitê de fábrica lhe dá uma expressão organizada, estabelecendo, de fato, uma dualidade de poder na fábrica.



Foto 3 - Trabalhadores da Comissão de Fábrica da Cobrasma presos em 1968.
Fonte: Arquivo da Oposição Metalúrgica de São Paulo.

Na greve de Osasco, a ALN participou por intermédio de alguns de seus militantes, como Dorival Ferreira, mas o papel mais ativo foi desempenhado pela VPR e a AP. Mara Danusa (2006), analisando os movimentos que se desenvolveram em Osasco, afirma que, em uma população majoritariamente operária, o operário-estudante era uma figura muito comum, o que explica a ligação entre operários e estudantes no curso dos movimentos de massas de 1968[70]. Na greve de Osasco, o movimento estudantil conseguiu construir uma ponte entre a política estudantil e a operária, fazendo propaganda e organizando suas lutas e reivindicações.

Esses movimentos foram violentamente retalhados pelo regime autoritário que, em 13 de dezembro de 1968, decretou o AI-5. Nos anos que se seguiram, a resistência operária ficou restrita a pequenas organizações clandestinas de fábricas e às oposições sindicais não legais, como o MOMSP. Os patrões foram convidados a recorrer à policia e mesmo a criar sistemas repressivos internos nas empresas.

---

[70] Ademais, o movimento estudantil constituía-se em *locus* de atuação das organizações políticas de esquerda, o que explica essa ação e sua perspectiva revolucionária.

> Pode-se reter do período do recuo e da resistência das lutas operárias "a operação tartaruga", pequenos *débravages*, a recusa de fazer horas extras, reivindicações para obter pequenos melhoramentos nas condições de trabalho nas indústrias (transporte gratuito, banheiros e cantinas), ações judiciais coletivas e greves para protestar contra os atrasos de pagamentos dos salários (MARQUES, 1980, p.97-98).

Somente a partir de 1975, a luta operária retomaria fôlego. Entretanto, para garantir seus propósitos, o regime autoritário apenas utilizou os mecanismos jurídicos da legislação trabalhista existente, sem necessitar destruir estruturalmente os sindicatos. Se a participação sindical era insignificante antes do golpe, reduziu-se ainda mais. Em muitas categorias, os associados não chegavam a 10% e as diretorias "pelegas" não se empenhavam em aumentar esse número.

As organizações de esquerda, mesmo aquelas que optaram pela luta armada, foram para dentro das fábricas. Apesar da clandestinidade e do cerco policial, algumas delas continuaram a manter vinculações com o movimento operário, mesmo quando a simples distribuição de um panfleto, considerado "material ou fundos de propaganda de providência estrangeira, para a infiltração de doutrinas ou idéias incompatíveis com a Constituição", era considerado crime contra a segurança nacional, nos termos do Art. 13 do Decreto-Lei 898/68, punível com pena (inafiançável) de reclusão de quatro a oito anos.

O PCB[71] e os agrupamentos trotskistas foram as únicas organizações de esquerda que, por questão de método, e não de tática (PCdoB e AP se posicionavam contra o foquismo, defendendo a guerra popular prolongada), se opuseram à escalada armada, empreendida por mais de uma dezena de organizações, a exemplo da Ala Vermelha, PCBR, PRT, VAR Palmares e o POC.

Nesse sentido, é interessante resgatar a análise de conjuntura do período feita pela OC-1º de Maio em 1971, compilada em por Reis Filho e Sá (2006, p.388-397 *passim*). Esses autores afirmam que essa organização trotskista dedicou-se ao trabalho de agitação na classe operária e de articulação de suas vanguardas, participando dos Grupos Independentes, formados nos princípios da década de 1970 como embriões das futuras oposições sindicais.

Para a OC-1º de Maio, 1968 "representou um grande salto qualitativo em relação ao período anterior a 1964". A classe operária teria se manifestado "em todo o país", em

---

[71] A política da "via pacífica", aprovada pelo PCB, em 1958 e ratificada em 1967, estava longe de ser consensual e custou ao Partido uma grande perda de militantes.

“assembléias, greves, passeatas, ocupações de fábricas”, ao passo que o movimento estudantil “interveio de forma radical, caminhando cada vez mais rumo à união de suas lutas com as da classe operária”. Quanto às lideranças desse movimento, para “compensar sua ignorância das tarefas da revolução e do papel da classe operária com medidas radicalóides”, adotava medidas “que não eram senão a antecâmara do terrorismo, das ações individualistas, que acabaram predominando com a vinda do refluxo”.

Para essa organização, uma nova direção revolucionária estaria se formando, nas fábricas e nas escolas e, “ao lado da tremenda vontade de briga”, aglutinou “elementos de várias tendências, desde os que tinham uma concepção sindicalista, que colocavam a tomada do sindicato como objetivo”, até os que “jamais confiaram na classe operária, nas massas”: “os esquerdistas, dos quais muitos pertenciam ou foram recrutados pelos grupos guerrilheiros e terroristas”.

Apesar dessa direção “terrorista”, a greve de Osasco foi apontada como “um dos pontos mais altos do movimento de massas em 1968”, por sua contestação direta da propriedade privada, com as ocupações de fábrica, pela “organização dos operários em comitês de greve e pelo “nível político das reivindicações”, que causaram profundo impacto sobre o movimento dos trabalhadores e dos estudantes. Essa greve seria apenas a ponta de lança de um movimento que percorreu todo o país, envolvendo operários gaúchos e mineiros, bancários cariocas, mineiros, cearenses, paranaenses e paulistas e os trabalhadores rurais de Cabo-PE. Além disso, ocorreram greves parciais no ABC e em São Carlos-SP e manifestação no 1º de Maio, em São Paulo e Minas Gerais, que revelaram “o amadurecimento político do conjunto do proletariado”.

Para esse grupo de trotskistas, o maior problema da greve de Osasco, como de todo o movimento de massas em 1968, foi que não se colocou “o caminho da tomada do poder pela classe operária”, o que levou seus líderes, como o presidente José Ibrahim, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, “com perspectivas de se tornar o maior líder operário nacional”, a abandonar “essa posição junto à classe operária, para ingressar numa organização guerrilheira, como indivíduo, desligado de um setor social”. De fato, quando a greve terminou, Ibrahim mergulhou na luta armada, filiando-se à VPR. Essa organização participara da greve e ofereceu aos grevistas, sob forte repressão, todos os recursos possíveis. Alguns de seus quadros militavam em Osasco desde o pré-1964, na época da POLOP, e a organização era muito atuante no movimento de massas da cidade (SANTANA, 2001).

Como Ibrahim, as lideranças da oposição sindical “Participação Ativa” ao Sindicato dos Bancários de São Paulo também aderiu ao movimento guerrilheiro. A crítica dos trotskistas eram óbvias: se havia condições para “fazer guerrilha”, tanto mais para continuar o trabalho com a classe operária; a guerrilha fizera desencadear feroz repressão sobre as direções de massa, atrasara as mobilizações, confundira os objetivos da luta, constituindo-se num pólo negativo em oposição ao ascenso revolucionário de 1968.

Teria sido essa retomada da luta operária, associada ao processo de radicalização do movimento estudantil, que alertara o governo de que a situação poderia sair de seu controle. Nesse momento, colocavam-se em choque (muitas vezes, literalmente), distintas concepções de revolução. Em um flanco, os projetos da “revolução burguesa” x “revolução socialista”; no outro, “o partido da ordem”, que se posicionara contra a classe proletária, o “partido da anarquia”, “os cruzados da contrarevolução” (MARX, 1974, p.341). Mas o partido da contra-revolução nada mais queria ser que a própria Revolução, no mais alto nível, e na maior amplitude, a “gloriosa”.

O regime burocrático-militar, desde seus primórdios, insere-se em uma disputa ideológica em torno do uso do termo revolução. Em seu “combate à subversão e à corrupção”, os golpistas de 1964 apresentavam como revolucionários, ao passo que seus oponentes eram apresentados como subversivos e/ou terroristas. Essa disputa de projetos de revolução, para ser compreendida, deve partir de sua origem, a acepção marxista do termo e as suas distintas apropriações ao longo da história.

3.3 Revoluções em caleidoscópio

> Tudo isto padeceram os semeadores evangélicos [...] Houve missionários afogados, porque uns se afogaram [...]; houve missionários comidos, porque a outros comeram [...]; houve missionários mirrados, porque tais tornaram os da jornada [...] mirrados da fome e da doença, onde tal houve, que andando vinte e dois dias perdido nas brenhas matou somente a sede com o orvalho que lambia das folhas. [...] Não me queixo nem o digo, Senhor, pelos semeadores; só pela seara o digo, só pela seara o sinto. Para os semeadores, isto são glórias: mirrados sim, mas por amor de vós mirrados; afogados sim, mas por amor de vós afogados; comidos sim, mas por amor de vós comidos; pisados e perseguidos sim, mas por amor de vós perseguidos e pisados.
>
> Pe. Antonio VIEIRA

Para Boaventura de Souza Santos (2005, p.25), reforma e revolução são as "duas grandes vias da mudança social sancionadas pela modernidade ocidental". Na acepção marxiana, a revolução é um momento histórico de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra. Uma revolução socialista, assumida na perspectiva do trabalho, implicaria, numa orientação metapolítica, ir além do capital e do Estado.

Lukács (1989, p.125) sustenta que Marx transfigurou a dialética hegeliana em "álgebra da revolução" ao se ater à totalidade e assumir que "somente a classe, por sua ação, pode penetrar a realidade social e transformá-la em sua totalidade, passando de "classe em si" a "classe para si". A totalidade é a sociedade de classes e o que dá forma ao seu conteúdo, a negatividade das relações de classe. Para Marx, só há uma teoria correta: a que reproduz a consciência de uma prática que objetiva mudar o mundo.

A revolução socialista não é uma contingência histórica, mas depende de uma gama de condições objetivas e subjetivas. Tais condições tornam-se revolucionárias, todavia, "somente se apreendidas e dirigidas por uma atividade consciente que vise à meta socialista", posto que "não há a mínima necessidade natural ou inevitabilidade automática que assegure a transição do capitalismo ao socialismo" (MARCUSE, 1978, p.288-289).

Prado Júnior (1966) menciona outro componente dos processos revolucionários: as mudanças que os impulsionam concentram-se em um período histórico relativamente curto. Essas rápidas alterações demonstram, efetivamente, que o ritmo da História não é uniforme, nele se alternando períodos de relativa estabilidade e aparente imobilidade, com outros de bruscas mudanças nas relações sociais. Haveria, portanto, um tempo cronológico e um revolucionário, o que permitiria entender porque a tomada revolucionária do poder pelo proletariado não estava colocada nas Teses de Abril, seis meses antes dos "dez dias que abalaram o mundo[72]".

Outra era a concepção de revolução dos conspiradores de 1964. Ao contrário da rápida movimentação das peças do tabuleiro político, a "gloriosa" buscou cessar todo o movimento, em decorrência do medo da burguesia nacional, tanto dos "deserdados da terra", quanto dos "centros imperiais". Sua "autêntica" revolução apresentara-se como uma "renovação regeneradora", com vistas a assegurar a estabilidade social e política, necessária à aceleração do desenvolvimento capitalista, uma intervenção em nome da ordem. Nessa perspectiva, ao

[72] Título do livro de John Reed, sobre o outubro de 1917, na Rússia.

invés das opções "táticas", defensivas, dos socialistas e comunistas, a burguesia agiu estrategicamente, promovendo uma revolução das técnicas da contra-revolução (FERNANDES, 1975).

Nesse sentido, ainda que os generais-presidentes, em nenhum momento, abdicassem de se denominar revolucionários, o "intelectual orgânico" do *ancien régime*, Passarinho (1999, p.2), afirmaria o oposto: "A rigor, o movimento militar de 64 foi uma contra-revolução". Também para Fernandes (1975), foi contra-revolucionária a ruptura da legalidade consubstanciada na Constituição de 1946, que possibilitou a conversão do Estado em eixo da recomposição do poder econômico, social e político da burguesia, frente ao processo de autonomia política que o movimento operário ganhava em contraposição à ideologia do nacional-populismo.

O primeiro general-presidente, Castello Branco (1964, p.13), afirmara que, em 1º de abril de 1964, ocorrera

> [...] uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições, e decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções, convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras.

Outro general-presidente, Costa e Silva, comparara a "Revolução de 1964" à Revolução Gloriosa da Inglaterra e à Revolução Francesa, dos séculos XVII e XVIII. E, nos termos dessas revoluções liberais, afirma que não cometeria "a injustiça de considerar todos os que divergem do Governo da Revolução como sequazes de ideologias fanáticas, fundada no ódio entre as classes, na deificação do estado totalitário, no imperialismo agressor da soberania dos povos" (COSTA e SILVA, 1967 *apud* RAGO, 1998, p.164).

No cerne da discussão, colocada pelos revolucionários de 1964, estava uma velha disputa entre marxistas: o caráter da revolução brasileira. Envoltos em longas discussões sobre o tema, os marxistas (em especial, os do PCB, "esta espécie de Academia de Letras, cuja única função consiste em se reunir"[73]), não se perceberam que "a revolução faltou ao encontro"[74].

A disputa de projetos revolucionários iniciara-se na década de 1920 e se encontra em uma fase de grande fermentação quatro décadas depois, impulsionada pelas dissidências do PCB. O III Congresso do PCB, de 1928 deliberara que a revolução brasileira seria "democrática,

[73] Carlos Marighella (1979, p.129).

[74] Título da obra de Reis Filho (1989), que narra a trajetória dos comunistas no Brasil.

agrária e antiimperialista", posicionamento que reproduzia os debates sobre a questão colonial e nacional dos congressos da IC, e que, atravessando três décadas, foi ratificado no IV Congresso, de 1954.

Nessa perspectiva, tratava-se de garantir a primeira etapa da revolução, capitaneada pela burguesia brasileira, garantindo a independência do país frente ao imperialismo, a realização do desenvolvimento industrial e a superação do latifúndio e dos restos feudais, com a reforma agrária, o que abriria o caminho para uma longínqua etapa socialista.

A "gloriosa" ceifaria todas essas ilusões. A resolução política do CC/PCB, de maio de 1965, afirma:

> Também falsa era a perspectiva, que então apresentávamos ao Partido e às massas, de uma vitória fácil e imediata. Nossas ilusões de classe, nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no Poder, tornaram-se evidentes. Na raiz de nossos erros está uma falsa concepção, de fundo pequeno-burguês e golpista, da revolução brasileira, independentemente da linha política, acertada ou não, que tenhamos adotado. É uma concepção que admite a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação das cúpulas ou, no melhor dos casos, do Partido (PCB, 1965 apud RAMOS, 2006, p.2)

Antes da autocrítica, porém, a crítica à proposta de aliança do proletariado com a burguesia nacional progressista, ao eixo centrado na luta nacional e antiimperialista e à possibilidade de se chegar a mudanças radicais através de "reformas" daria origem a diversas outras organizações com distintas concepções de revolução e de intervenção na luta de classes.

Fernandes (1975), ao afirmar que a burguesia nacional, em decorrência da persistência de estruturas coloniais e neocoloniais e da aliança com o imperialismo, não se propôs as tarefas históricas das revoluções nacional e democrática, de modo que as classes trabalhadoras teriam que desencadear a revolução burguesa no país, reproduz uma das vertentes da questão, que exacerbaria a diáspora marxista no Brasil.

As formulações revolucionárias, elaboradas nessa conjuntura de acirramento das contradições, comportaram as mais variadas propostas estratégicas e táticas. A Figura 3 reproduz a árvore genealógica da esquerda brasileira, tal como se apresentava na década de 1970.

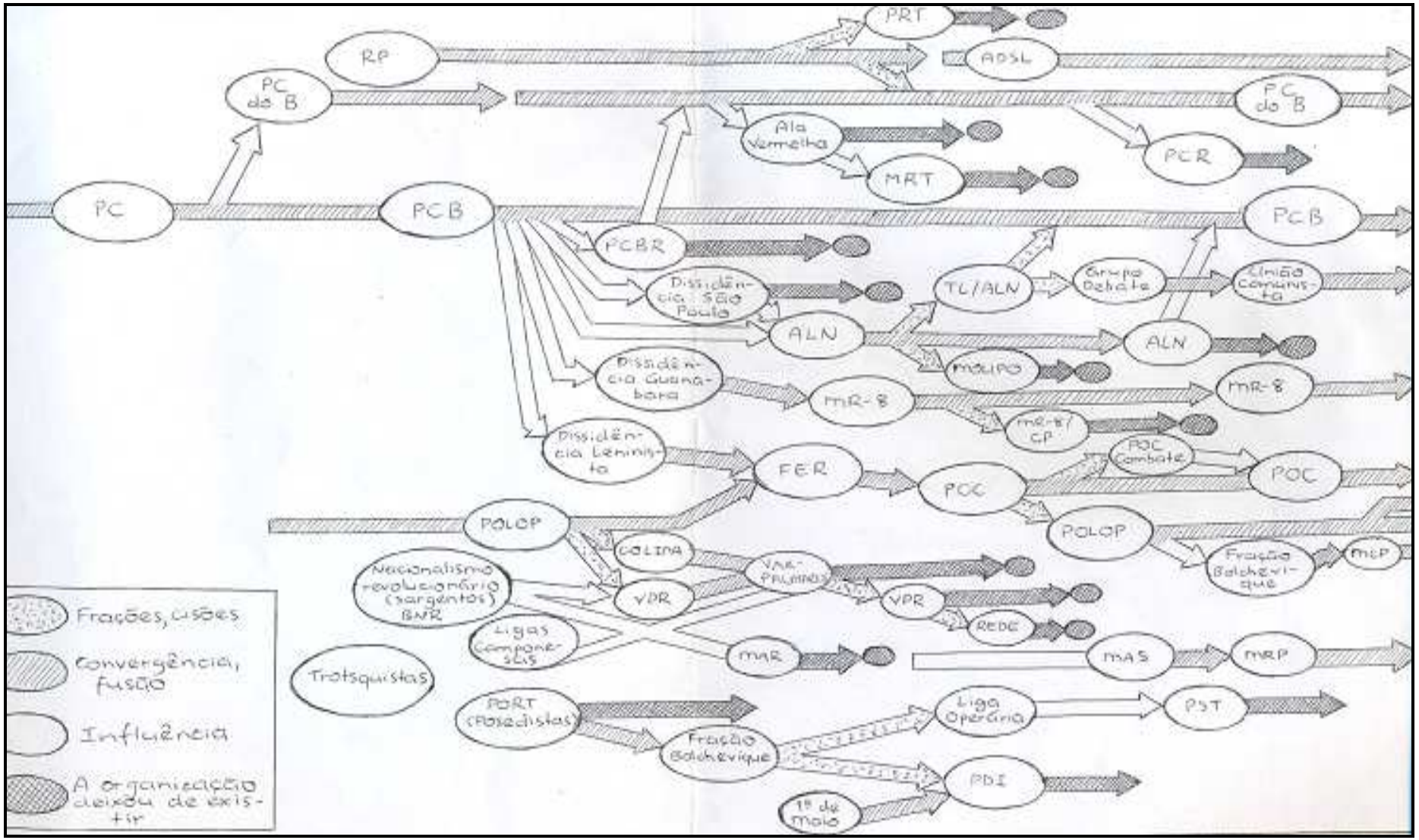


Figura 3- A esquerda brasileira (final dos anos 1970).

Fonte: 100 ANOS...

A “nova esquerda”, segundo Reis Filho e Sá (2006), teria cinco troncos distintos:

- A ORM-POLOP, as organizações nela inspiradas, suas cisões e dissidências: os COLINA; a VPR (integrada também por elementos do MNR); o POC, resultante da fusão da ORM-POLOP com a Dissidência Comunista do Rio Grande do Sul. Do POC, abalado pela repressão e por disputas internas, surgiria a OCML-PO, da qual se destacaria a Fração Bolchevique e tendência Combate do POC[75], formada no exterior e que não conseguiria se implantar no Brasil.

- A AP que daria origem ao PRT e, após sua conversão ao maoísmo, à AP-ML, da qual a maioria dos quadros se integraria no PCdoB.

- PCdoB, fruto da luta política no interior do PCB, que daria origem ao PCdoB-AV, de onde sairia o MRT, e ao PCR.

- Ainda do PCB, já no pós 1964, surgiriam as diversas Dissidências Regionais e a Corrente. A dissidência gaúcha se integraria à ORM-POLOP para formar a POC; a de São Paulo ingressaria na ALN; a DI-GB assumiria o nome de MR-8, nome do grupo carioca liquidado pela repressão em 1969. A Corrente daria origem ao PCBR e à ALN, da qual surgiria o MOLIPO[76].

- O trotskismo, representado pelo Movimento Estudantil 1º de Maio, mais tarde convertido em OC-1º de Maio.

Além dessas cinco matrizes, esses autores destacam as experiências do MAR e da VAR-PALMARES, resultante da fusão de grupos provenientes da ORM-POLOP, MNR, AP e PCB[77].

Antonio Ozaí Silva (1998) afirma, que, embora divergentes quanto à tática e às formas de luta, organizações que se pretendiam muito distintas, como o PCB, o PCdoB e o MR-8, compartilhavam a mesma concepção etapista do processo revolucionário e a mesma

---

[75] Em 1971, o POC-Combate, rejeitaria essa tradição, aderindo à IV Internacional, trotskista.

[76] Essa organização formou-se em Cuba, criticando os métodos da ALN. Seus trabalhos iniciais, incluindo o jornal Cruzeiro do Sul, foram desmantelados em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Goiás, morrendo assassinados quase todos os seus militantes, entre 1971 e 1973.

[77] Não é pretensão deste trabalho dar cabo da riqueza organizativa desse período, haja vista as inúmeras pesquisas em História Social que têm se dedicado a tal tema.

concepção marxista-leninista do partido de quadros. Assim, essa esquerda teria muito pouco de nova.

Outra seria a perspectiva de Reis Filho e Sá (2006, p.25), para os quais a "nova esquerda", efetivamente, se distinguiu da práxis do PCB, à medida que reivindicava, "no mínimo, plena e completa independência orgânica e política frente à burguesia"e concluírem pela "total falta de vocação revolucionária da burguesia política, [...] um mito inventado pelos partidários das reformas de base", entre os quais o PCB. Ademais, era comum a interpretação da economia brasileira como vivendo um processo irreversível de estagnação.

Para Jorge Castañeda (1994, p.43), "o problema estava na incapacidade dos comunistas para influir ou unir à esquerda": o PCB seria "demasiado radical e pró-soviético para deixar de assustar [...] a comunidade brasileira de negócios, a classe média e os Estados Unidos; mas moderado e prudente em excesso para controlar e orientar os setores radicalizados da esquerda política altamente polarizada do Brasil[78]".

Os que saíram do PCB, no pós-1964, como Marighella, que chegara a ser deputado pelo Partido, advogavam a necessidade imediata da luta armada, sem abrir mão, porém, da concepção nacionalista e antiimperialista da luta. Para seus críticos, e dissidentes, o Partido seria verticista (trabalhara a cúpula do movimento sindical – CGT, CNTI, PUA – , sendo de criar e manter OLTs); tendo "uma direção pesada, com pouca ou nenhuma mobilidade" e "corroída pela ideologia burguesa", nada mais poderia fazer pela revolução (MARIGHELLA, 1979, p.129).

Marighella, morto a tiros, em 4 de novembro de 1969, no bairro dos Jardins, em São Paulo, foi a versão nacional do Che, alguém que trocara "o conforto pequeno-burguês do lar pela misteriosa clandestinidade da luta junto ao povo"[79]. Em abril de 1967, o grupo liderado por ele formaria o embrião do AC/SP e alguns militantes seriam treinados em tática de guerrilha em Cuba em setembro desse ano. Esse apoio cubano teria sido articulado na conferência de fundação da OLAS, da qual Marighella participaria sem o aval do CC/PCB, a que ainda estava ligado. Em abril de 1968, o AC/SP lançaria o primeiro número do jornal *O Guerrilheiro*, em que Marighella estabeleceria as três fases principais para a implantação e o

---

[78] De novo, colocar-se-ia a posição das peças no tabuleiro internacional: a disputa sino-cubano-soviética sobre o caráter da revolução e o método empregado para alcançá-la e o olhar vigilante da "baleia".

[79] A fala de Alfredo Sirkis (1998, p.123) refere-se a todos "os carbonários" que, como ele, submergiram na ação armada contra o regime autoritário.

sucesso da guerra de guerrilha: 1º - planejamento e preparação da guerrilha; 2º - lançamento e sobrevivência da guerrilha; e 3º - crescimento e sua transformação em guerra de manobra[80].

Do AC/SP, surgiria a ALN, que, no próprio nome, buscava a associação simbólica com a ANL, sustentando, mesmo, muitas das bandeiras de sua precursora, tais como a luta antiimperialista e antilatifundiária, todavia não se tratava mais de uma política de alianças, mas de uma ação direta. Tal ação não tinha como objetivo precípuo a revolução socialista, priorizando a libertação nacional, luta em que deveriam engajar-se todos os "patriotas" que se colocassem contra o regime.

A ALN, defendendo a estratégia da tomada do poder pela via do "terrorismo revolucionário", teria vencido no ponto em que outros fracassaram, conseguindo a adesão de parcelas significativas de estudantes e de religiosos. Em 1967, o AC/SP teria, segundo Reinaldo Guarany (1984), cerca de 6.000 membros, entre militantes, simpatizantes e apoios, nas principais cidades do país, dos quais 250 em luta. Uma das explicações para essa "enorme audiência" da Ação encontra-se em sua recusa do centralismo. O militante não precisava esperar orientação de um poder centralizado, qualquer um que se considerasse capaz de "formar um grupo para fazer ações expropriatórias que o fizesse. Os grupos e as ações, assim, se multiplicariam. A centralização emperraria a organização, que, ao contrário, deveria ser ágil" (ROLLEMBRG, 2003, p.70).

Aqui surge a grande "inovação", representada pela ALN: ela propunha a guerrilha urbana como tarefa tática para alavancar a tarefa estratégica da guerrilha rural. As cidades forneceriam os como meios de propaganda política, de obtenção de fundos ("expropriações", como os assaltos a bancos, em que se especializaria), de recrutamento de quadros para a guerrilha e de ataques estratégicos ao inimigo. Para a ALN, a revolução brasileira tinha que se apoiar na (não que ser realizada pela) classe operária e, conseqüentemente, "focar-se" em São Paulo.

Interessa-nos ver, na ALN, elementos que, mais tarde, seriam relevantes nas greves da década seguinte e nas organizações dela derivadas, como o dominicano frei Betto[81], que

---

[80] Nesse momento, três frustradas tentativas de reação armada ao regime, impulsionadas pelo MNR, já tinham ocorrido: a) a Guerrilha de Três Passos (março de 1965), comandada pelo ex-coronel Jefferson Cardin Osório, que, partindo de Três Passos-RS, rumo ao Mato Grosso, foi dispersada a tiros, em Cascavel-PR, pelo Exército; b) a Guerrilha de Caparaó, na fronteira entre Minas Gerais e Espírito Santo (abril de 1967), cujos 22 guerrilheiros foram presos antes de dispararem o primeiro tiro; c) a do Bico do Papagaio, no atual Tocantins, cujos 20 militantes debandaram em agosto, quando o jornalista Flávio Tavares, organizador do movimento, foi preso.

chegara a ser preso por seu envolvimento com a guerrilha, e que, em 1980, fazia a "guarda episcopal" de Lula da Silva no momento de sua prisão.

Mas a "esquerda católica" não militava apenas na ALN. De fato, militara muito antes da ALN. Até 1964, cerca de "90% dos militantes políticos, ou eram católicos ou tinham pai e mãe católicos, tinham saído do cristianismo"[82]. Segundo Cândido Mendes (1966), ela estaria na JUC, movimento de universitários católicos da classe média e da própria burguesia; no dinâmico movimento estudantil das PUCs; na sindicalização rural impulsionada pelas dioceses nordestinas; no MEB e na AP, organização formada por ex-membros da JUC. A AP tornou-se uma das três maiores organizações de esquerda com aproximadamente 3.000 membros, dos quais alguns eram líderes na educação popular, no trabalho sindical e na organização camponesa.

Fortemente marcada pela origem humanista-cristã, "a Ação Popular via a revolução como o único meio de resolver os problemas da sociedade" e "realmente estabeleceu uma tradição de humanismo radical dentro do catolicismo brasileiro que continuou depois de o próprio movimento ter abandonado suas origens católicas" (MAINWARING, 1989, p.85-87 *passim*). De fato, na política de "proletarização através da integração na produção", desenvolvida pela AP entre 1968 e 1970, que levou à transferência de inúmeros quadros universitários para o campo e para as fábricas, era visível essa marca.

Roniere Amaral (2006) levanta a interessante tese de que a revolta contra a dominação tecnocrática, tanto do messianismo humanista quanto do humanismo messiânico, baseou-se no "roubo do futuro" imposto pelo tecnologismo. O primado do presente, estabelecido pela tecnocracia militar, apresentava-se como obstrução da ação, parte da *vita activa*.

Mas o grande espaço de recrutamento dos grupos armados da "nova esquerda" era o movimento estudantil. A ALN distribuiria boletim[83], na passeata dos 100 Mil, que se seguiu à morte do estudante Edson Luís Souto, pelas forças da repressão, em março de 1968, que reeditaria a lei de Talião: "somente o sangue pagará o sangue" e lançaria a palavra-de-ordem "Pátria ou Morte!".

---

[81] Segundo Emiliano José (1997), além do próprio frei Betto, tornaram-se militantes da ALN os freis Fernando de Brito, Oswaldo Rezende, Yves Lesbaupin, Magno José Vilela e Luís Felipe Ratton.

[82] Segundo Herbert de Souza (1978), nesse momento, dos 150 mil estudantes universitários, cerca de 20 mil participavam de associações católicas.

[83] Reproduzido no jornal da ALN, *O Guerrilheiro*, n. 1, de abril de 1968.

Mas a radicalização já estava presente entre os estudantes, que reivindicavam ampliação das verbas e vagas nas universidades, ocasionando freqüentes conflitos de rua. Seus líderes "faziam um discurso articulado, com princípio, meio e fim" que afirmaria não se tratar apenas de "lutar contra a polícia", mas de "participar num combate muito mais amplo e mais complexo que era o combate pelo socialismo" (GABEIRA, 1979, p.52). Vladimir Palmeira diria, na ocasião, ser a favor da violência quando, em um processo longo, chegasse a hora de pegar nas armas. Aí, nem a Polícia, nem qualquer outra força repressiva da ditadura, poderá deter o avanço do povo".

Os dados levantados pelo Projeto BNM[84] demonstram que 57,8% dos implicados em processos por ligação com organizações armadas urbanas pertenciam às camadas sociais intelectualizadas. Tais dados fundamentam a tese de Reis Filho (1989, p.184) de "elites sociais intelectualizadas, com alto nível de instrução, muito jovens, do sexo masculino, residindo em algumas – e poucas – grandes cidades, formam a ampla maioria dos militantes.

Ao contrário de muitos críticos *a posteriori* do que seria o aventureirismo inconseqüente dessas organizações, Reis Filho e Sá (2006) indicam os elementos sociais, políticos e conjunturais que promoveram tal fragmentação:

> a) A desmoralização e dispersão do movimento popular "vencido" pelo golpe de 1964 e seu "endurecimento" pós-1968.
>
> b) A desorganização dos partidos frente ao golpe levou ao desencanto com a discussão teórica.
>
> c) O privilegiamento da empiria favoreceu a emergência de grupos auto-suficientes em âmbito regional ou municipal, que entendiam que a prática reaglutinaria as esquerdas.
>
> d) A influência da Revolução Cubana e da Chinesa, que difundiam a idéia de que o dever do revolucionário era fazer a revolução, e não perder tempo em discussões inócuas.
>
> e) A média de idade dos militantes da Nova Esquerda era de 20-22 anos, o que implicava uma violenta rejeição das tradições.

---

[84] Wright (1989) informa que o projeto se iniciou a partir de carta de D. Paulo Arns ao secretário do Conselho Mundial de Igrejas em 21 de agosto de 1979. Nesta carta, D. Paulo afirmava que "a atual 'abertura democrática' poderá oferecer a única oportunidade de acesso ao referido material" (abundante documentação que consubstancia 15 anos de repressão, em centenas de processos).

f) A clandestinidade dificultava os contatos políticos e as reuniões.

g) O cerco da polícia política que desencorajava ou abreviava as discussões.

h) O ritmo desigual das lutas internas.

i) Os microcentros de poder em cada organização não se interessavam por processos de reunificação.

Araújo (1967, p.91) afirma que a divisão das esquerdas é mais principesca do que pressupõe a maioria de suas avaliações:

> A falta de unidade tão cantada e lamentada entre as esquerdas não decorre […] das formas de luta, do desacordo que haja a respeito da forma preferencial. Decorre do conteúdo da revolução, do que fazer, do problema do poder, do programa enfim. Isso é o que nos separa. […] A tese, muito difundida, da disputa sem princípios da liderança, apenas acoberta as diferentes posições de clase assumidas pelos membros da nossa esquerda.

A consciência de que, quanto mais divididas, mais frágeis eram, levou essas organizações a agirem em frentes armadas, reunião de duas ou mais organizações para realizar ações de maior envergadura (como os seqüestros de diplomatas estrangeiros), que passaram a ser prática corrente de quase toda as siglas, à medida que a repressão avançava. Dadas as enormes divergências em termos de programa e de táticas entre as organizações armadas, a Frente era a iniciativa mais progressista no sentido de uni-las, ainda que a fusão não fosse cogitada. Assim, é possível identificar alianças, como a FAR, reunião da ALN com a VPR, à qual se associariam a REDE[85] e o MRT. Em julho de 1969, a VPR juntou-se aos COLINA, mas a nova organização não resistiu ao primeiro congresso, em setembro do mesmo ano, quando a maioria dos militantes recuperou antigas posições da POLOP de limitação ao militarismo.

Além disso, organizações, como o MAR[86], formado em 1967, no presídio da Rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro, a partir do núcleo dirigente da guerrilha de Caparaó, após sua fuga, em maio de 1969, seriam o braço armado do PCBR, que este tinha pouca experiência nesse tipo de ação. O único caso de fusão, no âmbito da FAR, foi entre a REDE, organização muito pequena e sem grandes possibilidades de ação, e a ALN.

---

[85] A REDE surgiu em São Paulo, em 1968, agrupando ex-militantes do MNR. Em 1969-1970, realizou diversas "ações expropriatórias" e participou do seqüestro do embaixador alemão no Rio de Janeiro, e, mesmo antes da fusão, assume, como seus, os documentos da ALN.

[86] Mesmo na prisão, o MAR, no primeiro semestre de 1968, elaboraria uma linha política com textos sobre estratégia e tática da revolução brasileira, implantação da guerrilha rural e luta armada no campo.

As organizações forjadas nesse processo pouco cresceram política e organicamente. Seu isolamento e sua extinção tiveram na tortura física (e mental) seu principal vetor.

O general José Luiz Coelho Netto, subcomandante do CIE durante o governo Médici e representante da "linha dura" do regime, em entrevista ao CPDOC em 1993, indagado sobre qual o grupo de atuação mais perigoso, afirmaria: "Ainda era o PC e o PC do B. Porque os outros, MR-8 e esses eram grupelhos. Não faziam mossa a ninguém. Levavam umas palmadas, sumiam. [riso] Mas o PC tinha uma estrutura" (COELHO NETTO, 1993, p.24).

O próximo capítulo discorre sobre palmadas e grupelhos, ou seja, como repressão e censura se articularam para eliminar os "fatores adversos" ao Poder Nacional.

4. COLOCANDO A CASA EM ORDEM

> Isso é uma guerra não declarada, mas é uma guerra. Os prisioneiros são prisioneiros de guerra (MÉDICI, 1970, p.15).
>
> Todos têm plena consciência de que a casa em ordem é a única que oferece abrigo seguro para a liberdade (GEISEL, 1978 *apud* MATHIAS, 1995, p.96).
>
> Não posso discutir o método de repressão: se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou (GEISEL, 1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.224).

O presente capítulo discorre sobre os aparelhos ideológicos e os aparatos repressivos do regime autoritário, destinados a forjar a normalidade da intolerância e a analogia entre nação e "Revolução". Tais construtos reificavam uma imagem ideal de organização societária, transformavam qualquer contestação ao regime em negação do país, reforçando a posição de domínio do "território-corpo" sobre os "corpos-territórios".

4.1 Esconder e assustar

Na "doutrina esguiana", o Poder Nacional é apresentado como "a expressão integrada dos meios de toda ordem, de que dispõe efetivamente a Nação, para alcançar e manter, interna e externamente, os Objetivos Nacionais[87]".

[87] Uma idéia recorrente entre os revolucionários de 1964 era a de que a elite civil seria incapaz de compreender a real importância dos Objetivos Nacionais, o que redundaria em uma redução do Poder Nacional.



Figura 4 - Os Objetivos Nacionais
Fonte: Renan (1978, p.37).

Iale Renan (1978, p.44-45) afirma que as características essenciais desse Poder são:

- Eficácia: tem em mira produzir efeitos desejados.
- Instrumentalidade: é o instrumento de que dispõe a Nação para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais, “empregado com vistas ao Desenvolvimento (fortalecimento e aperfeiçoamento do próprio Poder Nacional) e a Segurança (superar, neutralizar e diferir antagonismos e pressões)”.
- Integração: agrupa todos os meios de que dispõe a Nação.
- Relatividade: caracteriza-se por quatro aspectos: tempo; espaço (o Poder decresce na razão inversa das distâncias a que se aplica, na perspectiva

de Spykman); subjetivo (o valor aparente da imagem do Poder Nacional) e de comparação com outro Poder Nacional.

- Âmbito de atuação: é aplicado tanto no território nacional como no exterior, visando ao Desenvolvimento e à Segurança Nacionais.

O mesmo autor, esguiano de formação, discorre sobre os fatores adversos ao Poder Nacional, que ficariam afetos à Política Nacional de Desenvolvimento, a qual cabe superá-los, mas são acompanhados pela Política Nacional de Segurança, como medida preventiva, pois muitos deles são Antagonismos potenciais.

Os antagonismos apresentam-se como “uma atividade deliberada, intencional e contestatória à consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais” (idem, p.74). Esses dispõem de vontade, mas não possuem a capacidade de produzir efeitos, logo não têm Poder para se anteporem à conquista dos Objetivos Nacionais, estando afetos à Política Nacional de Segurança, à qual cabe neutralizá-los.

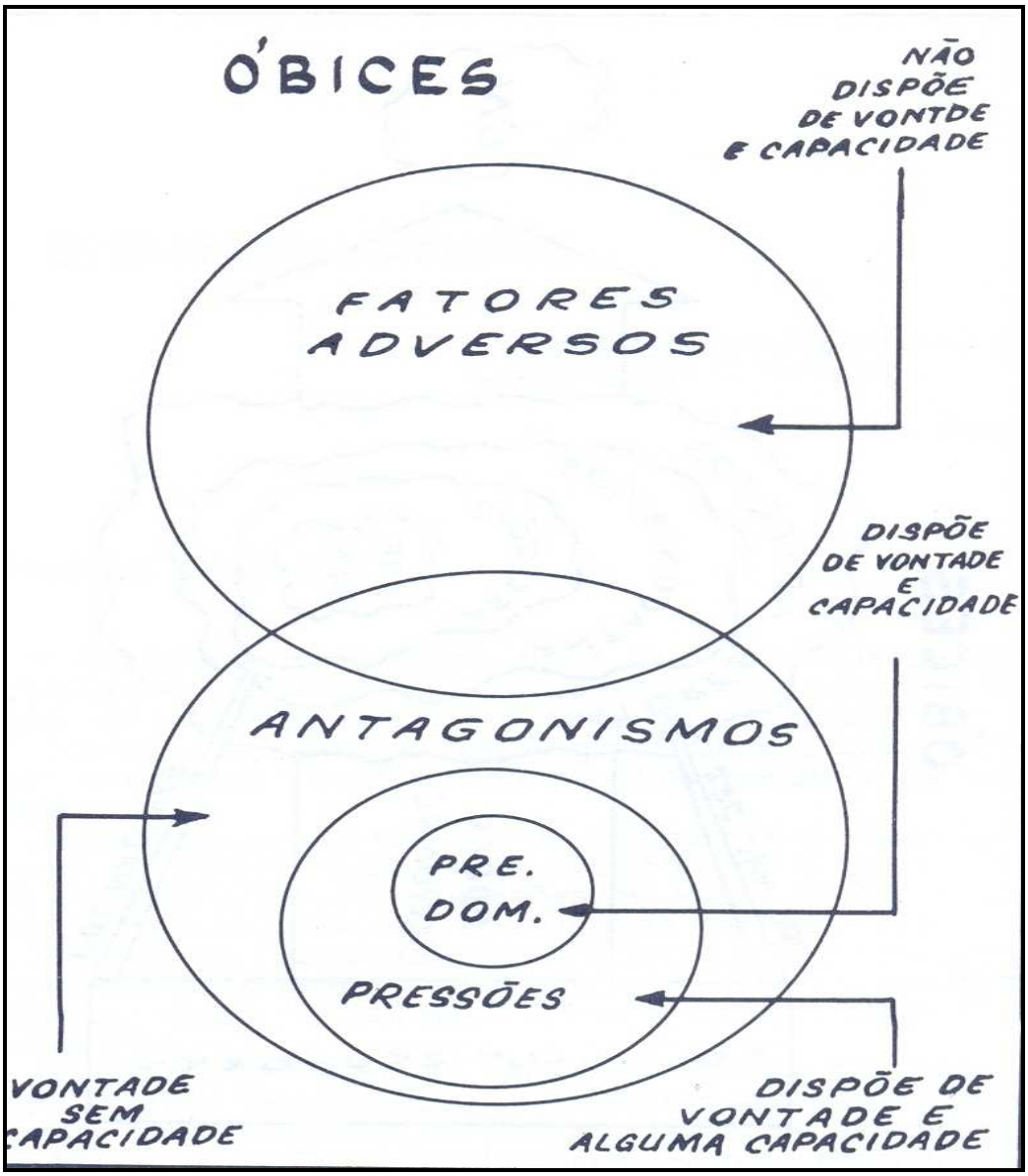


Figura 5 - Óbices ao Poder Nacional

Fonte: Renan (1978, p.75).

A dualidade fatores adversos/antagonismos reproduz a visão conservadora de que as idéias comunistas só poderiam ganhar a disputa ideológica em uma sociedade miserável.

> O meio de solapar a ameaça do comunismo era transitar aceleradamente da forma subdesenvolvida para um capitalismo desenvolvido. A antiga crença das classes dominantes, de que com a miséria social os comunistas poderiam manipular as massas, infiltrando-se no seio delas e contrariando a índole nacional, regada a moderação, manifesta-se revigorada no calor e tragicidade da Guerra Fria, com uma novidade: o nacionalismo exacerbado ou "getulismo de massas" também se converte em inimigo interno (RAGO FILHO, 2001, p.160).

Duas conseqüências adviriam dessa concepção: a) a modernização conservadora apresentar-se-ia o caminho seguro para solapar a ameaça do comunismo e b) os estratos mais pobres da população deveriam ser preventivamente "acompanhados", *c'est-à-dire*, criminalizados pela pobreza de que são vítimas. Dessa forma, "as três fontes e as três partes constitutivas" do pensamento militar brasileiro, em sua versão dominante a partir de meados dos anos 1950, foram o pensamento autoritário desenvolvimentista, a DSN e a geopolítica.

> Os Antagonismos que dispõem de alguma capacidade, denominam-se Pressões. Verificamos, assim, que as Pressões dispõem de vontade e alguma capacidade de produzir efeitos, logo possuem algum Poder. Contudo, quando têm uma capacidade de tal ordem, que pode ameaçar seriamente os Objetivos Nacionais, são os mesmos denominados de Pressões Dominantes. Do mesmo modo que existem Fatores Adversos com potencialidade de se transformarem em Antagonismos, existem inúmeros Antagonismos que são Pressões em potencial (RENAN, 1978, p.74).

É nesse contexto que o "inimigo interno" reapareceria na Constituição de 1967, modificando o significado original de segurança nacional, constante na Constituição de 1946. Tal segurança passava a ser externa e interna, incluindo a prevenção/repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva. Indagado os grandes problemas do CIE em sua época, o general Coelho Netto afirma que não era o MDB, nem os sindicatos, "eram grupos comunistas radicados em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, nessas cidades principais" (COELHO NETTO, 1993, p.31).

O Decreto-lei 898/69, que instituiu, em 29 de setembro de 1969, a nova LSN, afirmava que "toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional". Essa segurança seria definida como "a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos". Para a LSN, a segurança interna diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país. A guerra revolucionária seria o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visaria à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

A preservação da segurança nacional demandaria "medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva" (BRASIL, 1969, Art. 1º-3º). O conceito de guerra psicológica adversa encontra-se na LSN como o emprego "da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a

finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros [...] contra a consecução dos objetivos nacionais".

O conceito de guerra psicológica baseia-se na ideologia de que o povo brasileiro é ordeiro e pacífico e, como tal, deve-se manter, sendo afastado da influência de doutrinas exógenas e imorais. Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder (1978) demonstram que toda a História do Brasil remete a esse discurso da classe dominante, que tem a integração/conciliação como componentes ora explícitos, ora latentes que buscam cooptar dadas parcelas dos grupos dominados, pela concessão de certas vantagens diferenciais ou pela coerção. Esses autores denunciam violência implícita presente no uso ideológico da idéia de conciliação para mascarar a violência presente nas relações sociais de produção.

Heleno Fragoso (1978), analisando a aplicação da LSN, afirma que as questões mais importantes na perspectiva do processo são as da eliminação da tortura (que, via de regra, ocorre durante os 10 dias de incomunicabilidade estabelecidos na Lei), na fase do inquérito, e a da igualdade das partes, na fase judicial. Esse jurista aponta outros senões legais:

- A LSN afirma que o comício, o desfile ou a passeata constituem propaganda subversiva, ou seja, "manifestação do pensamento tendente a conduzir os destinatários da mensagem a convencimento que leve à prática de determinada ação perigosa para a segurança do Estado" (idem, ib., p.244).
- A exclusão do *habeas corpus*.
- A prisão cautelar imposta por delegados da polícia política estadual e inspetores da PF e não por encarregado do inquérito, em flagrante ilegalidade.
- A exclusão do *sursis*.

O Art. 23 do Decreto-Lei 898 estabelecia pena de reclusão de 8 a 20 anos para quem tentasse "subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo". O artigo seguinte definia pena de reclusão de 12 a 30 anos para quem promovesse "insurreição armada ou tentar mudar, por meio violento, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela adotada", pena agravada para prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Já o Art. 25 afirmava que quem "praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva" está sujeito a pena de reclusão de cinco a 15 anos e, advinda a guerra, prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo. Ao contrário das LSN anteriores, o

fórum eleito para julgar os inclusos na nova lei não era civil: após o IPM, as sentenças eram estabelecidas por auditorias militares. No combate à subversão, o papel da informação se torna, progressivamente, mais relevante.

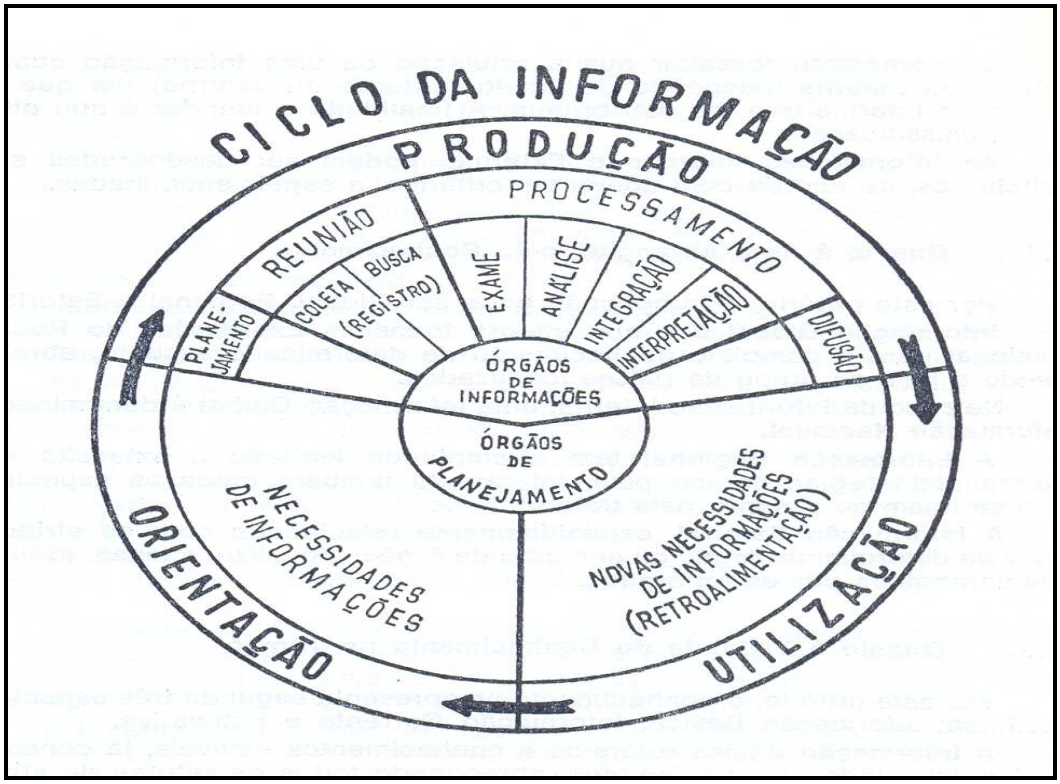
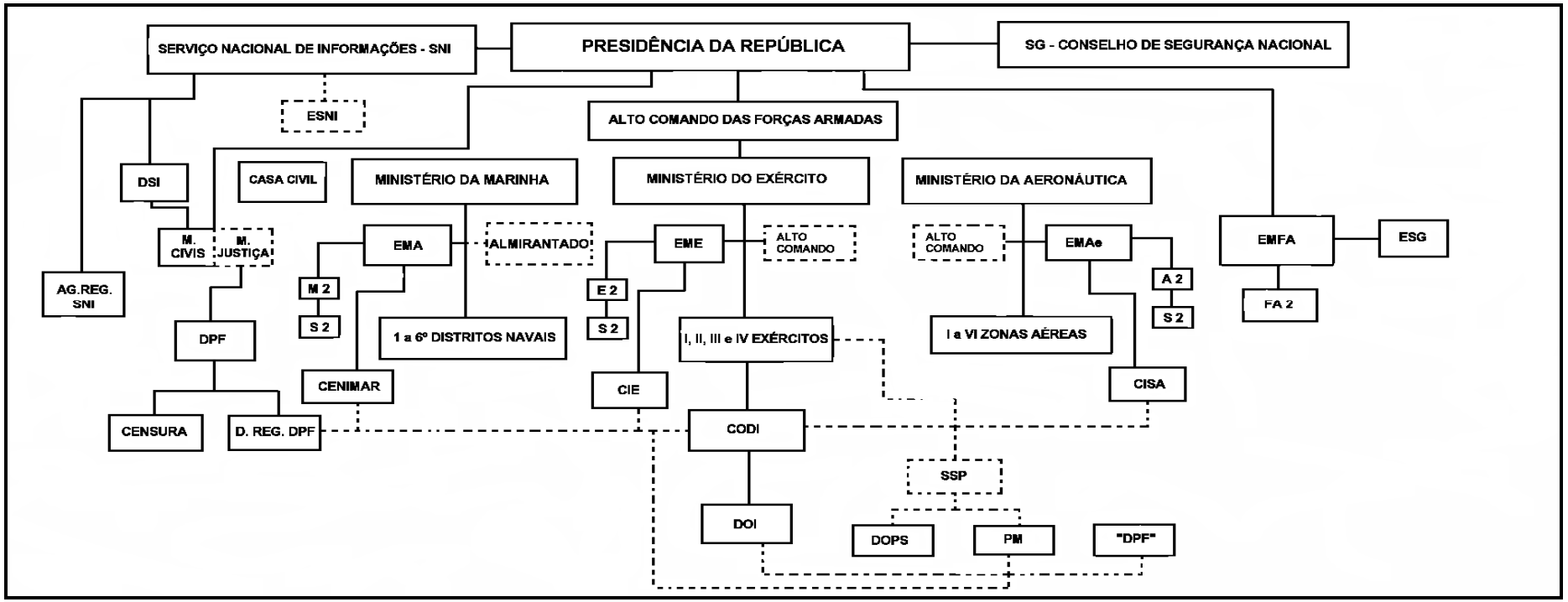


Figura 6 - O ciclo da informação.
Fonte: ESG (1986, p.37).

O Manual da ESG mostra a indissociabilidade entre os órgãos de informação e os de planejamento. São os planejadores que devem colocar as demandas aos órgãos de informação, a quem caberia o planejamento, a reunião, o processamento e a difusão da informação aos planejadores que, ao usá-la, geram novas demandas de informação. O governo valia-se,por conseguinte, do aparato formado pelo SNI[88], CIEX, CENIMAR, CISA e pelo complexo DOI-CODI (Figura 7).

[88] O SNI foi inspirado na experiência americana desenvolvida pelo *National War College*. O DOI era subordinado, em termos, à 2ª Seção – Informações – clássica em todo estado-maior de grandes unidades – brigadas, divisões e exércitos – e nos grandes comandos – regiões militares. Já os CODIs eram organizações informais, combinadas com a participação de membros das três forças – Exército, Marinha e Aeronáutica – para o planejamento e a eventual coordenação do emprego dos meios de cada uma delas conforme o efetivo disponível e a área sensível – área portuária, aeroportos, instalações industriais, distúrbios de rua, etc.

Em 1969, sob a égide do AI-5, o Código Penal Militar, o Código de Processo Penal Militar e a Lei de Organização Judiciária Militar, normatizaram os órgãos de segurança, autorizando-os a ordenar e executar a prisão de qualquer pessoa.



SG/CSN (sob a chefia da Casa Militar) **AG. REG. SNI** – Agências do SNI **EME** **EMA** **EMAe** **EMFA** **FA 2** - 2ª Seção - EMFA **CIE** **CENIMAR**	**CISA** **E 2** - Serviço Secreto - EME **M 2** - Serviço Secreto – EM-Marinha **A 2** - Serviço Secreto – EMAe **S 2** - 2ª seção – Serviço Secreto (nível de tropa) **CODI** **DOI** **DSI**	**DPF** **D. REG. DPF** – Delegacia Regional / DPF. **SSP** (ligada à administração estadual) **DOPS** **PM** (estadual) **OPF** **ESNI** **ESG**

Figura 7 - Organograma da comunidade da informação.

Fonte: Arquidiocese de São Paulo (1985, p.78).

Ao lado do aparato repressivo oficial, o empresariado era incentivado à "legítima defesa" contra o terror[89]. É assim que, em 1969, surgiria a OBAN, com o objetivo de centralizar as atividades de polícia política nas mãos do Exército. Era financiada por grandes bancos brasileiros, como o Mercantil; por grandes grupos comerciais e industriais (Ford, Volkswagen, Ultragás e a Supergel). Mas o que pretendia ser "uma militarização das operações policiais tornou-se uma policialização das operações militares". De fato, "o delegado Sérgio Fleury não ficou parecido com um oficial do Exército", mas "oficiais do Exército ficavam parecidos com ele" (GASPARI, 2002, p.67). A OBAN, estruturada em equipes de busca, de interrogatório e de análise, num trabalho ininterrupto, 24 horas/dia, assumiu o controle da repressão em São Paulo, agregando efetivos das três armas, da polícia política estadual, da PF, PC, Força Pública e Guarda Civil.

Em 11 de setembro de 1971, com a assinatura do decreto 69.534, o presidente adquire a prerrogativa de redigir decretos secretos, a título de conter quaisquer atentados à segurança nacional. Essa brecha na legislação "justificava" prisões sem mandatos ou acusações formais.

No centro das atenções, a GRC, interpretada como "aquela em que as características clássicas da Guerra são substituídas", cujo "instrumento principal é a agressão psíquica e o seu objetivo a conquista das mentes da Nação, colocando-as a serviço da subversão marxista-leninista" (MEIRA MATTOS, 1973, p.115). Ela seria um jogo imposto pelo MCI, cujas ameaças dele decorrentes "afetam a coesão interna da Nação e colocam em perigo as estruturas fundamentais da sociedade, impondo ao Estado uma ação de defesa"[90].

Todo esse aparato jurídico-repressivo visava a coibir e eliminar a GRC, que, de acordo com a doutrina esguiana, podia ter duas vertentes: a ortodoxa comunista e a doutrina nacionalista burguesa. A primeira, mais abrangente, preconizava as seguintes fases:

- Criação de um partido, como instrumento básico de todo o processo, não podendo ser um organismo susceptível de dividir-se na primeira encruzilhada do programa político partidário. Deve funcionar com aparatos distintos, uno e aberto por um lado e por outro clandestino.

---

[89] Compareceram à solenidade de fundação da OBAN, em julho de 1969, além do Comandante do II Exército, o governador paulista Abreu Sodré, o secretário de Segurança Pública e os comandantes do VI Distrito Naval e da IV Zona Aérea.

[90] Renan (1978, p.116).

- Estabelecimento da frente unida, no intuito de conquistar aliados e adeptos, utilizando, para tal, precauções de segurança, para evitar riscos para o partido. Nesta fase, deverá ser iniciada a ação subversiva dirigida, procurando o revolucionário manter-se o mais possível dentro dos limites da legalidade.

- Realização de operações de guerrilha, mediante a utilização de armamento leve. Assume importância a determinação da zona onde desenvolver as ações e desmoralização dos militares inimigos.

- Desenvolvimento da guerra de movimentos, pois as operações de guerrilha não bastam para um triunfo decisivo sobre o “inimigo”. A criação de um exército revolucionário torna-se, deste modo, imperativo. Nesta etapa são estabelecidas diversas “zonas de operação” e “bases regulares” sob o controle político e militar dos revolucionários.

- Inicio da campanha de aniquilação, condicionada ao aumento do poder revolucionário e ao decréscimo do poder adversário. É o último passo para a implantação do regime comunista.



Figura 8 - A GRC.
Fonte: Renan (1978, p.123).

A atividade insidiosa dos grupos que pretendiam desencadear a GRC teria se iniciado, em dezembro de 1966, com o atentado terrorista no aeroporto de Guararapes, no Recife-PE, em que morreu um jornalista e um almirante e ficaram feridas 14 pessoas. Segundo Duarte Pereira, em depoimento a Gorender (1987), o atentado foi cometido por um comando autônomo da AP, ainda em sua fase castrista, chefiado por um militante perito em explosivos. O alvo, inatingido, era Costa e Silva, ministro da Guerra e próximo presidente da República. Essa ação frustrada resultou na dissolução imediata dos comandos armados paralelos daquela organização e seu afastamento das ações armadas urbanas.

Essa ação, na versão oficial, teria sido o principal determinante da criação pelas forças armadas de “grupos, unidades específicas para combate e repressão à subversão”. A partir daí, teriam sido criados os CODIs, com o objetivo de “coordenar, uniformizar e controlar as ações

dos diferentes setores envolvidos, sob a supervisão e a responsabilidade dos Comandos Militares de Área". Pouco depois, foram criados os DOIs, em bases semelhantes à da OBAN, características posteriormente assumidas pelos 12 DOIs, que passaram a ter efetivos próprios, desvinculando-se das segundas seções dos comandos de área, contando com verbas próprias e instalações separadas das organizações militares locais.

"Esta atitude impõe a plena aplicação violenta do Poder, com o objetivo de eliminar o processo subversivo, destruindo seus mecanismos e neutralizando seus dirigentes" (RENAN, 1978, p.116). Destarte, esse Estado militarizado privou 4.500 pessoas de direitos civis e exilou outras dez mil. Reis Filho (1989) afirma que 1.843 presos políticos foram torturados. Já em relação ao número de mortos ou desaparecidos, não há consenso: Araújo et al. (1995) citam 360 e Miranda; Tibúrcio (1999), 328.

De setembro de 1969 a janeiro de 1970, 66 "aparelhos"[91] foram descobertos; 320 pessoas, presas e 300 armas, apreendidas. Era o início da "crônica de cadáveres", na expressão de Elio Gaspari (2002), para uma guerrilha que já assaltara 154 bancos e carros-fortes, roubando US$ 3,8 milhões[92], realizara cerca de 40 atentados a bomba, seqüestrando oito aviões comerciais e quatro diplomatas.

O combate ao "terrorismo" abriu, efetivamente, uma guerra, que, segundo informa o general Coelho Netto (1993, p.25), teria resultado em um número de baixas nas forças armadas da "ordem de quatrocentas baixas. Mortos". Também nesse lado do tabuleiro, não há consenso sobre o número de perdas. Gaspari (2002) estima que, para cada cinco mortos na guerrilha urbana, essa matara duas pessoas. Giordani (1986), em contraponto ao projeto Brasil Nunca Mais, escreve o livro *Brasil Sempre*, em que relaciona, nominalmente, 97 pessoas (entre militares e civis) mortas pela "subversão" entre 1964 e 1974.

> A linha dura exigia o cumprimento das leis vigentes, das leis de segurança. E como obrigação sua, vivia procurando se infiltrar e levantar os focos de subversão. E acabar com eles de qualquer maneira. Acabar com esses focos. Nunca, dentro do centro, se insinuou sequer que não se respeitassem os direitos humanos. Agora, acontece que a atuação operacional era feita por grupos organizados dentro das

[91] Esconderijos de militantes clandestinos.

[92] A ALN iniciara, em dezembro de 1967, os assaltos para angariar fundos para financiar a guerrilha rural que não conseguiria implementar. A organização (ALN, 1969 *apud* REIS FILHO; SÁ, 2006) aponta como trunfo seu o fato da LSN mencionar, pela primeira vez, assaltos a bancos, justiçamento de espiões estrangeiros, ataques a quartéis, desvio e captura de armas e explosivos. Afirma ser o seu caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo, as únicas armas contra a "violência inominável da ditadura" e que isso teria permitido à organização estruturar-se nacionalmente.

> seções de informação. Em todo grupo há os mais exaltados, os mais radicais (COELHO NETTO, 1993, p.24).

"Os mais exaltados, os mais radicais" – ou os mais extrovertidos, na acepção geiselista – pareciam (e eram) assustadores aos jovens guerrilheiros, "neófitos, sem noção de comando; com parcos conhecimentos militares"[93].

Mas, além de assustá-los, o regime devia escondê-los. Segundo Garcia (2005, p.123), a partir de maio de 1970, com o advento do Decreto-Lei 1.077, instituidor da censura prévia, o censor passou a "escolher dentre a infinidade de notícias e informações disponíveis as que deviam ser bloqueadas e as que podiam ser liberadas, criando assim uma imagem unidimensional da realidade". Esse ordenamento jurídico, assentado no AI-5, determinou a censura da correspondência, da imprensa e das telecomunicações, além de livros e periódicos, sob a alegação de que "publicações obscenas" faziam parte de um "plano subversivo", que "ameaçava destruir os valores morais da sociedade brasileira". Inúmeros comunicados, verbais e escritos, vedavam, expressamente, a divulgação de "movimentos operários", "manifestação estudantil" e ações guerrilheiras.

Essas últimas, no discurso oficial, sequer existiam: nos cartazes de "Procurados", lia-se "terroristas políticos", seguido da advertência: "Para a sua segurança, coopere, identificando-os. Avise a polícia". Abreu (2000) informa que foi o jornal *O Globo* que, em 26 de julho de 1966 empregou, pela primeira vez, o termo, sem nenhum pedido das autoridades: "Terrorismo não interrompe o programa de Costa e Silva", afirmava a manchete da primeira página daquele dia.

A fim de que não servissem de exemplo a outrem, o regime, além de apresentar tais organizações como a verdadeira ameaça, poderia também se valer de seu expurgo público. É assim que, como nos recorda Beatriz Kushnir (2007), entre 1970 e 1971, jornais da grande imprensa e a Rede Globo[94] passaram a divulgar o arrependimento público de ex-militantes da VPR. Os programas gravados, veiculados minutos antes do único jornal televisivo nacional da época, tinham o intuito de afirmar que ser oposição era um combate sem sentido e que a preocupação do governo era "evitar que outros jovens incorram no mesmo engano".

---

[93] TERNUMA (2007, p.1-1).

[94] Apesar da televisão brasileira datar dos anos 1950, apenas duas décadas depois, ela se consolidaria como um veículo de comunicação de massa e uma grande empresa capitalista.

Nesse momento, o “milagre” já garantia uma ampla base de legitimação ao regime. Além da elevação de rendimentos dos setores formadores da opinião pública, *c’est-à-dire*, da classe média, contribuía para isso a ação da AERP e do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, criado pelo presidente Médici, em 1970, com a incumbência de “formular e aplicar a política capaz de, no campo interno, predispor, motivar e estimular a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p.73).

Nesse governo, a AERP, sob o comando do coronel Otávio Costa, atuou com mais intensidade, objetivando obter apoio popular e enfraquecer as manifestações oposicionistas. O presidente surgia, com ar sorridente, em campos de futebol, assistindo às partidas com rádio portátil colado ao ouvido e vibrando com os gols, de modo a encampar uma imagem popular e simpática e otimizar a campanha “Brasil Grande”. Médici integrou as três áreas da comunicação social (jornalismo, relações públicas e propaganda), e baixou o Decreto 67.611/70, que estabeleceu uma política de comunicação para o governo federal.

A propaganda oficial, ao mesmo tempo que subestimava os problemas sociais, oriundos da forte concentração de renda, relacionava-os a “elementos estranhos”, em uma estratégia destinada a impedir que as insatisfações se generalizassem. A “passividade inata” do povo brasileiro, anunciada pela propaganda, visava à construção de um clima de consenso em torno das medidas governamentais, em que as eventuais divergências eram isoladas, desestimulando o aparecimento de outras. Tal isolamento não era apenas político, *au contraire* era essencialmente espacial.

4.2 O cerco da cidade pelo campo/o cerco do campo pela cidade

Edward Soja (1993, p.115) lembra que “a luta de classes precisa abarcar e se concentrar no ponto vulnerável: a produção do espaço, a estrutura territorial da exploração e dominação”. A derrocada da guerrilha, em 1974, não representou apenas sua derrota militar, mas o êxito de uma estratégia de controle territorial.

No cerne dessa estratégia, a informação. Como informa Gabeira (1978 *apud* KOSHIYAMA, 1984, p.82), os órgãos de informação dispunham de “alguns peritos em informação e literatura interditadas à maioria da população” que “conhecem as organizações, que lêem tudo que você diz, confrontando com tudo que já foi dito sobre a organização que

você pertence, vêem as contradições e devolvem em forma de bilhete com reorientação sobre como te interrogar, por onde insistir".

Com base nessas leituras do *index* e dos documentos apreendidos a cada queda de "aparelho", o *establishment* forjou uma conceituação de GRC. Como vimos, a esquerda armada sofria a influência da experiência chinesa de cerco da cidade pelo campo e a influência cubana do foco guerrilheiro. Ambas as táticas têm em comum o fato de se concentrarem no campo (Mapa 2).

Mapa 02

BRASIL: Guerras e Guerrilhas

(1965 - 1974)



Fonte: Joffily (2000).

Autora: Sandra Rodrigues Braga.
Organização: Gustavo E. F. Faria.
Data: Fevereiro de 2008.

A APML (1971 *apud* REIS FILHO; SÁ, 2006, p.384) afirmaria sua posição:

> Nas condições atuais do mundo e do Brasil, o caminho da luta armada libertadora do povo brasileiro é a guerra popular, fazendo a guerra de guerrilhas, construindo passo a passo o exército popular, criando bases de apoio, cercará as cidades pouco a pouco e, combinando a luta no campo com a luta nas cidades e a luta armada com as outras formas de luta, conquistará seguramente a vitória.

Outra era a avaliação tática da VAR-PALMARES (1969 *apud* REIS FILHO; SÁ, 2006, p.345-347 *passim*), plena de componentes geoestratégicos/geopolíticos:

> A guerra revolucionária é um processo global que comporta várias formas de luta e de organização, que se combinam e se complementam. Combiná-las, **no tempo e no espaço,** implica determinar quais as principais e quais as secundárias [...] O aspecto principal da guerra de guerrilhas está, pois, no campo, não porque os camponeses sejam a classe dirigente da revolução, mas porque aí se localiza o elo mais fraco do Estado burguês. A guerrilha urbana coexiste com o aparelho repressivo, uma atuando na superfície e outra nos subterrâneos da sociedade. A clandestinidade, indispensável à sobrevivência da luta urbana, impede a atuação contínua, ao contrário do que ocorre no campo, onde existem condições para a criação de um destacamento político-militar atuando contínua e abertamente. Aí o caráter determinante da guerrilha rural na atual etapa da defensiva estratégica.

Para essa organização, o Brasil era, ao fim da década de 1960, "um país extenso e desigualmente desenvolvido, de população rarefeita, onde é profundo o contraste entre as regiões rurais e urbanas, onde são marcantes as diversidades regionais". Nessas condições geopolíticas, "não se trata de ganhar e conservar regiões que não podem ser defendidas. Ao contrário, cede-se terreno para durar no tempo e manter aceso o programa político revolucionário". A barganha de espaço por tempo, proposta pela VAR-PALMARES, em 1969, ignora o fato de que não existe movimento sem território.

A VPR (1969 *apud* REIS FILHO; SÁ, 2006, p.297-298 *passim*) sistematizaria a posição já adotada na prática por essa e outras organizações. Nessa perspectiva, não se pode negar que "a cidade é o palco principal da vida econômica e política do país" e, se "não podemos transformar, na cidade e na fase inicial da luta, o apoio popular em força organizada", há "formas de luta na cidade". De fato, há que se considerar que "toda realidade nova exige novos conceitos e uma discussão em termos de conceitos que pertencem a uma realidade ultrapassada somente pode levar ao dogmatismo (com o conceito transpõe-se uma realidade ultrapassada) ou à confusão".

O que essa organização constatava era a acelerada urbanização em série, desencadeada pelo regime, que colocara em prática os "princípios da teoria estratégica", estabelecidos por Aron (1986, p.699):

> O princípio da concentração das forças (evitar a dispersão); o princípio do objetivo (escolher um plano e cumpri-lo, resistindo às pressões adversas; da perseguição (perseguir vigorosamente as vantagens obtidas); da ofensiva (aproveitar a iniciativa, no momento oportuno, e explorá-la plenamente para forçar uma decisão); da segurança (proteger suas forças e linhas de comunicação contra um ataque-surpresa do inimigo); da surpresa (enganar o inimigo a respeito de nossas intenções); da economia de forças (empregar plenamente todas as forças disponíveis).

Assim, se como Becker; Egler (1998, p.144) apontam, "as políticas para a integração do território visaram à remoção dos obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista moderna", é certo que elas tinham uma contribuição a dar ao combate ao terror.

Assim, é compreensível o romantismo das esquerdas militaristas, que, ao criticar "a civilização capitalista moderna", o faziam "em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno)"[95], buscando, no passado, elementos para a elaboração da utopia futura. As especificidades da urbanização brasileira (e a violência material e simbólica que desencadeou) levaram alguns setores sociais a identificar no urbano a modernidade da Revolução de 1964, o mal a ser combatido.

Há aqui o (re) conhecimento de que

> [...] a especificidade mais fundamental do urbano provém da conjunção da nodalidade, do espaço e do poder. As cidades são aglomerações nodais especializadas, construídas em torno da instrumental 'disponibilidade de presença' do poder social. Elas são centros de controle, cidadelas concebidas para proteger e dominar, através [...] de 'pequenas táticas do habitat', mediante uma geografia sutil de recantos fechados, confinamento, vigilância, compartimentalização, disciplina social e diferenciação espacial (SOJA, 1993, p.186-187).

A construção de rodovias, ferrovias ou portos significou a redução dos custos de distribuição e a construção e expansão de refinarias, usinas siderúrgicas e hidrelétricas, a ampliação da oferta de insumos básicos. Esses investimentos maximizaram os lucros do capital, favorecendo a maior acumulação.

Em setembro de 1973, o presidente Médici sancionaria a Lei 5.917, estabelecendo o PNV, cujo objetivo essencial era "permitir o estabelecimento da infra-estrutura de um sistema viário

---

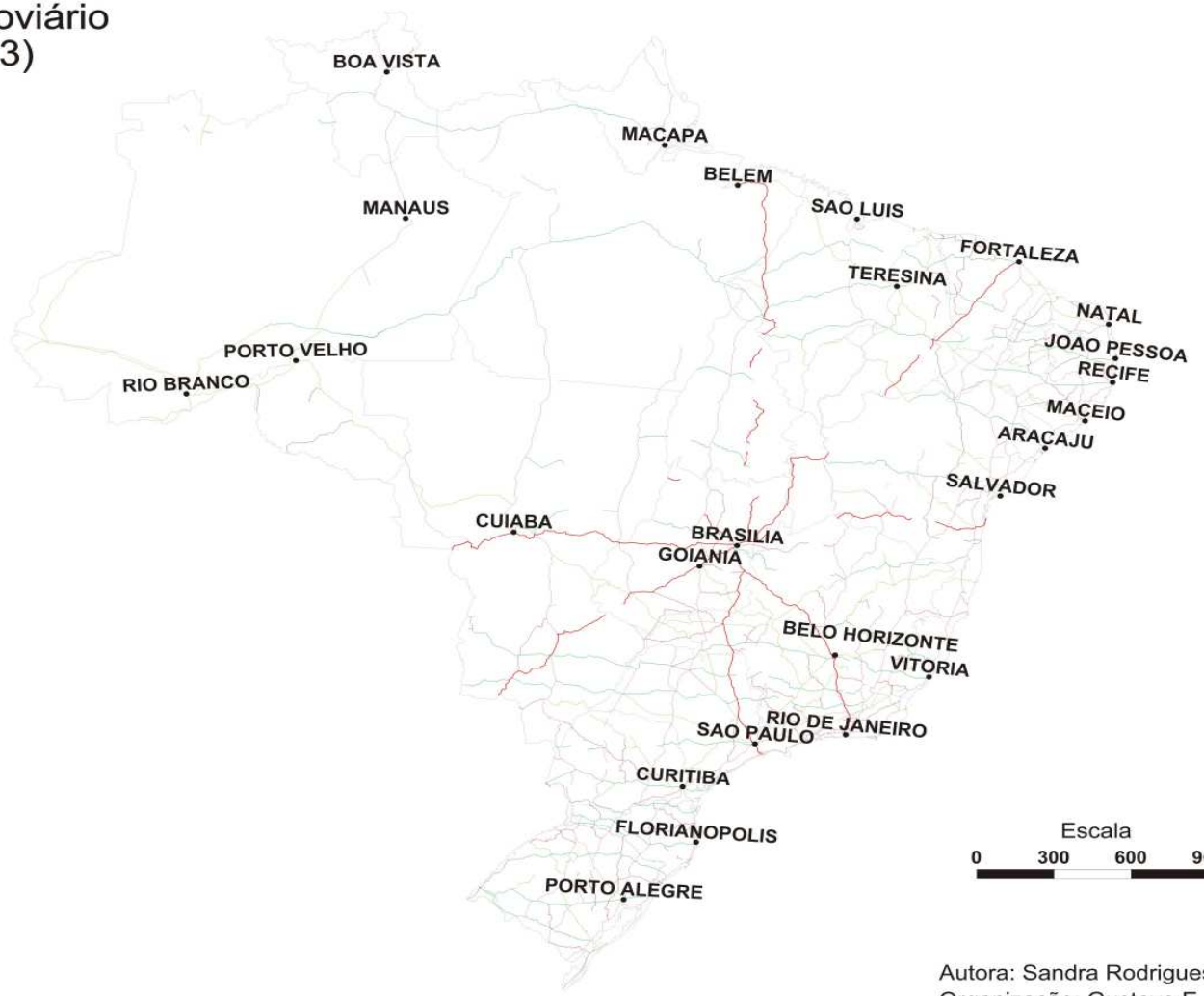
[95] Michael Löwy e Robert Sayre (1995, p.34).

integrado, assim como as bases para planos globais de transportes que atendam, pelo menor custo, às necessidades do País, sob o múltiplo aspecto econômico-social-político-**militar**[96]".

.

[96] Grifo nosso.

Mapa 03
BRASIL: Sistema Rodoviário Nacional - PNV (1973)



Legenda

- **Capitais do Brasil**

Característica da Rodovia

- **Ligações**
- **Rodovias Diagonais**
- **Rodovias Longitudinais**
- **Rodovias Radiais**
- **Rodovais Transversais**

Escala
0 300 600 900 (km)

Fonte: Lei 5.917/73

Autora: Sandra Rodrigues Braga.
Organização: Gustavo E. F. Faria.
Data: Fevereiro de 2008.

O Sistema Rodoviário Nacional (Mapa 3), definido pelo PNV de 1973, compreendia: a) infra-estrutura rodoviária, que abrange as Redes de Rodovias e suas instalações acessórias e complementares; b) estrutura operacional, abrangendo o conjunto de atividades e meios estatais de administração, inclusive fiscalização, que atuam diretamente no modo rodoviário de transporte e que possibilitam o uso adequado das rodovias (Lei 5.917, Anexo, item 2.1).

O PNV (1973) materializou os ideais inscritos na DSN, do desenvolvimento como fonte de segurança interna e da integração nacional. Assim, aos olhos do regime autoritário, são, efetivamente, "indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais", na Amazônia Legal, as grandes rodovias, como a Transamazônica (BR-230), inaugurada em agosto de 1972. A idéia era rasgar a selva num percurso de oito mil quilômetros de pavimentação, no escopo da palavra da ordem: "integrar para não entregar".

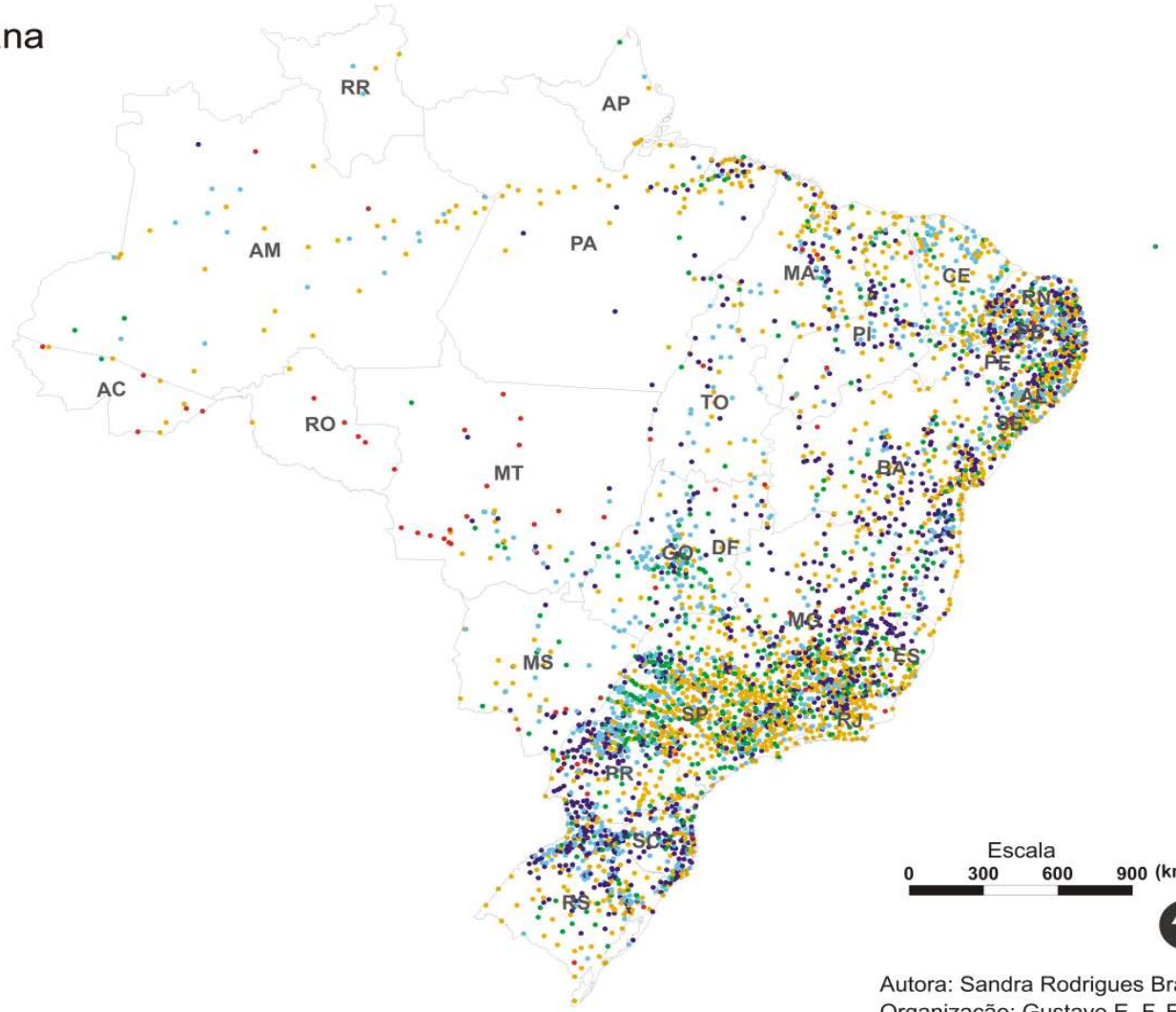
Nesse processo, o crescimento das atividades econômicas justificou novos investimentos em infra-estrutura que, por seu turno, possibilitaram nova expansão produtiva. A logística passou a ser entendida como "preparação contínua dos meios para a **guerra**[97] – ou para a competição – expressa num fluxograma de um sistema de vetores de produção, transportes e execução" (BECKER, 1993, p.60).

Essas obras, apresentadas como "indispensáveis ao progresso", necessárias para integrar regiões ou para assegurar o "crescimento da renda nacional", tiveram forte choque sobre a estrutura espacial da economia, incrementando o comércio inter-regional, para todas as regiões brasileiras, aumentando-lhes o grau inter-regional (até então incipiente) de complementaridade. A rede de circulação de mercadorias cristalizou-se em grandes eixos rodoviários, que, delimitando a área de mercado integrada, convergiram para o Centro-Sul (Mapa 4).

[97] Grifo nosso.

Mapa 04

BRASIL: Expansão Urbana (1940 - 1980)



Legenda

- **Cidades**
- **Estados do Brasil**

Expansão Urbana

- **Até a Déc. 1940**
- **Déc. 1950**
- **Déc. 1960**
- **Déc. 1970**
- **Déc. 1980**

Escala
0 300 600 900 (km)

N

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Autora: Sandra Rodrigues Braga.
Organização: Gustavo E. F. Faria.
Data: Fevereiro de 2008.

Na década de 1970, segundo Roberto Lobato Corrêa (2001), os investimentos extensos nas infra-estruturas básicas do desenvolvimento econômico (e a ação do Estado em atividades produtivas estratégicas) cristalizaram no espaço:

- A desconcentração, ampliação e diversificação das atividades industriais, com o surgimento de centros industriais diversificados e especializados.
- A modernização e capitalização do campo, com a constituição de complexos agroindustriais.
- As inovações organizacionais junto aos setores industriais, comerciais e de serviços, com destaque para a terciarização e para a constituição de grandes corporações empresariais.
- A ampliação de uma base técnica associada, primordialmente, aos transportes e às comunicações, que possibilitou a diversificação das interações espaciais, também associada à produção e distribuição de energia.
- A incorporação de novas áreas ao processo produtivo global e a refuncionalização de outras áreas, com destaque para as especializações regionais das atividades.
- Os novos padrões de mobilidade espacial da população; o aumento quantitativo e qualitativo da urbanização; e uma estratificação social mas ampla e complexa, gerando maior fragmentação social, ampliação das classes médias e aumento do consumo.

Com isso, ocorreu uma crescente complexificação funcional dos centros urbanos, intensificando-se a articulação entre centros e regiões, em novos padrões espaciais da rede e novas formas de urbanização. Eclodiu, destarte, um novo Brasil urbano, com radicais mudanças no conteúdo e nas formas de uso do espaço. Em poucas décadas, o Brasil apresentou um ritmo urbano extremamente dinâmico, devido à metropolização e à expansão e adensamento da estrutura urbana.

Em função da logística, o território foi reorganizado em novas “redes de circulação de mercadorias, distribuição de energia elétrica e de telecomunicações” que transformaram as “estruturas espaciais pretéritas” e construíram “formas adequadas ao processo de produção e gestão da empresa capitalista em sua fase avançada” (EGLER, 2001, p.48).

A criação de novas cidades, como pontas de lança ao longo das novas rodovias, atacava, duplamente, as organizações de esquerda armada. “Os guerrilheiros estavam fechados num círculo de giz, cada vez menor”, sintetiza Fernandes Júnior (2004, p.31). Um exemplo disso: a guerrilha do Araguaia, empreendida pelo PCdoB (Mapa.

O livro *A guerrilha do Araguaia e seus mitos*, elaborado pelo grupo TERNUMA (2007) é um tratado de geopolítica, que se fundamenta em documentos internos do PCdoB. De início, é questionada a localização geografia da tentativa de guerra popular revolucionária (na verdade, apenas um foco) na Região do “Bico do Papagaio” (SW do Pará, SE do Amazonas e N do atual Tocantins). Mesmo antes da infiltração de militantes do PC do B para a montagem da área (1966/1967), ela já fora objeto de ações esporádicas de Operações de Inteligência, em função de conflitos de terra potenciais (heranças de Trombas e Formoso) e indícios de provável atuação de organizações terroristas. A Operação Carajás, um exercício com tropa, efetuado em 1970, deveria ser um “verdadeiro alerta aos homens de bom senso”. Além de insana, a esquerda armada era “blanquista”[98] e anti-marxista, posto que

> [...] iniciar uma luta contra as Forças Armadas com 60 neófitos, sem noção de comando; com parcos conhecimentos militares e nenhuma convivência com a selva; em área circunscrita e sujeita ao cerco tático e estratégico; era caminhar para o destino inexorável - a derrota, uma mera questão de tempo. Aceitar a luta, em 1972, foi insanidade e ausência completa de uma análise marxista das condições objetivas e subjetivas do momento histórico em que se adentrava, com a fragorosa e certa derrota das OPMs, nas áreas urbanas; o começo das ações contra o próprio PC do B e o clima de euforia do “Milagre Econômico”, então vigente (TERNUMA, 2007, p.24).

Assim, o olho que controla o território vê a frustrada tentativa da montagem de três áreas de apoio periféricas, entre 1966 e 1972, em Goiás, Maranhão e Bahia. O exército popular estava completamente afastado do povo que pretendia representar: aderiram à guerrilha 11 camponeses, dos quais dois desertaram e um foi “justiçado”, com mais 30 colaboradores, em uma população de 20.000 habitantes, a luta teria 0,2 % de apoio popular[99]. Se a área que se pretendia atingir era bastante extensa (6.500 km²), ficava próxima a Marabá e São João do Araguaia (PA), a São Geraldo do Araguaia, Araguatins e Xambioá (GO). Contribuía para o

---

[98] Em todo o texto, é trivial o emprego de um jargão “marxista”.

[99] Apesar em 25 de maio, de 1972, o PCdoB criaria a ULDP, com um programa de 27 pontos, na busca de apoio da população.

isolamento da guerrilha o fato de o Exército oferecer mil cruzeiros por "paulista"[100] capturado, dinheiro suficiente para a compra de um pedaço de terra (GASPARI, 2002).

Para manter o controle do território, novos assentamentos surgiam ao longo dos grandes eixos que avançavam à Amazônia, estabelecidos pela alta tecnificação da agropecuária. A dispersão urbana, segundo Egler (2001, p.43), aconteceu a partir da formação "de uma ampla frente urbana de interiorização correspondente às grandes capitais estaduais do centro-norte, que balizam a urbanização no interior como pontos de contato e intermediação entre as bordas da cidade mundial e áreas de avanço da fronteira" e da fronteira que incluiu centros regionais e locais que se constituíram na "base logística das frentes de expansão agropecuárias e minerais" e "o crescimento explosivo de pequenos núcleos dispersos vinculados à abertura da floresta ou a garimpos", que se constituíram em "locais de reprodução da força de trabalho móvel, razão pela qual muitos são também efêmeros, deslocando-se com o movimento das frentes de povoamento". Era o cerco do campo pela cidade.

Em um cerco tático e estratégico, no Natal de 1973, sob a chefia do CIE, as tropas entram na selva num movimento em arco para evitar fugas, no qual caem 23 guerrilheiros[101]. Um ano depois, a morte de 59 guerrilheiros e 10 moradores locais poria um ponto final na "aventura" maoísta no Brasil e marcaria o domínio do território-corpo sobre os corpos-território dissidentes da representação política hegemônica do Brasil Grande.

Em breve, modernos tratores apagariam quaisquer sinais dessa presença "estrangeira" nos solos pátrios. A expansão da fronteira agrícola contra o bioma cerrado das áreas centrais do Brasil, favorecida pela difusão da pavimentação rodoviária, impactaria, fortemente, a produção agropecuária de Goiás, do antigo Mato Grosso, do atual Mato Grosso do Sul, em que a área de lavouras temporárias e da produção de arroz e de soja alçaria taxas anuais superiores a 20% (CASTRO, 2002).

No âmbito do Plano, os GPIs afirmar-se-iam como alternativa estratégica à integração nacional e à alavancagem do Brasil na arena internacional[102]. Para a tecnoburocracia, o

---

[100] "Paulista" era o termo usado pelos habitantes locais para designar os militantes do PCdoB.

[101] Passarinho (2006) afirma que, em fins de 1973, o general Antônio Bandeira, que fora comandante da campanha do Araguaia, lhe procurou, dizendo que tinha "cinco rapazes arrependidos que queriam uma chance de se reintegrar" e que ele, como ministro da Educação à época, recebera no MEC, o que levanta a hipótese de que alguns desaparecidos políticos do Araguaia ainda estarem vivos e com nova identidade, graças à benemerência do regime com seus "filhos pródigos".

[102] Velloso (1977) afirma serem cerca de 100 os grandes projetos em execução em insumos básicos e bens de capital, que, no período 1975-1980, com um investimento de mais de Cr$ 300 bilhões (a preços de 1976).

contato da população rural com as “modernidades”, libertaria seu espírito do atraso. Esses demandavam a devastação dos biomas (com destaque para o cerrado, dominante no interior do país) e a utilização em larga escala de insumos agrícolas, via de regra importados, com a concomitante geração de poluentes hídricos e atmosféricos. Ademais, a mecanização do campo, com a constituição dos CAIs, expulsou do campo enormes contingentes de trabalhadores rurais, rendeiros, parceiros e pequenos proprietários de toda a sorte, jogando-os às periferias urbanas, onde – pregava a ideologia vigente – havia melhores condições de vida e acesso à saúde, educação e empregos. Em decorrência, também, desses fluxos migratórios, no final da década de 1960, pela primeira vez, a população urbana ultrapassou a rural, chegando a 55,92% (IBGE, 1971).

Enquanto Estado e capital promoviam o surgimento de novas cidades, os grandes centros urbanos brasileiros não eram esquecidos. Eles foram alvo de toda uma geopolítica, destinada a controlá-los a serviço do capital. A própria transformação desses núcleos em metrópoles, outro ato do regime autoritário, visava à sua perda de autonomia e à minimização de suas contradições urbanas, cada vez mais acentuadas no período.

A delimitação das regiões metropolitanas brasileiras, de 1969, orientada por métodos quantitativos, obedeceu aos seguintes critérios: a) vida de relações entre os municípios; b) sucessão de eventos e fenômenos interligados por mútuas relações de causa e efeito e c) desigualdades intrametropolitanas. Três anos depois, o IBGE estabeleceria a “divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas” (FIBGE, 1972):

- Centros locais ou dos níveis 4a e 4b, que desenvolviam as funções de comercialização agrícola.
- Centros subregionais ou dos níveis 3a e 3b, que englobavam as funções dos centros locais e outras.
- Centros regionais ou dos níveis 2a e 2b, nos quais a atividade terciária passara a ter importância, ainda que se tratando de indústrias que atendiam mercados locais e regionais e à agroindústria.
- Submetrópoles regionais, que “no contexto da política devem atuar como centros de equilíbrio, com funções macrorregionais, apoiando a expansão e consolidação da fronteira agrícola através da ocupação territorial” (SMOLKA; LODDER, 1975, p.196), agindo como centros educacionais universitários e centros médicos desenvolvidos.

- Metrópoles.

O crescimento das regiões metropolitanas valeu-se, principalmente, do incremento imigratório, que ocorreu a taxas crescentes. Tais fluxos, interpretados como conseqüência de uma explosão demográfica, eram mero reflexo de uma forma autoritária de planejamento, com profundo impacto negativo sobre os padrões de vida urbana.

Nesse processo, a habitação tida como socialmente adequada apresentou-se como um componente fora dos custos de reprodução da força de trabalho, que deve dirigir seus parcos recursos para a aquisição de bens de consumo imediato, como alimentação, vestuário e transporte. Assim, a ocupação de áreas sem infra-estrutura urbana e de forma irregular estabeleceu o padrão de nossa urbanização e a periferização se agudizou em função do arrocho salarial, pois, como afirma Oliveira (1977, p.69), a expansão da economia brasileira no pós-1964 "tornou a exclusão um elemento vital do seu dinamismo".

As migrações rurais punham à disposição da indústria massas crescentes de trabalhadores, que se somavam ao excedente de mão-de-obra dispensado pela indústria artesanal. Não obstante o aumento populacional e de força de trabalho urbana, continuou a imperar um estreito núcleo de trabalhadores fabris, em contraste com a crescente massa de subproletários e subempregados, que além dos desempregados, são caracterizados pela instabilidade econômica (KOWARICK, 1983). Em contato com esse setor "atrasado", com o qual se confundia e interpenetrava em suas extremidades, a classe operária teria debilitada sua posição em relação com os patrões e com o Estado e obstruído o processo de construção de sua consciência de classe.

Para Marini (1986), isso levou à formação de um "proletariado virtual", já que, para uma população carente de recursos e serviços, que subsiste à custa de pequenos expedientes ou da prestação de serviços domésticos, seria difícil assumir uma cultura proletária, e até mesmo urbana.

Apesar de enfraquecido, com a prisão e/ou morte de seus líderes, esse "proletariado virtual", amparado pela Santa Madre Igreja, voltou a se organizar. Tal sua importância que uma das vertentes interpretativas da iniciativa da transição brasileira à democracia seria a de que a questão social, no final da década de 1970, tornara o Brasil uma panela de pressão prestes a explodir.

O próximo tópico discorre sobre a ação de novos (e antigos) sujeitos que, segundo Álvaro Moisés (1983, p.73), teriam "atingido a arena política geral de forma pouco palatável para o regime".

4.3 De Marxistas a Cristãos: uma via de mão dupla

A contestação inicial ao regime foi feita pela *intelligentsia* radicalizada do movimento estudantil[103], o primeiro a se reestruturar no pós-1964 e que se tornou *locus* de recrutamento das organizações de esquerda. Para Bresser Pereira (1979, p.83-84), "a revolução política radical de nosso tempo é a [...] dos estudantes e dos intelectuais não comprometidos [...] não são mais os operários, como pretendia Marx no século passado, a classe revolucionária". O destinatário de sua crítica negativa era a sociedade industrial tecnoburocrática.

Essa experiência demonstrou a homologia de posição entre os operários (dominados) e os intelectuais (dominados entre os dominantes), que desviaram a esses parte do seu capital cultural acumulado, permitindo-lhes "os meios de constituírem objetivamente a sua visão do mundo e a representação dos seus interesses numa teoria explícita e em instrumentos de representação institucionalizados – organizações sindicais, partidos, tecnologias sociais de. mobilização e de manifestação, etc." (BOURDIEU, 1989, p.153-154).

O "vanguardismo" do movimento estudantil não se fez sem tensões. Gabeira (1979, p.60) coloca o dilema do momento: "se a teoria afirma que a revolução seria conduzida pelos trabalhadores, como pode a prática (o movimento das camadas médias) avançar?" A partir dessa perspectiva, esse movimento teria necessariamente que refluir à espera de que "os setores mais conseqüentes" tomassem a frente da cena, já que "os estudantes se rebelam e se esgotam; os operários vêm no refluxo da luta estudantil e reconduzem todo o movimento de massas a partir do novo alento que lhe vão conferir". Para essas esquerdas, o operariado era o herói romântico da epopéia revolucionária.

Trata-se de uma visão ("incendiário aos 20, bombeiro aos 40") partilhada com os segmentos mais conservadores da sociedade[104] e de uma hipótese que inúmeros militantes da

---

[103] No interregno 1935-1965, o número de universitários, no Brasil, saltara de 27.501 a 155.781.

[104] Lula da Silva (2002, p.1) partilha da mesma opinião: "O auge da vida dele começa aos 20 e termina aos 30. Nessa idade, todos somos mais impetuosos. [...] Temos mais pressa. Mas vai chegando um tempo em que a gente

"nova esquerda" não tiveram a oportunidade de provar. Também Guarany (1984, p.30) afirmaria: "Todos éramos de classe média. Qual o operário que teria a loucura-lucidez de se meter naquilo?"[105] Se a velha esquerda imobilista, hegemonizada pelo PCB, fora culpabilizada pela derrocada de 1964, a hiperatividade voluntarista da "nova esquerda" seria condenada por lançar os "gorilas" da repressão contra os operários, adiando *sine die* a "revolução brasileira". Para Ridente (1993, p.276), a bancarrota do conflito armado (1966-1974) representou o fim de "um projeto de revolução, de transformação da sociedade brasileira pela ação de grupos de 'vanguarda', que não puderam representar politicamente a classe trabalhadora".

A práxis estudantil, mesmo quando se radicalizou, foi apontada como "produto 'revolucionário' da frustração das aspirações da classe média", que realizou a "polarização 'revolucionária' da consciência pequeno-burguesa", afirmaria Foracchi (1966, p.11). Para essa analista, a classe média brasileira não possuía, nos idos de 1960, "condições de tomar como classe providências que afetem a estruturação dos processos econômicos, mas alimenta tal ilusão , em grande medida por intermédio do mito da ascensão pela educação". Dessa sorte, a ação estudantil ilustraria "uma modalidade radical de consciência dos obstáculos criados para o prosseguimento da trajetória de ascensão".

Fato é que alguns "revolucionários" levaram às últimas conseqüências a tentativa de incorporação ao proletariado. Assim, observa-se o trabalho da AP, anterior ao golpe, junto aos sindicatos rurais, vistos como canalizadores de transformações revolucionárias no campo, e seu processo de proletarização, relatado por Aldo Arantes e Haroldo Lima (1984).

Aplicada intensivamente no segundo semestre de 1968 e em 1969, declinando em meados de 1970, a experiência de integração na produção teria deixado saldo positivo, por "consolidar e ampliar importantes trabalhos populares da AP e inaugurar novas frentes em áreas trabalhadoras, contribuindo para que muitos quadros e militantes tivessem um contato mais direto com as massas" (ARANTES; LIMA, 1984, p.119), ao mesmo tempo em que colaborava com a salvaguarda de seus militantes. Escondidos da polícia por um cerco de

---

vai percebendo que a história não se adapta ao nosso tempo de vida. A gente é que tem que se adaptar à história. [...] A história é um processo".

[105] Apesar da hegemonia da *intelligentsia* na "nova esquerda", a ALN (herdeira do (des)trabalho do PCB no movimento sindical em São Paulo) teve 68 "trabalhadores manuais urbanos" (14,8%) dentre os processados da organização, número que se elevaria a 168 (36,6%), computando-se também os "autônomos", "empregados" e "técnicos médios" (RIDENTI, 1993).

operários, os militantes da APML[106] sobreviveram à caça às bruxas comunistas, daí sua rápida reconstrução entre 1976 e 1977[107].

A história da AP/APML, nascida da JUC em 1962, exemplifica a aproximação de setores católicos do marxismo. Novaes (1997) destaca que Julião, o advogado das Ligas Camponesas, se declarava marxista-cristão, termo incorporado, posteriormente, por muitos militantes oriundos das CEBs.

Malgrado essa uni/diversidade, na hierarquia da Igreja Católica, reinava o medo do comunismo. A ameaça vermelha (e o ateísmo que *a fortiori* a acompanharia) levou os setores conservadores dessa Igreja a apoiarem a "Revolução de 1964". Se a CNBB foi criada em 1952 por Dom Hélder Câmara ("elemento progressista", considerado "a voz dos que não têm voz"), em meados da década seguinte, a Conferência era hegemonizada pelos setores mais conservadores.

Isso não impediria que, em agosto de 1968, o padre operário Pierre Wauthier fosse expulso do Brasil, por envolvimento na greve de Osasco, o que teria "obrigado" a CNBB a responder ao arbítrio na linguagem dos direitos humanos[108]: "Por vezes o dever de colaborar pode assumir a forma da denúncia franca e leal contra a violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais", afirmaria a Igreja (*apud* PIERUCCI, 1996, p.253).

A partir do "endurecimento" do regime, com o advento do AI-5, um acordo tácito entre os bispos arrefecia a polarização política, culminando em uma maior no período 1974-1982, "em grande parte em função da decrescente influência da direita católica, maior moderação nos documentos progressistas[109] e um grande esforço da parte dos progressistas para trabalhar dentro da instituição" (MAINWARING, 1989, p.191).

---

[106] Após sua conversão ao maoísmo, a AP, nascida do cristianismo católico, adotou essa sigla. Vale lembrar que, em 1973, a maioria dessa organização integrou-se ao PCdoB.

[107] A partir desse momento, a APML retoma a atuação no movimento estudantil, ganhando a hegemonia na Refazendo, tendência estudantil majoritária em São Paulo, Bahia e Minas Gerais e participando, ativamente, nos movimentos populares de saúde (os conselhos populares de saúde), feministas (publicando o jornal Brasil Mulher e realizando os Congressos da Mulher Paulista) e ações pela anistia, em São Paulo.

[108] O padre francês, que rezava missa em fábricas de Osasco, recusou-se a persuadir os trabalhadores a desistirem da greve e foi levado por executivos da companhia à polícia sob a mira de arma. Também na greve da Contagem, três padres e um diácono associados à JOC foram torturados em Belo Horizonte, acusados de subversão e mantidos na prisão até fevereiro de 1969.

[109] De seu lado, a Igreja atendia ao apelo de Golbery à oposição: "retenham seus radicais e nós reteremos os nossos" (ARTURI, 1999, p.285).

Assumindo a "denúncia franca e leal", os bispos progressistas, aliando-se a agentes pastorais de base, engajaram-se na renovação da Igreja, a partir da "opção preferencial pelos pobres", sacralizada no CELAM de Puebla (1979). A Igreja popular dos anos 1970, que teve como as CEBs ícones e mobilizou milhões de pobres, ancorou-se em uma instituição forte, com quase 250 bispos. Desde o início dos anos 1970, setores da PO, CPT e CEBs passaram a fornecer locais para reunião, todo tipo de infra-estrutura, recursos e quadros (leigos e padres militantes) ao movimento sindical e "popular".

As CEBs definiam-se em torno dos três termos: a comunidade, como aglomerado de pessoas, cujos laços de solidariedade tinham um rebatimento territorial (seus membros são *avant tout* vizinhos); do eclesial, de *ecclesia* (assembléia, igreja), portanto, congregação de fiéis; da base, não por sua identificação com os pobres e oprimidos, mas por apresentarem as características de assembléia estável de fiéis, que formariam a Igreja local[110].

As CEBs revitalizaram os movimentos sociais[111], organizando, nos bairros mais pobres, clubes de mães, associações de moradores, movimentos negros e reivindicatórios de moradia, oposições sindicais e dando "impulso" ao ruidoso MCV. D. Paulo Arns, à frente da Arquidiocese de São Paulo, informa Monsenhor Sérgio Conrado (1989, p.24-25), desencadeou a Operação Periferia, que tinha por objetivos:

- Criar entre os agentes de pastoral um espírito missionário, de ida em busca do povo.
- Criar e coordenar recursos humanos e materiais em todos os setores.
- Descobrir e treinar lideranças locais e animadores de comunidades que ajudassem o povo, através da organização, a ser "sujeito de sua libertação".

Ophelia Nascimento Alves, mãe de quatro filhos e esposa de um mecânico, questionada pelo jornal *O Movimento* (1978) sobre como iniciou sua participação no MCV de São Paulo, responde:

> Eu comecei no planejamento dos clubes de mães, em 1974, de onde surgiu a idéia do MCV. Num primeiro momento eu recusei porque achei que ia lutar contra as autoridades. Mas teve um padre que me ajudou a esclarecer mais as idéias e me mostrou que se eu aceitasse, iria lutar contra a alta do custo de vida e não contra as

[110] Cf. Reginaldo Prandi e André de Souza (1996).

[111] Movimentos sociais são "ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas" (GOHN, 2003, p.13).

> autoridades. Então eu aceitei e em 1974, demos início à pesquisa nos bairros e verificamos quanto se ganhava e quanto se gastava [...] Mudou muito. Mudou porque a gente aprendeu muito, se conscientizou, a gente sabe o que quer. Mudou tanto a minha vida quanto a vida da minha família. A gente está sempre preocupada em ouvir mais notícias, tá sempre ligada com os problemas do país, com as notícias da economia. Hoje a gente discute política aqui em casa, principalmente na hora do jornal. Agora, como é época de eleição, fica todo mundo preocupado em quem votar quem melhor vai representar.

O depoimento acima corrobora a tese de que tais movimentos não seriam a rigor espontâneos, como defende boa parte da literatura sobre a temática, mas frutos de um processo de educação popular, que teve na Igreja Católica a grande escola[112]. Löwy (2000, p.254), afirmando que a Teologia da Libertação foi, ao um só tempo, reflexo de uma *práxis* anterior e uma reflexão sobre essa *práxis*, ressalta que a JUC foi o centro dessa prática, mais tarde, assumida pelas CEBs. O jesuíta peruano Gustavo Gutiérrez, considerado o "pai" dessa corrente teológica, igualmente, atesta que foi na JUC que ela começou a ser gestada por intermédio de uma prática política. Mas foi a JOC que desenvolveu a noção cara à Igreja popular do valor humano fundamental e conjugou a visão religiosa com a política e a economia.

Como vimos e ratifica Maria da Glória Gohn (1991, p.25-26) os "novos movimentos sociais" eram, sobretudo, aqueles inspirados pela Teologia da Libertação, cujo "cerne da diferenciação eram práticas sociais e um estilo de organizar a comunidade local de uma maneira totalmente distinta"[113].

A relação (subordinada) da Igreja Católica com o governo Geisel é retratada na solicitação, encaminhada por dom Eugênio Sales, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, em setembro de 1975, ao ministro da Justiça, Armando Falcão, de permissão para convocar militares para os encontros que começara a promover com empresários e políticos para discutir "problemas gerais do Brasil" (D'ARAÚJO, 2002, p.31).

---

[112] Se há uma prevalência de movimentos "disciplinados" pela Igreja, não se pode negar que alguns outros se configurariam como "espontâneos", como os quebra-quebras contra os precários serviços ferroviários das periferias de São Paulo e Rio de Janeiro, a partir de 1974. A cultura da ação direta elegia, assim, como instrumentos de combate às carências e injustiças, a violência, contestatória e transgressora.

[113] Esse "novo estilo de organização" influenciaria "uma parte significativa da esquerda, o PT, o sindicalismo novo e muitas ligas camponeses, sindicatos e associações de bairros" (MAINWARING, 1989, p.251). Também para Löwy (2000, p.435), "graças ao cristianismo da libertação, idéias, temas e valores do marxismo – claro, de forma seletiva e reformulados em termos político-religiosos – foram assimilados por amplos setores populares no Brasil – que se encontram não só nas CEBs, mas também no PT, na CUT e no MST".

A ambigüidade da Igreja se expressava, igualmente, em sua participação na Bipartite. Esse fórum, mais ou menos secreto, reuniu-se no período de novembro de 1970 a agosto de 1974, permitindo ao regime passar uma imagem de diálogo entre os líderes da Igreja e do Estado autoritário enquanto se ordenava a repressão sobre as bases. Esses encontros tiveram por mentor Tarcísio Padilha, professor da ESG, e tinham por componentes os generais Muricy e Adolpho João de Paula Couto (chefe da seção de guerra psicológica), e o coronel Omar Diógenes de Carvalho (diretor do SNI na Guanabara), além do próprio Padilha. Do lado católico, encontravam-se Cândido Mendes, líder da Comissão Justiça e Paz; o jesuíta Fernando Bastos, presidente do IBRADES; D. Vicente Scherer, cardeal de Porto Alegre; D. Vicente, presidente interino da CNBB; seu sucessor D. Aloísio e seu primo D. Ivo Lorscheiter e, eventualmente, D. Paulo Arns e D. Eugênio Sales (AMARAL, 2006).

Apenas quando o regime fecha os canais de diálogo, é que a Igreja avança, tornando-se, efetivamente (no ponto de vista institucional, sobretudo), uma força de oposição ao regime autoritário. Assim, como aponta Eder Sader (1988), emerge e ganha visibilidade pública um sujeito coletivo, a partir da convergência de pequenos movimentos independentes e autônomos, que desdobraram as questões postas pelo cotidiano (os clubes de mães da periferia sul de São Paulo; as comissões de saúde da periferia leste; MOMSP, o "novo sindicalismo" do ABC na década de 1970, dentre outros).

As transformações que se operavam no seio do Estado, nesse ínterim, tornaram-no alvo de reivindicações populares, de várias ordens e matizes. Tais reivindicações adquiriram uma dimensão política antes inexistente, constituindo-se, para Kowarick (1983), na base material a partir da qual se forje um projeto de luta que alimente os movimentos populares, alimentando a dualidade de poder. 11 anos depois, em um trabalho conjunto com Nabil Bonduki, esse autor reafirmaria:

> [...] na medida em que os movimentos sociais, lenta e fragmentariamente, se reorganizavam, e em que ocorreram eleições para os postos legislativos em 1974 e 1978, o regime instituído não pôde mais tratar as iniqüidades sociais mediante práticas puramente repressivas. [...] Assim, enquanto os movimentos operários-sindicais eram mantidos sob rígido controle, pelas razões antes referidas, **politizou-se a questão urbana**[114], pois ela tornou-se um peso ponderável na balança da deslegitimação do regime (KOWARIC; BONDUKI, 1994, p.149).

[114] Grifo dos autores.

Nesse processo de mediação entre a realidade e sua politização, assume um novo peso a fé. Na Teologia da Libertação, a fé religiosa constituía-se em apoio a um trabalho popular, que, partindo da realidade, realizava uma leitura do evangelho com cunho político, por intermédio da prática do ver, julgar e agir. Essa teologia, à semelhança do pensamento marxista, apresenta-se como uma teoria da práxis, que, segundo o teólogo Leonardo Boff (1986), representaria três mediações:

- A mediação sócio-analítica, que buscaria compreender o processo da opressão sócio-econômica.
- A mediação hermenêutica, que procuraria compreender Deus e sua relação com o pobre.
- A mediação prática que buscaria compreender as outras mediações que poderiam superar a opressão.

Essa ação pedagógica levou, no fim da década de 1970, à emergência de uma nova configuração de classe, pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela linguagem, temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, com o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, contrastante com o libertário das primeiras décadas do século XX, ou com o populista do pós 1945 (SADER, 1988).

As diferentes mobilizações coletivas não estão interligadas por terem uma mesma natureza ou mesmas características, mas sim porque podem estabelecer um espaço comum numa rede de operações com sentido político em que são engendradas e, portanto, referenciadas, à mesma sociedade autoritária e excludente. Ilse Scherer-Warren (1993, p.115) considera tais movimentos como condutas defensivas frente ao regime:

> A década de 70 e início da década de 80 viveram um período histórico, nunca antes observado, de constituição de identidades coletivas. Estas identidades foram construídas em torno de significados múltiplos: carências comuns, defesa comunitária ou cultural (religiosa, de gênero, étnica, ambiental, de direitos humanos etc). No Brasil, as noções de movimento popular ou social passaram a ser comumente utilizadas para denominar as ações coletivas desenvolvidas por organizações "populares" localizadas e específicas, com alcance limitado de sua ação política (por exemplo, associações de bairro, movimentos de mulheres, organizações de defesa ambiental etc). Estas organizações que proliferam da década de 70 aos meados da década de 80 tiveram sua relevância política durante o regime autoritário, pois eram o espaço de expressão política possível para novos atores sociais. Questões do cotidiano transformam-se em demandas políticas e em instrumentos de defesa dos direitos de cidadania ou de contestação do autoritarismo.

De acordo com Ana Maria Doimo (1995, p.75), todavia, esses movimentos eram bem mais que isso:

> Nunca como neste período as idéias de povo e de participação popular ganharam tanta significação positiva no pensamento sociológico de esquerda. [...] finalmente se descobria que somente o povo poderia, "de baixo para cima", produzir as **necessárias transformações históricas**[115].

Alain Touraine (1989, p.280), uma das principais influências das pesquisas brasileiras sobre movimentos sociais, elabora uma incisiva crítica a análises, como a anterior, que apontam uma perspectiva revolucionária aos movimentos sociais do período, afirmando que esses não passaram de clientela política de determinados grupos, não chegando, mesmo, a constituir um movimento político; no limite, tratava-se de "movimentos infra ou parapolíticos", cuja existência demonstrava "os limites ou as crises do sistema político", não significando "a presença de atores coletivos desejosos e capazes de pôr em causa a organização social".

Efetivamente, em meados da década de 1970, o Brasil, finalmente, parecia ter alcançado a "pacificação nacional", com a supressão dos grupos armados e o silenciamento dos partidos e sindicatos[116]. Assim, foi em um cenário de calmaria, "novos personagens entra(ra)m em cena". A idéia de que, quase num átimo, levaram o Brasil ao "descontrole social" não encontra respaldo na ampla adesão da oposição ao projeto "distensionista"[117] e no envolvimento dos movimentos sociais com as eleições para os postos legislativos em 1974 e 1978.

> As eleições de 1974 já haviam mostrado que o povo não se deixava enganar pela política de "distensão". A expectativa arenista de capitalizar eleitoralmente, em 1978, os benefícios da propalada "redemocratização" de Geisel não se materializou, apesar da máquina de propaganda ditatorial, da corrupção desenfreada, das pressões de toda ordem, das intimidações e do emprego, em muitos casos, dos órgãos de repressão. Nem mesmo a "Lei Falcão" - que restringiu o uso do rádio e da TV na campanha eleitoral - impediu a expressão do descontentamento popular. O povo impôs nova derrota à ditadura, mostrando que os resultados das eleições de 1974 e 1976 nada tiveram de fortuito. Nas regiões de maior densidade populacional e de

---

[115] Grifos nossos.

[116] Enquanto a violência indiscriminada, desencadeada pelas ditaduras argentina e chilena, engendrou grandes movimentos populares antiditatoriais, no Brasil, a eliminação seletiva de lideranças, não apenas impediu esse desdobramento, como apagou a "esquerda revolucionária" da história política brasileira.

[117] A magnitude desse apoio é exemplificada na ação política do PCB, que, mesmo condenado à pena de morte por Geisel (cf. cap. 6 deste trabalho), continuou a prestar solidariedade a esse projeto.

> mais leve das taxas de urbanização e de concentração do proletariado, a Arena foi fragorosamente derrotada e a classe operária demonstrou outra vez ser a força que mais firmemente se opõe à ditadura (CORRÊA 1980, p.231-232 *passim*).

A intelectualidade, que assumira um caráter politicamente relevante na década anterior, referendara a visão "mitológica" da *résistence*. Destarte, ao longo da década de 1980, tais intelectuais forjaram uma verdadeira corrente do pensamento social brasileiro, que tinha por objeto de estudo os heróicos "novos movimentos sociais". Sendo eles parte constitutiva da conjuntura incandescente do período, nossos escribas representavam a si mesmos (e ao povo a que assessoravam) como um novo sujeito histórico.

Nessa vertente, as idéias de povo e de participação foram reificadas. É sabido que as formas e os canais de participação sofrem variações segundo o contexto histórico. Entretanto, no Brasil, para Avelar (2004), a participação emergiu apenas nos 1970, quando as organizações sindicais (dos setores de industrialização recente) alcançaram densidade política, a Igreja Católica progressista articulou-se em CEBs e movimentos sociais, como o de mulheres, que agregaram força corporativa para a política da não elite.

> Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalaram a perda de sustentação do sistema político instituído. [...] Através de suas formas de organização e de luta, eles alargaram as fronteiras da política. Neles apontava-se a autonomia dos sujeitos coletivos que buscavam o controle de suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidas (SADER, 1988, p.313-315 *passim*).

Tal perspectiva teórico-prática obnubila o fato de que, ao cobrar direitos (reais ou imaginados), é a maior presença do Leviatã (único detentor do direito de instituir direitos) que se cobra e não sua superação dialética. Não se perde aqui de vista que alguns movimentos, como os conselhos populares de saúde da zona leste, que "se viam" como *sovietes*, tinham esse horizonte. Essa, todavia, não era a regra, como bem mostraram os eventos posteriores à volta aos quartéis de nossos generais-presidentes e seus acólitos e que representaram o silenciamento por asfixia (ou cooptação) desses movimentos e o silêncio conivente da *intelligentsia* que procurou outros objetos de pesquisa e assistência voluntária. Como salientara Arturi (1999, p.235), "os intelectuais brasileiros tornaram-se, na segunda metade dos anos 1970, um dos agentes políticos mais importantes" e teriam papel relevante na longa jornada à terra prometida da democracia.

Mesmo que fruto de uma mesma árvore[118], de todos os movimentos sociais do período, só um teria mantido uma trajetória ascendente no período de liberalização política: o "novo sindicalismo".

[118] No documentário "Entreatos" de João Salles, Lula da Silva afirmara: "Eu sou fruto da Teologia da Libertação".

5. AS NOVAS AVENTURAS DE UM HERÓI EM CRISE

Em meados da década de 1970, na sociedade pós-industrial dos países centrais, o movimento operário já perdera sua posição de agente da luta de classes, força motriz da história. Nesse momento os sindicatos operários tinham adquirido um *status* político próprio, agindo como organizações "quase-independentes" dos seus constituintes e mais voltadas para a maximização do seu próprio poder político do que para os objetivos político-ideológicos de classe.

Assim, a instância sindical constituía órgãos limitados que regulavam e entravavam as lutas da classe trabalhadora por seu compromisso com a democracia dos vencedores. A melhoria econômica dos trabalhadores europeus, as mudanças das condições de trabalho nos setores industriais de ponta refletiriam na convergência programática dos partidos políticos e a subseqüente integração cultural e política da classe trabalhadora ao capitalismo.

Outras seriam as condições da classe trabalhadora na sociedade brasileira, obrigada a arcar com o ônus do "milagre", condições que funcionaram como estopim de um poderoso movimento de massas, que ganha corpo nas greves "heróicas" de 1978-1980 e que conformaram um "novo sindicalismo", consubstanciado na CUT e no PT. O presente capítulo volta-se para esse movimento que se consolida[119] na transição democrática e que terá papel relevante nos rumos daquele outro movimento, o da retirada estratégica dos generais a seus QGs.

[119] Vale lembrar que um movimento só se consolida quando se petrifica na institucionalização e, quando isso ocorre, não mais existe como movimento.

5.1 O Big bang

Como acontecera com o Congresso e os partidos, também os sindicatos foram poupados da derradeira morte pelo regime autoritário[120], que os mantivera sob estrito controle, muitas vezes pela presença dos interventores, que representavam a inserção pedagógica do MTb em favor da "obediência civil".

À revelia desse controle, a continuidade dos sindicatos, com os recursos materiais e simbólicos que aportavam, facultara a emergência de uma nova força: o "novo sindicalismo", que teve como nascedouro a experiência de São Bernardo. As greves dos metalúrgicos que ocorreram, no ABCD paulista, entre 1978-1980, na visão de seus panegiristas, reinauguraram o movimento sindical brasileiro. A década de trevas, que se sucedera às greves de Osasco e Contagem, fora superada por uma nova claridade.

A racionalidade tecnoburocrática, ao fim da década de 1970, era amplamente hegemônica. Tratava-se de congelar a vida em um eterno presente, apagando o passado de pequenez, em nome da grandiosidade do Estado brasileiro e do desenvolvimento. Acompanhando essa presentificação da vida social, parte expressiva da vultosa literatura sobre o "novo sindicalismo" perdia de vista a reconstrução permanente dos movimentos dos trabalhadores: nada à frente, nada atrás[121].

Entretanto, o movimento operário alterna momentos de ascenso e refluxo, sem que isso implique um término das lutas, de modo que a ação do "novo sindicalismo" só se tornou possível graças às microlutas, impulsionadas pelas oposições sindicais e comitês de fábrica clandestinos, no interregno 1968-1978.

As oposições sindicais, com o MOMSP (que começara a se formar em 1967) à frente, identificaram, mais rapidamente que outros setores operários, os limites impostos, quer pelo sindicato corporativista, quer pelas cúpulas pelegas, à mobilização, politização e luta da classe operária. Assim, elas passaram a combinar uma participação contestatória, nas instâncias legais (assembléias, eleições sindicais) com um trabalho subterrâneo nas fábricas, assumindo

---

[120] Bem ao contrário, o regime configurou-se como uma verdadeira "máquina de fazer sindicatos", como veremos no capítulo 7 deste trabalho.

[121] Esquecia-se a trilha de ossos que a antecedera e que registrara mortes, como a de Olavo Hansen, do PORT, aos 28 anos, sob tortura em 1971, por distribuir panfletos no 1º de maio. Como vimos, os trotskistas, como os do PORT, recusaram-se à luta armada, o que não inibiu a ação preventiva do regime, que, em 1966, lhe impingiria 63 prisões.

como eixo a construção uma ampla rede de OLTs, instrumento determinante para o processo de lutas posteriores e alicerce para a transformação do aparato sindical pelas bases[122].

A história (e a geopolítica que a acompanha, à medida que a primeira não existe fora do espaço, que, pela ação de forças "poderosas", torna-se território de muitos ou mantém-se território de alguns) não ficou congelada no limiar das grandes greves de 1978. Assim, por meio de documentos clandestinos, somos informados das greves dos metalúrgicos, químicos e trabalhadores da construção civil do estado de São Paulo, no primeiro semestre de 1971, com o fito de exigir o imediato pagamento dos salários atrasados. Essas paralisações teriam duração de algumas horas (nas indústrias Goiana, Tamo, Marbraz e Tecnofim), até dois dias (na indústria Conspedra), mas teriam obtido resultados concretos.

Por intermédio do jornal *Venceremos*, órgão de divulgação da ALN (n. 2, maio 1971, p.3), observamos, no dia 10 de março daquele ano, "um comando guerrilheiro composto de combatentes do MRT e da ALN" ocupar militarmente a Aços Villares S/A[123], em "mais uma expropriação de dinheiro, destinado à compra de armas e munições para a luta de libertação nacional". Os guerrilheiros picharam as paredes da fábrica com um "abaixo os patrões, armemo-nos e lutemos" e teriam constatado uma "reação favorável dos operários", ratificando sua posição de que a luta dos operários "pelas liberdades de reunião, de discussão e de greve" alcançaria resultados "se lutarmos de armas na mão".

Lula da Silva (1981, p.120) informa que foram "praticadas muitas greves políticas no Brasil" e que "temos fatos históricos mostrando que algumas empresas nos anos de 72 e 73 tinham intenção de que os trabalhadores fizessem greves, chegavam até a organizar determinadas greves".

Para José Álvaro Moisés (1979, p.12), alguns pontos levantados, desde 1972-1973, marcariam a trajetória dos dirigentes dos metalúrgicos de São Bernardo, como:

> a) reconocimiento y constitución de una Comisión Paritaria, integrada por representantes de empleados y empleadores, en las empresas con más de 1.000

[122] Aqui, também, se apresenta uma geopolítica de libertação.

[123] É possível que Lula da Silva tenha presenciado tal ação, já que só ano seguinte (1972) assumiria um cargo de diretor no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que lhe afastaria do trabalho fabril da Villares, grupo empresarial que jogará um papel decisivo na organização do patronato durante o governo Geisel, como veremos no capítulo 6. Interessa-nos também apontar que o operário Devanir José de Carvalho, dirigente do MRT, atuaria, igualmente, nesse sindicato e seguiria o companheiro Lula da Silva na constituição do PT. Como já afirmamos, vários ex-membros das organizações militaristas, saindo dos porões das Bastilhas, deram continuidade à luta contra o regime, aderindo às lutas de base, capitaneada pela igreja dos pobres.

> trabajadores, para deliberar sobre litigios nacidos en contrato individual de trabajo y sobre normas disciplinarias internas; b) reconocimiento de la figura de delegados sindicales, como garantía de empleo; c) colocación de un mural para comunicados del sindicato, con plena libertad para exponer comunicados de la entidad en las varias dependencias de la empresa y en la cantidad necesaria.

Esse mesmo autor informa que, em 1º de maio de 1973, a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo encaminhou um memorial ao presidente Médici, reivindicando acordos e convenções coletivas de trabalho; reajuste salarial por categorias profissionais, considerando a taxa de produtividade do setor e a fixação de uma taxa única nacional de produtividade para as empresas que não chegassem a certo limite do setor. A mesma Federação apresentaria ao governo Geisel, no primeiro semestre de 1977, pedido de revogação da política salarial; a criação de um fundo de desemprego; a liberdade e a autonomia sindicais e a participação dos sindicatos nas decisões governamentais que se atenham aos trabalhadores.

Marini (1986) informa-nos sobre a luta dos operários qualificados da Volkswagen contra as horas extras, em 1973, a que se seguiram, nesse ano e no seguinte, diversos protestos, paralisações e operações-tartaruga, que, iniciando-se no ramo metalúrgico paulista, estendeu-se a outros ramos e regiões, o que *a priori* confirmaria a tese elaborada pela teoria da "nova classe operária", segundo a qual a centralidade econômica dos setores industriais modernos no capitalismo oligopólico provocaria efeitos multiplicadores em todos os outros setores econômicos, generalizando as demandas desses setores transformando-as em pressão política pelo controle do trabalhador sobre a produção[124].

No fim de 1973, acontecem as primeiras greves-tartaruga e as explosões de cólera popular (com destruição de trens, de ônibus). Moisés (1979) informa que, mesmo sob severa censura, a imprensa brasileira começara a noticiar greves localizadas (Villares, Wolksvagen, General Motors e Ford), paralisações de seções e operações tartaruga (Metalúrgica Matarazzo e Saad), protestos contra as condições de trabajo e as ameaças de desemprego (Stork, Inox e De Nigris).

Em 1973, na metalúrgica Villares, uma paralisação resultou em uma vitória importante: 10% de aumento salarial, revisão das categorias salariais, extinção do desconto de transporte e garantia de não elevação dos preços da alimentação servida na empresa. O exemplo não é o

[124] George Lukács (1989) afirma o percurso de conscientização de classe não é linear e tampouco progressivo, existindo um momento de "salto", processo de base econômica, que se desdobra em toda a vida social, cujo caráter revolucionário integra o lento processo de transformação da sociedade, de forma que a infra-estrutura econômica é determinante dos valores culturais e jurídicos da sociedade, ao mesmo tempo em que determinada por eles.

único: entre 1973 e 1974, várias empresas modernas da Grande São Paulo, do Grande Rio e, em menor escala, em outros estados, foram forçadas a conceder antecipações salariais, de até seis meses, face à pressão dos trabalhadores.

Segundo Marini (1986), com o advento do governo Geisel, a ação operária pôde passar ao terreno da reivindicação salarial aberta com ações de início quase espontâneas, mediante a articulação incipiente de órgãos de base clandestinos, depois com os sindicatos sendo empurrados pelas bases a se moverem à luz do dia, sob os olhos "oblíquos e dissimulados" do regime.

Integrando esta nova postura, ressurge a idéia da negociação no local de trabalho, efetuada através de Comissões de Fábrica. No ano de 1976, já funcionava na Ford, ainda que de forma clandestina, a Comissão de Fábrica. Antes de 1978, ocorriam pequenas paralisações em algumas seções.

> Estamos frente a un proceso de génesis de una nueva forma de acción de la clase trabajadora sobre la cual es necesario detenerse. Assim, al contrario del "silencio", todo indicaba que algunos sectores de la clase, aunque desorganizados en términos más amplios y, por lo tanto, involucrados en una práctica relativamente espontánea, eran capaces de generar una movilización de base suficientemente eficaz para mantener aquellas formas conflictivas al nivel de las empresas. De hecho, las experiencias representadas por esta práctica de resistencia, permitieron al movimiento de base acumular fuerzas y lograr alcanzar algún poder ante los empresarios (MOISÉS, 1979, p.19).

Para a OSI[125] (1980, p.23), "a partir de abril de 1977, quando da intensificação das mobilizações e da decisão da camarilha militar de impor seu 'pacote de medidas' e de fechar temporariamente o Congresso, a situação política desembocou num período pré-revolucionário". Esse longo período de transição comportaria momentos diferentes e se dirigiria "até a abertura de uma situação revolucionária", o que representaria uma tendência e não, "um processo linear, mecânico".

Lula da Silva (1981, p.231-232) também afirma que 1977 foi um marco do sindicalismo brasileiro, que, nessa década, vivenciava "um dos piores momentos" de sua história, nem tanto "por causa do próprio regime militar implantado no país, mas também pela inoperância do movimento sindical". Para ele, "o sindicalismo brasileiro se entregou ao assistencialismo,

---

[125] A OSI daria origem à tendência petista OT. Essa corrente do trotskismo partiria de uma resistência inicial à proposta de formação do PT, a uma total adesão a esse projeto, a ponto de parte da organização se diluir na Articulação dos 113, a corrente majoritária no interior do partido.

ao favoritismo dos dirigentes sindicais, esquecendo-se de agir como órgão de representação, de denúncia dos problemas que envolvem o trabalhador no dia-a-dia". Em 1977, houve "a luta pela reposição salarial de 34,1%", que "surgiu muito mais pela necessidade de alguns dirigentes sindicais participarem do descontentamento de toda a sociedade - já tinham se mobilizado naquela época intelectuais, estudantes, empresários, funcionários públicos - do que por qualquer outra coisa"[126].

Se é questionável que a história da classe trabalhadora tenha começado no ABC, como faz crer a hagiologia do "novo sindicalismo", não se pode negar sua importância. As greves de 1978 foram o primeiro ascenso de lutas verdadeiramente nacionais, com um milhão de trabalhadores em greve em 1978; 2,5 milhões, em 1979 e 750 mil, em 1980. Nesse momento, o operariado representava 28,6 milhões de assalariados, numa PEA de 42,8 milhões.

> O movimento grevista iniciado em 1978 em São Paulo deixou traços profundos no cenário político brasileiro. A retomada da iniciativa dos trabalhadores no final da década de 70, depois de 14 anos sufocados pelo autoritarismo militar, significou a entrada na cena pública de amplas camadas das classes trabalhadoras que desde 1964 não conseguiam se fazer ouvir na sociedade brasileira (RODRIGUES, 1999, p.75).

Para Marini (1986), esse grande movimento grevista pôs em cena uma classe operária lúcida, disciplinada e combativa, que, em um contexto que favorecia a demissão dos grevistas pelos patrões[127] e que dificultava a ocupação das fábricas, os operários não abandonaram o trabalho, permanecendo com os braços cruzados junto às máquinas imóveis, em uma ocupação de fato.

Como vimos, fora a denúncia de Simonsen de que os índices de inflação, em 1973 e 1974, teriam sido manipulados por Delfim Netto, penalizando os trabalhadores em 34,1%, que levara o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, presidido por Lula da Silva, a desencadear uma campanha pela reposição salarial. Ainda que essa campanha terminasse, tal como as anteriores, homologando os índices oficiais, o sindicato, recusando a negociação tutelada pela Justiça do Trabalho e abrindo mão de sua participação no dissídio, alcançara seu objetivo: desmascarar todo o processo.

---

[126] Como acontecera no primeiro momento de resistência ao regime, o "período pré-revolucionário", aberto em 1977, também seria, nessa perspectiva, tributário dos setores médios, tendo à frente os intelectuais mais ou menos "orgânicos".

[127] Favorecida pela rotatividade que se alimentava do enorme exército de reserva acondicionado no lado pobre das ricas metrópoles nacionais.

O sindicato deixara claro o rombo efetuado pelo governo. Lula da Silva procurara "mostrar ao trabalhador que pouco adiantava ele participar das assembléias do sindicato em termos de salários" porque "o decreto do reajuste de salário é dado pelo Presidente da República" e "a participação nas assembléias teria pouca influência na determinação do índice decretado pelo governo" (CADERNOS DO PRESENTE, 1978, p.73).

Em fins de março de 1978, os trabalhadores da Mercedes-Benz já haviam paralisado o trabalho por não terem recebido o aumento costumeiro, o que resultou na demissão de 17 operários. Segundo Antunes (1988), até aquele momento, o padrão era o de que os conflitos eram resolvidos no âmbito das fábricas, por intermédio de conversas e acordos tácitos. Depois das demissões, porém, os gerentes não mais aceitaram conversas.

Em 12 de maio de 1978, os operários da Saab-Scania entraram normalmente para o trabalho, marcaram seus cartões, vestiram seus uniformes e mantiveram-se de braços cruzados diante das máquinas e na linha de montagem [128], pegando sindicato de surpresa[129]. A greve durou quatro dias, findos os quais a diretoria do sindicato arrancou um acordo informal da direção da empresa, que, pressionada por outros setores da indústria automobilística, não o cumpriu, trocando os 20% das reivindicações por 6,5%. Nova mobilização foi tentada, mas não conseguiu se efetivar.

Mas as mobilizações por fábrica se alastravam pelo ABCD, Osasco e São Paulo. No dia 15 de maio, na hora do almoço, a Ford parou, primeiro na seção da usinagem, seguida pela ferramentaria e estamparia e logo a seguir em toda a empresa[130]. No dia 16, foi a vez da Volkswagen. Apesar do TRT/SP considerar as greves ilegais, isto foi o início de uma onda mobilizatória que envolveu 150 mil operários, alcançando empresas de diversos portes, com variados tipos de greve e duração diversa.

Em maio de 1978, quando os metalúrgicos do ABCD decretaram greve, essas começaram a pipocar de norte a sul do país. Instantaneamente, os trabalhadores entenderam que, isolados por categoria, não teriam força suficiente para mudar o quadro de arrocho e miséria e se

---

[128] Desde fins de 1977, essa empresa passara por tensões internas entre a direção e os operários que resultaram na demissão de alguns operários, decisão "revertida" por ação na justiça, que acabou prevalecendo na prática.

[129] Ricardo Antunes (1988, p.20) reproduz o depoimento de um militante operário que afiança que "a greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica".

[130] Para a Comissão de Fábrica da Ford, essa greve "não foi uma coisa tão solta no ar", existindo todo um trabalho prévio na fábrica.

movimentaram contra o regime autoritário. Ícone desse movimento: Lula da Silva, líder dos metalúrgicos do ABC.

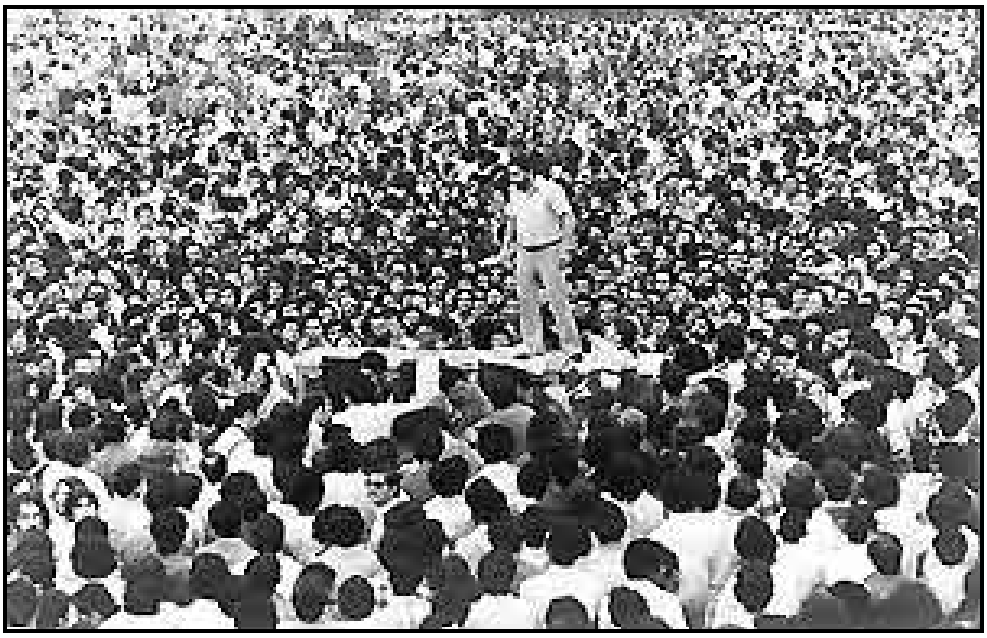


Foto 4 - Lula da Silva, em assembléia dos metalúrgicos na Vila Euclides - 1978.
Fonte: Sader (1988).

A direção do movimento grevista se manteve nas mãos dos sindicatos que se haviam fortalecido a partir da campanha pela reposição salarial, registrando-se, na indústria automobilística, somente no ano de 1978, um crescimento nos efetivos sindicais da ordem de 20% na Chrysler; mais de 25%, na Ford; 16%, na Mercedes e mais de 10%, na Volkswagen. Com esse *referendum*, os sindicatos passaram a contar com delegados, núcleos de ação e comissões coordenadoras nas "bases".

As orientações distribuídas aos metalúrgicos de João Monlevade-MG, participantes das greves de 1978 e 1979, exemplificam o incremento do capital simbólico dos dirigentes sindicais face às suas bases, facultado pelas paralisações então em curso:

> Cada companheiro deve sair da Assembléia firmemente decidido a parar / Os companheiros devem se dirigir ao trabalho, marcar o cartão de ponto, ocupar o posto de trabalho ordeiramente e não trabalhar / Todos os dias, após o término da jornada de trabalho, os companheiros dirigirão ao Sindicato para discutir e receber orientações da Diretoria do Sindicato / Quando aparecer uma proposta razoável, motivando o retorno ao trabalho, ele somente deverá ser reiniciado com a ordem verbal e pessoal do Presidente do Sindicato, ou seu substituto imediato (STIMME, 2007, p.1).

Nesse movimento de revitalização do ativismo sindical, os operários industriais continuaram com a liderança absoluta das mobilizações, realizando três quartas partes das greves desse período (Tabela 23).

Tabela 23 - Greves – Brasil (1978)

Setor	Número	%
Trabalhadores industriais	104	75,9
Trabalhadores da construção civil	8	5,8
Trabalhadores de base em serviços	13	9,4
Assalariados de classe média (professores, médicos, bancários etc)	8	5,8
Não assalariados (chôferes de táxi e caminhão)	4	2,9
Total	137	100

Fonte: Almeida (1983).
Org.: S. R. BRAGA (2007).

Após as greves dos braços cruzados de maio de 1978, as formas de luta foram se radicalizando com a formação de piquetes e enfrentamentos com a polícia nas ruas.

> O ano de 1978 foi fantástico, teve greve o ano inteiro. Todo dia parava uma fábrica, toda semana parava outra fábrica. E nessa greve da Scania nós fomos enganados porque fizemos um acordo com a Scania. Nós fomos para uma assembléia dentro da Scania. Colocamos o acordo em votação, todos os trabalhadores aceitaram a proposta e nós fomos homologar na DRT, em São Paulo. Quando nós chegamos na delegacia, estava a Ford, a Mercedes e a Volkswagen [...] que disseram para o tal Lunerdal da Scania: "Não tem acordo. Você não pode manter esse acordo porque nossas empresas não querem". [...] E aí, ficou o Sindicato como traidor. Só fomos recuperar o prestígio quinze dias depois quando a gente conseguiu fazer um acordo para toda a categoria de 15%. E 20% para a Scania. Acho que foi um bom acordo para aquele momento, o pessoal da Scania ficou satisfeito e esse acordo foi estendido para todas as empresas automobilísticas de São Bernardo (LULA DA SILVA, 2007, p.1).



Foto 5 - Piquete na greve de São Bernardo (1979).

Fonte: Acervo Iconographia - Pesquisa de Texto, Imagem e Som Ltda.

Ao mesmo tempo, surgiram organismos de frente única no movimento grevista, como as comissões de fábrica, os comandos regionais e o CGG dos professores do estado de São Paulo, que se chocaram contra a estrutura corporativista dos sindicatos oficiais e referendando as “novas lideranças”.

Na visão da Igreja, “se as primeiras greves irrompidas dentro do regime militar não foram afogadas em sangue, muito se deve à serenidade da nova oposição sindical, mas é inegável que foi a franca adesão de Dom Paulo que desarmou a fúria brutal das forças repressivas” (BICUDO, 1989, p.52).

Após a greve de 1978, tornaram-se possíveis outras mobilizações, em um processo que se consolidou, ampliando as greves de metalúrgicos em 1979 e 1980, às quais, em volume ainda maior que na anterior, se incorporaram bancários, petroleiros, professores, dentre outras categorias, em todo o país. Algumas greves demarcaram-se por sua radicalização. Exemplo disso foi a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte, que, entre os dias 30 de julho e 03 de agosto de 1979, cruzaram os braços e que, no correr da semana grevista, entraram em conflitos com a PMMG, que resultaram na morte do operário Orocílio Martins Gonçalves, com um tiro dos policiais.

Hércules Corrêa (1980) informa que, entre maio de 1978 e maio de 1979, cerca de 1.300 mil trabalhadores fizeram greve, dos quais cerca de 800 mil eram operários e 500 mil, pertencentes às camadas médias urbanas. Dentre os operários, 670 mil eram de São Paulo e, desses, 460 mil, metalúrgicos da capital e do ABC. O total de horas paradas, nas indústrias metalúrgicas, químicas, têxteis, gráficas, fumageiras, de alimentação, de cerâmica e outras, no

Estado de São Paulo, correspondeu a mais de 300 dias de trabalho.

Em abril de 1979, após uma intensa preparação, os metalúrgicos do ABC entraram em greve, mobilizando cerca de 250 mil operários. A Comissão de Mobilização era constituída por 450 membros, 50 deles, mulheres, cuja atuação foi decisiva à articulação do apoio ao movimento grevista, reunindo-se com as SABs e as igrejas, fazendo visitas aos vizinhos metalúrgicos para explicar a suas esposas a importância das reivindicações da categoria e a necessidade de apoiarem a greve.



Foto 6 - Passeata das mulheres contra a intervenção sindical.
Foto: Juca Martins (1980).

Para a OSI (1980, p.24), a greve dos metalúrgicos, em seis dos maiores centros industriais do país, e dos 400 mil servidores públicos, estaduais e municipais, em mais de 300 cidades paulistas, paralisando setores inteiros da administração publica, como a saúde e a educação, “aumentaram as forças desagregadoras que agem no interior da ditadura militar, marcando a relação entre as classes e no interior das próprias classes”.

Tabela 24 – Greves – Brasil (1979)

Setor	Número	%
Trabalhadores industriais	51	26,7
Trabalhadores da construção civil	13	6,8
Trabalhadores de base em serviços	42	21,9
Assalariados de classe média (professores, médicos, bancários etc)	51	26,7
Não assalariados (chôferes de táxi e caminhão)	34	17,8
Total	191	100

Fonte: Almeida (1983).
Org.: S. R. BRAGA (2007).

As greves em 1979 envolveram crescentes contingentes de assalariados dos setores de serviço, da classe média, assalariada ou não, diminuindo a participação dos operários industriais implicou uma mobilização maior de efetivos e representa um elemento favorável à resistência ante uma repressão governamental incrementada. A Tabela 25 representa as greves por setor no estado de São Paulo.

Uma análise comparativa das Tabelas 24 e 25 permite-nos afirmar que as greves operárias concentraram-se, massivamente, em São Paulo (64,70), enquanto todos os demais setores apresentavam uma maior liquidez territorial[131]. De fato, no setor primário, as greves por estabelecimento equivaleram a 92,3% en 1978, declinando para 72,55 en 1979. Nos outros setores, as greves por categoria representaram um peso muito superior: 46% na construção civil, 71,4% nos serviços, 54,9% para os assalariados de classe média e 94,1% para não assalariados, em 1979.

[131] Não se pode aqui perder de vista que o processo de desconcentração industrial (ou desindustrialização da metrópole) estava em seus primórdios (tivera um primeiro impulso com os pólos de desenvolvimento, do II PND). Posteriormente, uma das justificativas das empresas para a redistribuição de suas plantas industriais seria refugiar-se do "furor sindical" do ABC.

Tabela 25- Greves em São Paulo -1979

Total na indústria de transformação	**33**
Metalurgia	23
Alimentação	06
Outros (borracha, têxteis, químicos)	04
Transporte	10
Setores médios assalariados (professores, bancários, médicos)	13
Serviços (público e privado)	13
Rural	01
Não-assalariados	11 (10 de motoristas autônomos e taxistas)

Fonte: Oliveira (1987, p.34).
Org.: S. R. BRAGA (2007).

As greves de 1979 teriam forçado o regime a abandonar a política da "verdade salarial"[132]. A lei 6.708/79, vigente a partir de 1° de novembro de 1979, substituiu a fórmula da inflação projetada pela indexação pelo INPC, estabelecido mensalmente em função de uma amostra de famílias que ganham até cinco salários mínimos. Os reajustes salariais deixaram de ser anuais para tornar-se semestrais e garantiram 10% acima do INPC para os trabalhadores que ganhavam três vezes o salário mínimo e um aumento igual ao INPC para os que recebiam até dez mínimos, sendo progressivamente inferior para as faixas mais elevadas.

Ao mesmo tempo em que cedia no terreno salarial, o governo Figueiredo endurecia sua política repressiva. Os grevistas, que não puderam, em 1979, usar o mesmo artifício da ocupação branca das fábricas, empregavam piquetes que eram hostilizados pela polícia.

Nova greve metalúrgica do ABC (Mapa 5), em 1980, resultou em dissolução a força de piquetes e manifestações, intervenção nos sindicatos participantes, prisão e enquadramento de seus líderes na LSN.

[132] Em 1982, em meio a grave crise económica, o general Figueiredo imporia ao Congresso a revisão da política salarial, restabelecendo a "redução" dos salários em outubro.

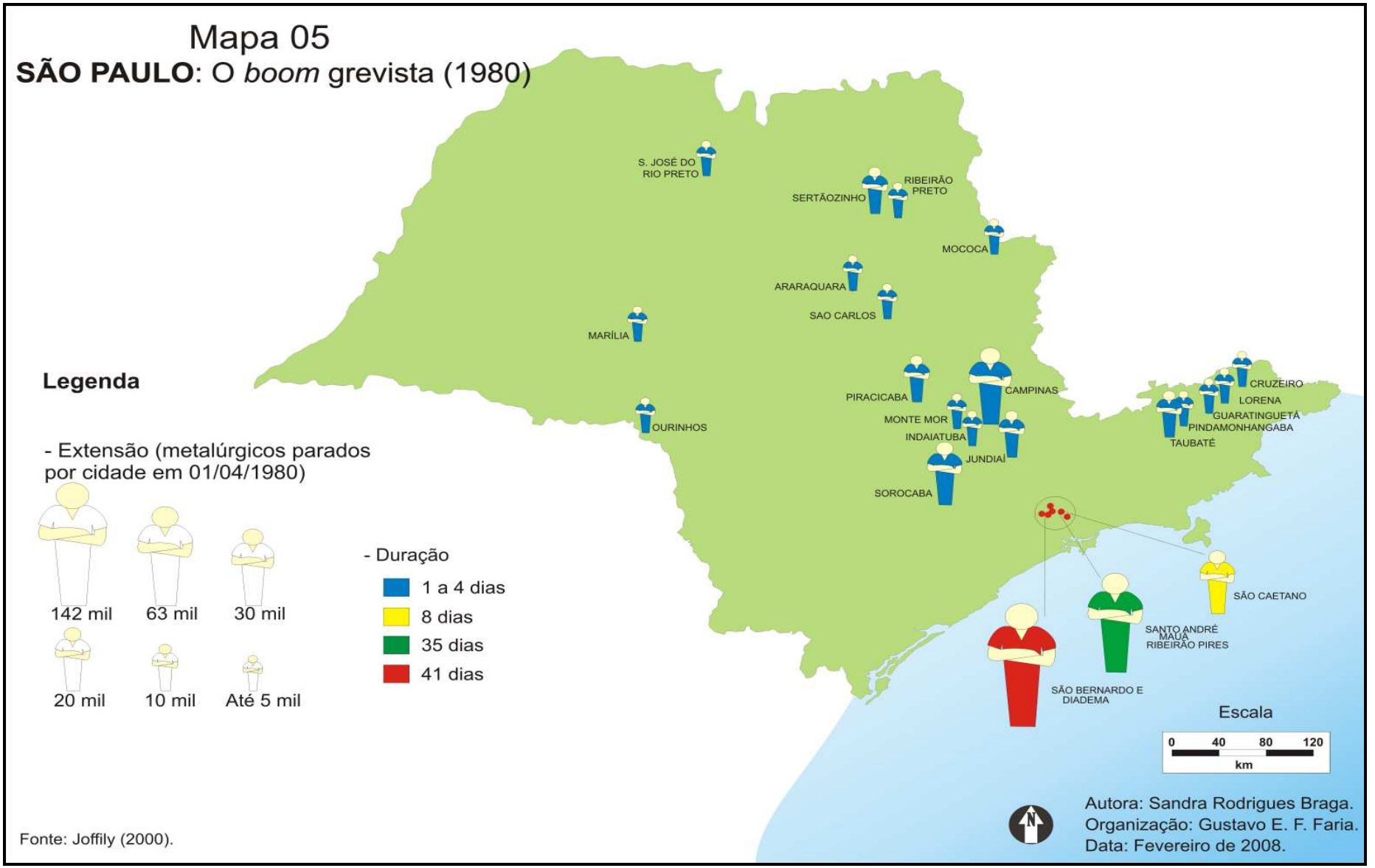
> Em 79 e 80, nós apenas colhemos aquilo que já havia sido plantado. Mas a verdade é que você tinha movimentos muito fortes, por exemplo, as comunidades de base da igreja católica, as pastorais, tinham um papel muito importante nos bairros, era uma coisa muito forte. E o cara que militava ali era um operário. Antes, ele só militava lá porque o Sindicato não era o escoadouro das suas insatisfações. Tanto é que na greve de 79, houve a intervenção no Sindicato, o movimento popular entregava cem mil panfletos num dia. Então. A chamada Igreja Católica Progressista estava crescendo, extraordinário, não é? E tudo isso confluiu para o Sindicato (LULA DA SILVA, 2007, p.1).

Nem sequer a presença do Papa, em visita ao Brasil, moderou a atuação do governo, ainda que os bispos de São Paulo e do ABC patenteassem apoio e solidariedade aos grevistas[133]. A atitude do governo fechou aos grevistas a oportunidade de obter outros apoios, levando-os finalmente à suspensão da greve. Assim, em 1980, o total de greves se reduziu a 58, sendo só 19 delas realizadas pelos operários industriais.

[133] O bispo de Santo André assumiu, publicamente, a gestão do fundo de greve, após a intervenção no sindicato.

Mapa 05

SÃO PAULO: O *boom* grevista (1980)



Fonte: Joffily (2000).

Autora: Sandra Rodrigues Braga.
Organização: Gustavo E. F. Faria.
Data: Fevereiro de 2008.

Entretanto, desde 1980, era visível, no meio sindical, a agitação em torno da revisão da criação de uma central única. Com esse próximo propósito, foram realizados o ENOS e o I ENTOES, unindo tanto direções combativas como oposições, assim como criada a ANAMPOS, de curta vida.

Lula da Silva (2007) afirma que a idéia tem sua origem no encontro nacional dos empresários, em 1980, a CONCLAP, e que sua articulação envolvia figuras, como o Hugo Perez, da Confederação dos Eletricitários, a dos Ônibus Urbanos e o Joaquinzão. O DIAP (2000) informa que, em 1977, em uma reunião de sindicalistas com o Geisel, Hugo Perez colocou de público a exigência de realização de uma CONCLAT.

Em 21 de março de 1981, 183 entidades reunidas em São Paulo lançaram a convocatória da I CONCLAT, criando a Comissão Nacional encarregada de concretizá-la. Essa Comissão estabeleceu os critérios de participação e o temário de seis pontos da CONCLAT: a) reivindicações e legislação trabalhadora; b) sindicalismo; c) previdência social; d) política salarial e econômica; e) política agrária e f) problemas nacionais.

As palavras de ordem para a campanha preparatória da CONCLAT foram:

- Estabilidade no emprego.
- Salário mínimo real unificado.
- Liberdades democráticas.
- Liberdade e autonomia sindical.

Entre maio e junho de 1981, foram realizados 12 ENCLATs, envolvendo 908 entidades, entre federações, sindicatos rurais e urbanos, associações pré-sindicais e profissionais. O desaguar desse processo foi a I CONCLAT, que ocorreu na Praia Grande-SP, de 26 a 28 de agosto de 1981, com a presença de 1.091 entidades, cujas bases somavam 12 milhões de trabalhadores, representadas por 5.036 delegados.

Tabela 26- Representação na I CONCLAT (1981)

Entidades	Entidades	%	Delegados	%
Sindicatos urbanos	469	43.0	3.053	60,6
Sindicatos rurais	363	33,3	916	18,2
Associações pré-sindicais	176	16,1	716	14,2
Associações de funcionários públicos	32	2,9	145	2,9
Federações	43	3,9	184	3,7
Confederações	5	0.5	22	0,4
Total	1.091	100.0	5.036	100,0

Fonte: Comissão Nacional Pró-CUT (1981).
Org.: S. R. BRAGA (2007).

Como a Tabela 26 evidencia, na I CONCLAT, fora evidente o predomínio das entidades de base, enquanto os delegados das federações e confederações somavam cerca de 4%. Os sindicatos urbanos, que representam 43% do total, contaram com uma representação proporcionalmente superior (60% dos delegados), sucedendo o contrário com os sindicatos rurais, provavelmente pelos critérios de participação adotados, que favoreciam as pequenas entidades (até dois mil filiados: um representante por mil; até dez mil: um por dois mil e assim sucessivamente).

As principais resoluções da I CONCLAT consistiram: na aprovação do Plano de Lutas e na fixação do 1° de outubro como Dia Nacional de Luta. Além disso, a Conferência aprovara o encaminhamento de que se discutiria, em todo o país, a realização de uma greve geral e a criação da Comissão Nacional Pró-CUT, destinada a se constituir em um CONCLAT, previsto para agosto de 1982.

> Nós, em 78, já tínhamos aprovado a idéia da CUT. Então, para alguns Sindicatos, ela já estava bem amadurecida. Então o Conclat era um jeito de juntar todo mundo e, lá, aprovar e criar a CUT. A gente fez o Conclat, foi um congresso fantástico. [...] E aí, durante o Congresso, quando a gente foi criar a CUT, o meu amigo Jorge Bittar que hoje é deputado federal pelo PT, naquele tempo pertencia a uma organização política que era mais manerada. E ele então, sem consultar o plenário, parou para o almoço. Parou para o almoço, foi um desastre. Porque aí a Contag fez um encontro só para os trabalhadores rurais, na volta colocou os advogados junto. E nós

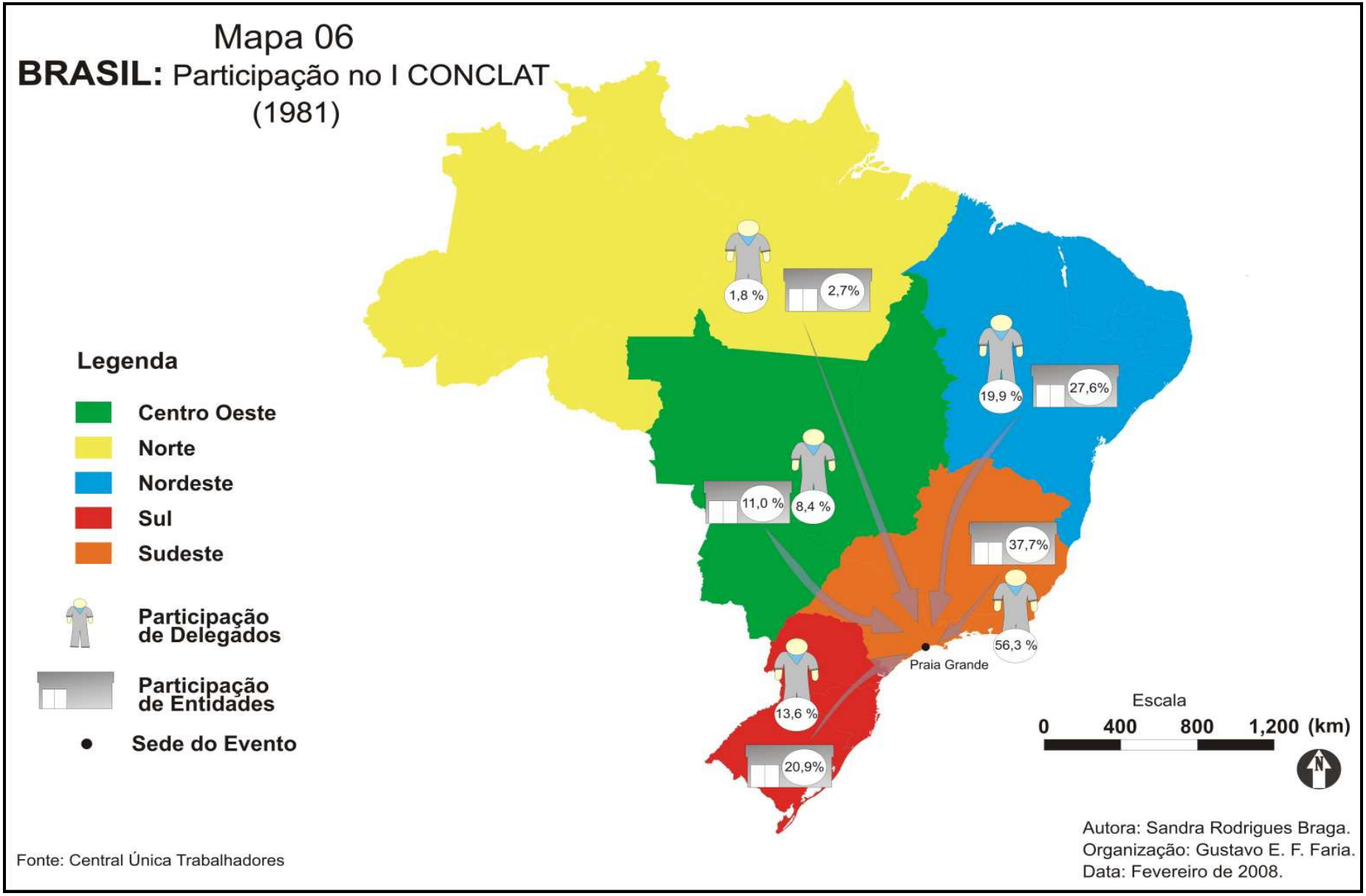
começamos a perder (LULA DA SILVA, 2007, p.1).

Apesar dessas resoluções, o conclave materializou duas tendências divergentes, que se enfrentariam no momento ulterior, inutilizando a maior parte das decisões tomadas. a Comissão Pró-CUT funcionaria com dificuldade e escassos resultados, já que a divisão, nascida no plano sindical, se projetava na esfera política.

O Mapa 6 representa a região de origem dos delegados presentes à I CONCLAT. Nesse momento, é evidente o predomínio das delegações do Sudeste, que detêm 37,7% das entidades e 56,3% dos participantes. Esse número é bastante desproporcional ao segundo lugar: o Nordeste, com 27,6% das entidades e 19,9% dos delegados.

Mapa 06

BRASIL: Participação no I CONCLAT (1981)



Fonte: Central Única Trabalhadores

Autora: Sandra Rodrigues Braga.
Organização: Gustavo E. F. Faria.
Data: Fevereiro de 2008.

Na polarização pós-CONCLAT, de um lado, se encontrava o líder metalúrgico Lula da Silva (1981, p.291) que se posicionara:

> Existem algumas pessoas que estão na organização deste Conclat e que não estão se preocupando com as pessoas que poderão contribuir ou não para este Congresso. Há pessoas que estão articulando este Conclat e que acham que dele deve participar o Ari Campista, o Magaldi e outros mais, todos os traidores da classe trabalhadora. Não é que a gente queira fazer um encontro festivo. Ninguém quer fazer um congresso de... de esquerda. Mas a gente quer fazer um congresso dos trabalhadores. E estas pessoas não podem, não devem e não merecem estar no meio da classe trabalhadora. Nem como participantes nem como ajudantes de organização.

Para Marini (1986, p.24), Lula da Silva encabeçava um bloco, que, apesar de minoritário, destacava-se por sua combatividade, por sua origem urbana e por ser formado por entidades de base. Ideologicamente, o grupo enfatizava a ação direta das massas, questionando as alianças fora do campo popular e a estrutura sindical vigente, "e naturalmente, assumia una postura radicalmente oposta ao regime militar".

No outro lado, a Unidade Sindical, tendência capitaneada por Joaquim Santos de Andrade, dirigente dos metalúrgicos de São Paulo, que agrupava as lideranças das federações e confederações, tinha forte apoio no sindicalismo rural e nos assalariados de classe média, particularmente entre os funcionários públicos. A Unidade Sindical considerava a estrutura sindical vigente um instrumento útil e necessário na atual fase de organização do proletariado brasileiro. Integrada ao PMDB, a Unidade Sindical uniu seu destino ao desse partido, hegemonizado pela burguesia oposicionista, com o fito de recuperar o controle do Estado.

A conjuntura eleitoral de 1982 exacerbara as divergências entre essas correntes, prorrogando a realização do CONCLAT. A Comissão Pró-CUT, reunida em 27 de novembro, deliberou a realização do CONCLAT no período de 26 a 28 de agosto de 1983, com a criação da CUT na agenda.

Assim, em abril de 1983, realizaram-se os ENCLATs e, em agosto, os CECLATs, que elegeram a maioria dos representantes ao CONCLAT. Diferentemente de 1981, as reuniões se realizaram em todo o país e definiram uma maior participação de entidades e delegados. Em 21 de julho, o "Dia Nacional de Greves com Manifestações" teve resultados limitados.

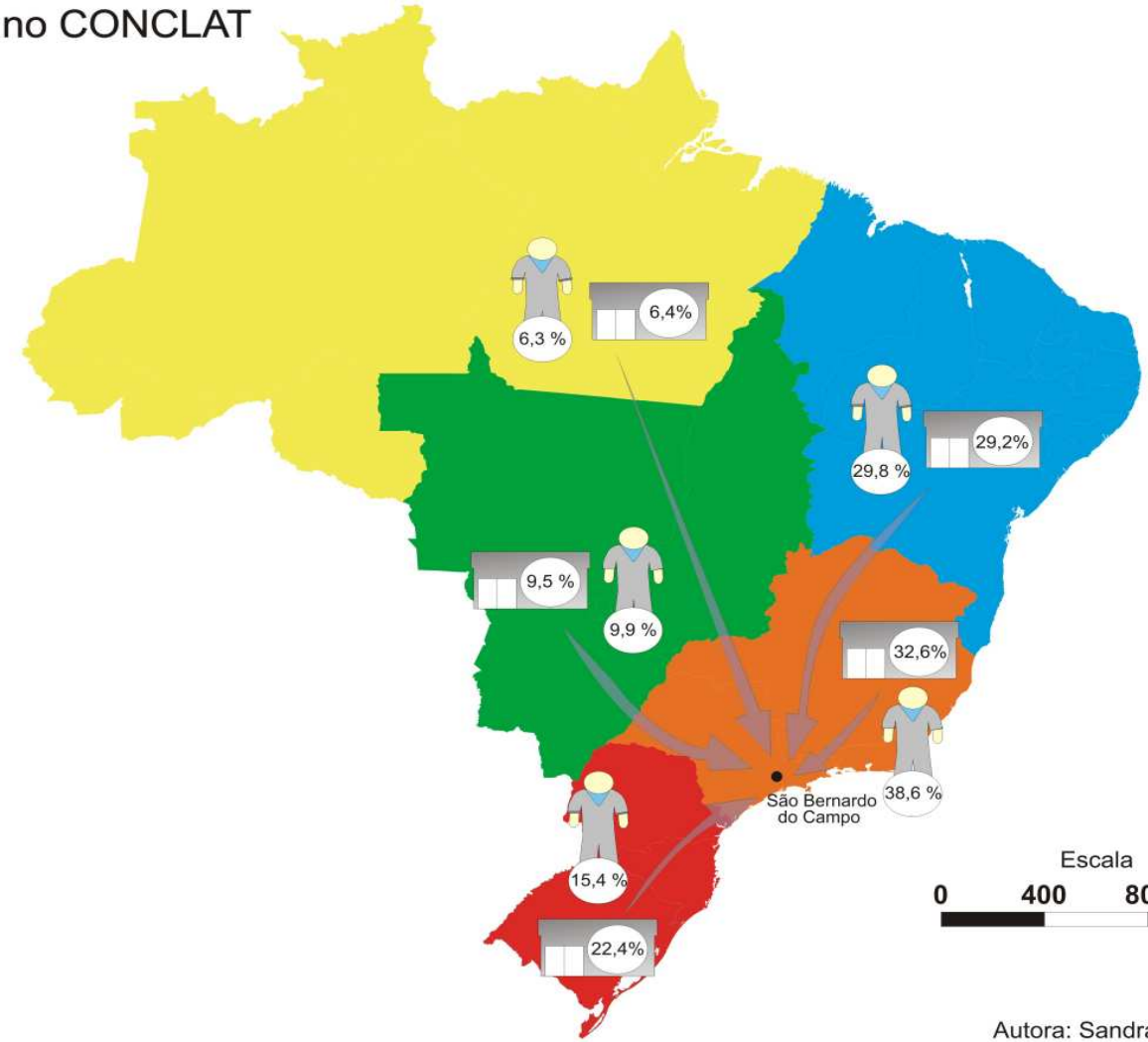
Em 14 de agosto de 1983, em reunião no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a Comissão Pró-CUT se dividiu, efetivamente, em dois blocos: a Unidade Sindical, que adiou, por 60 dias, a realização do Congresso e abandonou a Comissão; o bloco petista, que convocou o Congresso, no prazo estabelecido, para São Bernardo.

Um critério mais flexível de representação[134] assegurou ao CONCLAT de São Bernardo uma composição mais equilibrada que a da primeira CONCLAT: duplicou-se a participação do campo e dos funcionários públicos, reduzindo-se o peso dos trabalhadores urbanos e dos órgãos de cúpula. 912 entidades e 5.059 delegados fizeram-se presentes em São Bernardo. Sua penetração nacional é mais uniforme e compatível com a distribuição geográfica dos assalariados (Mapa 7).

[134] Os sindicatos com até dois mil filiados podiam eleger dois delegados de direção e três de base; os com até dez mil sindicalizados, três e cinco e assim sucessivamente.

Mapa 07

BRASIL: Participação no CONCLAT (1983)



Legenda

- Centro Oeste
- Norte
- Nordeste
- Sul
- Sudeste
- Participação de Delegados
- Participação de Entidades
- Sede do Evento

Escala

0 400 800 1,200 (km)

Fonte: Central Única Trabalhadores

Autora: Sandra Rodrigues Braga.
Organização: Gustavo E. F. Faria.
Data: Fevereiro de 2008.

O CONCLAT de São Bernardo, além de estabelecer o novo Plano de Lutas e decidir a realização de uma greve geral, criou a CUT, aprovando seus Estatutos e elegendo sua direção. Estabeleceu-se o prazo de agosto de 1984 para a realização do I CONCUT.

Tabela 27 - CONCLAT de São Bernardo – Brasil (1983)

Tipo de entidades	Entidades	%	Delegados	%
TOTAL	912	100,0	5.059	100,0
Sindicatos urbanos	355	38,9	2.262	44,7
Sindicatos rurais	310	34,0	1.658	32,8
Associações pré-sindicais	134	14,7	588	11,6
Associações de funcionários públicos	99	10,9	483	9,5
Federações	14	1,5	68	1,3

Fonte: CUT (1984).
Org.: S. R. BRAGA (2007).

Quatro dias após o encerramento do Congresso de São Bernardo, a Unidade Sindical, constituída em Comissão Organizadora, convoca seu congresso para os dias 04 a 06 de novembro, na Praia Grande-SP. O CONCLAT da Praia Grande contou com a presença de 4.234 delegados, representando 1.243 entidades. Os números demonstram a influência da Unidade Sindical nas entidades do meio rural (mais da metade do total) e entre os assalariados do setor de serviços (mais de 30%), tocando ao proletariado industrial um quarto do total.

Outro diferencial importante entre os dois CONCLATs diz respeito à presença de federações: enquanto, no congresso cutista, elas representavam 1,5% das entidades participantes; na Praia Grande, elas representavam quatro vezes esse percentual.

Tabela 28 - CONCLAT de Praia Grande – Brasil (1983)

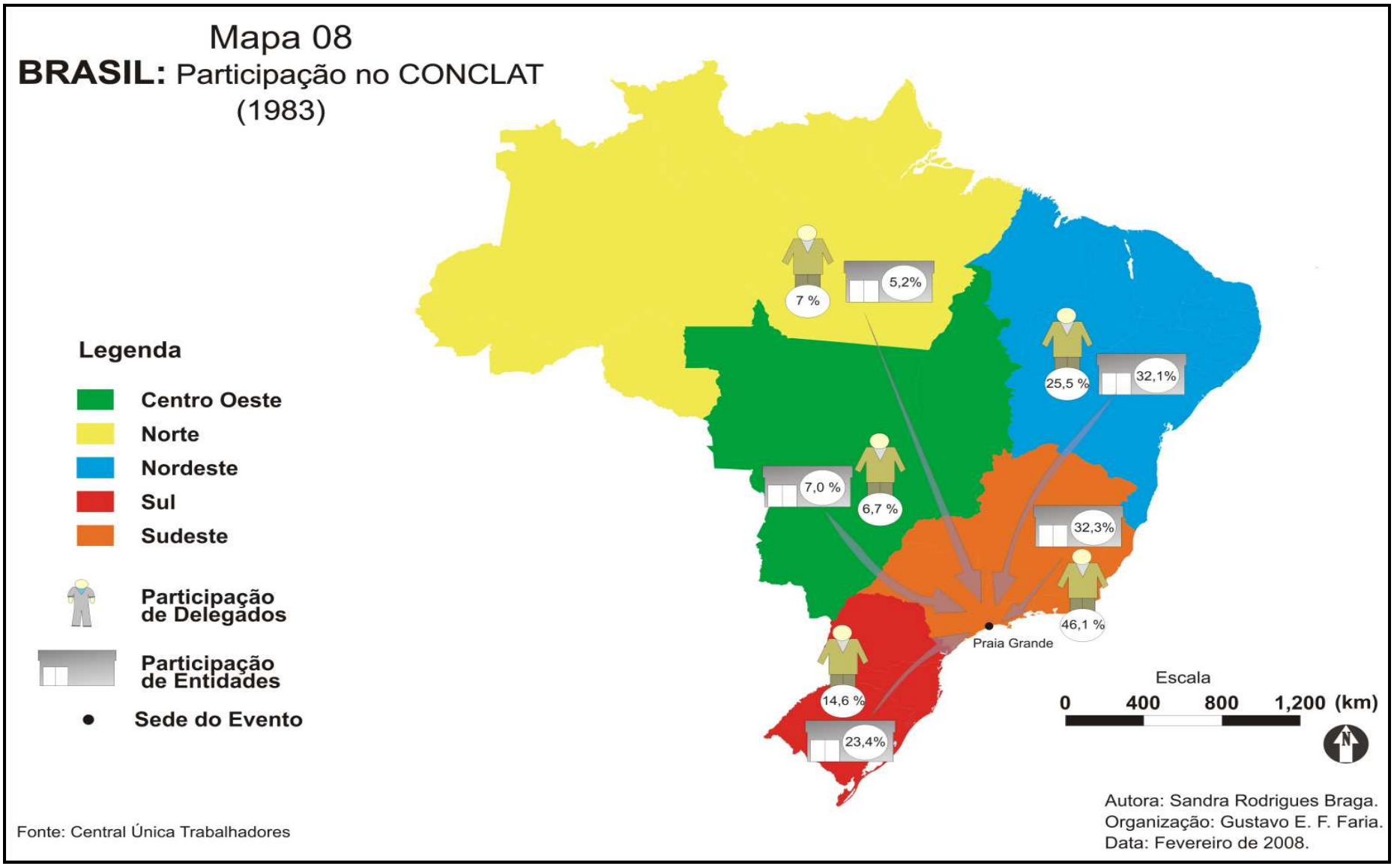
Participantes	Entidades	%	Delegados	%
Sindicatos e associações urbanos	486	39,1	2.249	53,1
Sindicatos rurais	645	51,9	1.505	35,5
Entidades de funcionários públicos	29	2,3	124	2,9
Associações estatais	11	0,9	34	0,8
Confederações, federações, sindicatos e entidades nacionais e estatais	75	6,0	322	7,6
Total	1.243	100	4.234	100

Fonte: Coordenação da Classe Trabalhadora (s.d.).
Org.: S. R. BRAGA (2007).

A distribuição regional dos participantes na Praia Grande não difere notoriamente daquela do CONCLAT de São Bernardo (Mapa 8).

Mapa 08

BRASIL: Participação no CONCLAT (1983)



Fonte: Central Única Trabalhadores

Autora: Sandra Rodrigues Braga.
Organização: Gustavo E. F. Faria.
Data: Fevereiro de 2008.

Enquanto a CUT concretizava-se em 1983, a Unidade Sindical julgara que ainda era cedo para a almejada central única intersindical e, somente em 1986, fundaria a CGT. Assim, de pronto, a disputa entre a Unidade Sindical e os cutistas foi claramente vencida pelos últimos, que se autoproclamaram o "novo sindicalismo".

Antunes (1998) afirma que, esse movimento sindical vivenciou, na década de 1980, um momento altamente positivo, constatado por:

- Um enorme quantitativo de greves, desencadeado pelos mais variados segmentos: os operários industriais (com destaque para os metalúrgicos); os assalariados rurais; os funcionários públicos e diversos setores assalariados médios, em greves gerais por categoria, greves com ocupação de fábricas (como a da GM, em 1985, e a da CSN, em 1989), greves gerais nacionais, como a de março de 1989, que atingiu cerca de 35 milhões de trabalhadores.;
- Expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços (bancários, professores, médicos, funcionários públicos) que se organizaram em importantes sindicatos, aumentando os níveis de sindicalização do país.
- Avanço do sindicalismo rural, permitindo uma reestruturação organizacional dos trabalhadores do campo, que se manteve sob a influência da esquerda católica, que, posteriormente, participaria do nascimento do MST.
- Nascimento de centrais sindicais.
- Avanço nas OLTs, debilidade crônica do nosso movimento sindical, por meio da criação de inúmeras comissões de fábricas.

Segundo Blass (1999, p.34), a proposta do "novo sindicalismo" foi "produzida e reproduzida no efetivo acontecer dos inúmeros protestos sociais e manifestações operárias" que eclodiram em diversas cidades brasileiras e em vários setores produtivos, a partir do final dos anos 1970 e no decorrer da década seguinte. Esse movimento, a partir de "um conjunto de estratégias sindicais", politizou "o cotidiano de vida e de trabalho" e a organização dos trabalhadores nas empresas "no confronto direto e na interlocução política com os representantes patronais e/ou governamentais" para a conquista de suas reivindicações, quer econômicas quer sociais, buscando "estabelecer as regras mínimas de controle de fiscalização dos acordos assinados com o objetivo de viabilizar a sua aplicação nas empresas".

Já para Schrer-Warren (1987), o "novo sindicalismo" distingue-se por suas orientações políticas, como: a) autonomia sindical frente ao Estado; b) independência em relação aos partido políticos; c) liberdade de escolha partidária de seus participantes; d) negociações diretas entre o empregados e patrões, sem intervenção governamental; e) mobilização pelas bases e criação de uma democracia interna ao movimento; nova forma de organização trazendo o sindicato ao próprio local de trabalho e a criação de comissões de fábricas. Em 1980, implanta-se a comissão de fábrica na Volkswagen. No processo de negociação, a Volkswagen tenta impor a comissão sem a presença do sindicato, acatando, por fim, a proposta original que contemplava a figura do dirigente sindical na Comissão. Em 1981, instala-se a Comissão de Fábrica da Ford, também com representação sindical.

Vito Gianotti e Sebastião Lopes Neto (1991, p.57-58 *passim*) afirmam que "o bloco que formará a CUT aposta, de forma gradativa, numa estratégia de não conciliação de classes e de busca de um caminho anticapitalista". As definições nesse sentido foram, para esses autores, "o ponto de maior discordância entre os que virão a constituir-se nos dois blocos: CUT e CGT", com "a postura ideológica da CUT [...] se definindo cada vez mais num sentido classista, anticapitalista, isto é, negação de qualquer pacto social capaz de estabelecer uma trégua entre as classes".

Nos rumos do "novo sindicalismo", duas eram as forças-mestras: a Igreja Católica e a esquerda revolucionária. Iram Jácome Rodrigues (1993) afirma que a Igreja exerceu influência sobre ativistas sindicais durante todo o período autoritário, o que explica a construção da idéia de "ir às bases" e uma concepção de trabalhador que extrapola o operário de fábrica. Do lado das esquerdas, de acordo com esse autor, essas, *tout le temps*, mantiveram-se atuantes nos pequenos embates cotidianos, seja nas fábricas dos principais centros industriais no país, seja em certas áreas rurais do Norte e Nordeste, mas, ao contrário da atuação católica, representavam grupos dispersos, em muitos casos, sem contatos ou em dissidência com suas organizações de origem.

Inicialmente restrito ao plano sindicalista, o "novo sindicalismo" logo desenvolveria uma perspectiva política, explícita na formação do PT e no lançamento de candidaturas aos diversos pleitos legislativos e executivos.

5.2 113 trabalhadores em busca de um partido

No fim da década de 1970, o espaço silencioso do trabalho no chão de fábrica dera lugar a um poderoso movimento de massas que cobrava a ampliação dos espaços de representação da classe trabalhadora.

Füchtner (1980 [1978], p.233), no calor das grandes greves de 1978, comentaria a necessidade dos sindicatos repensarem sua relação com o sistema partidário:

> O destino político do Brasil ainda é muito incerto para se fazer reflexões concretas sobre o papel dos sindicatos nos conflitos sociais e políticos dos próximos anos. É possível no entanto extrair-se algumas lições do passado. [...] No que diz respeito à colaboração com grupos políticos ou novos partidos que a curto ou a longo prazo irão surgir na cena brasileira, os sindicalistas precisam estar atentos se os mesmos aspiram verdadeiramente uma nova ordem democrática e justa e as equivalentes relações econômicas ou se eles representam apenas novas variantes da pacificação e controle do operariado.

Não seria outro o propósito da criação do PT e da CUT, organismos que pretendiam ser, mais que uma etapa no processo organizativo da luta operária no Brasil, uma completa ruptura com o seu passado: “Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio do ano passado (greve da Scania), à sua luta emancipadora” (PT, 1979, p.49).

O PT, que logo se tornaria a agremiação hegemônica no campo das esquerdas, representava um amálgama entre o “novo sindicalismo”, a esquerda católica, os sobreviventes da luta armada, correntes da IV Internacional e os movimentos sociais. O ex-governador de São Paulo chegou a afirmar que o PT reuniu todas as siglas de esquerda, representadas por caciques, mas o único cacique que tinha índio se chamava Lula (MARTINS, 2005).

Desde sua origem, o PT adquiriu um caráter frentista. O discurso de Lula da Silva, na primeira convenção nacional do Partido (*apud* PT, 1998, p.107), afirma a peculiaridade do modo petista de ser e sua destinação histórica: para ele, esse partido nasceu “da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária”.

O PT via-se como um partido original. Mesmo um quadro histórico do trotskismo, como Mário Pedrosa, foi seduzido pela novidade petista. Em discurso proferido, no ato de fundação do partido, afirmaria que esse era “único de estruturas”, “único de tendências”, “único de

finalidade". "Partido de massa não tem vanguarda, não tem teorias, não tem livro sagrado. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra, não tem dogmas e pela autocrítica refaz seus erros" (PT, 1979, contracapa), afirmara Pedrosa.

O que a fala redentora de Pedrosa não revela é que foi o caráter frentista imanente ao partido que o levou a adiar *sine die* a definição do seu projeto de sociedade, e, concomitantemente, sua orientação e seus objetivos táticos e estratégicos.

Lincoln de Souza (2004), em sua tese de doutoramento, produziu um quadro bastante ilustrativo das variações em torno de um só tema que o PT encerrava entre 1979 e 1982 (Quadro 1).

GRUPOS FUNDADORES	PRINCÍPIOS E VALORES		DIRETRIZES GERAIS		
	Democracia	**Socialismo**	**Participação Popular**	**Inversão de Prioridades**	**Mudanças no Estado**
SINDICALISTAS	-Interesses e participação da maioria nas decisões - Representação da maioria -Primazia ao coletivo -Natureza classista -Envolvendo também os planos social e econômico -Além do formalismo da visão liberal - Desatrelamento do sindicato ao Estado	- Proclamado de forma genérica e necessidade de maior aprofundamento - Algo a ser decidido com a classe trabalhadora -Sem contraposição à democracia -Críticas ao transplante de modelos e ao vanguardismo	- Condição importante para a democracia - Participação nas decisões do Estado -Participação direta e massiva, como nas grandes assembléias plebiscitárias - Liberdade e autonomia sindical -Ação e representação através do sindicato, de delegados de base e de comissões - Representação nas instituições políticas como o Congresso Nacional -Fundamental para a obtenção de direitos -Controle exercido pelos trabalhadores sobre algumas atividades	-Direcionamento para as reivindicações no âmbito do trabalho e das lutas sindicais (salário, emprego etc.) -Algumas referências esporádicas sobre algumas medidas nas políticas sociais, como saúde, transportes, habitação, educação -Situação do trabalho ligada ao modelo econômico e defesa do mercado interno, produção de alimentos, desconcentração da renda, reforma agrária etc.	-Estado percebido inicialmente como árbitro entre o capital e o trabalho, posteriormente como tutor e defensor dos interesses patronais -Visto através do Governo Federal e órgãos do Ministério do Trabalho - Críticas ao atrelamento sindical -Estado repressor em função do regime militar
CRISTÃOS	-Democracia direta e exercida a partir do plano local e das bases - Decisões descentralizadas -Soberania sem a mediação de instituições políticas	- Sociedade autogestionária ou algo semelhante - Ênfase na igualdade ligada à idéia de comunidade	- Participação permanente de todos nas decisões e na execução - Ligada à idéia de comunidade, ao cotidiano e pequenas experiências - Ação direta sem representação - Primazia à participação no plano local - Defesa da autonomia dos movimentos perante às instituições -Criação de comissões de empresa ou comissões de fábrica -Presença mais marcante nos movimentos de bairros e também nas oposições sindicais	- Relacionada ao fundo público, através da luta por bens de consumo coletivo e sobrevivência imediata ligada à saúde, habitação etc. -Reivindicações vinculadas à reprodução da força de trabalho em movimentos localizados nos bairros (saúde, custo de vida, moradia e outros) - Reivindicações como direitos	-Discurso antiinstitucional e antiestado e defesa da autonomia dos movimentos - Defesa da substituição do Estado pelos movimentos organizados -Ações predominantes de confronto ou de relações com a institucionalidade através de reivindicações setoriais -Discurso estatizante - Defesa do Estado como respeitador e provedor de direitos
ESQUERDA ORGANIZADA	-Críticas à democracia de corte liberal, considerada burguesa e formal -Discurso genérico sobre a democracia socialista - Valorização tática dos chamados espaços democráticos	-Discurso antiestalinista genérico e defesa do chamado leninismo (ditadura do proletariado etc.) - Estatização dos meios de produção -Estratégia da luta armada	- Tentativa de construção de uma linha de massa -Participação junto aos cristãos nos movimentos de bairro e oposições sindicais -Autocrítica do vanguardismo da luta armada -Defesa das comissões de fábrica	- Denúncia do capitalismo no Brasil - Assumindo as reivindicações dos sindicalistas e cristãos	-Concepção leninista de Estado, como repressor e instrumento de classe da grande burguesia -Encarado como um bloco monolítico - Dualidade de poderes -Governo somente após a tomada do poder -Defesa meramente propagandística de governo -Valorização ao plano federal
INTELECTUAIS	-Democracia associada à sociedade civil e contraposta ao Estado -Além da democracia representativa e do jogo institucional -Necessidade de novas instituições -Ligada aos movimentos sociais e às classes populares	-Discurso genérico sobre socialismo democrático -Estratégia de guerra de posição e alternativa de hegemonia -Via pacífica -Diferente da social-democracia e do chamado socialismo real	-Participação real do cidadão e da maioria da população no processo decisório -Apoio aos movimentos sociais como integrantes da sociedade civil	- Críticas ao modelo econômico e a seus efeitos na concentração da renda, baixos salários, degradação das cidades, crescimento das favelas e má qualidade dos serviços públicos como saúde, habitação, saneamento, transportes e outros	- Estado contraposto à sociedade civil -Críticas ao regime militar e a seus traços repressivo e centralizador

Quadro 1- Principais elementos iniciais do programa nacional do PT

Fonte: Adaptado de Souza (2004, p.140-141).

Na perspectiva adotada por este autor, o PT, entre 1979 e 1982, demarcou-se pela variável movimento social, que deixou uma marca significativa no seu núcleo programático. As reivindicações dos grupos cristãos[135], da esquerda organizada[136] e dos intelectuais[137] se agregaram ou mesmo se superpuseram às do bloco sindical na trajetória do petismo, traduzindo-se em algumas indefinições, ambigüidades e dilemas.

Cada grupo aporta sua própria representação geopolítica sobre esse território simbólico. Assim, os sindicalistas indicam como o momento de gênese do PT a reunião convocada de 14 sindicalistas por Lula, no início de dezembro de 1978, na sede do sindicato de São Bernardo, que discutiu a criação de um partido. Dessa reunião, sairiam como adeptos da idéia Jacó Bittar, presidente do sindicato dos petroleiros de Campinas; José Cicote, diretor do sindicato metalúrgico de Santo André e Paulo Scromov, presidente do sindicato dos trabalhadores da indústria do couro em São Paulo, grupo ao qual se incorporou Henos Amorina, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Osasco (HARNECKER, 1994) e Wagner Benevides, presidente do sindicato dos petroleiros de Belo Horizonte.

Eduardo Suplicy **(**2006) afirma que "aquele retirante nordestino, que carregava consigo o sonho de milhares de trabalhadores por dignidade e melhores condições de vida, passou a coordenar as ações para a criação do Partido dos Trabalhadores". Esse *politic man* lembra que, em agosto de 1978, quando se candidatou a deputado estadual pelo MDB, travou com Lula um diálogo em frente à Livraria Brasiliense, no qual esse teria formulado publicamente, pela primeira vez, o pensamento de criação do PT. Lula da Silva (2007), ao contrário, afirma que, já em 15 de julho daquele ano, no congresso dos petroleiros, na Bahia, propusera a criação do partido.

---

[135] A Igreja tinha muitas pontes com o novo movimento. Apoiara, como vimos, as greves metalúrgicas desde seus primórdios. Havia muitas pontes entre a legenda petista e a Igreja Progressista, como Luiz Eduardo Greenhalgh, a partir de 1973, um dos primeiros integrantes da CADH/SP e advogado de Lula da Silva, e Frei Betto.

[136] O PT incorporou os principais grupos de esquerda remanescentes no período: a AP (em 1978, elegeu, pelo MDB, os deputados estaduais Geraldo Siqueira, em São Paulo, José Eudes, no Rio de Janeiro e Adelmo Oliveira, na Bahia), PCdoB-AV (em São Bernardo do Campo, criara o *ABCD Jornal* e desenvolvera atividades de cinema), ALN, PCBR, MEP (atuante no movimento dos professores não universitários, principalmente no Rio de Janeiro e Minas Gerais), a CS e DS. A OSI aderiu ao projeto PT a partir de 1980. O PRC, criado nessa década, também entrou no PT, assim como uma ala do PCR do Nordeste. No MDB/PMDB, permaneceriam apenas o PCB, PC do B e o MR-8, o que demonstra a franca hegemonia petista no âmbito da esquerda brasileira.

[137] A maioria deles pertencia à USP, ao CEBRAP ou ao CEDEC. Almeida (1992) elencou 16 nomes que teriam exercido uma grande influência no PT entre 1978 e 1984: Marilena Chauí, Dalmo Dallari, José Álvaro Moisés, Paul Singer, Francisco Weffort, Marco Aurélio Garcia, Florestan Fernandes, Fabio Comparato, Eduardo Suplicy, Francisco de Oliveira, Antônio Candido, Maria Vitória Benevides, Paulo Sandroni, Ermínia Maricato, Guido Mantega e Eder Sader.

A esquerda organizada no interior do partido, particularmente o MCS, aportava ainda outra representação: o marco zero do PT teria ocorrido no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, em Lins, em janeiro de 1979, em que sua proposta de criação fora apresentada pelos dirigentes do sindicato dos metalúrgicos de Santo André[138]. Do Congresso participaram 800 delegados, dentres os quais muitos pelegos históricos, como Joaquinzão, do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, e Argeu dos Santos, presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo.

A proposta de criação do PT foi aprovada quase por unanimidade. Lula da Silva (2007, p.1) rememora:

> No Congresso de Lins, em 1979, nós levamos uma tese propondo a aprovação da criação de um Partido dos Trabalhadores. E foi aprovada, com o voto do Joaquinzão, com o voto do Argeu. Quem votou contra foi o Arnaldo Gonçalves, o Wagner Lino Alves, porque eles já tinham o partido deles, né? Nesse mesmo ano teve o Congresso Estadual, em Lins e, depois, o Congresso Nacional, em Poços de Caldas. E no Congresso Nacional, outra vez, nós aprovamos o Partido dos Trabalhadores. Era uma tese e foi aprovada também com o voto do Joaquinzão. Ele votou para a gente criar o PT.

A *Tese de Santo André* (PT, 1998) ressaltava que o "partido dos trabalhadores" seria o melhor instrumento para sua luta pela independência política. Para Souza (2004), a forte desconfiança da democracia representativa, na formação do PT, decorria da posição dos sindicalistas (classe ainda pouca organizada para governar), da esquerda organizada (não governar sob o capitalismo) e dos cristãos (confrontação direta com o Estado e predomínio da idéia de comunidade, no plano local).

A acolhida da *Tese* gerou certo otimismo que teve seu contraponto, em Osasco, com os sindicalistas sendo desautorizados a incluir a proposta do PT nos pontos do Movimento Contra o Desemprego, iniciando a separação entre partido e sindicatos, *c'est-à dire*, o partido deixava de ser considerado como uma questão sindical, apesar de capitaneada por líderes sindicais.

---

[138] Para Souza (1988), teria sido Benedito Marcílio, presidente daquele sindicato, assessorado por militantes do MCS, quem lançou a proposta. Outra versão afirma que essa teria apresentada por José Cicote, diretor ligado a grupo do Lula. Fato é que foi o MCS que elaborou o texto final aprovado, de defesa de um partido sem patrões. O herdeiro político dessa corrente, o PSTU, não hesitaria em afirmar que foi "o metalúrgico José Maria de Almeida, o Zé Maria", seu principal dirigente e candidato à presidência da República em 2002, "quem apresentou uma tese no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, [...] propondo a criação de um partido de trabalhadores sem patrões" (BIANCHI, 2007, p.1).

Foi nesse contexto que ocorreu a primeira reunião do Movimento pró-PT em 30 de janeiro de 1979, no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco que elegeu a Comissão Provisória, composta por Jacó Bittar, Paulo Skromov, Henos Amorina, Wagner Benevides e Robson Camargo, para elaborar sua Carta de Princípios. Segundo Souza (2004), duas versões do documento foram apresentadas, uma pelo MCS, outra por Paulo Scromov, aprovando-se essa última, com a inclusão do mote "partido sem patrões", proposto pelo MCS. A Carta afirmava seu compromisso "com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo" (PEDROSA, 1981, p.61). Além disso, salientava que o programa do MDB era pró-capitalista, apesar de sua composição social extremamente heterogênea.

O texto ressaltava que a classe operária seria a vanguarda dos explorados e se uniria a toda população explorada e trabalhadora, como bancários, professores, funcionários públicos, estudantes, profissionais liberais e outros segmentos. Desde seus primórdios, por conseguinte, o PT buscava a aproximação com os estratos médios, o que seria facilitado pelo fim do milagre.

> Vocês sabem que há dez anos atrás existia uma distinção muito grande, há dez anos atrás existia o advogado, existia o professor, existia o médico, o funcionário público, o jornalista, tantas outras profissões que se distanciavam de nós trabalhadores. Graças a Deus, a proletarização do trabalhador brasileiro, a proletarização de todos os assalariados, o estágio de miséria a que o governo levou todos aqueles que vivem de salário, fez com que neste campo, no dia 1.° de maio de 1979, nós vivêssemos o momento maior da classe trabalhadora brasileira (LULA DA SILVA, 1981, p.322).

Essa aproximação com a classe média é plena de contradições e ambigüidades. Wright Mills (s.d., p.308-325 *passim*), o principal teórico dos *white collars*, afirma ser esse grupo "uma espécie de contrapeso dos interesses de classe, e o grande estabilizador e harmonizador da sociedade", ainda que, "por suas características sociais e opiniões políticas", seus membros sejam, na verdade, burgueses, o que "se revela de maneira particularmente nítida na tendência dessas categorias para formar grupos de *status* e não simples classes econômicas".

Apesar de sua imanente configuração burguesa, a classe média, no Brasil, com o término do milagre, acercou-se, progressivamente, da classe operária em suas formas de organização e nos métodos de luta, como aponta Marini (1986). Tal aproximação, para além de uma aliança

de classe, permitiria a incorporação pela classe operária de uma parte significativa dessas classes médias como o proletariado de serviços[139].

Mas a similaridade de posição pró-classes médias, entre Lula e os signatários da *Carta*, não esconde as discordâncias quanto a outras questões, a começar pelo lançamento da Carta no 1º de maio de 1979. A divulgação no ato realizado na Vila Euclides foi condenada por Lula da Silva (1981, p.192), que afirmaria:

> Eu não tenho falado muito a respeito do Partido dos Trabalhadores, porque eu sempre achei que nós não devíamos misturar o nosso movimento com qualquer outra palavra de ordem. Porque os trabalhadores poderiam entender que estivéssemos querendo fazer um partido através do movimento. Acho que as movimentações de São Bernardo foram muito mais importantes do que a discussão sobre o partido. Eu disse aos companheiros que lançaram aquele esboço de um programa que a coisa foi muito precipitada, porque entendo eu que deveríamos procurar outros setores da sociedade antes de lançarmos qualquer coisa. Caso contrário, você corre o risco de causar inveja, de causar ciumeira, e a pessoa pode depois até ficar ofendida por não ter participado daquele esboço de programa, não ter tido tempo de discuti-lo e melhorá-lo.

Lula, que tinha se afastado para participar das greves, chegara a afirmar que concordava com o fundamental do documento, mas considerava que se deveria, antes de publicizá-lo, procurar algumas lideranças políticas, como Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos, encaminhando-lhes uma proposta melhor discutida.

> A gente nunca deve marginalizar esses setores muito esquerdistas. Porque eles são muito esquerdistas e tudo o que eles falam você não deve fazer. Mas eles também evitam que você vá muito para a direita. Então, esse choque te permite ficar no caminho do meio, né? Eu lembro que eles queriam anunciar o PT no dia 1º de Maio de 1979. Fizeram um jornal que nós mandamos engavetar. Eu proibi. Nós fomos numa assembléia em Osasco e eu disse o seguinte: "Olhe, quem for distribuir jornalzinho, fora do material da categoria, lá em São Bernardo, vai apanhar dos trabalhadores." O jornalzinho era tipicamente, muito na linha daquilo que a Convergência pensava sobre o PT. Então, a gente segurou (LULA DA SILVA, 2007, p.1).

Naquele 1º de maio, 100.000 pessoas se dirigiram a São Bernardo para a missa do trabalhador e um ato público, com Vinícius de Moraes (na foto, com Lula) declamando o seu poema *Operário em construção*.

---

[139] É fato que vários sindicatos desse grupo, como os dos bancários, médicos, servidores públicos e professores, sejam ativos e que as greves por eles protagonizadas, nos últimos vinte anos, destacam-se por seu número e combatividade. O que a análise de Marini (1986) desconsidera é que a relação entre essas classes é dinâmica e biunívoca, de modo que, do mesmo modo em que a clase operária pode "engolir" parte da clase média, o inverso também é factível.



Foto 7 - O 1º de maio em São Bernardo (1979).

Fotos: Acervo Iconographia - Pesquisa de Texto, Imagem e Som Ltda..

Para a maior parte de seus analistas, o lançamento da *Carta de Princípios* teria provocado uma "radicalização" do projeto PT, responsável por uma aproximação das oposições sindicais (excluídas do Congresso de Lins) e pelo maior isolamento dos pecebistas no interior da Unidade Sindical. A incorporação das oposições sindicais, formadas por cristãos e pela esquerda, implicou a defesa do socialismo e de um menor ritmo de legalização do novo partido. A entrada desses setores consolidou um grupo mais constante para levar adiante a construção do partido e legitimou, ainda mais, a direção do processo pelos sindicalistas[140].

O partido reproduzia, então, a idéia de que seria a expressão dos movimentos sociais. Apesar disso, o impacto da variável eleitoral, *c'est-à dire* o fracasso da legenda no pleito de 1982, gerou uma crise interna, que contrastou com o otimismo anterior. Singer (2001) informa que, nesse momento, cresceu a pressão da esquerda para que o partido se concentrasse na organização dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que os "moderados" viam nas palavras de ordem da campanha ("trabalhador vota em trabalhador"; "trabalho, terra e liberdade") o motivo do afastamento da classe média e dos eleitores menos politizados.

[140] A hegemonia dos sindicalistas, no processo de criação do partido, permaneceu até 1983, quando esse, ampliando sua base social, teve reforçada a representação da classe média.

GRUPOS FUNDADORES	PRINCÍPIOS E VALORES		DIRETRIZES GERAIS		
	Democracia	**Socialismo**	**Participação Popular**	**Inversão de Prioridades**	**Mudanças no Estado**
Grupos influentes	- Intelectuais	-Esquerda e intelectuais	-Esquerda e cristãos	- Sindicalistas, intelectuais e cristãos	- Esquerda e intelectuais
Continuidade de propostas anteriores	- Ampliação da democracia - Associação direta com a participação	- Nem modelo soviético e nem socialdemocracia, mas a ser definido depois a partir do Brasil	- Participação como presença nas decisões políticas e econômicas do Estado ou controle sobre o mesmo - Autonomia dos movimentos	- Reivindicações centradas no âmbito do trabalho e do emprego, nas carências urbanas e ligadas à questão agrária - Importância do curto, médio e longo prazos	- Estado como instrumento das classes dominantes e do patronato - Predomínio da visão estatizante - Continuidade do mandato imperativo - Caráter processual do programa
Explicitação geral das propostas	- Defesa da democracia participativa - Caráter popular da democracia	- Recusa do modelo soviético de socialismo	- Conselhos populares como o principal canal e instrumento de participação	- Formulação geral e explicitação da diretriz - Indicações gerais sobre a origem dos recursos - Reivindicações populares e não somente sindicais - Detalhamento das medidas	- Diferenças entre governo e poder - Governo popular e democrático - Defesa das alianças, incluindo-as também no governo
Insinuações ou referências de passagem de outras propostas	- Concepção de democracia influenciada pelo eurocomunismo	- Predominância da via pacífica para o socialismo e através de eleições - Referência da Nicarágua	- Diferentes concepções de conselhos populares	- Associação inicial da diretriz com cidadania e direitos dos setores populares - Indicação breve sobre as diferenças socioeconômicas das regiões	- Estado como correlação de forças - Importância do arcabouço jurídico do Estado - Proposta de algumas medidas descentralizadoras - Associação do Estado com esfera pública, administração e interesse público
Novos temas e visão teórico-política	- Projeto global e alternativo	- Introdução de elementos de uma análise gramsciana	-	- Cidadania e direitos - Incorporação de orientação para políticas públicas	- Adoção indireta de autores como Ware, Poulantzas e teóricos do eurocomunismo - Introdução da descentralização
Inflexões principais	- Defesa da democracia participativa - Fim da representação orgânica e abalo do classismo	- Abandono do modelo soviético -Governos petistas contribuindo com a construção do socialismo	- Combinação das lutas social e institucional - Governos petistas como apoiadores e estimuladores da participação popular - Reconhecimento da fragilidade e heterogeneidade de interesses dos movimentos sociais e da pouca inserção do partido	Reconhecimento da importância de medidas imediatas e de curto prazo e plano de emergência - Assumida a inclusão de setores urbanos da chamada classe média, pequenos proprietários etc. - Superação da fase das denúncias e início de formulações gerais	- Institucionalidade alçada a um campo de luta - Partido assume o ato de governar sob o capitalismo, inclusive com elementos de programa de governos - Governos petistas ajudariam na mudança da correlação de forças, abririam espaço para as lutas e favoreceriam a organização popular etc.
Avanços na função programática	- Idéia de projeto global e democrático	- Introdução de alguns elementos críticos ao modelo soviético	- Adoção da proposta dos conselhos populares - Início de uma melhor diferenciação entre partido e movimento	- Maior explicitação da diretriz e inclusão mais detalhada das medidas de políticas governamentais - Inclusão gradativa da função governativa - Consolidação do curto, médio e longo prazos	- Ressalvas quanto à importância do poder
Avanços e dificuldades na função governativa	- Democracia como eixo de governo	- Alguns delineamentos no âmbito econômico	- Participação como eixo de governo - Dificuldades implícitas sobre a proposta dos conselhos	- Vínculo estabelecido entre governo, diretrizes e indicações de políticas - Governo petista para assegurar as conquistas dos trabalhadores	- Partido dirigente e governante - Indicações de obstáculos e limites dos governos - Diferenciação inicial entre os governos federal, estadual e municipal - Dificuldades para transpor as orientações partidárias para o Estado e do plano nacional para o âmbito municipal - Receios de governar e conflitos entre as instâncias partidárias e os governos - Críticas ao administrativismo - Inexistência de avaliação dos governos municipais petistas

Quadro 2 - Transição programática do PT (1982-1987)

Fonte: Souza (2004, p.205-206).

Lula da Silva (2007) lembra que a discussão em torno do programa do PT era acirrada, girando em torno de seu caráter tático ou estratégico. Enquanto Lula defendia idéia de um partido para "ganhar as eleições e fazer o que a gente sonha fazer"; os grupos de esquerda queriam o PT para fazer a Revolução.

Para Souza (2004), 1982 inauguraria a transição programática do PT, a qual se consolidaria em 1987 (Quadro 2). Na campanha de 1982, o bordão ainda era "Vote no três que o resto é burguês" e a idéia de um partido sem patrões, que, segundo Lula da Silva (2007), não era um discurso esquerdista, mas derivava de uma concepção messiânica das CEBs. Mas essa concepção alterava-se rapidamente.

Em 02 de junho de 1983, o *Manifesto dos 113*, assinado pelos principais fundadores do partido em São Paulo, incluindo Lula da Silva, fazia críticas à direita e à esquerda do partido[141]. Assim, ao mesmo tempo em que fazia um chamamento contra a autonomização parlamentar e a conciliação dos deputados petistas com os liberais na Assembléia Legislativa paulista, combatia os grupos internacionalistas de esquerda que, na opinião desses, eram parapartidários. Em uma manobra estratégica, coloca-se no basismo a positividade e nos partidos tradicionais seu oposto.

Buscava-se, com o *Manifesto,* imprimir uma direção hegemônica em um novo momento do partido, que já dispunha de parlamentares e prefeitos eleitos em 1982, o que representou um impasse entre a democracia direta (o mandato imperativo e revogável) e a representativa. Em novembro de 1983, a CEN/PT lançou o *Projeto Político do PT,* em que, diante da crise brasileira, o que representaria perde do controle do governo Figueiredo do processo de transição[142], o partido lança a alternativa de um projeto popular. No seu messianismo, o PT apresentava-se como a própria materialização da democracia.

> Em 79 e 80, nós apenas colhemos aquilo que já havia sido plantado. Mas a verdade é que você tinha movimentos muito fortes, por exemplo, as comunidades de base da igreja católica, as pastorais, tinham um papel muito importante nos bairros, era uma coisa muito forte. E o cara que militava ali era um operário. Antes, ele só militava lá porque o Sindicato não era o escoadouro das suas insatisfações. Tanto é que na greve de 79, houve a intervenção no Sindicato, o movimento popular entregava cem mil panfletos num dia. Então. A chamada Igreja Católica Progressista estava crescendo, extraordinário, não é? E tudo isso confluiu para o Sindicato (LULA DA SILVA, 2007, p.1).

---

[141] Nesse momento, os cristãos já se encontram diluídos na orientação hegemônica do partido e a polarização vai se dar entre a futura Articulação, capitaneada pelos sindicalistas, e os agrupamentos de esquerda.

[142] Cf. o capítulo seguinte.

A participação popular era muito acentuada. Entretanto, as CEBs, a UNE, os conselhos populares ainda apresentavam traços de reformismo, de modo que se deveria atuar para que as lutas de resistência se transformassem em uma só luta contra o regime. Para tanto, dever-se-ia estimular a criação da CUT e o fortalecimento dos comitês de bairros, conselhos populares e de entidades que lutariam contra a dominação ideológica. Trata-se de partir das lutas então existentes, intensificando-as e combinando-as com outras lutas no sentido de derrubar o regime militar.

Se são os movimentos mais aguerridos aqueles que fazem avançar a democracia e as conquistas sócio-econômicas para a sociedade como um todo, trata-se de demonstrar que a emergência do projeto PT anunciava a morte do regime autoritário, sendo portador de uma democracia efetiva, uma democracia de base. O bem simbólico desse movimento, não de resistência, mas de ofensiva democrática, seria Lula da Silva, "voz e vez dos trabalhadores"[143].

> Ao encarnar essas aspirações, e ao empenhar-se na construção de um sindicalismo que levasse os trabalhadores a tomar consciência dos próprios direitos, em vez de se limitar a funções meramente assistenciais, Lula começou a incomodar os donos do poder. Para esses donos do poder, passou a ser uma ameaça a movimentação de uma parcela do exército de explorados que, no entender dos beneficiários do milagre brasileiro, além de produzir mais e mais riquezas, devem conformar-se com a miséria e a exploração (LULA DA SILVA, 1981, p.5).

Com Lula da Silva, o Brasil subterrâneo vinha à cena, com uma palavra, "que jorra fácil e abundante", "uma intuição profunda" e "um raciocínio vigoroso que, no embate contínuo com a realidade", estruturou seu pensamento. A "leitura e a informação teórica" pareciam, então, dispensáveis a esse migrante nordestino, semiletrado, portador de uma nova história[144], que, sem dúvida, influenciaria os rumos da transição democrática brasileira, tema que será tratado no próximo *front*.

---

[143] Cf. apresentação em Lula da Silva (1981).

[144] Em panfleto de 1989, a OT chamava o voto em Lula da Silva, afirmando "é a hora e a vez da revolução brasileira".

FRENTE 3:

EM BUSCA DA DEMOCRACIA PERDIDA

A revolução foi programada para durar vinte anos. Eles organizaram um programa para consertar este país. Talvez fosse imposição do Golbery, que era um cara que tinha seus defeitos, suas qualidades, suas virtudes. Um cara que você podia não gostar, mas não podia negar nunca sua inteligência, sua visão política, um homem com objetivos políticos e ideológicos definidos, um pouco de esquerda talvez e, por isso, fazíamos restrições a ele, mas não se podia acusá-lo de ambições pessoais desmedidas, ou de querer aparecer. Disseram-me, depois, que a programação do grupo era de vinte anos. [...] A nossa posição era a de ir até o fim. Nós íamos consertar esse país. Na marra.

Cyro ETCHEGOYEN

A democracia tem de armar-se para defender-se daqueles que se valem das suas franquias para destruí-la.

Artur da COSTA E SILVA

6. TRANSIÇÃO, TRANSIÇÕES...

A transição do regime autoritário no Brasil é ainda tema de grandes debates. Foram diversas as justificativas para essa abertura política. A distensão ora aparece como fruto da crise econômica, ora como fruto da complexidade econômica, ora como busca de legitimidade para o sistema, ora como um ato de vontade do general Geisel e ora como fruto de uma crise de autoridade. O presente capítulo reproduz o debate teórico em torno das transições de regime; discute as especificidades do caso brasileiro e, por fim, demonstra o modelo de democracia e sociedade que esse processo acarreta.

6.1 O debate teórico em torno das transições democráticas

O termo transição designa o momento em que o regime autoritário começa a se esgotar, mas ainda não existe um outro regime consolidado. Efetivamente, a ausência de legitimidade não é suficiente para provocar *per se* a crise de um regime autoritário, mas esse *déficit* representa um sério empecilho para sua institucionalização.

"Um governo autoritário só se mantém enquanto é eficiente. Ele não tem legitimidade constitucional. Então a legitimidade dele está no factual, na prática" (COUTO E SILVA, 1987, p.35). Essa perspectiva coaduna com a definição de regimes autoritários estabelecida por Juan Linz (1978, p.121) como "sistemas políticos de pluralismo limitado", "sem ideologia subjacente, mas de mentalidades distintas", sem mobilização política exceto em alguns pontos de seu desenvolvimento, "nos quais um chefe ou um grupo reduzido exerce o papel no quadro de limites mal traçados sobre o plano formal, mas, nos fatos, os mais previsíveis".

A transição seria um período muito aberto, cuja natureza da mudança depende, fundamentalmente, das estratégias adotadas pelos agentes envolvidos nesses processos, que calculam riscos e custos. Durante esse período, cada parte faz "cálculos de curto prazo" que "não podem ser deduzidos das estruturas" e tende a cometer muitos erros (O'DONNELL;

SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986). Entretanto, quanto maior o controle das elites sobre a transição, menores as incertezas que a cercam.

Não há, segundo a maioria dos analistas, uma teoria das mudanças políticas que possa fornecer um enquadramento analítico e conceitual para o estudo das transições de regime. A política comparada realiza análises sobre um fenômeno político que ocorre em Estados nacionais extremamente diversificados, sob todos os aspectos, o que impõe uma reflexão crítica sobre a literatura relativa ao tema.

Para Carlos Arturi (2001), muitos autores, ao construírem modelos explicativos das transições de regime com base na identificação de agentes centrais, na formalização de seus objetivos e na distribuição de suas preferências, incorrem em formalização e simplificação excessivas, misturando níveis de análise, desprezando a história política e institucional do país estudado e supervalorizando a racionalidade dos agentes, muitos dos quais em processo de constituição ao longo daquelas conjunturas.

Alguns autores, ao exacerbarem o papel do voluntarismo político na construção da democracia, praticamente, desconsideram o fato de que a racionalidade dos agentes é limitada nos processos de transição, estando as regras do jogo político em constante modificação. Essa perspectiva enseja a formulação de "receituários" prescritivos e normativos orientadores do comportamento dos agentes políticos e da construção de instituições supostamente mais adequadas para levar a termo os processos de transição e a consolidação da democracia. O maior risco dessas análises consiste na racionalização retrospectiva, reconstruindo a motivação das ações e a lógica dos acontecimentos a partir do seu resultado final e não a partir do momento de sua realização (LINZ; STEPAN, 1995).

De fato, a interação entre a estrutura (econômica, social e política) pré-existente e a estratégia política, por que não dizer geopolítica, dos envolvidos permite arranjos institucionais e comportamentais que condicionam as possibilidades de uma consolidação democrática. Caso os acordos entre os militares e a oposição, estabelecidos na fase de liberalização política, perdurem no longo prazo, eles podem originar uma democracia com "defeitos de nascença".

Banegas (1993) chama a atenção para a reorientação analítica sobre os processos de transição, que, a partir da terceira onda de democratizações[145], no início dos anos 1970, passaram a privilegiar as variáveis políticas, como a qualidade das lideranças, as escolhas racionais e os recursos dos agentes, em detrimento das explicações macro-orientadas, que privilegiavam a influência das variáveis econômicas e sociais, como o nível de desenvolvimento econômico, a estrutura de classes e as fases de industrialização, no processo de mudança política.

Para O'Donnell e Schmitter (1988), as transições de regimes autoritários dividem-se em duas fases. Na primeira, a liberalização, há a substituição ou afrouxamento de algumas regras, diminuindo a repressão e restabelecendo alguns direitos individuais e coletivos. Na segunda, chamada democratização, estabelecem-se regras de alternância no poder por extensão dos direitos de cidadania e eleições livres.

Assim, a liberalização, também chamada distensão, descompressão ou abertura, momento necessário à transição para um regime democrático, não seria suficiente para que a essa fosse alcançada.

Para Share e Mainwaring (1986), existem três tipos de transições:

- Transição provocada pela derrocada ou colapso do regime autoritário, com controle quase nulo das elites.
- Transição por afastamento voluntário da elite dirigente por entender que tem pouca legitimidade, caso em que, ao mesmo tempo em que se distancia, a elite garante para si alguma parte do controle dentro das novas regras políticas.
- "Transição pela transação", em que as elites dão início à transição, mas o controle sobre ela é muito maior, pois goza de legitimidade, pode competir em eleições livres e negociar a agenda de reformas, que é gradual.

As transições negociadas podem assumir duas caracterizações: a) transição baseada em acordos entre elites, cujos pactos se estendem a questões de médio prazo, e transição por

[145] Vale lembrar que a teoria hegemônica é bastante céptica quanto às possibilidades de consolidação dos países da "terceira onda" de democratizações que são "intrinsecamente hostis aos padrões de representação normais das democracias estabelecidas, à criação e consolidação das instituições políticas e, especialmente, à 'prestação de contas horizontais'" (O'DONNELL, 1993 *apud* ARTURI, 1999, p.165). Esses regimes democráticos não-institucionalizados caracterizar-se-iam pela delegação aos governantes eleitos da possibilidade de realizarem tudo que lhes pareça adequado para minorarem a crise econômica aguda, o que teria origem no estilo populista e na baixa institucionalização que marcaram o passado político da região.

disputa regulada, na qual o acordo se restringe ao mínimo para a sustentação do marco institucional. Em regimes autoritários "bem sucedidos", haveria maior possibilidade de uma transição negociada; do contrário, transições por colapso são mais prováveis, sendo a decisão de abrir forçada pela oposição ao regime. Cabe aqui lembrar que, "se o bom desempenho econômico não permite a institucionalização *ad infinitum* do regime, pode garantir-lhe uma transição menos traumática" (MATHIAS, 1995, p.34).

Nas transições "pactuadas", os agentes estariam divididos em dois campos e dois subgrupos: a) no campo favorável ao regime autoritário, haveria os partidários da linha dura e os da liberalização e b) no campo da oposição, ficariam os radicais e os cautelosos. A transição avança à medida que os moderados dos dois lados, mais que perder tudo ao sucumbir aos extremismos, preferem aliar-se e fazer concessões mútuas[146].

Espanha e Brasil são exemplos de transições negociadas bem sucedidas. No Brasil, o domínio militar no regime autoritário e na iniciativa de liberalizá-lo, contrapõe-se à menor militarização da Espanha, cuja transição do franquismo à democracia foi conduzida por lideranças civis. Outra discrepância entre os dois países foi a velocidade do processo. No caso espanhol, a transição é breve e a renovação de suas elites políticas, rápida. Já entre nós, a transição é de longa duração, marcada pelo gradualismo e por um assombroso grau de continuidade das lideranças do antigo e do novo regime, o que problematiza sobremaneira sua consolidação.

As transições negociadas têm duas características: a) total insegurança dos agentes quanto ao futuro (desconfiança mútua) e b) força do personalismo para a continuidade da distensão rumo à democracia.

O sucesso político dos regimes autoritários pode ser, por seu turno, visto com base no grau de institucionalização alcançado (resultado da somatória da legitimação e a normalização – ou valor em si – em torno das regras do jogo), no grau de militarização (a participação e o quanto os militares vêem-se como responsáveis pelo regime), no nível de seu desempenho econômico, e ainda nas diferenças em relação à tradição e à cultura políticas anteriores à sua implementação (MATHIAS, 1995).

---

[146] Monclaire (2001) critica essas análises da cognominada transitologia por isolar elites em negociações a portas fechadas, fazendo reaparecer as macroestruturas quando o pacto está concluído. Assim, a transitologia cobriria somente o "curto prazo", não se preocupando com as situações políticas derivadas dos pactos.

No caso brasileiro, o maior grau de institucionalização deveu-se à periodicidade das eleições, que lhe garante certa "legitimidade". Ao contrário de outros regimes, no continente, no Brasil, não houve uma "ditadura personalizada", geradora de caudilhos, na qual o chefe de governo e o das Forças Armadas seriam uma mesma pessoa.

O autoritarismo não eliminou as formas tradicionais de expressão política, constituindo uma ordem política híbrida, em que formas autoritárias conviviam com uma limitada autonomia das instituições representativas. Para Maria do Carmo Campelo de Souza (1976), em uma sociedade relativamente desenvolvida e complexa, o sistema partidário é instrumentalidade institucional quase substituível. Destarte, o Parlamento foi mantido aberto – exceto por três períodos (outubro de 1966, dezembro de 1968 a outubro de 1969 e abril de 1977) –, mas o Congresso teve sua participação, mais e mais, reduzida na formulação de políticas e a Constituição de 1967 não indicou controles mútuos entre os três poderes.

Entre nós, "a Presidência da República foi encarada pelos militares como um órgão civil e os oficiais-generais que a ocupam faziam-no como cidadãos" (MATHIAS, 1995, p.36)[147]. Nesse caso, o revezamento cumpria o papel de impedir a caracterização do governo como ditatorial, o que condiz com a tradição política do país, caracterizada, desde a independência, pela competição intraelites pelo poder político através de eleições[148].

De fato, as formas tradicionais de expressão política parecem perfeitamente adaptáveis a qualquer gradiente de centralização. Como lembra Mainwaring (2001), as elites brasileiras sempre preferiram partidos frouxos e descentralizados e forjaram um sistema em que a competição política implica tanto o acesso à patronagem quanto a disputa entre partidos com diferentes propostas ideológicas. A preferência por esses partidos *pro forma* impediu que a fidelidade aos líderes de um partido nacional concorresse com a fidelidade aos governadores e presidentes que controlam os fundos públicos.

As especificidades do regime brasileiro levam-nos a julgar que melhor que a designação de ditadura ou de regime militar é a de regime autoritário burocrático-militar. Geisel (1993-1994 apud D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.68) informa que essa tradição de aliança civil-militar remonta à Revolução de 1930, que "só venceu porque os militares, dessa vez, se

---

[147] Exemplo disso é a fala do presidente Geisel (1978, p.98): "procuro governar o país como um civil".

[148] Se a cultura política corresponde às bases sociais em que estabelecem as relações entre os indivíduos na sociedade, a tradição política refere-se, em interação com a cultura, ao arranjo institucional e às práticas políticas do país.

juntaram aos políticos", já que, "até então os militares só tinham feito revolução quase que à revelia dos políticos e nunca tinham conseguido vencer" e, por outro lado, os políticos, querendo a revolução, não dispunham de meios de fazê-la. Assim, teria havido "praticamente, uma junção dos interesses das duas correntes" que se consolidou a despeito do recíproco desprezo entre os militares e os "políticos em geral" e da depreciação de ambos pela sociedade civil.

Os regimes autoritários burocrático-militares caracterizar-se-iam como arranjos políticos marcados por

> [...] uma coalizão, na qual oficiais das Forças Armadas e burocratas ocupam uma posição predominante, mas não detêm poder exclusivo, estabelecem o controle do governo excluindo ou incluindo outros grupos sem se comprometer com uma ideologia específica, agindo pragmaticamente dentro dos limites de sua mentalidade burocrática e sem criar ou permitir que um partido único de massa desempenhasse um papel dominante (LINZ, 1980, p.149).

Mas, "regimes autoritários, quaisquer que sejam suas raízes na sociedade, quaisquer que sejam suas conquistas", confrontam-se com limitadas "possibilidades de institucionalização completa e autoconfiante", afiança Linz (1980, p.30), daí não ser recomendável exacerbar o papel do voluntarismo político na construção da democracia. É na interação entre a estrutura econômica, social e política pré-existente e a estratégia dos agentes políticos que se deve buscar os arranjos institucionais e comportamentais que condicionam as possibilidades de consolidação democrática.

Arturi (1999), analisando a produção teórica sobre as transições de regime, aponta uma guinada de marco conceitual e empírico desses estudos nos anos 1980, com o desmonte dos regimes do Leste Europeu. No primeiro ponto, observa-se que as interpretações macroestruturais foram substituídas pelas varáveis exclusivamente políticas. Nesse sentido, a obra de O'Donnell e Schmitter (1988) é seminal e responsável pelo consenso da literatura especializada em torno do argumento de que os regimes autoritários, em que a repressão foi menos brutal e o crescimento econômico, mais significativo, possuem maiores recursos políticos que lhes permitam tomar a iniciativa de "abrir" o regime e negociar com a oposição a passagem do poder, resguardando algumas de suas prerrogativas e sua sobrevivência política.

Para Arturi (1999), houve, igualmente, nesses estudos, alterações na hierarquização do valor explicativo das variáveis segundo a fase do processo de democratização, com o foco

analítico deslocando-se das condições de emergência das transições para os dilemas relativos à consolidação da democracia. Aqui, considera-se que, durante a transição, as variáveis mais influentes seriam aquelas concernentes à qualidade da ação dos agentes políticos e à interação de suas estratégias e que, após a instauração do regime democrático, as condicionantes macrossociais e institucionais constituir-se-iam os agentes mais importantes para o sucesso ou fracasso da consolidação do novo regime. Para esse autor, tais mudanças de enfoque refletiriam uma ausência de modelos explicativos.

Além disso, Arturi (1999) assinala o deslocamento do interesse das pesquisas da fase inicial da transição para a problemática da consolidação da democracia, emergindo daí uma crítica aos limites da democracia política e às chances de sua consolidação na ausência de profundas reformas econômicas e sociais. A chamada consolidologia desvela que a democracia não exige um apoio explícito e amplo da população às instituições do novo regime, mas de uma aceitação, implícita, de sua importância.

Mathias (1995, p.23), recuperando Lamounier (1979), afirma que a distensão ocorreria em dois níveis:

- O processo, entendido como "conjunto de fenômenos ligados à crescente deslegitimação do regime, sejam eles ações deliberadas de crítica e contestação empreendidas por grupos da sociedade civil, sejam os dilemas a que se viu arrastado o próprio regime", seja, finalmente, "simples sintomas de descrença ou de falta de empenho na preservação do autoritarismo por parte de parcelas dos círculos dirigentes".

- O discurso, "conjunto de manifestações públicas, cerimoniais, simbólicas", através das quais "os círculos dirigentes procuram, ora conter, ora dirigir e canalizar o processo em suas diferentes facetas". Essa assertiva vai ao encontro da expressa por Hannah Arendt (1995), ao afirmar o discurso como forma de ação política, sendo, por definição, aquilo que faz do homem um ser político. A intenção de promover uma distensão "gradual e segura" seria, dentre essas manifestações, o mais citado e notório discurso, no caso brasileiro.

Para complementar esse esquema analítico, Mathias (idem, p.23) propõe um terceiro elemento: o projeto, "a estratégia elaborada pelo grupo do poder no sentido de proceder à distensão 'lenta, segura e gradual', expressando as intenções e os limites de uma ação nesta direção e comportando um grau alto de voluntarismo por parte de seus proponentes".

Cabe ressaltar, todavia, que, por mais fechado que seja um regime político, ele comporta algum grau de conflito, fruto da dinâmica social. Nesse caso, o projeto, como estratégia de ação, “procura sem êxito alcançar todas as possíveis respostas para sua proposta”. Já o processo, “ainda que impulsionado pelo projeto, muitas vezes foge ao controle porque toda mudança traz consigo uma dinâmica autônoma que faz nascer novos horizontes” (MATHIAS, 1995, p.109).

Quanto à consolidação da democracia, esse período de duração variável, constitui uma espécie de segunda transição, cuja avaliação da estabilização e do enraizamento do novo regime requer um considerável recuo temporal. A consolidação da democracia caracteriza-se pelo estabelecimento sólido de estruturas e procedimentos que pretendem durar. Essa fase é bastante distinta da de transição, marcada pela fluidez e a incerteza.

Para Stéphane Monclaire (2001), a consolidação é um quíntuplo processo, cujas fases combinam-se e nutrem-se umas das outras: 1) valorização desse tipo de recurso (processo já iniciado no fim da transição); 2) objetivação da superioridade progressivamente construída e atribuída ao valor desses recursos; 3) aprendizagem desse valor em via de estabilização e já parcialmente objetivada; 4) aumento dos usos táticos desses recursos mais e mais legítimos, e 5) rotinização de seu uso.

A consolidação seria esse momento (de duração variável), no qual população é levada a depositar sua confiança nas instituições, nas relações inter e intrainstitucionais que organizam a redistribuição de poder no seio do Executivo e do Legislativo, nos níveis local e nacional, e naquelas encarregadas de fazer respeitar essas modalidades, com base no “valor de ordem” que nelas reconhecem.

A consolidação da democracia exige que a incerteza em relação à competição pelo poder torne-se aceitável para os principais agentes. É preciso que eles concordem que os vencedores de eleições, independentemente de quem sejam, assumam o poder, mantendo as regras do jogo. Vale lembrar, porém, que a incerteza quanto aos resultados da competição eleitoral só é aceitável para os dirigentes do regime autoritário acompanhada de outras “certezas”, que restrinjam o alcance de eventuais reformas econômicas, sociais e políticas, implementadas por qualquer força política que vença a disputa pelo poder.

Em uma democracia consolidada, ninguém “considera que haja uma alternativa aos procedimentos democráticos para obter o poder”, e “nenhuma instituição ou grupo político

tem direito a vetar a ação daqueles responsáveis pelas decisões democraticamente eleitos" (LINZ, 1990 *apud* MONCLAIRE, 2001, p.13).

Trata-se de uma incerteza limitada, o que leva, segundo Arturi (1999), alguns analistas a afirmarem que toda transição bem-sucedida seria basicamente conservadora, por implicar acordos e pactos, públicos ou implícitos, que garantam a propriedade privada, a não perseguição dos dirigentes autoritários no novo regime e sua sobrevivência política.

Assim, os elementos que favorecem a transição, como a moderação e objetivos minimalistas da oposição e o oportunismo e controle por parte dos reformistas do regime, revelam-se, posteriormente, constrangimentos à consolidação da democracia. Se "as forças que promovem a democracia precisam ser prudentes *ex ante* e desejam ser resolutas *ex post*", as decisões anteriores criam condições que são difíceis de reverter depois, pois elas preservam o poder das forças associadas ao regime autoritário" (PRZEWORSKI, 1994, p.111).

O próximo tópico discute como esses elementos teóricos se expressam e se articulam na "distensão lenta, gradual e segura", o caso brasileiro.

6.2 Transição à brasileira: *habemus inc signus vencis*

A lenta e gradativa liberalização do regime (a longa ponte entre os anos de 1974 e 1985) e a utilização da arena eleitoral como recurso institucional privilegiado produziram um simulacro de "normalização" do processo. As regras do jogo político foram "naturalizadas" nos cálculos e na elaboração de estratégias dos principais agentes do período.

Consonante Arturi (1999, 2001), tratava-se de uma tentativa bem sucedida de institucionalizar uma democracia "forte", na qual os militares mantivessem direito de veto sobre a vida política do país e se consolidassem como um dos agentes políticos centrais, com grande poder informal, sobretudo em momentos de crise política. Arturi (1999) defende que a vitória do projeto militar, com a institucionalização de uma "democracia forte", faz-se à revelia da eleição indireta do líder da oposição moderada, Tancredo Neves, para presidente da República em 1985.

Para Gonçalves e Miyamoto (1993), a marcha da redemocratização não se marcou pela linearidade ou pelo controle absoluto dos dirigentes sobre o processo. A crise econômica interna, acentuada pelo quadro recessivo externo, teria atiçado a impaciência da sociedade

pelas reformas, condicionando o surgimento de sérios percalços. Oscilando de acordo com o movimento cruzado das correntes pró e contra abertura, a distensão procurou cumprir seu juramento sem confrontar-se com os elementos do círculo castrense.

Genericamente, um processo de democratização envolveria três etapas: o início da dissolução do regime autoritário, a criação da democracia e a consolidação do novo regime. No Brasil, a primeira foi de março de 1974 a março de 1985, abrangendo os governos dos generais Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985). A segunda etapa desenvolveu-se durante o governo civil de José Sarney (1985-1990), marcando-se pela proclamação da Constituição de 1988 e pelas eleições diretas para a presidência em 1989. A consolidação democrática iniciou-se com a posse, em março de 1990, de Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito por sufrágio universal, afastado do cargo por um processo de *impeachment* em dezembro de 1992, o que, para muitos analistas, indicaria um novo patamar de maturidade política dos brasileiros.

Questionando-se sobre os motivos que levaram o regime autoritário à transição, Mathias (1995, p.40) propõe como determinante a "erosão da legitimidade que passa a se esboçar no final do governo Médici", que desvelaria ser a persistência do autoritarismo contraprodutiva por implicar uma degradação progressiva da validade do poder político e das relações entre as elites e o Estado.

Essa tese sustenta-se em quatro fatores:

- "A 'resistência aos radicalismos' inerente à cultura política brasileira".
- "A necessidade de o país manter uma imagem no exterior de uma democrática estável".
- A resistência à repressão "pois não mais existia perigo aparente" e "se era possível ao governo administrar a crise, não o era manter os mesmos índices de crescimento e atender às novas demandas".
- A mudança na relação instituição militar e regime, pela autonomia da comunidade de informação e segurança que estava se constituindo num "Estado dentro do Estado" (MATHIAS, 1995, p.44-45), controlando, mesmo a fidelidade da elite dirigente (incluindo a hierarquia militar) à Revolução, em função de seus próprios critérios ideológicos.

Moisés (1979, p.8) afirma:

> La crisis permanente de legitimidad se profundiza y comienza a cuestionar los propios mecanismos de ejercicio de mando. Sectores sociales cada vez más amplios se integran al proceso de discusión de los fundamentos de la propia autoridad del régimen. Lo que era una simple crisis de legitimidad comienza a evolucionar para transformarse en el inicio de una crisis de autoridad, característica, además, de la formación de los Estados nacionales en América Latina, que carece de clases dominantes locales fuertes o suficientes para instaurar su hegemonía.

Além dessa, há outras vertentes interpretativas da transição:

- A estratégico-conservadora afirma que a transição evita o desgaste de poder e enfatiza os custos da continuidade, como a crescente autonomia da comunidade de segurança e informação, que a transformou em uma espécie de "força armada paralela", o que, para o regime político, significava o descontrole sobre a repressão e, no médio prazo, a perda do monopólio da força.

- A estrutural-crítica sustenta que o governo se viu acuado pela crise do petróleo de 1973. Nessa perspectiva, é destacado o fato de que, no final dos anos 1970, a inflação chega a 94,7% ao ano; em 1980, atinge 110% e, em 1983, 200% e a aceleração do desemprego (IBGE, 1970-1984).

- A liberal-democrática explica a erosão da legitimidade pelo êxito econômico que ampliou as demandas da sociedade civil. Essa concepção acentua as afinidades eletivas entre o regime burocrático-autoritário e a industrialização e afirma que são os sucessos dos diferentes governos militares nos campos político e econômico que ofereceram um terreno propício ao retorno do velho projeto liberal-conservador. O governo Médici "conduziu à mais forte inflexão no ritmo e na amplitude do desenvolvimento, produzindo a generalização do *ethos* capitalista em todos os setores econômicos e todas as regiões do país" (ARTURI, 1999, p.185).

- A da crise de hegemonia valoriza o papel dos movimentos sociais e dos trabalhadores no pós-1978. Nessa perspectiva, as grandes greves dos metalúrgicos paulistas no final da década de 1970, acelerou a "abertura política" do governo Figueiredo, introduzindo um agente político estranho ao conjunto das forças que, até então, eram os únicos protagonistas da transição.

Para alguns autores, como Carvalho (1989), o projeto da distensão política teria sido uma estratégia articulada e amadurecida no decorrer do governo Médici, objetivando minimizar a coerção, enquanto garantia a continuidade do regime. Vale lembrar que Médici contava com grande apoio da população, tendo sido aplaudido por 150 mil pessoas ao término do governo. Essa hipótese assenta-se no reconhecimento de que a vontade de Médici foi determinante na escolha de Geisel para sucedê-lo na presidência da República e no convite feito a Samuel Huntington, em meados de 1972, para formular um roteiro de reformas liberalizantes para o regime, então no ápice da repressão. Essas sugestões, entregues ao ministro-chefe da Casa Civil do governo Médici, Leitão de Abreu, seriam aproveitadas, dois anos mais tarde, pelo General Golbery do Couto e Silva.

O caráter pró-ativo de Médici na distensão teria sua origem, segundo essa leitura, com a reunião do presidente com seus colaboradores mais próximos, como o general Figueiredo, chefe do Gabinete Militar, em janeiro de 1971, que aprovou a candidatura de Geisel, um nome que, supostamente, preservaria a unidade militar. Em entrevista ao CPDOC, o general Carlos Alberto Fontoura (2005), chefe do SNI no governo Médici, afirma que o presidente costumava dizer que só abriria o regime se o país estivesse completamente pacificado, sem nenhum surto guerrilheiro. Como a guerrilha se estendeu, o presidente teria cumprido o que prometeu: colocar um general em seu lugar, temendo que um civil não conseguisse debelar "a crise guerrilheira".

A partir dessa data até sua posse em janeiro de 1974, Geisel teria contato com um círculo íntimo de colaboradores que estabeleceu contatos com a área militar, o governo e setores do sistema político e da sociedade civil, formulando questões com foco nas mudanças que deveriam ser realizadas na organização do Estado. Enquanto o general Golbery, então coronel, entrava em contato com o empresariado, a Igreja[149] e outros setores da oposição "legítima", o general e o ministro de Exército Orlando Geisel e Figueiredo movimentavam-se no âmbito da burocracia militar no governo[150].

---

[149] Geisel (1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.276) menciona sua surpresa com a presença, em sua posse, de "vários bispos e cardeais" apesar de "não ser católico, mas luterano", o que parecia ser "uma demonstração de boa fé e de confiança na mudança do quadro nacional".

[150] Alguns depoimentos de representantes da "linha dura' ao CPDOC, no âmbito do projeto *A volta aos quartéis*, informam que a aceitação de Geisel como "candidato oficial" do regime dependia de seu afastamento do coronel Golbery, suspeito de propensões "socialistas" ou "socializantes". A presença de Golbery, no novo governo, representaria, por conseguinte, uma traição.

Os nomes dos generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, como presidente e vice-presidente da República, foram anunciados oficialmente pela ARENA apenas em junho de 1973, sendo eleitos em 15 de janeiro de 1974 e empossados dois meses depois. O Colégio que escolheu Geisel tinha três delegados de cada Assembléia Estadual e mais um representante para cada 500.000 eleitores de cada Estado.

A facção militar que constituiu o governo Geisel tinha como preocupações centrais restabelecer a ordem no âmbito da burocracia militar e o prestígio das forças armadas enquanto instituição, o que demandava reestruturar as relações entre o regime e a sociedade, restabelecendo os direitos civis fundamentais, em resposta a uma crise política cumulativa. Para Golbery (1976 *apud* ALVES, 1985, p.186), "a repressão ilimitada, na busca de uma segurança absoluta, levaria em última análise à debilitação da segurança nacional pretendida".

Nesse sentido, como informa Fon (1981), os anos de 1974 e 1975 foram particularmente difíceis para os homens integrados nos organismos de segurança, posto que a desativação do aparelho de segurança do Estado teve início já nos primeiros dias do governo Geisel, com uma metódica campanha de dispersão dos agentes ligados ao CCC. Em 20 de janeiro de 1976, o general da "linha dura" Ednardo d'Ávila Mello é afastado do comando do 2º Exército e substituído pelo general Dilermando Gomes Monteiro, em conseqüência da morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho (ambos militantes do PCB), no interior do DOI-CODI, órgão vinculado ao 2º Exército.

Quanto ao cenário da sucessão, em nenhum momento após ter assumido a presidência, em março de 1974, Geisel acenou com a possibilidade de eleições diretas para a escolha do próximo presidente, como desejava a oposição, deixando claro que os instrumentos de exceção permaneceriam como salvaguardas constitucionais.

Para Corrêa (1980), a essência das "salvaguardas" era a manutenção, na Constituição, do processo punitivo expresso no AI-5, condição rejeitada pelas forças de oposição, que, exceto por pequenos grupos, continuam resistindo à sua aplicação. A meta de institucionalização do regime, mediante concessões secundárias, conciliava medidas liberalizantes com a consolidação do projeto autoritário, sintetizado na fórmula "continuidade sem imobilidade". Buscava-se uma ampliação da base consensual do regime, com vistas ao retorno ao "Estado democrático", sem a perda do controle político.

Quando o governo Geisel deu início à liberalização política em 1974, os militares já haviam consolidado a modernização conservadora, dizimado quase todos os focos de

guerrilha e de contestação armada. Mathias (1995, p.78-80 *passim*) reproduz excertos do pronunciamento de Geisel à Nação, em 1º de agosto de 1975, em que se afirma não ter a distensão uma "conotação exclusivamente política", visando "ao indispensável restabelecimento do chamado Estado de direito". Vinculava, então, o presidente ao "desenvolvimento integral e humano" a distensão, entendida como "a atenuação, se não eliminação das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da Nação e o bem-estar do povo". Esse "abrandamento das tensões" introduzia a temporalidade e o continuísmo da mudança, que resultaria em "uma reforma bastante limitada dentro dos marcos dessa 'revolução'".

Realizado o lema "segurança e desenvolvimento", o regime alcançou apoio social e recursos políticos e econômicos consideráveis, permitindo-lhe empreender uma estratégia de transição política. Em 1978, a mensagem geiselista era: "a revolução é tratada como 'anormal' e a distensão passa a ser vista como condição e não conseqüência do desenvolvimento socioeconômico" (MATHIAS, 1995, p.106).

A distensão envolveu, ainda, a liberalização gradativa da imprensa[151] e do debate político, acompanhada da relativa contenção dos órgãos de repressão. Revitalizou-se o sistema partidário como arena de legitimação do regime, ao garantir-se a manutenção do calendário eleitoral. As eleições parlamentares de novembro de 1974 beneficiaram a oposição institucional representada pelo MDB, que, aproveitando a maior liberdade de imprensa, fez uma expressiva campanha de denúncias contra a violação dos direitos humanos, a concentração de renda e a desnacionalização da economia, impetradas pelo regime. Apesar desse espectro de denúncia "para fora", "a postura adotada pelos líderes da oposição durante toda a campanha eleitoral" [mostrava] que "independentemente dos resultados eleitorais, o MDB apoiava o projeto geiselista" (MATHIAS, 1995, p.113).

Para sua própria surpresa, o MDB conquistou mais de um terço do Congresso, levando o governo a perder a maioria necessária para emendar a Constituição. Esse resultado, com a redução das abstenções a 19%, foi impulsionado pela "anticandidatura" de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho à presidência, o que demonstrou que "o MDB havia compreendido que não existiam mecanismos fora das regras do jogo para chegar ao poder" (MATHIAS, 1995, p.65).

---

[151] Para alguns analistas, o fim da censura prévia à imprensa seria parte da estratégia geiselista de contenção da "linha dura" e do aparato repressivo que essa manipulava. A denúncia dos "excessos", eufemismo para tortura e assassinatos, constituir-se-ia em um instrumento de redução do número de casos.

Schwartzman (1988), analisando o voto do MDB em São Paulo, em 1974, afirma que esse voto, ainda que mantendo as clivagens sócio-econômicas tradicionais, revelou-se, claramente, como de protesto contra o Estado centralizado e autoritário. Nesse contexto, o MDB emergia como anti-governo e anti-elitismo, símbolo de um novo estado de coisas. Os votantes do MDB, ao contrário dos arenistas, preferiam o voto direto, o governo eleito e acreditavam na sabedoria do povo.

> Nas eleições gerais de 1974, na votação do único partido legal de oposição: o MDB, configurava-se uma frente política integrada pela pequena burguesia, setores da burguesia e a classe operária, e respaldado pela Igreja Católica, que trazia pela mão o movimento sindical rural, o campesinato organizado e as associações populares urbanas, em cuja organização havia invertido notável esforço. Desde esse momento, a redemocratização se convertia em uma exigência da luta de classes no país, que o regime militar podia aspirar a moderar e dirigir, mas que não estava em condições de impedir (MARINI, 1986, p.18-19).

Arturi (1999) informa-nos que, em 1970, foram eleitos 41 senadores da ARENA e cinco do MDB e 72% dos deputados eleitos eram da situação (220 contra 90 do MDB), num quadro em que as abstenções, apesar da obrigatoriedade do voto, chegaram a 23% e os votos nulos e brancos somaram 28%. Até esse momento, o descrédito do MDB era muito grande, quer por sua fragilidade quer pela extrema moderação e conformismo de sua campanha política. Além disso, havia a campanha pelo voto nulo desenvolvida pelas esquerdas que, nesse momento, em sua maioria, sustentavam uma luta armada contra o regime e consideravam o MDB um instrumento de legitimação do regime. A maioria dos eleitores que anularam seu voto em 1970, por orientação de partidos clandestinos e de grupos de esquerda, votaram no MDB em 1974.

Assim, concordamos com a avaliação de Mathias (1995), que afirma que as eleições de 1974, independentemente de seu resultado, representaram um ponto a favor do governo, pois o importante era a sua realização em clima de relativa liberdade e a legitimação da democracia liberal representativa.

A aceitação pelo governo Ernesto Geisel dessa vitória é considerado o marco da distensão brasileira, realizando-se à revelia das “sérias divergências no interior das Forças Armadas, com dividendos para a ‘linha dura’ que certamente se apropriou do fato para criticar a política do governo, acusando-a de contra-revolucionária” (MATHIAS, 1995, p.106). De acordo com a teoria política, a distensão tem início apenas quando há uma confiança de todos os envolvidos de que o processo terá continuidade. Como todos os generais-presidentes haviam

prometido restaurar a ordem democrática[152], é óbvio que a desconfiança era grande naquele momento.

É preciso que se registre que Geisel vivera "profunda insatisfação", passando a defender a "tese de que as eleições não fortaleceram a democracia, pois o voto não foi 'esclarecido' e a campanha pautou-se por interesses pessoais, e não nacionais". Do mesmo modo, reforçara sua crítica em relação à ARENA, que "falhara no papel 'que sempre lhe foi atribuído e que nunca exerceu satisfatoriamente, de fazer-se o sustentáculo político da Revolução de 31 de março de 1964'" (CASTRO, 2002, p.45-46 *passim*).

Tal aceitação das regras do jogo por Geisel, à revelia da "linha dura"[153] e do próprio descontentamento, reforçou a confiança dos principais agentes políticos do período, quer do regime, quer da oposição, de que a candidatura Geisel vinha acoplada a um projeto de liberalização política e de abandono do Estado de exceção. Para Geisel, os partidos políticos do governo e da oposição eram os "veículos exclusivos de participação do povo na organização do poder e responsáveis pela autenticidade do sistema representativo", cabendo-lhes "concorrer decisivamente para o aperfeiçoamento da estrutura política nacional" (GEISEL, 1973 *apud* MATHIAS, 1995, p.99). O presidente acreditava que os partidos políticos faziam parte de um "estilo de vida democrático", colocando "o povo no poder público". A proteção de todas as categorias da população corria por conta da Justiça do Trabalho e do INPS.

Todavia, face à vitória da oposição em 1974, as eleições municipais de 1976 sofreram severas restrições da propaganda eleitoral. Quatro meses antes dessas eleições, entrava em vigor a baixou a Lei 6.339, cognominada "Lei Falcão", pela qual os partidos políticos só exporiam, no rádio e na televisão, sua denominação, seu número e o currículo dos candidatos, com uma fotografia em se tratando da televisão. Mesmo com tais artifícios, a Arena teve apertada vitória, conseguindo 35% dos votos contra 30% para o MDB.

---

[152] O próprio Médici (1971), em seu discurso de posse, afirmara pretender deixar, ao término de seu período governamental, definitivamente instaurada a democracia no país e fixadas as bases do desenvolvimento econômico e social.

[153] Arturi (1999) defende que as diretrizes gerais da DSN, a submissão militar aos princípios da hierarquia, ao comandante chefe das Forças Armadas e os recursos de poder do general presidente resultaram em uma espécie de ditadura personalista no seio do regime autoritário, que alargava o espaço de escolhas políticas ou voluntaristas, criando permanente crise à medida que favorecia as dissidências e as clivagens no seio das forças armadas, tomando a forma de uma oposição "interna" ao governo (em nome da defesa do regime por exemplo).

O Executivo apresentara, em 1977, projeto de reforma do Poder Judiciário, que propunha a criação do Conselho da Magistratura, para disciplinar a atuação dos juízes, e a transferência aos tribunais militares do julgamento dos policiais militares. Alegando que o partido oposicionista não concordara com a proposta, em 1º de abril de 1977, o governo baixou o Ato Complementar 102, que, em seu Art. 1º, decretou "o recesso do Congresso Nacional", embasado na jurisprudência de exceção do AI-5. De acordo com Art. 2º, § 1º do AI-5, "decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias", de modo que o governo teve alguns dias, para promulgar o Pacote de Abril, que garantiria a maioria do Congresso para o partido do regime (ARENA) nas eleições de 1978, assim como, no Colégio Eleitoral encarregado de escolher o próximo presidente da República no início de 1979, além de adiar para 1982 as eleições diretas para governadores dos estados, entre outras medidas arbitrárias.

Essa operação era perfeitamente coerente com duas idéias defendidas pelo presidente: a de que "sobre o embasamento jurídico, prevalecia a revolução" e que o Legislativo "era um órgão necessário", cujo funcionamento, "entre nós, era muito complicado, como ainda o é até hoje" (GEISEL, 1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.p.176-189 *passim*).

O Pacote de Abril, incluso na EMC-8, representou uma obra de "engenharia geopolítica" que fortaleceu o governo contra resultados eleitorais adversos, decretando o crescimento desproporcional das bancadas da Amazônia e do Nordeste no Congresso Nacional, com impactos perversos até os dias atuais. "A oposição tinha suas praças-fortes nos estados mais desenvolvidos, nas regiões mais industrializadas e nas maiores cidades", como nos lembra Alves (1985, p.192).

Pelo novo pacote, as bancadas estaduais da Câmara não podiam ter mais do que 55 deputados ou menos que seis. Com isso os estados menos populosos, controlados pela ARENA, garantiram uma boa representação no Congresso, contrabalançando as bancadas do Sul e do Sudeste, regiões em que a oposição era mais expressiva e o número de eleitores, muito superior. O pacote criou a figura do senador biônico: um em cada três senadores passou a ser eleito indiretamente pelas Assembléias Legislativas de seus estados. Modificou-se igualmente o procedimento para encaminhar e aprovar emendas constitucionais, ampliando o campo de manobras do governo.

Apesar dessas alterações das regras do jogo, a avaliação de Hércules Corrêa (1980, p.232), membro do CC/PCB, então encravado no PMDB, é altamente positiva:

> Conhecidos reacionários da Arena não conseguiram reeleger-se, e vários deles, certos da derrota, não tiveram coragem sequer de se candidatar. No interior desse partido, vozes se levantaram em oposição ao regime e já agora parlamentares e personalidades arenistas começam a ingressar no MDB. O balanço global das eleições de 1978 é, portanto, muito positivo para as forças antiditatoriais. Elas permitiram, mesmo com todas as restrições impostas pelo regime, que se realizasse importante mobilização na campanha eleitoral.

À revelia disso, Geisel conseguiu, deste modo, controlar firmemente o processo de liberalização, golpeando alternadamente a oposição e os militares da "linha dura". Figueiredo "tem que governar com o povo. E quem representa o povo são os deputados e senadores. É preciso, portanto, que deputados e senadores sejam a maioria da ARENA" – afirma Geisel (1979 apud MATHIAS, 1995, p.139).

Isso, obviamente, teve um custo. A partir desse ato arbitrário, as reações contrárias ao governo Geisel aumentaram significativamente. O MDB passou a posicionar-se como um verdadeiro partido de oposição e a apostar no caráter plebiscitário das eleições: "vote contra o governo, vote no MDB". Nessa conjuntura, nas eleições de 1978, a ARENA alcançou 50,4% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, ficando o MDB com 49,6%. Pelas normas da EMC-8, porém, o partido governista ficou com uma bancada de 231 deputados e o MDB com 189. No Senado Federal, o MDB atingiu 56,9% dos votos, mas teve nove senadores empossados, cabendo à ARENA 36, dos quais 21 "biônicos", ou seja, eleitos indiretamente sem voto popular. Quanto aos deputados estaduais, a ARENA chegou a 492, atingindo o MDB 353 representantes nos Estados, o que sinalou expressivo crescimento.

6.2.1 O II PND e a oposição dos ricos

Com o II PND, que subordinou a economia ao Estado, tomado como "arquiteto do futuro", desencadeou-se uma forte mobilização patronal antiestatização, no "primeiro movimento organizado de contestação aos governos militares partido da sociedade civil" (ARTURI, 1999, p.268). Em entrevista a Maria Celina D'Araújo e Celso Castro (1998, p.249-251 *passim*), Geisel reproduz sua posição: "A estatização resulta de uma situação forçada! O sujeito não é estatizante porque gosta, é estatizante porque é a única maneira de fazer as coisas, e se não fizer as coisas o país não se desenvolve", já que "a iniciativa privada não se interessa pelo real desenvolvimento do país".

O governo se lançara à realização de obra faraônicas (grandes hidrelétricas e centrais nucleares, por exemplo) e à ambiciosa integração do sistema industrial, pela implantação de indústrias petroquímicas e de bens de equipamentos. Em um contexto de crescente intervencionismo estatal, a iniciativa privada, que sustentara o regime de exceção, subitamente aderiu à democracia, clamando por "um sistema político que permita 'a participação de todos'" (MOTTA, 1979, p.126), *c'est-à-dire* em que essa assumisse uma participação efetiva nas discussões dos problemas nacionais.

De fato, a ABDIB, fundada com o fito de garantir a implementação de uma política industrial votada para o setor de bens de capital, sempre esteve no centro do debate sobre a política econômica do governo Geisel (VELASCO E CRUZ, 1995). Na tentativa de neutralizar a oposição dos empresários paulistas, o BNDE, principal financiador do II PND, criara, em 1974, três subsidiárias, para capitalizar as empresas priorizados no Plano através da concessão de capital de risco: a EMBRAMEC, a IBRASA e a FIBASE. No Conselho da EMBRAMEC, tomou posse, em 1974, Paulo Villares, diretor das Indústrias Villares S/A, onde Lula da Silva trabalhou como torneiro mecânico[154].

Apesar dessa representatividade no âmbito do governo Geisel, o empresariado voltou-se contra suas políticas econômicas, impulsionando intensa campanha contra a crescente intervenção estatal, mormente nos setores de transporte, mineração e siderurgia, a partir de 1974. Em 1975, a ABDIB elaborara as primeiras críticas ao governo Geisel, afirmando que, se o governo decidiu apoiar a indústria de bens de capital e ele é, por intermédio das estatais, o principal comprador, todos os problemas da indústria deveriam estar resolvidos. Apesar disso, a indústria brasileira de bens de capital, que poderia produzir 80% dos equipamentos necessários, responderia por apenas 56% de suas encomendas (ABDIB Informa n. 136/76). Bianchi (2004) afirma que tais ações sinalizavam que os empresários não aceitariam o papel subalterno ao qual haviam sido relegados.

Nesse contexto, em 30 de março de 1977, o governo assinou a Resolução 09 do CDE, que reafirmou as diretrizes da política industrial do II PND de apoio a empresa privada nacional, notadamente o setor de insumos básicos, bens de capital e mineração. A Resolução estabelecia que:

---

[154] A eleição da ABDIB, para o biênio 1977-1978, empossou Carlos Ramos Villares como presidente. Lula da Silva (1981) afirma que só uma vez esteve com o dono da Villares que lhe pareceu uma pessoa acessível. No seu primeiro contato que teve com a área empresarial, alguns demonstraram maior aptidão para o sindicalismo livre, mas não se chegou a discutir em profundidade

- Os órgãos e empresas estatais só importariam máquinas e equipamentos quando não houvesse similar nacional, mesmo dispondo de limite no orçamento de importações.
- Realizar-se-ia um esforço de progressiva nacionalização de componentes.
- Primeiro, dever-se-ia determinar o volume do fornecimento de equipamento da indústria nacional, para realizar, em seguida, concorrência internacional, para que a parcela de produção não coberta pela indústria nacional fosse adquirida no exterior.
- A preferência, no caso de consórcios de fornecimento, seria dada àquele sob liderança de empresas nacionais.

Em julho de 1977, com as denúncias da PETROBRÁS de atrasos nas entregas pela indústria nacional, veio a ameaça de um decreto-lei revendo a legislação do similar nacional e a Resolução 09, concedendo àquela estatal isenção total para importação de equipamentos. Vários fabricantes produzindo os mesmos equipamentos, ausência de uma reserva de mercado para os produtos nacionais, concorrência com multinacionais acarretaram uma desnacionalização do setor (ABDIB Informa, n.146/77).

Bianchi (2004) acompanha a movimentação do empresariado no âmbito da FIESP. Destarte, anota o discurso de posse de Theobaldo De Nigris, em novembro de 1977: “Em verdade, o que desejamos é que decisões, por vezes fundamentais, sejam tomadas com o prévio conhecimento de nossas posições e pontos de vista, evitando-se a surpresa, que cria perplexidades desnorteantes e geram, em determinadas circunstâncias, desestímulo e desânimo” (idem, p.124). Esse tema seria retomado no dezembro seguinte, quando De Nigris afirmaria ser imprescindível uma ação coordenada entre governo e empresariado.

O ano de 1978 foi marcado pelo descontentamento da ABDIB pelo fracasso do II PND, que teria suas metas revistas. Em julho, através do Fórum dos Líderes do jornal *Gazeta Mercantil*, oito empresários, eleitos, um ano antes, como líderes por cinco mil empresários, assinariam o *Manifesto dos Oito*: Antônio Ermírio de Moraes, diretor-presidente do grupo Votorantin; Cláudio Bardella, ex-presidente da ABDIB e diretor-presidente do grupo Bardella; Jorge Gerdau Johanpeter, diretor do Grupo Gerdau; José Mindlin, diretor da FIESP e diretor-presidente da Metal Leve; Laerte Setúbal Filho, diretor-presidente do Grupo Duratex; Paulo Velinho, diretor da ABINEE, vice-presidente da CNI e diretor do grupo

Springer-Admiral; Paulo Villares, ex-presidente do IBS e diretor do grupo Villares e Severo Gomes, ex-ministro da Indústria e Comércio e diretor-presidente do grupo Parahyba.

> Porque quando um Bardella está falando, ele fala como dono de uma coisa, a fábrica é dele, então ele fala como dono. Eu acho que a diferença que existe é basicamente essa: existem alguns dirigentes empresariais que têm assim mais decência, que têm uma melhor postura do que outros para discutir, que têm um pouco mais de responsabilidade do que outros (LULA DA SILVA, 1981, p.174).

Marini (1986) afirma que, nesse ínterim, a burguesia, no contexto da campanha contra a intervenção do Estado na economia, viu destacar-se de seu interior os primeiros grupos industriais favoráveis ao controle direto do aparato estatal, prescindindo da intermediação militar, tendência que aumentaria à medida que o capital financeiro acentuara sua pressão para apropriar-se da mais-valia gerada na produção.

O economista Luís Gonzaga Belluzzo (2004), assessor do grupo, analisando a conjuntura em que o Manifesto foi elaborado, afirma que, apesar das taxas elevadas de crescimento, o que preocupava era o ritmo do endividamento externo e o descasamento entre os projetos de infra-estrutura, cujas receitas eram basicamente em moeda local e financiados em moeda estrangeira.

Para Bianchi (2004, p.125-126), os signatários do documento tomavam como ponto de partida uma perspectiva decenal e expressavam a concepção de que o desenvolvimento econômico deveria estar "fundado na justiça social e amparado por instituições democráticas, convencidos de que estes são, no essencial, os anseios mais gerais da sociedade brasileira".

Na mais radical crítica político-econômica do empresariado contra a administração Geisel, eles introduziam a preocupação com a "questão social", entendendo que o desenvolvimento da economia brasileira convivia com "desigualdades sociais profundas", capazes de afetar "a estabilidade social". Defendiam, assim, que "qualquer política social conseqüente" devia embasar-se em uma "política salarial justa", que levasse em conta "o poder aquisitivo dos salários e os ganhos de produtividade médios da economia".

> La desilusión de la pequeña burguesía ante el fracaso del "milagro" encontró su correlato en la protesta del empresariado de São Paulo, cansado de oponerse inútilmente a los obstáculos a su intervención en la definición de la política económica (léase, política de desaceleramiento de la economía y/o política de estatización). Como observó Francisco de Oliveira, los empresarios de São Paulo quieren saber "quién va a pagar el pato por la crisis", pero como están alienados de la política, no tienen acceso a las decisiones. Su protesta, seguida por la reivindicación de la vuelta al Estado de Derecho, es la exteriorización de esa

insatisfacción (MOISÉS, 1979, p.7).

O documento afirmava a necessidade de uma "legítima negociação entre empresários e trabalhadores", o que exigiria "liberdade sindical, tanto patronal quanto trabalhista, e dentro de um quadro de legalidade e de modernização da estrutura sindical". Tal liberdade somente seria exeqüível em um marco político que permitisse "uma ampla participação de todos": um regime dotado de suficiente flexibilidade "para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classes – o regime democrático" (BIANCHI, 2004, p.126). A democracia era indissociada, por conseguinte, da livre iniciativa e da economia de mercado, que deveriam evitar "uma luta de classes de conseqüências imprevisíveis".

À revelia do peso político dos signatários do Documento, ele não unificou a fala empresarial. Da própria FIESP viriam as críticas de que seus autores não estariam dispostos a participar de uma verdadeira economia de mercado, que pressuporia a não ingerência do Estado na economia, ou seja, a inexistência do BNDES que os alimentava então. A crítica antecipava a disputa eleitoral, travada em 1980, entre De Nigris e Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, proprietário da Cobrasma, presidente do SINDIPEÇAS e membro do CMN. A vitória da chapa *Renovação sem contestação,* de Vidigal Filho, representou o triunfo do projeto dos oito, com a incorporação de um de seus membros, Cláudio Bardella, e uma ruptura geracional. Apesar disso, mantiveram-se sólidas as relações entre os industriais paulistas com o regime, de modo que, somente em 1980, o GPMI abriu, no parque industrial paulista, 994 concorrências, envolvendo 730 pessoas e 11 empresas.

Efetivamente, o papel desempenhado pelo empresariado na transição democrática é pleno de contradições: se o *Manifesto dos Oito* revelava sua oposição ao autoritarismo, em 1980, se colocavam sob a liderança "firme e bem intencionada" do presidente Figueiredo. Tais oscilações indicariam que o empresariado, dirigido pelo capital monopolista dos setores mais dinâmicos da economia e tomado como uma das fontes de contestação ao regime burocrático-militar, não apresentava a necessária unidade para elaborar um projeto de nação capaz de impor-se ao conjunto da sociedade, limitando-se à defesa de interesses econômicos imediatos e de objetivos políticos transitórios.

O empresariado ora avançava, ora recuava; ora via o movimento sindical como um potencial aliado, ou um interlocutor necessário, ora, denunciando, na onda grevista, a desordem. Em verdade, a onda grevista de 1978 estimulara a demanda e, se os sindicatos "grevistas" se mantivessem "despolitizados", poderiam ser úteis. Tal não foi, todavia, a

avaliação dos dirigentes da FIESP que, em novembro de 1979, orientaram as empresas associadas a não pagarem as horas paradas, a demitirem grevistas e a impedirem a sua permanência dentro das fábricas, expondo-os à repressão policial[155].

Em novembro de 1980, a Comissão de Negociação da FIESP chegou a um acordo com sindicatos da capital, Osasco e Guarulhos, que representou um voto de confiança dos operários à nova diretoria da Federação e, para Joaquinzão, dos metalúrgicos de São Paulo, o início de uma nova era no relacionamento entre capital e trabalho. Assim, em março de 1981, os acordos salariais dos metalúrgicos seriam concluídos, sem a interferência do governo, sem greves e antes do prazo estabelecido para o dissídio da categoria.

Para Bianchi (2004, p.176-178 *passim*),

> Em uma conjuntura recessiva o pacto social era levantado pelo empresariado como uma saída para a criação de mecanismos de controle social mais eficazes que pudessem incluir níveis mais elevados de contenção salarial em troca da estabilidade no emprego. [...] O que a presença do pacto revela, portanto, é que o conflito existe como uma ameaça presente ou potencial. Revela, a existência de lideranças empresariais capazes de articular respostas políticas flexíveis adaptadas a contextos particulares.

Destarte, o "espírito dos oito" manteve-se na nova diretoria da FIESP, impondo, momentaneamente, outra relação com o regime autoritário em crise. Tal espírito não era outro, porém, que o do revanchismo. Vidigal Filho (2005, p.2), voltando-se àquela conjuntura, afirma: "Nós fomos induzidos ao erro, mas nós erramos muito". De fato, só o Cláudio Bardella está aí, pois "ele não entrou naquele clima e sobreviveu. Vendeu uma parte da empresa para a Schüller, mas continua aí atuando como empresário. Mas toda a indústria ferroviária quebrou".

Para o ministro Velloso (1977), o grande problema era fazer o empresário nacional se engajasse em GPIs, em meio a uma grande recessão mundial e a solução foi orientar todo o sistema de incentivos governamentais, via BNDE[156], para esses setores, considerados da mais alta prioridade. A tática funcionara, com a empresa privada nacional, enfim, decidindo-se a correr riscos elevados.

Foi essa assumpção do risco que levou a Vibase, de Paulo Villares, em Araraquara-SP, a

---

[155] O SIMESP já propusera medidas semelhantes, em fevereiro de 1979, defendendo uma reforma que fracionasse os sindicatos metalúrgicos e a aplicação da LSN dos líderes sindicais da greve ilegal.

[156] Só em 1976, essas operações alcançaram o montante de Cr$ 5,6 bilhões.

naufragar junto com o II PND. Ligada ao plano de expansão siderúrgica, a empresa previa produção de 45 milhões de ton./ano e o patamar atual é de 30 milhões de ton./ano[157], o que mostra a desproporção das metas, que aceleraram o processo de desnacionalização do nosso parque industrial.

David Friedlander e Ricardo Grinbaum ([1999] 2008) afirmam que a Villares foi o nome que melhor representou o sonho brasileiro de ter um parque industrial igual ao das grandes potências. Entrando de corpo e alma no projeto do "Brasil Grande", fez um plano ousado, investindo mais de US$ 600 milhões em 15 empresas e 23.000 funcionários. Quando as novas fábricas ficaram prontas, veio a crise da dívida externa e a Villares perdeu seu principal cliente: o governo.

Apesar da revolta, a inércia. O empresariado brasileiro, mesmo associando-se a uma gama de economistas "oposicionistas", ao priorizar a intervenção na conjuntura, mostrou-se incapaz de (ou desinteressado em) forjar um projeto de hegemonia política, um "projeto de nação", fator relevante aos rumos da transição brasileira.

6.2.2 Frota e o sucedido

A demissão, em 12 de outubro de 1977, do ministro do Exército, Sylvio Frota, que almejava suceder a Geisel, mostrou a todos os agentes da transição a segurança da continuidade do processo. Frota era reconhecido como membro da "linha dura" e essa desqualificação como candidato rompia com um dos pactos implícitos do regime: a sucessão entre "sorbonnistas" e a "linha dura". Os momentos que precediam a sucessão presidencial eram sempre de tensão no campo militar, apesar desse rodízio no poder o que estimulava a formação de facções nas Forças Armadas[158]. Estudos mais recentes, como o de Carlos Fico (2004, p.81), afirmam que o "moderado" de ontem poderia ser o "duro" de amanhã e que muitos eram "duros" para algumas questões e "moderados", para outras, de modo que "a

---

[157] Belluzzo (2004).

[158] A partidarização de o aparelho militar atingiu seu ápice após a doença do presidente Costa e Silva em agosto de 1969, quando assumiu o poder uma junta integrada pelos ministros de Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o que, segundo Geisel, se qualificaria como "o verdadeiro golpe". O seu sucessor, o general Médici, foi escolhido em um escrutínio reservado aos oficiais das três armas, em flagrante desrespeito às regras sucessórias estabelecidas pela Constituição de 1967 (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997).

clássica divisão entre linha dura e moderados não dá conta da diversidade de clivagens que configuravam os diversos grupos militares".

Essa demissão, efetivamente, abriu caminho para a indicação de Figueiredo, que não era general-de-exército, como os demais presidentes da "Revolução", mas general-de-divisão, o que quebrava a hierarquia e "afastava, ainda que parcialmente, o Exército do centro político decisório. [...] Figueiredo e Chaves foram confirmados pelo Colégio eleitoral como herdeiros de Geisel por 355 a 266 votos (56% dos votos contra 80% em 1974)" (MATHIAS, 1995, p.131), contra a chapa do MDB, encabeçada pelo general Euler Bentes.

Geisel conseguiu que a democratização seguisse nos seus moldes com a eleição de Figueiredo, mas não impediu o avanço da oposição. Nas eleições legislativas de 15 de novembro, a Arena obteve em todo o país 13,1 milhões de votos para o Senado e 15 milhões para a Câmara; o MDB teve 17 milhões de votos para o Senado e 14,8 milhões para a Câmara (ALVES, 1985).

A hegemonia dos setores liberais e conservadores, no interior das forças de oposição, favoreceu o alinhamento das esquerdas às regras da transição negociada impostas pelo regime. Em 1978, Geisel extinguiu o AI-5, o principal instrumento jurídico e o símbolo maior da ditadura militar, que lhe permitia alterar unilateralmente as regras do jogo político, o que deu à transição uma dinâmica própria, no sentido de que as medidas liberalizantes constituíram-se em novas regras do jogo político, tornando improvável um recuo institucional, sob pena de desmoralizar os partidários da liberalização e minar sua autoridade.

A EMC 11, que estabeleceu o fim do AI-5[159], restituiu direitos de cidadania, espoliados por este Ato, como o *habeas corpus*, e revogou o banimento de 120 presos políticos, todavia estabeleceu novos controles por meio das "salvaguardas de emergências". Assim, o presidente, preocupado com a defesa do Estado e da sociedade doou aos brasileiros uma dose tripla de segurança: o Estado de Sítio, as Medidas de Emergência e finalmente o Estado de Emergência.

O Art. 158 dessa EMC, promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, afirma que, "nos casos de guerra ou a fim de preservar a integridade e a independência do país, o livre funcionamento dos poderes e de suas instituições, quando

---

[159] Para Geisel, "preconizar a revogação do AI-5 não chega a ser contestação", mas "lutar sistematicamente por essa revogação porque o Ato seria um instrumento de arbítrio apenas aplicado para a manutenção de privilégios, já é uma atitude contestatória" (CASTRO, 2002, p.47).

gravemente ameaçados ou atingidos por fatores de subversão", o presidente da República, poderá decretar o estado de sítio, o qual autoriza os seguintes atos coercitivos: a) obrigação de residência em localidade determinada; b) detenção em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns; c) busca e apreensão em domicílio; d) suspensão da liberdade de reunião e de associação; e) intervenção em entidades representativas de classes ou categorias profissionais; f) censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas; e g) uso ou ocupação temporária de bens das autarquias empresas públicas sociedades de economia mista ou concessionárias de serviços públicos, bem como a suspensão do exercício do cargo, função ou emprego nas mesmas entidades (BRASIL, 1978, Art. 158).

No ocaso de seu governo, Geisel faz aprovar a Lei 6.620/78, uma nova LSN, "que nada mudou em termos das definições típicas da Lei de Segurança Nacional – houve tão somente um abrandamento das penas", suprimindo-se as penas de morte e prisão perpétua e reduzindo as demais. Não se tratou, porém, de "uma 'humanização' das penas. O que aconteceu foi uma sofisticação do controle", pois, como afirma Roberto Aguiar (1984, p.47), dadas as penas exarcebadas da legislação anterior, "os juízes tendiam a absolver, para não condenar à morte ou à prisão perpétua".

A anistia e a reforma partidária[160], ainda que implementadas no governo do general Figueiredo (Geisel o único general-presidente a fazer seu sucessor) eram parte do projeto Geisel[161]. Luiz Eduardo Greenhalgh (1999) informa que, desde o começo de 1975, os primeiros movimentos pela anistia vinham se organizando e que, quando fundou-se o CBA, em São Paulo, o general Golbery afiançou que não haveria anistia, posto que a revolução continuaria a ser. No final de 1976, o mesmo ministro afirmaria a possibilidade de fazer uma revisão caso a caso, podendo anistiar aqueles que não pegaram em armas ou que tiveram bom comportamento carcerário.

---

[160] Antes da Reforma, com a Lei 6.341/1976, Geisel intentara que os partidos políticos contivessem os movimentos Estudantil e Trabalhista, permitindo que esses se fizessem representar nos Diretórios Municipais, Regionais e Nacionais. O trabalhador seria ser sindicalizado (posto que o "indivíduo molecularizado" nada vale) e o estudante, devidamente matriculado em estabelecimento de ensino, autorizado pelo Governo, somente podendo participar do Movimento até 27 anos. Se eleito, esse trabalhador ou estudante desligar-se-ia do respectivo Movimento. Esse formato de "participação" não obteve a aderência desejada.

[161] Indagado sobre por que não concedeu a anistia no seu governo, Geisel (1993-1994 apud D'ARAÚJO; CASTRO, 1998) afirmaria que não o fez porque que o processo devia ser gradual, tendo sido necessário, antes de prosseguir, sentir e acompanhar a reação, o comportamento das duas forças antagônicas: os militares mais radicais e a área política da esquerda e dos remanescentes subversivos. Apesar de tanta parcimônia, a "linha dura", entrevistada pelo CPDOC, acusaria Geisel, de, não abrir, "escancarar" o regime.

O sistema partidário brasileiro, estabelecido em 1979, foi a base sobre a qual se ergueu a transição brasileira, estratégia de grande êxito, apesar das crises políticas e econômicas. Geisel legou ao general Figueiredo a tarefa de aprofundar a liberalização do regime e passar a presidência a um aliado civil ao término de seu mandato. Como nos lembra Avelar (2004, p.226), a ênfase no canal eleitoral, como cerne da participação, "oculta os meios pelos quais os segmentos da não-elite se organizam e se manifestam, particularmente nos países em que as elites tradicionais sabem como manipular o sufrágio a seu favor, seja pelos vínculos clientelísticos, pela coerção, seja pela violência".

Face à necessidade de "recolocar os partidos no papel original de atores principais do campo político, fazendo refluir a suas atividades específicas as entidades não políticas que tinham extrapolado sua área institucional" (COUTO E SILVA, 1981, p.32), o sistema partidário brasileiro é reconstruído em 1979, quando terminou o bipartidarismo. Mathias (1995, p.99) reproduz o pensamento de Geisel sobre o tema:

> A participação deve restringir-se aos partidos políticos. As demais associações civis, como sindicatos, não têm e não podem cumprir essa tarefa. Quando as associações 'fazem política', isto é visto como 'desvio', como anormal e como mostra de que os partidos não estão cumprindo seu papel. Porém, ao partido não cabe tomar decisões: estas são responsabilidade do governo, que está acima das facções e interesses; ao partido cabe simplesmente sugerir.

Na visão geiselista, o MDB "tanto já contemporizou com seus radicais que dificilmente encontrará meios de compatibilizar-se com o processo revolucionário", o que tornava "cada vez seria mais generalizada a convicção da necessidade de uma reforma partidária que extinguisse as atuais legendas" (CASTRO, 2002, p.48). Além disso, igualmente, "a Arena falhara no papel 'que sempre lhe foi atribuído e que nunca exerceu satisfatoriamente, de fazer-se o sustentáculo político da Revolução de 31 de março de 1964'" (ibidem, p.46).

Essa reforma cristalizou o preconceito de Geisel com os "partidos pequenos", que ele denominava inexpressivos, independentemente da importância da corrente política representada por eles. De fato, a reforma partidária de 1979, que extinguiu os dois partidos então existentes e implantou o multipartidarismo[162], fracionou a oposição para destruir o caráter plebiscitário, crescentemente desfavorável ao regime, das eleições. O MDB era "um conglomerado de diferentes grupos de oposição que só dispunham, como canal político, do

[162] O bipartidarismo imposto vigorou de 1966 a 1979. O regime autoritário, para garantir o controle do processo político, produziu três sistemas partidários distintos.

único partido legal de oposição", de sorte que "era do interesse do Estado de Segurança Nacional a extinção do MDB" (ALVES, 1985, p.267).

O debate sobre os novos partidos envolveu diferentes propostas, como as de Almino Afonso e Fernando Henrique Cardoso, que articulavam, com outros setores, a criação de um partido que deveria ser "popular, nacional e democrático", com o povo e a classe operária militante. Essa discussão envolveu um primeiro contato com Lula da Silva, em uma reunião em São Bernardo, da qual participou todo o setor autêntico do MDB.

A proposta de Leonel Brizola baseava-se na recuperação do antigo PTB, defendendo uma ideologia nacionalista vinculada à justiça social, nesse momento respaldada pela II Internacional. Como bem afiança D'Araújo (1990, p.196), "partidos políticos não são o único instrumento para aferir a capacidade organizativa dos trabalhadores, nem partidos trabalhistas são sempre a forma privilegiada para defender e representar os interesses dos trabalhadores". Apesar disso, era clara a tentativa de aliar os trabalhadores a um novo projeto partidário.

O mesmo Fernando Henrique Cardoso, após o esvaziamento da proposta encabeçada por Afonso e o êxito da campanha para o senado nas eleições de 1978[163], passou a defender que o próprio MDB seria o partido popular que se estava discutindo[164].

A nova lei, aprovada em 22 de novembro, quando o governo ainda detinha maioria no Congresso (garantida pelos senadores "biônicos"), sob intensos protestos do MDB, redefiniu o cenário da política formal e deixou bem claro o principal objetivo do Estado: garantir o controle governamental sobre a oposição sem sacrificar as vantagens legimitadoras de "eleições livres".

A partir daí, a oposição fragmentou-se entre vários partidos ao passo que os quadros do regime permaneceram majoritariamente no novo partido governista, o PDS. A divisão da oposição facilitou a reacomodação das elites políticas, permitindo que a transição "pactuada" se realizasse exclusivamente em termos institucionais.

De modo geral, o governo Geisel (1974-1979) foi bem sucedido na implementação do projeto de distensão, enquanto processo político adstrito às forças conservadoras e à oposição

---

[163] O STMSB apoiou essa candidatura e Lula da Silva foi considerado seu "grande eleitor", idéia de que discorda: "Não concorda com essa história de que eu fui o 'grande eleitor'. Fui apenas um eleitor, como qualquer um dos 40 milhões de brasileiros que votaram" (LULA DA SILVA, 1981, p.145).

[164] Também a esquerda se mobilizou em torno do projeto de liberalização do regime: a CS, desde 1978, propunha a formação de um partido socialista; a OSI, no primeiro de maio desse ano, falava de um partido operário e popular e a AP tentava articular a criação de um partido popular.

oficial. Para Alves (1985), o plano mestre para aliviar a pressão, traçado por Geisel, envolvia três elementos: a anistia política e a reforma partidária (1979) e as eleições de 1982. Geisel, jogando com a dualidade coerção e consenso, cassou os mandatos políticos de um senador, sete deputados federais e estaduais e de dois vereadores.

O novo presidente ficou incumbido de dar prosseguimento à distensão. Já em 1979, a proposta de anistia que Geisel encaminhara ao Congresso, por intermédio do senador Petrônio Portela, é aprovada. Trata-se de uma anistia ampla e politicamente inteligente, pois seu alcance concernia tanto aos prisioneiros e exilados de esquerda como, preventivamente, a todos aqueles indivíduos ligados aos órgãos de segurança do regime que cometeram crimes durante as atividades repressivas. Ideologicamente, essa anistia foi apresentada como "gesto inegável de conciliação política na direção da oposição" (ARTURI, 1999, p.326), uma prova da veracidade das palavras de Golbery à oposição: "retenham seus radicais e nós reteremos os nossos" (ibidem, p.285).

Para o pecebista Corrêa (1980, p.242), a conquista da anistia ampla, geral e irrestrita "constitui passo importante para a formação de novos partidos políticos e para a própria legalidade de nosso Partido" e "é condição necessária para se chegar à eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte efetivamente representativa".

Mas, embora de grande significado no processo de democratização do país, a lei 6.683, promulgada em 28 de agosto de 1979, mostrou-se mais eficaz aos integrantes do aparato de repressão do que aos perseguidos políticos (só puderam ser anistiados os que ainda tinham processos em tramitação e não tinham cometido os "crimes de sangue" daqueles que escolheram ingressar na luta armada) e não foi capaz de encerrar a escalada de atrocidades iniciada com o golpe de 1964. A legislação continha a idéia de conciliação pragmática. De forma alguma, a lei da anistia se dedicou ao estabelecimento da verdade, *au contraire*, o "espírito de 1979 não pedia perdão, mas esquecimento" dos fatos ocorridos durante a ditadura militar.

Em 13 de novembro de 1980, é restabelecida a eleição direta para governadores e tem fim a figura dos "senadores biônicos", respeitando-se apenas os mandatos em curso.

O ano de 1981 foi fundamental para o processo de transição no Brasil. De fato, a explosão de uma bomba no interior de um automóvel ocupado por dois membros do DOI do I Exército,

no estacionamento do Riocentro em 31 de abril[165], teve conseqüências múltiplas e importantes para o futuro político do país. Em primeiro lugar, o episódio significou o fim dos atentados perpetrados pela extrema-direita inconformada com o processo de transição, que ocorriam desde o final de 1979. Isso forneceu a todos os agentes políticos a certeza de que o processo de transição não mais corria o risco de ser interrompido por um golpe proveniente dos setores "duros" do regime.

A não apuração de responsabilidade desse atentado da extrema-direita militar, contudo, resultou na demissão do chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, "o maior estrategista político, aquele cujos líderes de oposição aprenderam a respeitar a inteligência e a fineza intelectual, assim como o mais engajado na liberalização do regime entre todos os dirigentes autoritários" (ARTURI, 1999, p.354).

A substituição de Golbery pelo ex-ministro do governo Médici, Leitão de Abreu, um homem público respeitado nos círculos castrenses, mas pouco afeito às manobras político-parlamentares, constituiu uma ruptura com o projeto estratégico do general Geisel. Logo após assumir, Leitão de Abreu fez aprovar pelo Congresso, no final de 1981, um "pacote" eleitoral que proibia as coligações partidárias, impunha o voto vinculado a um mesmo partido para todos os cargos eletivos, sob pena de sua anulação, entre outras medidas.

O "Pacote de novembro", como ficou conhecido, inviabilizou a sobrevivência do PP, de Tancredo Neves e de outras lideranças conservadoras da oposição democrática, o que contrariaria, na perspectiva de Arturi (1999), a estratégia de utilizar-se do PP como força auxiliar do PDS, para eleger, no Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, um quadro civil do regime. As medidas adotadas por Leitão de Abreu forçaram a reincorporação do PP ao PMDB no início de 1982 e enrijeceram o quadro partidário, ocasionando o retorno do caráter plebiscitário, pró ou contra o regime, que as eleições expressavam desde 1974. Nesse caso, ficou mais uma vez estabelecida a importância da qualidade das lideranças políticas na condução de um processo de transição.

Cabem aqui as reflexões de Emir Sader (1990, p.1):

---

[165] Nesse episódio, ocorrido em um centro de convenções do Rio de Janeiro, morreu o sargento Guilherme Pereira do Rosário e o capitão Wílson Luís Chaves Machado ficou gravemente ferido. Esse seria o ápice da escalada de atentados promovidos, desde 1978, pela "linha dura" e pela extrema-direita a associações de classe, eventos oposicionistas e bancas que vendiam jornais da "imprensa alternativa".

> A falta de rupturas implica a falta de identidade. Falta de identidade nacional, das classes sociais, dos atores políticos – já que a identidade, de um indivíduo ou de uma nação, surge dos processos de ruptura, de contraposição ao outro. E a nossa história está coalhada de momentos em que as elites dirigentes se anteciparam à constituição de uma vontade popular surgida de baixo, alinhavando pactos por cima, que frustraram as aspirações populares e as substituíram por processos gattopardistas, em que "tudo muda para que tudo siga igual".

Assim, a oposição acomodou-se às regras vigentes[166], voltando sua atenção tão somente para as eleições de 15 de novembro de 1982, para governadores de estado, realizadas pela primeira vez desde 1966, o que lhe demandou um imenso trabalho de estruturação dos novos partidos nos estados. Os resultados das eleições de 1982, que envolveram quase 70 milhões de eleitores, deram uma vitória política expressiva às oposições, que obtiveram a maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados, além de vários governos estaduais.

No cômputo geral, o PDS obteve números semelhantes aos da oposição congregada então em quatro partidos (PMDB, PDT, PTB e PT). Contudo, a eleição de dez governadores, nos estados mais importantes do país, marcou o retorno da centralidade da política regional na formação de alianças no Congresso e do poder dos governadores de estado, acelerando a perda do controle do processo de transição pelo regime. Mas, a partir dessas eleições, o regime teve que administrar o país negociando diretamente com poderosos governadores da oposição e fazendo em face de crescente desgaste político.

Brizola, o "inimigo público número 1" do regime, cassado pelo AI-2, editado no início de abril de 1964 pelo "Comando Supremo da Revolução", no mesmo momento que os deputados Almino Afonso e Francisco Julião e outros 37 detentores de mandatos legislativos, elegeu-se governador do Rio de Janeiro, pelo PDT. Esse partido foi fundado em 1980 por Brizola, após tentativas frustradas de reunir o antigo trabalhismo sob a legenda "histórica" do PTB, dominada por Ivete Vargas.

Nesse mesmo ano, o PT, criado no ano anterior sob a liderança do líder metalúrgico Lula da Silva, é legalizado, consolidando a reunião de grande parcela do movimento sindical rural

---

[166] Essa crença da oposição na "boa fé" das medidas liberalizantes levou o PCB a convocar o Encontro Nacional de Comunistas, como a fachada legal do seu VII Congresso, para dezembro de 1982 em São Paulo. A crença dos comunistas revelou-se ingênua: o Congresso foi interrompido pela Polícia Federal, que prendeu todos os seus 30 participantes, liberando-os pouco depois. Assim, retornando à clandestinidade, o Congresso prosseguiu ao longo de 1983 e somente foi concluído em janeiro de 1984.

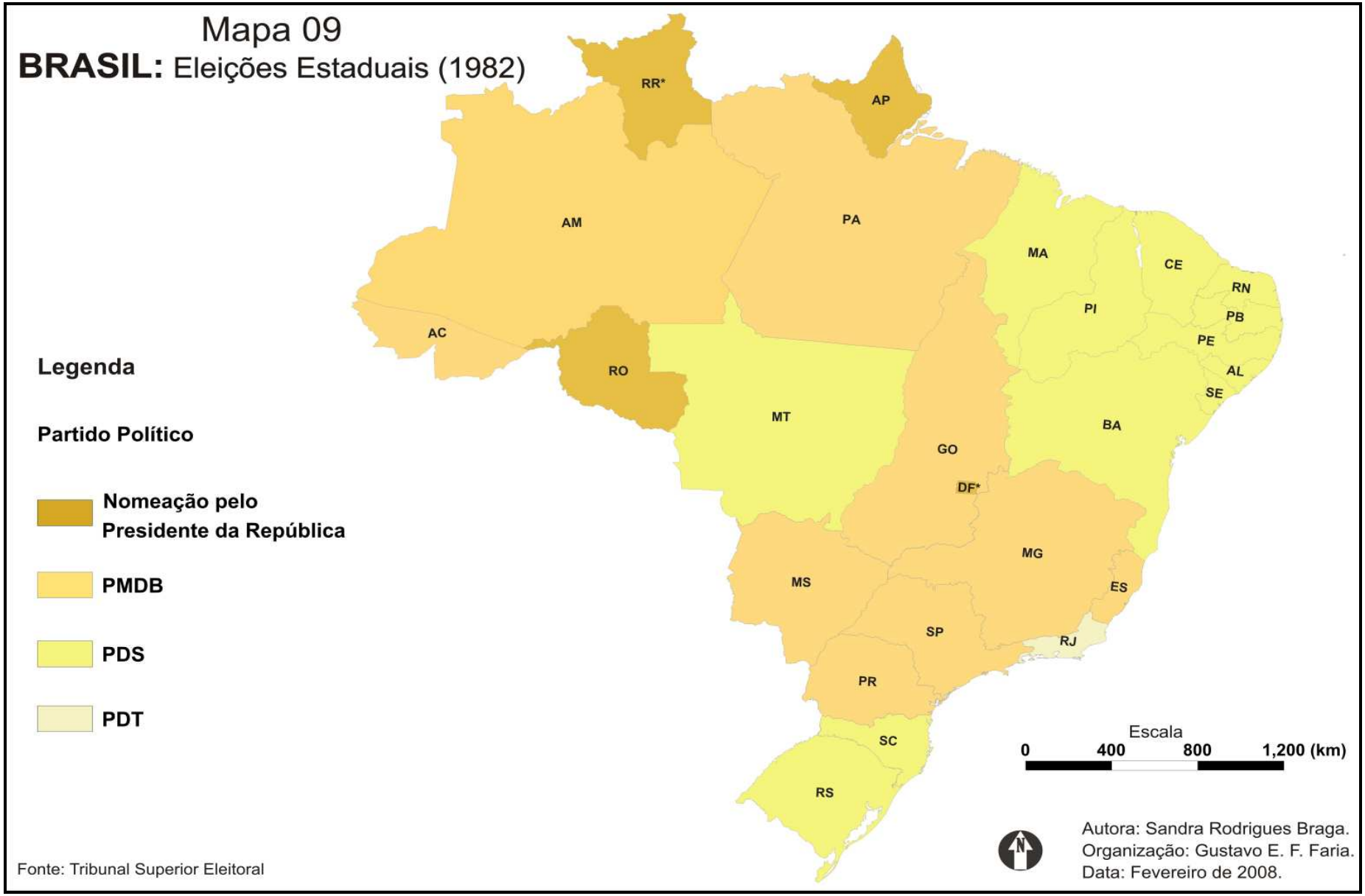
e urbano, intelectuais[167], militantes das CEBs, a esquerda do MDB e grupos saídos da clandestinidade[168].

Para alguns analistas, a partir desse pleito, a oposição partidária e a sociedade civil organizada começaram a tolher, gradativamente, a margem de manobra do regime e a inverter o domínio político da transição, sempre na estrita observância da legislação político-eleitoral imposta pelos governos militares. Carlos (1992, p.147) encontra-se entre os que afirmam que o resultado dessa eleição colocou "em xeque o monopólio do executivo no gerenciamento do país, de governar sem oposição e partidos políticos autênticos".

O Mapa 9 ilustra o resultado das eleições para os governos estaduais. Como se constata, o partido do regime vencera apenas nos estados nordestinos, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas mantivera uma "reserva política", com a nomeação dos governantes nos territórios de Roraima e Amapá, além do Distrito Federal. Rondônia, que se tornara estado em 1981, teve seu primeiro governador nomeado por Figueiredo.

[167] Os intelectuais se "tornaram, na segunda metade dos anos 1970, um dos atores políticos mais importantes" (ARTURI, 1999, p.235).

[168] Quanto ao PCB, digno representante do "urso" soviético entre nós, apenas em maio de 1985, seria legalizado (o partido tivera dois anos de legalidade nos 63 anos anteriores).


Mapa 09
BRASIL: Eleições Estaduais (1982)
RR*
AP
AM
PA
MA
CE
RN
PI
PB
AC
PE
RO
AL
SE
MT
BA
GO
DF*
MG
MS
ES
SP
RJ
PR
SC
RS
Legenda
Partido Político
Nomeação pelo Presidente da República
PMDB
PDS
PDT
Escala
0
400
800
1,200 (km)
N
Autora: Sandra Rodrigues Braga.
Organização: Gustavo E. F. Faria.
Data: Fevereiro de 2008.
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Foi nesse contexto que surgiu a gigantesca mobilização pelas eleições diretas à presidência da República em 1984, o movimento "Diretas-Já", considerado a reivindicação mais concreta pela democratização do país após 1964. A direção nacional do PMDB, capitaneada por Ulisses Guimarães, lançara essa campanha nacional, baseada em comícios cada vez maiores pelas mais importantes cidades do país – comícios que logo receberam crescente apoio de sindicatos, movimentos de minorias políticas, associações de moradores, igrejas, além da participação de outros partidos, como o PT[169]. Em novembro de 1983, foi lançada a campanha das diretas para presidente. As primeiras manifestações não levaram mais que dez mil pessoas. Em janeiro de 1984, já eram 50 mil no comício em Curitiba e 300 mil na Praça da Sé em São Paulo; em Teresina, 25 mil; em Belém, 60 mil e 300 mil em Belo Horizonte.

> Das diretas, em 84, aquela multidão, 300 mil pessoas. O Tancredo pega na minha mão e fala assim para mim: "Lula, e o que a gente faz com o povo?" Você percebe que na elite brasileira, chegada ao poder, não tem povo. O povo tem que ser apenas platéia, o povo não pode estar no palanque, o povo tem que estar em baixo. Então a revolução do PT é essa, é colocar o povo no palanque (LULA DA SILVA, 2007, p.1).

Tais manifestações, desencadeadas entre o final de 1983 e o início de 1984, culminou nos comícios do Rio de Janeiro (10 de abril de 1984, com 500 mil pessoas, na Candelária) e de São Paulo (16 de abril de 1984, com um milhão de pessoas, no vale do no Anhangabaú). O movimento pôs em xeque, por um átimo, a estratégia política do regime e os planos das lideranças oposicionistas mais conservadoras, que negociavam com setores do partido governista, para a criação da Aliança Democrática, pacto articulado entre setores do PMDB e dissidentes do PFL.

Assim, quando surgiu a possibilidade de uma saída verdadeiramente democrática, que significaria uma verdadeira ruptura com o regime autoritário (a campanha "Diretas-Já"), os líderes moderados da oposição não a julgaram conveniente, pelos riscos que implicava de um veto militar, mas também porque contrariava seus objetivos estratégicos, que era obter a Presidência da República no Colégio Eleitoral segundo a legislação em vigor.

---

[169] Lula da Silva (2007) rememora as diretas como uma campanha fantástica, na qual o PMDB adquiriu certo ressentimento dele por acharem que montavam o palanque para ele, o que teria sido apontado por Montoro a Ulisses Guimarães.

A grande campanha pelas “Diretas-Já”, e sua impotência para alterar as regras impostas pelo regime autoritário (em 25 de abril de 1984, em uma Brasília colocada em estado de emergência, a EMC Dante de Oliveira foi rejeitada por 22 votos a menos que o número requerido para atender aos 2/3 da Câmara dos Deputados), foi paradigmática da liberalização “pelo alto” através de acordos e cisões no seio das elites políticas no Congresso. Se, por um lado, a campanha facilitou a dissidência governista e impediu um hipotético recuo político-institucional, por outro lado, ela foi incapaz de dar um desfecho verdadeiramente democrático ao processo de transição, pelo simples fato de que a maioria das lideranças oposicionistas e do próprio governo estava, naquela conjuntura, satisfeita com a “legalidade autoritária” e com os ganhos políticos nela vislumbrados.

O pacto político, que certamente ocorreu, entre o candidato oposicionista Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, e os militares (Geisel liberara Aureliano Chaves e Marco Maciel para negociarem com Tancredo), para impedir qualquer turbulência política na reta final da liberalização, garantindo àqueles últimos prerrogativas e salvaguardas políticas, foi facilitado pelo gradualismo e pela longa duração do processo, o que permitiu o transformismo político de muitos agentes. Assim, nos últimos anos do governo Figueiredo, praticamente já não mais existiam nem os radicais da oposição, nem a “linha-dura” do regime, a que os moderados de ambos os lados isolaram para levar a bom termo a transição. O continuísmo e o “garantismo” tornaram-se marcas da democratização outorgada brasileira, cujo êxito deveu-se à combinação entre o voluntarismo do regime e o auto-enquadramento da maioria da oposição na lógica e nas regras impostas por esse.

Arturi (1999, p.371) defende que, a partir de 1984, “nenhum dos agentes pode alterar as regras do jogo político, nem arbitrária nem legalmente, elas estão definitivamente fixadas e o processo de liberalização far-se-á segundo a legislação autoritária”. Apesar do governo Figueiredo ter, aparentemente, perdido o controle do processo de liberalização política, o resultado da transição “lenta, gradual e segura” confirmara as previsões dos seus mentores. Com a morte de Tancredo Neves, assumiu a presidência José Sarney, ex-presidente da ARENA e um dos quadros civis mais proeminentes do regime autoritário.

A ausência de pactos explícitos, na fase de liberalização, revelou-se um constrangimento à democracia, produzindo uma situação de transição *à refaire*, que reforçou a tutela militar sobre o governo Sarney, em um contexto de baixa legitimidade do presidente, visto como um usurpador pela população, frustrada pelo fracasso da campanha pelas eleições diretas e pela

morte inesperada de Tancredo Neves, e pelos líderes do PMDB, inconformados em submeter-se a um quadro do *ancien régime.*

Eliézer de Oliveira (1994, p.111) informa que Sarney se aproximou do "aparelho militar que, ao apoiar o presidente, indica-lhe também diversos limites para as políticas de governo". Se, de fato, a incerteza típica das transições de regime, naquilo que concerne à manutenção das regras do jogo político e mesmo da "abertura", foi fortemente constrangida na longa aurora de 1974 a 1985, a democracia que daí emerge só o seria sob tutela.

6.3 A invenção da democracia: criação e(m) consolidação

> "Muito mais que à oposição seria do interesse da 'revolução' o retorno da democracia integral" (MATHIAS, 1995, p.64).

Com a posse do primeiro presidente civil pós-1964, inaugurou-se a fase de democratização no Brasil, com a auto-intitulada "Nova República". Essa fase não se realizou sem grandes obstáculos.

Como a eleição de Tancredo Neves e José Sarney realizou- se num Colégio Eleitoral no qual a maioria de seus membros pertencia ao partido governista, a oposição e os aliados "dissidentes" tiveram que negociar os votos, em boa parte através de arranjos clientelísticos que produziram um elevado continuísmo político. Assim, Sarney herdara um ministério, em que o PMDB detinha mais da metade dos ministérios e que era fruto de acordos políticos realizados por Tancredo com vários setores isoladamente e cujo teor era praticamente ignorado pelo novo presidente.

Efetivamente, a aceitação da eleição de Tancredo pelos militares baseara-se na sua "confiabilidade" política pessoal, seu tancredismo, que garantiria tanto o cumprimento das prerrogativas políticas oferecidas às Forças Armadas, como as promessas de que os interesses econômicos fundamentais das classes dominantes não seriam atingidos por eventuais reformas.

O alto grau de continuísmo das elites autoritárias na Nova República pode ser ilustrado pelo fato de que, por ocasião das eleições gerais de 1986, que formou a Assembléia Constituinte, foram eleitos 217 deputados que pertenceram à antiga ARENA e apenas 212 provenientes do antigo MDB, entre 1966 e 1979. Esse resultado é comumente atribuído ao

prestígio de que ainda desfrutava o regime autoritário e suas lideranças, em virtude do desenvolvimento econômico alcançado em um contexto de uma crise econômica (em 1980, a inflação alcança os 110% e em 1983, 200%).

No que concerne ao sistema partidário-eleitoral, a Constituinte congressual manteve a super-representação dos estados do Norte e Nordeste do país (e a paralela subrepresentação do Sul e Sudeste) na Câmara dos Deputados. Fortemente influenciada pelas pressões dos governadores sobre as bancadas federais de seus estados, a nova Constituição reforçou a tradicional articulação da política nacional via acordos regionais, em detrimento das relações interpartidárias e do fortalecimento interno dos partidos políticos. Nesse processo, a inovação política resumiu-se às iniciativas populares no processo legislativo e à participação das associações civis na implementação das políticas de saúde, assistência social e de planejamento urbano.

Sob o comando de Sarney, apesar de o sistema político ter sofrido transformações de cunho liberal-democrático, como o restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República, a concessão do direito de voto aos analfabetos e a liberdade para a organização dos partidos, inclusive os comunistas, o país ainda vivia a tutela militar sobre o sistema político. O SNI, saindo intacto do processo constituinte de 1988, tornou-se um exemplo de preservação das estruturas autoritárias que manifestava os interesses das corporações militares. O então ministro chefe do SNI, o general Ivan de Souza Mendes, marcou presença, no governo Sarney, por endurecer as negociações com líderes sindicalistas, reduzindo o espaço de negociação do ministro do Trabalho Almir Pazzianotto.

Além de a cúpula militar opinar sobre inúmeras questões fora das atribuições específicas militares, a tutela militar tornou-se ainda mais visível em sua forte pressão sobre a Assembléia Constituinte, no sentido de impor a forma de governo presidencialista, a duração de cinco anos para o mandato do Presidente Sarney, a limitação da anistia aos militares de esquerda punidos ao longo do regime autoritário, e o veto a reformas sociais que poderiam provocar conflitos graves, em particular a reforma agrária.

A sobrecarga da agenda econômica e social da Constituinte - em razão da ausência de pactos substantivos entre os agentes sociais no período de liberalização política - e as pressões corporativas de quase todos os setores organizados produziram, por sua vez, a indefinição de

muitos dos princípios políticos e econômicos contemplados pela nova Carta, remetidos para a regulamentação posterior através de leis ordinárias[170].

A ambigüidade do PMDB e de seu presidente Ulysses Guimarães - que era também, simultaneamente, presidente da Câmara de Deputados e da Assembléia Constituinte -, dilacerados entre assumir a condição de partido no poder e a condição de herdeiro da oposição ao autoritarismo, constituiu um fator importante para o descrédito das forças democráticas que lideraram o processo de transição. Nesse sentido, a eleição presidencial por sufrágio universal de 1989, a primeira desde 1961, possui múltiplas significações.

Essa eleição apontou constrangimentos importantes sobre o sistema partidário, provocados pelo modo de transição e inquietantes indícios de deslegitimação dos partidos políticos e de um baixo grau de identificação partidária do eleitorado. Efetivamente, os candidatos dos dois maiores partidos em 1989, PMDB e PFL - que juntos detinham mais da metade do número de cadeiras do Congresso -, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, não ultrapassaram, respectivamente, 4% e 2% dos votos no primeiro turno da eleição. Ora, esses candidatos eram os líderes da Aliança Democrática, que possibilitou a eleição de Tancredo no Colégio Eleitoral em 1985 e a instauração do primeiro governo civil após 1964. Em contrapartida, os dois candidatos mais votados e que disputaram o segundo turno da eleição foram Fernando Collor de Mello (25% dos votos), do inexpressivo PRN, que detinha apenas 21 cadeiras na Câmara em 1989, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Ambos os candidatos representavam a oposição e a rejeição da maioria da população aos políticos tradicionais e ao governo.

De fato, o alto grau de continuidade entre as elites do regime autoritário e do novo regime, frutos de acordos e coalizões entre as lideranças moderadas da oposição e reformistas do antigo regime, realizados basicamente no interior do Congresso, através da divisão de cargos e recursos políticos entre esses agentes no novo governo civil iniciado em 1985, seria responsável pela fragilidade das novas instituições políticas democráticas, sobretudo do sistema partidário.

Além disso, as elites partidárias que refundaram as regras do jogo político tornaram operativo e legitimaram um sistema político marcado pela livre troca de legendas dos parlamentares. Com efeito, Hagopian (1992) destaca a grande migração de lideranças

---

[170] Geisel (1993-1994 apud D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.262) comentaria: "De concreto, na vida pública, Ulysses fez apenas esse monstrengo que é a Constituição que está aí".

políticas do regime autoritário para a oposição durante seus dois últimos anos de existência (1983-1985).

A fragilidade do sistema partidário tem suas raízes na estreita dependência dos partidos em relação ao Estado e na centralidade da política regional na formação de alianças partidárias e eleitorais. No pós-1964, o grande intervencionismo estatal e a fraca institucionalização desse sistema provocaram a erradicação completa da identificação partidária anterior, caso único entre todos os processos de transição ocorridos na América Latina. A influência do regime autoritário reforçou um traço secular no sistema político brasileiro, que combina uma "lógica liberal" com uma "práxis autoritária", e é, em parte, responsável por uma cultura política que resiste à democratização da esfera pública e à expansão da cidadania. Assim, apenas aparentemente, a incipiente institucionalização do sistema partidário no Brasil contrastou-se com a grande importância que os partidos políticos e as eleições exerceram na democratização do regime autoritário.

No que concerne ao tema deste trabalho, a campanha e os resultados da eleição de 1989, realizada em dois turnos, marcaram o início efetivo do regime democrático no país e o final do longo processo de transição política que começara 15 anos antes. Com a vitória dos "dominantes", toma posse, em março de 1990, Fernando Collor de Mello, dando início ao regime democrático *stricto sensu*. Nesse processo, tanto os militares, quanto as elites civis conservadoras, mantiveram boa parte de suas posições no interior do Estado "democrático", por intermédio de arranjos clientelísticos geradores de um elevado continuísmo político.

Se os países que vivenciaram um longo período autoritário devem satisfazer duas condições políticas indispensáveis à consolidação democrática – o eficaz controle civil sobre os militares e a real possibilidade de alternância das forças políticas no poder –, como afiança Rouquié (1986 apud ARTURI, 1999), no caso brasileiro, a primeira dessas pré-condições ainda não se verificou, a segunda, em princípio, está sendo testada. Efetivamente, se a derrota do candidato de esquerda nas eleições presidenciais de 1989 impediu que a transição brasileira vivesse sua verdadeira "prova de fogo", a vitória eleitoral e a posse de Lula, em 2002, mostraram que a adesão das elites nacionais à democracia liberal, estabelecida no bojo da "terceira onda de democratização", é irreversível[171].

---

[171] Tal adesão vai de encontro à afirmativa de Geisel, em depoimento às vésperas das eleições de 1994, que afirma que, se Lula ganhasse aquela eleição, "as vivandeiras que rondam os quartéis" viriam insuflar os

O processo de *impeachment* de Collor e a posse de Itamar Franco em dezembro de 1992, que ocorreram rigorosamente dentro dos preceitos constitucionais, constituíram indubitavelmente um signo de vitalidade do regime democrático. Esses eventos não afastaram, todavia, os indícios de uma ordem política ainda precária, na qual os militares continuam tendo um relevante papel. Na saída de Collor, Severo Gomes "veio defender o Itamar", naquela época "de esquerda e ultranacionalista" junto a Geisel. O ex-presidente teria dito: "Não há problema, é claro que Itamar vai tomar posse e vai governar. Ninguém pode ser contra ele" (D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.285).

De fato, as prerrogativas constitucionais ainda vigentes e o poder informal dos militares brasileiros são extremamente amplos, o que lhes acarreta um alto grau de autonomia em relação ao aparelho de Estado, situação praticamente incompatível com um regime democrático. A autonomização da transição, ao invés de provocar uma ruptura institucional com o antigo regime, enquadrou esse processo no padrão institucional tradicional do país, reforçando suas características que tornam o sistema político brasileiro resistente tanto à ditaduras clássicas quanto à sua democratização estável.

Se há os que acreditam que os militares perderam muito do seu poder político durante os governos Sarney, Collor e Itamar Franco, em função de uma dinâmica política eleitoral típica dos regimes democráticos, certo é que os dirigentes autoritários conseguiram atingir boa parte de seus objetivos políticos — garantia de não punição para os crimes cometidos pelo aparato repressivo da ditadura, manutenção de consideráveis prerrogativas das Forças Armadas, sobrevivência e continuidade da elite civil do regime —, tudo isso apesar do crescimento da oposição em todo o período, da reação da extrema-direita militar e da profunda crise econômica no início dos anos 1980.

Nas eleições de 1994, foi eleito, por um partido também recém criado, o PSDB, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, um dos membros da *intelligentsia* paulista, quadro do MDB exilado pelo regime, reeleito no pleito seguinte. Com a posse de Cardoso, o poder central voltou às mãos de São Paulo, que, de novo, prometia varrer (para debaixo do tapete da política) a corrupção e a ineficácia administrativa, pela segunda vez desde 1945. Colocou-se,

---

militares. "Os políticos, os industriais, o alto comércio etc começarão os procurar os militares e a encher a cabeça deles para derrubar o governo" (GEISEL, 1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.454).

destarte, à prova a tese de Schwartzman (1988) sobre a centralidade da rainha paulista no processo que resultaria em um xeque mate ao autoritarismo brasileiro[172].

Todas as mudanças no tabuleiro sucessório não impediram que a elite castrense continuasse a encontrar condições favoráveis para reproduzir suas intenções de vigília sobre o sistema político, embora tenha perdido o interesse de intervir diretamente na direção do Estado, como fez de 1964 a 1985. Nesse contexto, a consolidação da democracia no país ainda é apenas uma possibilidade alvissareira.

O próximo capítulo afasta-se dessa abordagem clássica da transição, assumindo a centralidade de São Paulo, em oposição a Brasília, nos rumos da política nacional e nos destinos da democracia entre nós, nos marcos propostos por Schwartzman (1988). Essa análise centra-se no papel desempenhado pelas greves de 1978 a 1980 e os movimentos que realizaram no tabuleiro da conjuntura (a constituição da primeira central sindical, territorial e fordista do país, a CUT, e do partido que reuniria as migalhas das esquerdas derrotadas, o PT) sobre o projeto Geisel e seus apêndices, apêndices que se projetaram sobre o período subseqüente, reescrevendo as trajetórias e reelaborando os mapas da volta aos quartéis.

[172] Não é propósito desse trabalho caracterizar o longo governo Cardoso (1994-2002), o que já fizemos em nossa dissertação de mestrado (BRAGA, 2004), mas sendo o autoritarismo, para Schwartzman (1988), fruto de um Estado hipertrofiado e de uma sociedade civil dependente, a política de Estado mínimo, empreendida por Cardoso, que produziu a subsumpção do Estado ao mercado, ironicamente, teria produzido essa (p)reversão temporária do autoritarismo, que, ainda sob esse estrito elemento, seria retomado, a todo fôlego pelo governo seguinte.

7. O FILHO DO PASTOR ALEMÃO[173], "O ESPANTALHO DO LULA"[174] E OS RUMOS DA TRANSIÇÃO

> Desde que não se perca a noção da direção final, nem o sentido moral da ação, pode-se entrar por certos desvios e retomar depois o caminho que se havia traçado.
>
> Ernesto Geisel
>
> O presidente Geisel, quando assumiu o mandato, conseguiu captar o que a sociedade queria. E expressou suas intenções através da palavra distensão. Naquela época já havia reclamos da sociedade, que saía do mundo de mentiras que foi o governo do general Médici.
>
> Luís Inácio Lula da Silva

O presente capítulo discorre sobre a disputa de projetos entre Brasília e São Paulo, disputa que afeta o nosso modelo de transição democrática e a qualidade da democracia que vivenciamos.

7.1 Peça tocada, peça jogada: a política trabalhista de Geisel

Para Geisel, a segurança era muito menos relevante que o desenvolvimento. Na maioria de seus discursos presidenciais, ela sequer foi mencionada. O papel dominante do desenvolvimento em relação à segurança fora explicitado por Geisel, já, na Convenção Nacional da ARENA, em setembro de 1973, que referendaria seu nome como candidato oficial do regime: "sem segurança, não haverá como promover-se o desenvolvimento", mas, "é também evidente que um certo grau de desenvolvimento seja imprescindível à própria segurança nacional, sem que esta, entretanto, venha a ser elevada a um plano superior ao daquele". Assim, na sua concepção, a função precípua da segurança era facilitar o

[173] A manchete de edição apreendida de "O Pasquim", sobre a escolha do general Geisel para suceder Médici, alertara: "Novo presidente é filho de pastor alemão".

[174] Expressão cunhada por Geisel (1993-1994).

desenvolvimento, e, nesse sentido, a segurança associava-se a grupos e instituições internos, particularmente aos sindicatos e à classe trabalhadora.

A "atenção" à classe trabalhadora, suas organizações e movimentos, não era ocasional nem episódica. Desde que ocupou o posto de secretário do CSN do governo Gaspar Dutra (1946-1951), Geisel apercebeu-se das vantagens de conviver com a estrutura corporativa da CLT. O presidente Dutra usou-a para expurgar a liderança sindical de todos os "esquerdistas"[175] e os governos seguintes "não desmontaram o aparato repressivo sobre as greves, mantendo de pé a legislação do governo Dutra e acionando sistematicamente a repressão policial" (MATTOS, 2004, p.255).

Já no governo Kubitscheck, Geisel voltaria a se atentar aos trabalhadores, dessa vez em greve, no Rio de janeiro e em São Paulo (os ferroviários), cujo "problema" foi afeto a ele: "Enquanto Juscelino, por temperamento, não tomava conhecimento, Falcão era ativo e fazia uma frente conosco para resolver os problemas das greves aqui no Rio" (GEISEL, 1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.131)[176].

Como ministro do STM no governo Costa e Silva, Geisel observara, severamente, os estudantes, recebidos por aquele presidente após a Passeata dos 100 Mil: "Foram conversar com o presidente da República em mangas de camisa, tratando-o por 'você' [...] Líder trabalhista também acha que deve ir em mangas de camisa conversar com o presidente da República'. Para o presidente isso não poderia ser tachado de democracia, já que "há certas coisas que envolvem certa mística, envolvendo respeito e acatamento" (idem, ib., p.207).

Em seu governo, Geisel estará sempre atento ao "mundo do trabalho" e a correta posição dos trabalhadores, de modo a impulsionar o neodesenvolvimentismo que pretende impulsionar. Em consonância com isso e sabendo que a área sindical, como a estudantil, "eram delicadas", porque "haviam sido muito atingidas pela repressão", o presidente se dispôs a "tranqüilizar" essas áreas 'para que não me dessem muitos problemas".

Na busca de um melhor perfil para uma área tão "delicada", "Arnaldo Prieto, meu

---

[175] "É fato que, no pós-1945, o governo Dutra foi aquele que menor preocupação demonstrou em ir além da repressão para coibir as greves, mantendo de pé a legislação repressiva do Estado Novo, enquanto a nova Constituição não era aprovada e antecipando-se à Constituinte – que [...] manteve intacta a estrutura sindical corporativista criada no primeiro governo Vargas – ao regulamentar de forma restritiva ao extremo o exercício da greve, além de ter se pautado pelas intervenções do Ministério do Trabalho nos sindicatos" (MATTOS, 2004, p.255).

[176] O simples fato de Geisel lembrar-se desses eventos quatro décadas depois, per se, já é um indicativo da relevância que conferia ao tema.

ministro do Trabalho, foi dos últimos escolhidos". Esse engenheiro gaúcho fora, nos anos 1960, Secretário do Trabalho e Habitação do governador pessedecista Ildo Meneghetti e, em 1965, elegera-se deputado federal pela ARENA, tendo esse mandato até 1974. Prieto era uma das principais lideranças do partido governista,"tinha bom nome, bom conceito, e foi indicado não me lembro mais por quem. Era um homem acessível, dedicado, trabalhador. Acho que foi um bom ministro, era hábil", lembraria Geisel (1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.267).

A documentação, referente à gestão Prieto, disponível no arquivo particular do presidente Geisel, doado ao CPDOC/FGV, acha-se reunida em cinco pastas e restringe-se às Agendas de Despacho entre o ministro e o presidente. Chama a atenção a inexistência de anexos, mesmo quando esses são mencionados e constituem parte fundamental do despacho. Em nenhuma parte desse arquivo, a ausência de anexos é tão presente e sentida, o que levaria Gomes (2002, p.120), a afirmar que sua sensação "é a de que essa documentação foi **esvaziada**[177]", o que a tornou "burocratizada e interessante apenas para usos pontuais".

Para permitir uma maior dedicação do ministro aos assuntos trabalhistas, diante do crescente espaço que as questões previdenciárias vinham ganhando, no dia 1º de maio de 1974, Dia do Trabalho, o presidente anunciou sua primeira medida de peso nessa "área tão estratégica para as relações entre Estado e sociedade": a pasta desdobrar-se-ia, ficando o Trabalho sob um comando e a Previdência e Assistência Social sob outro. O MPAS tornou-se o grande ministério da Revolução, movimentando enormes volumes de recursos e ampliando a "atenção social aos menos favorecidos" e às vítimas do "par dialético" superexploração - rotatividade: os mutilados do trabalho. Em meados da década de 1970, graças aos esforços do regime, o Brasil já era campeão mundial em acidentes do trabalho.

> Recordo-me que quando convidou o Secretário-Geral da Arena, Arnaldo Prieto, para a Pasta do Trabalho e Previdência Social, disse-lhe o que pretendia fazer em benefício dos trabalhadores e, por isso mesmo, entendia que a Previdência precisava ser desvinculada, sem o que o Ministro não poderia dedicar tempo integral a essa tarefa que desejava cumprida. O desmembramento se fez, assim, não para desidratar o Ministério, senão para fortalecê-lo em suas novas atribuições. Na mesma ocasião Geisel transmitiu ao Ministro que convidava essa instrução direta: "Amplie o diálogo com os trabalhadores e busque a paz social a qualquer custo". Arnaldo Prieto, um obstinado, mergulhou fundo nesse mundo de problemas que ao longo dos tempos tem avassalado os nossos trabalhadores. Sabia que jamais removeria os impasses imensos dessa área sensível da comunidade nacional por meio de palavras

[177] Grifo nosso. Essa cuidadosa revisão do que deveria ou não ser publicizado (nada) é indicativa da importância desse Ministério no "projeto Geisel".

> ou de procedimentos demagógicos. Estudou e descobriu que todos os governos da Revolução estiveram atentos para os interesses mais legítimos e realizáveis dos trabalhadores, cumprindo-lhe assim garantir seguimento a essa obra, ampliando-a com a abertura de novas fronteiras e muita imaginação (FIGUEIREDO, 1978, p.43-44).

Entretanto, esse era apenas um desdobramento da questão central: os trabalhadores. No ocaso do "milagre", a expectativa de Geisel era de recrudescimento das oposições ao regime, principalmente no plano sindical. De fato, tanto a crise econômica, no pós-primeiro choque do petróleo, quanto à necessidade de "flexibilizar" os controles explícitos sobre a população, mantendo, não obstante, a vigilância política, que impedisse o retorno da subversão e da "ameaça comunista", tornaram o espaço sindical fulcral ao projeto de distensão lenta, segura e gradual.

Em decorrência dessa preocupação central, desencadeia-se uma gama de ações, que, na concepção de Gomes (2002, p.106), aproximar-se-ia da "gerência política de Vargas na primeira metade dos anos 1940", responsável pela condução de "transformações no interior do Estado Novo", que "envolveram uma estratégica interlocução com os trabalhadores, patrões e seus sindicatos", "cuidado [que] povoava as mentes do presidente, do ministro e de seus assessores".

O desmembramento do ministério permitiu que fossem implementadas importantes medidas, votadas aos trabalhadores:

- O aprimoramento da formação de mão-de-obra.
- A medicina e segurança do trabalho.
- O reaparelhamento das DRTs.
- A maior atenção aos órgãos de fiscalização profissional.
- A maior assistência às organizações sindicais.

Pari passu, isso demandou uma completa reestruturação administrativa do MTb, criando-se novas secretarias, como a de Emprego e Salários e a de Relações de Trabalho. Esse processo de reorganização foi lento, sendo aprovado pela a SEPLAN em março de 1977. Todavia, somente em maio de 1978, o ministro Prieto receberia autorização presidencial para programar a nova estrutura burocrática, existente, de fato, desde maio de 1974. Esse caráter informal, tão alheio à tipologia das ações do "ditador da abertura", revela a assumpção de que, para além do ordenamento jurídico, estariam os interesses da "Revolução", interesses em que

era clara a centralidade da questão trabalho e trabalhadores.

No Editorial do BT n. 2, de fevereiro de 1975, a Coordenação de Relações Públicas do MTb informa que a "Valorização da ação sindical" acha-se contemplada no II PND e se expressa no objetivo de incentivar "o associativismo sindical, implementando atividades de valia para o processo de desenvolvimento". Nessa perspectiva, foram assumidas as seguintes metas:

- Alfabetização de 155 mil trabalhadores e dependentes no período 1975/1979.
- Preparação prática de 27 mil pessoas em cursos de economia doméstica.
- Formação de oito mil administradores sindicais no período.
- Formação de 17 mil dirigentes sindicais.
- Formação de 2.900 vogais junto à Justiça do Trabalho.
- Doação de bens e equipamentos a entidades sindicais.
- Concessão de empréstimos a entidades sindicais.
- Doação de 250 equipamentos cinematográficos de 16 mm a sindicatos.
- Promoção de 18 mil sessões cinematográficas educativo-culturais.
- Realização da Olimpíada Sindical e campeonatos esportivos intersindicais.
- Edição e distribuição de 90 mil volumes de material de interesse do trabalhador.

O PEBE foi outra linha de atuação do MTb, assumida pelo II PND. Suas metas eram: a) a distribuição, no período 1975/1979, de 1.380.000 bolsas não reembolsáveis através dos sindicatos; b) a distribuição de 11.600 bolsas não reembolsáveis através de convênios com Escolas Técnicas e c) a concessão de 21.908 bolsas reembolsáveis no período 1975/79. A filosofia do PEBE era "proporcionar aos sindicatos condições de valorização de sua ação social, integrar os trabalhadores na política nacional de desenvolvimento como força atuante e decisiva para o progresso do País" (BT 2, fev. 1975, p.19-20).

Essa questão tinha componentes internos e externos. Com o fito de melhorar a imagem internacional do Brasil nessa área, o governo Geisel investiu na OIT. Fortaleceu-se a

representação brasileira na Organização, com a presença brasileira em todas as conferências ocorridas entre 1974 e 1979, com uma delegação sob a chefia imediata do ministro Prieto, ao passo que, até então, essa cabia ao consultor jurídico do MTb. Face ao interesse do próprio presidente em que o Brasil ocupasse lugar de destaque na OIT, toda uma estratégia foi montada, envolvendo a presidência e dois ministérios: do Trabalho e das Relações Exteriores, sob a chefia de Azeredo da Silveira.

O ministro do TST, Arnaldo Sussekind, então integrante da Comissão de Peritos da OIT, foi chamado, ainda no início de 1974, pelo presidente Geisel que pretendia se informar sobre o porquê de o Brasil não participar do CA/OIT, se era um de seus primeiros membros e importante país latino-americano. A resposta - "porque o Brasil não foi eleito" - surpreendeu Geisel, que decidiu reverter esse quadro, conseguindo o voto dos membros latino-americanos[178].

Já na conferência de 1974, a situação do Brasil teria melhorado ante à OIT, em função da atuação dos sindicatos no FUNRURAL e da formação de mão-de-obra, por intermédio do SENAI. Após a conferência de 1974, o Diretor Geral da OIT visitou o Brasil, sendo recebido, em Brasília, pelo presidente. Graças a essas iniciativas, em junho de 1975, o país seria eleito para o CA/OIT e Sussekind, nomeado seu representante. A OIT forneceria as diretrizes para o MTb do governo Geisel, e sua importância seria tanto maior quando se sabe que fazia intensa propaganda contra os países violadores dos acordos multilaterais sobre direitos dos trabalhadores.

Outra peça da gerência política do governo Geisel seria a reforma da CLT. Sussekind, como membro da comissão que elaborou as normas originais, presidiu a comissão encarregada de alterá-las. O trabalho teve início em julho de 1974, com o convite aos demais membros da comissão, todos eles autoridades no campo do Direito do Trabalho no Brasil. A comissão foi instalada em agosto de 1974, atuando até meados de 1977.

Aberta a todos os interlocutores referendados pelo regime, a comissão recebeu 974 sugestões para reformas, vindas, predominantemente, dos sindicatos, das universidades e da Justiça do Trabalho. Em fevereiro de 1975, em seu primeiro relatório, o grupo afirmaria não desejar alterar direitos e obrigações reconhecidas pela CLT, modificando apenas alguns

---

[178] O CA é uma direção colegiada, integrado por 10 países membros não eletivos e 18 países membros eleitos para um mandato de três anos. A eleição segue uma lógica de representação continental, sendo as indicações regionais aceitas pela OIT.

aspectos pontuais sobre a higiene do trabalho, o trabalho da mulher; a segurança e medicina do trabalho e o funcionamento dos sindicatos. A idéia de uma possível extinção da representação classista na Justiça do Trabalho mobilizou vários sindicatos patronais e de empregados, em luta por sua manutenção, campanha que tem o apoio do ministro Prieto.

O presidente Geisel (1974, p.16) comentaria os propósitos da reforma:

> Quanto à legislação no quadro da Justiça do Trabalho, cuja composição será mantida, impõe-se ressaltar que ultimaremos, ainda no corrente ano, a modernização da Consolidação das Leis do Trabalho, adequando-a à realidade do tempo presente com a incorporação de legislação recente e simplificação de seu texto, para que qualquer trabalhador, mesmo o mais humilde, possa entendê-la e interpretá-la, conhecendo seus direitos e seus deveres.

Em 9 de dezembro de 1976, Geisel sancionaria a lei 6.386/76 que alterou os artigos 549 a 551 e 580 a 592 da CLT, regulamentando a utilização da contribuição sindical, recolhida, de uma só vez, anualmente, correspondente à remuneração de um dia de trabalho. Pelas novas disposições legais, os orçamentos das confederações, federações e sindicatos de base interestadual ou nacional deveriam ser publicados no DOU e, no órgão de imprensa oficial do Estado ou Território, os das federações estaduais e sindicatos municipais, intermunicipais e estaduais.

A CEF manteria conta corrente intitulada “Depósitos da Arrecadação da Contribuição Sindical”, em nome de cada uma das entidades sindicais beneficiadas, da qual cada entidade sindical receberia um extrato da respectiva conta, ao qual teriam acesso os órgãos do MTb. Dessa arrecadação, seriam creditados 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente; 15% (quinze por cento) para a federação; 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo e 20% (vinte por cento) para a “Conta Especial Emprego e Salário”.

A lei 6.386/76, em seu Art. 592, definia as atividades em que poderia ser aplicada essa arrecadação sindical pelos sindicatos de empregados, a saber:

a) Assistência jurídica.

b) Assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica.

c) Assistência à maternidade.

d) Agências de colocação.

e) Cooperativas.

f) Bibliotecas.

g) Creches.

h) Congressos e conferências.

i) Auxílio-funeral.

j) Colônias de férias e centros de recreação.

k) Prevenção de acidentes do trabalho.

l) Finalidades desportivas e sociais.

m) Educação e formação profissional.

n) Bolsas de estudo.

Como se constata, tal recurso, que forma a base do orçamento sindical, só poderia ser aplicado em atividades de apoio à atuação estatal e de reforço do caráter assistencial dos sindicatos. A constituição de fundos de greve e de solidariedade à luta das demais categorias não era cogitada e a publicização das contas impedia sua utilização *ad hoc*.

Os laços clientelistas, que conviviam, em tensão dialética, com o "insulamento burocrático", expressavam-se, nessa lei, no dato de que, "com a autorização expressa do Ministro do Trabalho", o uso da contribuição poderia exceder o valor total das mensalidades sociais consignadas nos orçamentos dos sindicatos (Art. 1º, 3º).

Essas "excepcionalidades" demonstram que tal "insulamento", como afirma Edison Nunes (1999, p.35), "não é de forma nenhuma um processo técnico e apolítico: agências e grupos competem entre si pela alocação de valores alternativos; coalizões políticas são firmadas com grupos e atores fora da arena administrativa, com o objetivo de garantir a exeqüibilidade dos projetos".

O foco da ação ministerial eram as cúpulas sindicais. Em 1977, as Confederações já eram 13: CNA; CNC; CNI; CNTT; CONTAG; CNTC; CONTCOP; CONTEC; CNTEEC; CNTI; CNTTMFA; CNTTT e CNPL. Eram, portanto, quatro confederações de empregadores, oito de empregados e uma de profissionais liberais. Já o total de Federações, naquele ano, era 233, sendo 139 de trabalhadores, 82 patronais, sete de profissionais liberais e cinco de trabalhadores autônomos. O número de sindicatos era de 6.660, dos quais 3.750 eram de trabalhadores, 2.541 patronais, 140 de profissões liberais e 229 de trabalhadores e patronais autônomos. O Estado que congregava mais sindicatos era São Paulo, com 1.005, seguido do

Rio Grande do Sul e Minas Gerais, respectivamente, com 763 e 740 entidades.

O MTb concedeu empréstimos às entidades sindicais, não apenas para compra e reforma de sedes, mas também para que construíssem escolas, hospitais, ambulatórios, colônias de férias. Subvencionou-se a aquisição de gabinetes médicos e odontológicos e de ambulâncias, tornando as organizações sindicais prestadoras de serviços, "valorizando-se, assim, a grande massa de trabalhadores e seus dependentes" (BT, 1977, p.3).

O edifício sede da CNTI foi construído com recursos do MTb e inaugurado por Prieto em 1º de julho de 1976. De acordo com Geisel, é uma das mais belas edificações de Brasília-DF, cidade patrimônio histórico da humanidade e foi uma dádiva do presidente da República à diretoria da CNTI, encabeçada por Ary Campista[179]. A Foto 9 mostra o auditório de 420 lugares da CNTI e seu *hall* de entrada.



Foto 9 - A CNTI de Geisel.

Fonte: S. R. BRAGA (2007).

"O montante das doações – que se destinam basicamente a entidades de trabalhadores – alcançou três milhões de cruzeiros, graças a um reforço orçamentário em outubro de 1974, que permitiu dobrar a dotação para atender à solicitação dos trabalhadores" (MTb, 1975, p.7).

[179] Lula da Silva e alguns outros representantes do "novo sindicalismo", como João Paulo Pires, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, participaram, ativamente, da constituição de uma oposição à direção da CNTI e a seu presidente Campista.

À primeira vista, a nova legislação flexibilizava o controle orçamentário dos sindicatos, mas, salvo algumas simpáticas exceções, mantinha-se o estrito controle sobre as associações de empregados. Essa lei não tocava as questões do direito de veto do Ministério sobre candidatos às diretorias sindicais ou da exigência de atestado de ideologia. Vale observar que o enquadramento sindical e a cobrança do imposto sindical compulsório eram dispositivos criticados pela OIT. Todavia, naquele momento, a necessidade de controle do aparato sindical era mais importante que o reconhecimento internacional, já que a ambicionada vaga no CA daquela instituição já fora alcançada.

Como em outros temas constituintes da "distensão", o sindical conciliava medidas de rígido controle e ações liberalizantes. Assim, desde o início de sua gestão ministerial, Prieto intentara devolver aos trabalhadores os sindicatos sob intervenção, o que implicava a realização de eleições e a presença de novas lideranças, o que convergia com a comissão revisora da CLT, desejosa de assegurar maior autonomia à administração dos sindicatos.

Em despacho de 8 de agosto de 1974, Prieto fazia um balanço dessa questão, informando ao presidente que havia 6.600 entidades sindicais no país[180], estando 200 delas sob intervenção, algumas desde 1966[181]. Para o ministro, essa era uma situação que não devia se perpetuar, por nítido interesse do governo, porque poucos possuíam interventores por razões políticas e de segurança nacional.

Assim, era preciso criar condições para que essas entidades voltassem a se administrar ou seria melhor partir para a fusão com outro sindicato ou para a cassação da carta sindical. Para ensinar sindicalistas a administrar sindicatos, Prieto promoveu Cursos de Administradores Sindicais, de Vocalato e de Higiene e Segurança do Trabalho, formando, só na última área, mais de cinco mil dirigentes sindicais.

Carlos Chiarelli, da Secretaria de Relação de Trabalho do MTb, em entrevista ao BT 1 (MTb, 1975, p.6-7), informa que, em 1974, ocorreram mais de 56 Cursos de Administradores Sindicais, "visando capacitar os dirigentes classistas a uma atuação consciente das funções que lhe são cometidas", sendo "incentivados os Cursos de Vocalato, com os quais se

---

[180] O BT, órgão de comunicação do MTb (1977), afirma que, antes da "Revolução" de 1964, o número de entidades sindicais não chegava a três mil, o que denota que essa se constituiu em uma verdadeira "máquina de fazer sindicatos", apontando para o progressivo fortalecimento dos sindicatos enquanto mecanismos de contenção da luta dos trabalhadores.

[181] Em 1977, das 7.054 entidades sindicais registradas no Brasil apenas sete encontravam-se sob intervenção e 80 sobre junta governativa. Apenas esse ano, foram reconhecidas 252 novas entidades sindicais, sendo quatro federações e 248 sindicatos (MTb, 1977).

preparam lideranças trabalhistas para exercer funções importantes na Justiça do Trabalho". Tais cursos foram realizados "em convênios com Universidades, Institutos Técnicos, Fundações Educacionais, etc, e formaram mais de mil líderes sindicais, no último exercício".

Para diminuir o número de intervenções sindicais, ainda que exercendo estrita vigilância sobre os sindicatos, as DRTs entrosaram-se com os serviços de informação e segurança, para tomar as providências cabíveis no caso de envolvimento de líderes sindicais com o comunismo. Sindicatos ricos, fortes e muito politizados, como o dos Estivadores de Santos[182], eram mantidos sob permanente observação. Nesse contexto, as intervenções eram realizadas apenas quando existiam de envolvimento de seus dirigentes com os comunistas[183].

A disputa ideológica, na esfera sindical, levou à constituição de uma Comissão de Rearmamento Moral, que possuía um Centro de Treinamento de Mão-de-Obra em Petrópolis. Tal Comissão realizou um simpósio sobre os princípios morais que deviam orientar o sindicalismo brasileiro e que constituiria um antídoto contra a "contaminação" dos trabalhadores pelo comunismo. O mesmo sentido teve a realização, no Rio de Janeiro, em 1975, do VIII Congresso da Liga Mundial Anticomunista.

Em junho de 1976, Prieto anunciava a criação de um Centro Nacional de Treinamento de Líderes Sindicais, que funcionaria até o fim desse ano, com o nome de Projeto Brasília. Este Projeto recebeu, na capital federal, delegações sindicais de vários estados, totalizando 1.294 sindicalistas participantes. O balanço da iniciativa foi tão animador, que se mencionou a possibilidade de estendê-lo, em 1977, a lideranças de empregadores, o que não veio a acontecer.

> Anteriormente, uma dificuldade era sentida: os sindicatos, aparentemente, não gozavam de intimidade com a estrutura, planos e obras do MTb. Em função disso, o Ministério do Trabalho abriu-se como um livro, e surgiu o Projeto Brasília, pelo qual cada diretor, autoridade, técnico ou responsável por setor transmitem o que realizam (BT, 1977, p.13).

Essa iniciativa de "diálogo com os trabalhadores e busca da paz social a qualquer custo" teve uma programação envolvendo as lideranças sindicais em visita àquela cidade, na

---

[182] Na década de 1960, Santos tornou-se conhecida como "reduto vermelho" pela atuação da USOMS, que, comandada por Oswaldo Lourenço, dava amplo suporte ao PUA. Em julho de 1977, Prieto reuniu-se com lideranças sindicais em Niterói-RJ e constatou a existência, ali também, de "infiltrações políticas", o que foi anotado em despacho com o presidente.

[183] Para além da influência do PCB, o termo comunista era usado *lato sensu*, designando um amplo espectro maior de entidades consideradas subversivas.

observação da chegada do presidente ao Palácio do Planalto, em reuniões com o Secretário-Geral do Ministério e dirigentes da Secretaria de Relações do Trabalho (Subsecretaria de Assuntos Sindicais e Subsecretaria de Proteção ao Trabalho, Subsecretaria de Higiene e Medicina do Trabalho); Secretaria de Mão-de-Obra; PEBE - Serviço Especial de Bolsas de Estudo. Os sindicalistas assistiram a exposições sobre a organização administrativa do Ministério e participaram de outras reuniões com a Inspetoria Geral de Finanças. O critério básico para a escolha das delegações era que o Estado convidado seria o mesmo que participaria da solenidade de troca de bandeira, na Praça dos Três Poderes, no primeiro domingo de cada mês.

Em 1977, foi criado o programa de Apoio à Ação Sindical, constituído por cinco projetos do Ministério, dois dos quais cumpridos a contento no período. "Um dos objetivos básicos do MTb é o de incentivar as entidades sindicais, representativas de categorias profissionais e econômicas, a constituírem departamentos de prevenção de acidentes de trabalho" (MTb, 1977, p.15), o que aponta para a importância da qualificação do trabalho para o êxito da economia, de modo que a "política do governo na área do trabalho" é "parte inseparável do processo de desenvolvimento" (BT, ano 1, n. 2, fev. 1975, p.1).

Nesse aspecto, é extremamente significativa a entrevista concedida pelo médico do trabalho Joélho Ferreira de Oliveira a Ângela de Castro Gomes e Marcelo Thimóteo da Costa, em 2006 (GOMES, 2007, p.277-278 *passim*). O médico, afirmando que, no governo Geisel, "a segurança do trabalho converteu-se numa questão de segurança nacional", discorre sobre a "revolução" que ocorrera na área de segurança do trabalho naquele momento.

A recém-criada Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho contratara os primeiros médicos do trabalho, incorporara as Seções de Segurança do Trabalho ao organograma das DRT e editara as 28 NRs da área[184]. Essas NRs, base legal para que as empresas tomassem medidas de prevenção aos acidentes e doenças do trabalho, aplicavam-se a todos os ramos de atividade econômica. Elas impunham limites a atividades insalubres e operações perigosas e o embargo ou interdição, em caso de infração. As atividades de maior risco eram as indústrias metalúrgicas e pesadas, que concentravam o maior número de acidentes e intoxicações, além de tétano, principalmente na construção civil.

---

[184] O MTb, tal qual os ministérios da Saúde e da Educação do governo Geisel, foi concebido como órgão normativo, distinguindo-se de outros ministérios, executivos, que deveriam implementar, e não formular, normas. Algumas dessas RNs passaram pelo crivo do tempo, permanecendo inalteradas até o presente.

Oliveira (2006) afirma, ainda que "o esforço de conscientização" das DRTs se dirigia aos sindicatos de trabalhadores e se consubstanciava nas Semanas de Prevenção de Acidentes do Trabalho, promovidas, anualmente, por ocasião do 1º de Maio. Além desses momentos, os contatos com lideranças sindicais eram freqüentes e, "depois que elas adquiriram confiança no nosso trabalho, tornaram-se muito produtivos", de modo que os próprios sindicatos "acompanhavam a fiscalização", sem "qualquer empecilho, por parte dos delegados, que não faziam pressão, nem interferiam negativamente", o que demonstraria, para o médico, que "o governo estava interessado em diminuir os índices de acidentes para dar uma satisfação à OIT". Nesse contexto, "os sindicatos, graças ao nosso trabalho, viram as portas das empresas se abrirem para eles" e "os próprios empresários os convidavam a participar das nossas visitas", de modo que "o sindicalismo deu um salto, o que favoreceu muito o nosso desempenho e o deles".

Efetivamente, as CIPAs, previstas na NR-5 e constituídas por representantes do empresário e dos trabalhadores que discutiam modos de garantir a integridade física dos últimos, tornou-se, nesse período, um verdadeiro refúgio para os ativistas sindicais que, eleitos para a CIPA, tinham garantida sua estabilidade no emprego. Assim, dependendo das convicções ideológicas do "cipeiro", essa aparente cooptação poderia se revelar um álibi para uma atuação política mais conseqüente, já que, após um curso de aperfeiçoamento, exerciam as suas funções "com certa liberdade" (OLIVEIRA, 2006). O controle ficava por conta das DRTs que mantinham um cadastro dos membros das CIPAs existentes em todos os setores, com base em cópias das atas de instalação e posse.

Ao lado da reversão do quadro de acidentes de trabalho, a questão da formação de mão-de-obra tem destaque nos despachos ministeriais de Prieto. O novo ministério deveria expandir a formação profissional de adultos em todo o território nacional e para todas as ocupações econômicas. Prieto passaria a gerenciar o PIPMO, por dez anos sob o controle do MEC. O PIPMO, no âmbito MTb, adota a administração por objetivos como norma de trabalho e se inspira na idéia de que, "para que um bom conhecedor de um ofício seja mestre basta lhe serem ministradas regras fundamentais", posto que interessa muito mais "o que se sabe" do que "o como se aprendeu"[185].

Outra medida nesse sentido foi a política de incentivos fiscais para o treinamento, que

---

[185] Só com tal perspectiva seria possível a qualificação em massa buscada. Assim, só em 1978, o PIPMO alcançaria 28.868 trabalhadores no setor primário; 133.434, no setor secundário e 176.932 no setor terciário.

"possibilita às empresas que tenham projetos de treinamento de seu pessoal aprovados pelo Ministério do Trabalho, descontarem, em dobro, do Imposto de Renda, os gastos que tiverem com este treinamento", "[...] de tal forma que cada empresa se converterá, aos poucos, também numa agência de formação e adestramento" (MTb, 1978, p.14-15). Em balanço de abril de 1978, o ministro informa a Geisel que mais de três milhões de trabalhadores foram treinados por empresas sob tal estimulação governamental. Todas essas iniciativas eram, eleitoralmente, capitalizadas pela ARENA. Prieto viaja muito em função de suas permanentes preocupações políticas[186].

Um balanço dessa gestão, feito pelo então candidato à presidência, Figueiredo, é extremamente revelador da centralidade dos sindicatos, enquanto "legítimos representantes dos trabalhadores"[187], na ação política de Geisel. Figueiredo afirma que "a política social foi um compromisso presidencial cumprido mais do que com determinação, com intransigência"[188]. Para ele, ao convocar um político experiente para o MTb, Geisel "tinha por objetivo estabelecer um relacionamento com os trabalhadores como jamais ocorrera no país". A novidade dessa relação é a recusa do "tratamento demagógico das questões ligadas aos nossos operários", sem nunca deixar "de examinar, pessoalmente, as reivindicações que líderes de classe pessoalmente lhe submetiam".

Decorridos quatro anos da administração Prieto, revela-se sólida a "ponte de entendimento erguida entre o Governo e os trabalhadores". Os sindicatos "passaram a ser tratados como fonte de aspirações legítimas e em razão disso seus líderes puderam dialogar, livre e permanentemente, com o Ministro", além de terem uma pauta de audiências semanais com o presidente, de sorte que "Geisel recebeu em seu gabinete, somente em 1977, mais de 4.000 líderes sindicais, o que em si mesmo revela o extraordinário apreço que dedica às classes trabalhadoras" e "a lei contemplando os trabalhadores com férias de 30 dias nasceu de um contato do Presidente com líderes sindicais".

---

[186] Prieto submetia a Geisel o texto de seus discursos na OIT e do 1º de maio, incorporando as sugestões recebidas.

[187] Para Geisel, a representação é a máxima expressão da democracia possível.

[188] As referências que se seguem constam do BT 26, p.43-44.

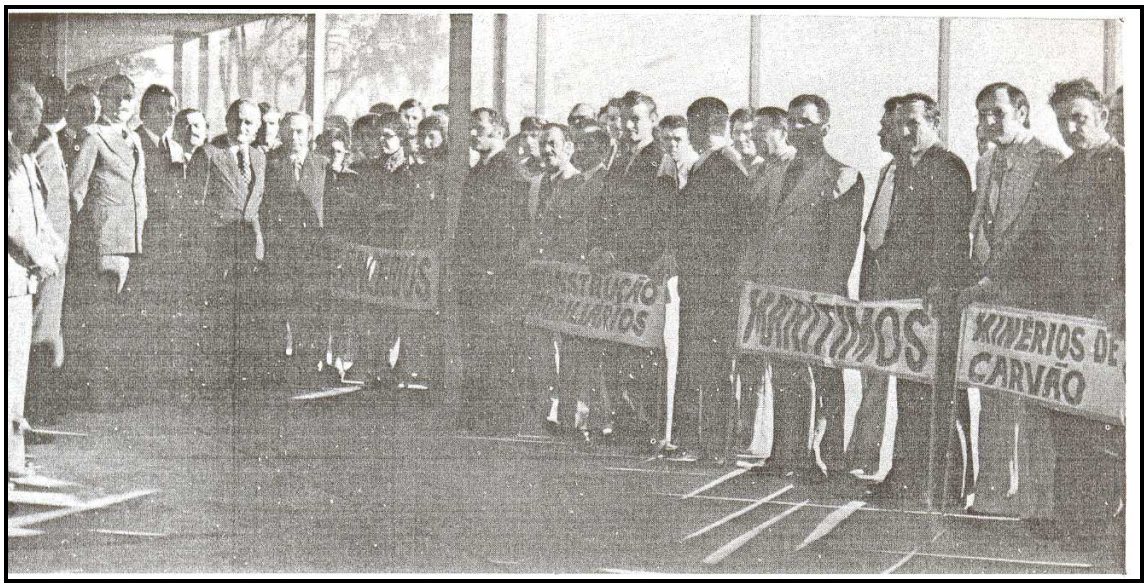


Foto 8 - Geisel encontra-se com lideranças sindicais.

Fonte: MTb (1977).

> A saúde do corpo social, com lideranças responsáveis dialogando e reivindicando, terá sido o grande êxito do Ministro Arnaldo Prieto que durante esse período foi capaz de desenvolver uma técnica de conversa direta sem o surrado tom discursivo que não empolga operários. E ao lado da palavra, a ação. Esse Ministro tem sido visto com freqüência nos porões de navios ouvindo reclamações ou nas profundezas das minas de Morro Velho (700 metros). Os chamados bóias-frias constituíram um capítulo à parte, essa missão atribuída ao Ministro sem outra alternativa que não fosse a solução adequada. Numa dessas viagens, e foram várias, vi o Deputado Prieto fitando trabalhadores, olho a olho, procurando descobrir-lhes no fundo da alma a origem de seus sofrimentos. Como se não bastasse, quis viajar com eles, mesmo no dorso de um caminhão desconfortável, para ver mais longe o começo e o fim das dificuldades. Era o fato político posto a serviço de soluções até então desconhecidas (MTb, 1978, p.44).

Para o candidato a presidente, o próprio Geisel havia reconhecido "estar o Estado ainda longe de proporcionar ao trabalhador tudo aquilo de que necessita", mas que não tinha "o pecado do imobilismo e menos ainda o da indiferença", fazendo pelo trabalhador "o que permitiram os recursos nacionais, ao tempo em que promoveu, com energia, através do Ministro ou diretamente por ele, o melhor inter-relacionamento entre empregados e empregadores".

Em função da necessidade de contenção das lutas operárias para o êxito da gestão de distensão lenta, gradual e segura, o presidente Geisel, a partir de 1977, quando começa a se reorganizar o movimento sindical, na perspectiva da autonomia face ao Estado, assume uma série de atividades públicas. Em 1978, Geisel comemora o 1º de maio com os trabalhadores, acompanhado pelo Ministro Arnaldo Prieto, em Volta Redonda - RJ, onde inaugura o alto-

forno 03 da CSN. Presidiu a comemoração na praça em frente ao escritório central da empresa, e almoçou com altas autoridades e líderes sindicais, visitou obras da prefeitura e assistiu a uma partida de futebol entre equipes sindicais e ao jogo Flamengo x Volta Redonda.

O discurso do presidente, reproduzido no BT 17, é outra peça relevante na compreensão que o presidente tinha sobre o papel social dos pesquisadores no contexto da distensão. De início, o presidente revela que tal era a importância do evento, que ele abandonara compromissos internacionais para ali estar: “Trabalhadores de Volta Redonda Trabalhadores do Brasil Interrompendo viagem ao exterior, aqui vim especialmente para saudar-vos neste Dia Universal do Trabalho, à sombra dos altos-fornos e das chaminés de Volta Redonda, símbolo, já tradicional, do Brasil industrializado e dinâmico de hoje”.

O presidente resgata o papel “da Revolução Redentora de 1964 que salvou o País da anarquia e da desordem sem freios que o comunismo arquitetara e impulsionava sem descanso, nem escrúpulos de qualquer ordem” e que se propôs “a melhorar a qualidade da vida para cada família, nas metrópoles, nas cidades, nos vilarejos do interior e nos mais distantes rincões sertanejos”, visando “a criação de um Brasil maior, mais forte, mais justo e mais democrático, pelo trabalho ordeiro e fecundo de todos os dias, que ainda mais dignificasse o homem brasileiro, libertando-o dos grilhões da miséria e da ignorância, da prepotência dos mais ricos e da violência dos mais poderosos”. Ressalta que “nossos sonhos de grandeza” são “muito mais ambiciosos agora que somos tantos mais brasileiros a fazer jus, todos igualmente, aos benefícios de nosso progresso incessante”. “A certeza de completo êxito num futuro melhor” deposita-se na “criatividade nova e a energia redobrada de nossa vontade”, ante “cada desafio novo”.

Nesse ano, o 1º de maio demarca-se pela contraposição dos papéis concedidos aos trabalhadores na construção da nação. Enquanto em São Paulo, o dia do trabalho é um conclame à emancipação social, em Volta Redonda, Geisel reitera a prioridade dado por seu governo “ao desenvolvimento social, procurando estender à população toda do País os bens do progresso”.

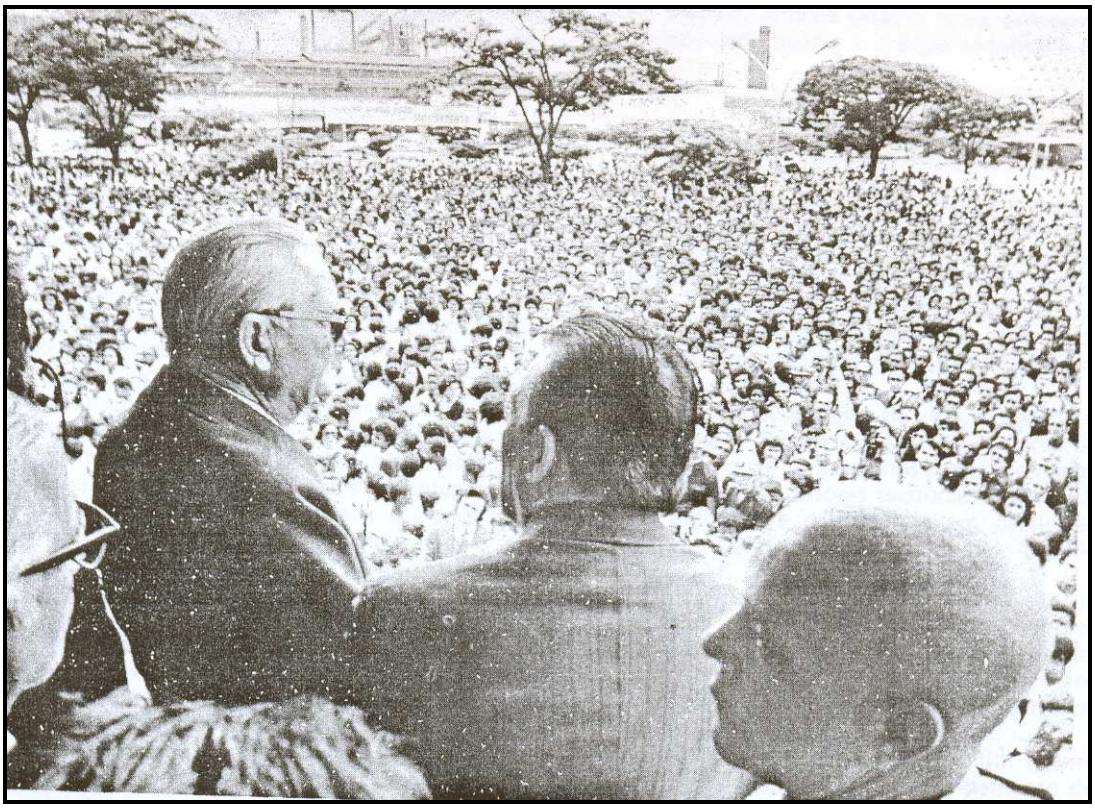


Foto 10 – Geisel no 1º de maio – Volta Redonda (1978).

Fonte: MTb (1978).

Geisel rememora as medidas tomadas por seu governo nos últimos dois anos, em favor "do desenvolvimento social de nosso povo": a criação do MPAS; a renovação do MTb; a criação do CDS; a nova legislação sobre aposentadoria, regulamentação de profissões, auxílio-maternidade, bolsas de estudos, alteração da fórmula da política salarial "e tantas outras que atestam cabalmente o interesse de meu Governo pelos problemas trabalhistas" (MTb, 1978, p.15).

Para o presidente, a distribuição de renda, entendida como "a política salarial em seu contexto amplo", não pode realizar-se, "por decreto, alterações bruscas nos níveis de salário-mínimo e nos índices de reajustamento salarial", já que "o comportamento das leis econômicas e sociais não obedece a formulações a tal ponto simplistas" e "o distributivismo fácil, que tente atenuar as desigualdades individuais pela prodigalidade no reajuste dos salários nominais, está fadado ao fracasso pelo que gera de tensões inflacionárias, de limitação das oportunidades de emprego e de mutilação do potencial de poupança e desenvolvimento" (MTb, 1978, p.15).

Assim, o pensamento governamental apregoa que "a melhoria da distribuição pessoal da

renda terá que resultar, em primeiro lugar, do aperfeiçoamento da política de desenvolvimento e criação de empregos e, em segundo lugar, do aperfeiçoamento da política fiscal, da criação de **fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores** e da melhoria da saúde e da assistência social[189]" (MTb, 1978, p.15-16).

O presidente ressalta, então, que todo um conjunto de medidas, inclusive na área econômica e financeira, foram adotadas, em seu governo, tendo "sempre em mente a promoção social de nosso povo", já que "o homem é o objeto central do desenvolvimento nacional". Nesse sentido, busca-se a universalização da assistência e previdência social. Assim, enquanto em 1963, o número de segurados da Previdência Social era de 5,3 milhões para uma população de 76,5 milhões de habitantes; em 1976, para uma população de 110 milhões, com a ampliação da previdência urbana aos empregados domésticos, a filiação maciça de autônomos e empregadores, a instituição do PRORURAL, a previdência registra um total de 30,13 milhões de segurados, a que somados os dependentes resulta na quase totalidade dos habitantes do País.

Para o presidente, o 1º de maio é um momento de confraternização:

> Quantas Nações podem, neste mundo conturbado, realizar encontros semelhantes a este de que temos o privilégio de participar? O povo na rua, as crianças, os trabalhadores, os empregadores e as autoridades, numa confraternização sem discriminações, revelam bem o clima de paz social de que todos desfrutamos no Brasil. Transformemos a reflexão em oração, pedindo a Deus que dê forças e energia ao povo brasileiro e às suas autoridades para continuarmos nesta caminhada pelo desenvolvimento, com segurança, em busca do bem-estar de nossa gente. Queremos uma Pátria grande e progressista, mas, acima de tudo, queremos uma Pátria em que o desenvolvimento se realize dentro dos princípios de justiça social e que se ajuste inteiramente às legítimas aspirações do povo brasileiro e aos altos interesses nacionais (MTb, 1978, p.16).

Os dois projetos políticos, subliminares aos distintos enfoques do Dia do Trabalho / Dia do Trabalhador, coincidem quanto a "seu público alvo": os operários da indústria metalúrgica, o segmento mais avançado do proletariado. Geisel centra-se na CSN, considerado símbolo da "Revolução de 30" e de tudo de bom que ela pôde fazer pelo povo brasileiro. As oposições voltam-se aos (e vêm dos) metalúrgicos da periferia da metrópole paulista.

Os traços dessa identificação com o opressor, na busca de maior acesso a benesses governamentais e/ou capitalistas, estão presentes na fala do representante dos trabalhadores,

---

[189] Grifo nosso.

na comemoração de Volta Redonda. Consonante à lógica que norteia essa perspectiva, o nome desse sindicalista é omitido, uma vez que só existe enquanto representante de um grupo maior que, detendo apenas a força de trabalho, com ela contribui para a "grandeza nacional".

O sindicalista expressa "o profundo reconhecimento pelo gesto inesquecível do estadista Ernesto Geisel, que interrompeu sua viagem à Europa, onde reafirma a imagem do Brasil, [...] para estar aqui conosco, os líderes sindicais e trabalhadores brasileiros" (MTb, 1978, p.17). O sindicalista continua:

> Sabemos que a escolha pessoal de Vossa Excelência, para que o Primeiro de Maio deste ano fosse comemorado na cidade de Volta Redonda, marco primeiro da arrancada de nossa emancipação econômica, representou um ato de crença no futuro de nosso País e na capacidade de realização do trabalhador e do empresariado brasileiro, que juntos constroem no dia a dia a grandeza de nossa Nação (MTb, 1978, p.18).

A busca de reconhecimento pelo "pai ilegítimo" encontra eco na "espinhosa missão a que se propôs", com valor, "o nosso grande Chefe da Nação" em "seus esforços dedicados ao povo brasileiro". Tal empenho presidencial fez por merecer "toda a nossa dedicação, apoio integral e, acima de tudo, o nosso respeito". Assim, em nome dos trabalhadores, o sindicalista afirma:

> Caminharemos juntos, em todos os momentos, com serenidade, com o trabalho honesto e dedicado, para que o nosso Brasil cresça cada vez mais, com a preservação da ordem e da justiça. Somos profundamente gratos pelo seu espírito altamente humano, pela defesa de Vossa Excelência com relação aos direitos do trabalhador e pelo diálogo que nos é dado. Rogamos a Deus pela saúde pessoal de Vossa Excelência, para que atinja, ao final do seu Governo, os altos objetivos a que se propôs, marcando, assim, encontro com a nossa História (MTb, 1978, p.18).

O discurso do Estado-patrão encontra eco no do trabalhador que destaca as grandes realizações do governo: a) a ampliação da Previdência Social a categorias antes desprotegidas; b) a aposentadoria dos maiores de 70 anos; c) a criação do sistema nacional de treinamento de Mão-de-Obra, com a inclusão da empresa como agente do Sistema; d) a criação do SENAR, "que levará aos companheiros trabalhadores do campo a profissionalização e conseqüente melhoria do padrão de vida, com repercussão na **urgente e necessária melhoria da produtividade no setor agropecuário**"[190]; e) o SINE; f) "a dedicação permanente e prioritária do Governo no combate continuado ao acidente de

[190] Grifos nossos.

trabalho"; g) "o aperfeiçoamento de um **autêntico sindicalismo**, que procura solucionar todos os seus problemas e dificuldades através do **diálogo**"[191]; h) o programa de bolsas de estudo, que concede bolsas a trabalhadores sindicalizados do nível secundário e já agora estende a sua ação, possibilitando o ingresso dos trabalhadores nas Universidades; i) a redução dos encargos financeiros no financiamento da casa própria e o aperfeiçoamento do sistema do FGTS.

Para o trabalhador, "outras conquistas poderiam ser enumeradas e que somadas às que mencionamos, definem e caracterizam a imagem do Governo, que tem como princípio fundamental a preocupação com a promoção e o bem-estar social".

O BT 25 dedica nove de suas 40 páginas à participação de Geisel no V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria, em 1978, no Rio de Janeiro[192]. Geisel expressaria "o interesse do governo na política de valorizar a participação das entidades sindicais no esforço para a promoção social do trabalhador" (BT 10, 1975, p.16), posto que a mão-de-obra é "fator fundamental do desenvolvimento" (BT 12, 1975, p.7).

O ministro Prieto, ao discursar na ESG, em julho de 1976, colocaria, com clareza, essa opção estratégica:

> A política sindical do governo Geisel assenta-se no diálogo aberto e permanente, com o qual é buscado o fortalecimento das entidades sindicais para que possam seus dirigentes, formados através de cursos, participar dos estudos e soluções dos problemas de classes, constituindo órgãos de colaboração com o Poder Público, ao mesmo tempo em que se cuida da promoção social do trabalhador (BT 19, 1976, p.19).

O ministro Prieto e vários de seus assessores diretos afirmaram a centralidade do fator trabalho no II PND, que preconizou a criação de um mercado interno agressivo, com aumento de poder aquisitivo e política de empregos.

Muitas vezes, porém, "as comunidades locais não se arredam de suas tradições" e "é mister que o coordenador as desperte para novas vocações" (PIPMO, 1975, p.8). Aqui, na acepção de Gorender (1988, p.52), coerção e consenso "fazem um jogo, em que um elemento aumenta à custa do outro, em certas conjunturas, mas, em nenhum momento, qualquer dos

---

[191] Grifos nossos. A partir desse aperfeiçoamento, "a área trabalhista" pouco trabalho deu, de fato, "só foi dar problemas quase no fim do meu governo, com as greves dirigidas pelo Lula" (D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.267).

[192] Lula (2007) recorda-se da briga dos "autênticos" com Ari Campista, presidente da CNTI, na tentativa de impedir que Geisel abrisse o Congresso.

dois desaparece". Assim, pela coerção ou pelo consenso, a sociedade brasileira fora condenada ao progresso.

Coerção e consenso caracterizam, igualmente, a posição de Geisel em relação ao emergente movimento grevista. O próximo tópico dedica-se à análise da reação do *establishment* ao aparecimento de novos lutadores na arena política.

7.2 A indústria de greves e lulas

Para estabelecer os aumentos a serem anunciados pelo governo em janeiro de 1978, Geisel preocupou-se em recolher informações sobre outros países. Em outubro de 1977, a Secretaria de Emprego e Salário contratou uma equipe de técnicos do Departamento de Produção e Sistemas da UFSCar, que desenvolveu o Sistema de Informações Gerais para o CNPS.

Essa equipe propugnou a negociação direta como a mais adequada aos segmentos mais organizados do mercado, os setores modernos, dominados por empresas oligopolísticas, em que já existiam sindicatos com representatividade e condições de ação, garantindo a seus trabalhadores real participação em seus rendimentos. Efetivamente, aos setores mais dinâmicos da estrutura industrial correspondiam os mais representativos sindicatos de trabalhadores, conscientes de sua importância nessa estrutura, traduzida em uma negociação coletiva que lhes permitia lograr melhores salários e condições de trabalho.

Macedo (1978), uma das matrizes da política salarial, demonstrou que o salário médio dos empregados novos e demitidos é menor que o do total de empregados de cada empresa; que o salário médio dos empregados estáveis é superior aos dos admitidos ou demitidos; que, com as taxas de crescimento, os empregados estáveis são os mais beneficiados, principalmente nas grandes empresas e que, ao longo de quatro anos, há apenas 20% de estáveis.

Calabi (1978, p.90-91 *passim*) afirma que "os reajustes concedidos – por salários mínimos e por dissídio coletivo – longe de realimentarem a inflação em igual intensidade, somente a influenciam no máximo em 50% do aumento aplicado, só computados os efeitos indiretos dos aumentos" e que "apenas uma parcela reduzida de produtividade e dos seus decréscimos são apropriadas pela força de trabalho empregada". Em decorrência desses dois aspectos, "poder-se-ia pensar numa política salarial – e sindical – que, ao amparo de negociações diretas entre empregados e empregadores, permitisse àqueles uma fatia maior dos ganhos de

produtividade".

O que tais estudos científicos apontavam já vinha sendo colocado por Lula da Silva. De fato, a primeira vez em que é mencionado, nas apreciações do SNI (outubro de 1977), tal menção diz respeito a "reuniõCASTRO, 2002, p.59).

Em contrapartida, mesmo em 1978, quando emergiam as primeiras greves de vulto desde 1968, Simonsen defendia a manutenção das fórmulas de política salarial e a proibição do direito de greve: "Como não é concebível uma greve contra a aritmética, o princípio da fórmula é incompatível com o direito de greve em negociações salariais. As recentes paralisações do trabalho em São Paulo têm que ser, por isso, consideradas como ilegais". O ministro advertia que "se a inflação de custos forçada pelos sindicatos aumentar, caminhar-se-á para a hiperinflação" (SARMENTO; ALBERTI, 2002, p.71).

Para fazer frente às greves, segundo ele, seria necessário aumentar o diálogo entre o MTb e os empresários paulistas, não alterar a lei salarial e "ativar os órgãos de segurança para a identificação de quem está por trás das paralisações ilegais" (idem, ib., p.71).

A opção de instituir o direito de greve e abolir a fórmula salarial, para que as negociações partam do zero, afirma Simonsen, pressupunha uma sociedade adulta, e não uma sociedade tutelada pelo Estado, como a brasileira.

À medida que a panela ganhava pressão, a ponto de se temer uma explosão (conforme acreditava Golbery), a questão social (e particularmente as demandas dos trabalhadores dos setores modernos da economia) não mais poderia ser tratada como questão de polícia. Nesse contexto, a atuação do sindicalista passou a ser vista pelo SNI, inclusive, como positiva à medida que "Lula procuraria evitar a exploração política das reivindicações dos operários". Efetivamente, valia a pena refletir sobre suas idéias:

> Suas postulações, para serem atendidas em sua totalidade, exigirão mudanças radicais na política trabalhista do governo. Mas o exame progressivo de cada uma delas, alimentando um diálogo que transmita confiança na disposição de aperfeiçoar a legislação em benefício da força do trabalho, sem comprometer o desempenho da economia, parece ser a melhor maneira de evitar que outro componente de perturbação da tranqüilidade pública se insira na conjuntura delicada de transformações políticas que a nação está vivendo (CASTRO, 2002, p.60).

Para Moisés (1979), desde o início do seu governo, Geisel deu sinais de desejar abrir algum tipo de canal até a classe trabalhadora e, depois da derrota eleitoral em 1974, seriam dados os primeiros passos nesse sentido, aumentando em 43% o salário dos trabalhadores

industriais, quase o dobro do concedido nos anos anteriores.

Rodolfo Konder, prefaciando Jordão (1984), afirma que, após 1974, o sucesso do modelo de "desenvolvimento com segurança" dependia do apoio dos trabalhadores, contribuindo para o incremento da produção, e de um mínimo de coesão e estabilidade social, pressupondo uma ampla submissão às decisões do governo. Assim, a ênfase na questão salarial era plenamente justificada, tal como ocorria com a questão do desemprego que, no período mais crítico da desaceleração da economia, esteve sempre na pauta presidencial.

Os óbices à coesão e estabilidade social tornavam-se, ao longo do governo Geisel, progressivamente maiores. O presidente atribuiria "o crescimento da oposição" ao governo do Médici, "que nos últimos anos não se interessou pelo quadro político" (GEISEL, 1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.383). Assim, Geisel teria que atuar em diferentes *fronts*.

Em 1978, aparece, pela primeira vez, o tema greve nos despachos entre o presidente e o ministro Prieto e, em 04 de abril, o Decreto-lei 1.632/78 a proibiu a realização de greves nos serviços públicos e atividades essenciais da segurança nacional e, em setembro daquele ano, portarias ministeriais proibiram os dirigentes sindicais de participar de reuniões de caráter intersindical. Em contrapartida, o presidente autorizava seu ministro a estabelecer negociações com vários presidentes de federações de trabalhadores, em torno da questão salarial, crucial para o MTb.

"Desde que assumiu a presidência, Ernesto Geisel teve uma visão estratégica perfeita", diria Arturi (1999, p.262). Tal visão seria extremamente necessária, em um contexto diferente dos governos anteriores, que podiam se dar o luxo de sustentar-se, exclusivamente, na fé e no milagre. Com uma economia desaquecida e com "a mudança de orientação e de tática, da guerrilha para um 'trabalho de massa' difuso, sub-reptício, junto ao meio estudantil e operário", que dava a falsa impressão de que "o problema subversão já se encontra superado" (SNI, 1974 *apud* CASTRO, 2002, p.49), o "ditador da abertura" teria que usar todo o seu arsenal estratégico, para levar o "barco da distensão" a seu porto final.

Para Geisel (1993-1994 apud D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.369), tratava-se de "lutar em duas frentes: contra os comunistas e contra os que combatiam os comunistas. Essa é que é a verdade". A estratégia não priorizava "ações repressivas isoladas", que só podiam ser empreendidas com o conhecimento do presidente. "O raciocínio claro era esse: vamos estudar, vamos ver uma outra maneira de enfrentar o adversário. É claro que, no fundo, isso

não é um problema militar" (idem, ib., 1998, p.365). Nesse contexto, ao invés da manutenção da temporada de caça às bruxas do governo anterior, a *nouvelle Inquisition* escolhia a quem queimar em suas fogueiras[193], e os demais ficavam como cenário da farsa democrática que se encenava.

"Sendo o anticomunismo a principal bandeira utilizada durante todos esses 15 anos pela ditadura", como bem identifica a resolução política do CC/PCB, de maio de 1979 (apud CORRÊA, 1980, p.244), optou-se pela tolerância à oposição de esquerda não-marxista, sem laços com o urso soviético ou com o panda chinês, e fez-se a opção preferencial pela Igreja Católica. A CNBB era, como afiança Arturi (1999, p.243), "a organização mais importante da sociedade civil durante todo o período de transição", obviamente, deveria ser o primeiro alvo das articulações em prol do projeto de distensão.

A implementação da estratégia antecede o início do governo Geisel. Nos encontros com dom Paulo Arns[194] e outras lideranças católicas, o general Golbery convenceu-os de que Geisel, de fato, abriria o sistema político, daí a presença de cinco cardeais na sua posse, o que deu ao presidente certa tranqüilidade, posto que, quando foi escolhido, um dos problemas que o preocupavam era o fato de não ser católico (GEISEL, 1993-1994 apud D'ARAÚJO; CASTRO, 1998).

Analisando os discursos de Geisel, Mathias (1995, p.83-84 *passim*) constata que "o presidente procura mostrar como o Brasil é privilegiado, já que tem a vantagem de ser uma nação ordeira, integrada e harmoniosa", a "civilização da cordialidade" que os antepassados nos legaram e que "procuramos aprimorar sempre, incorporando à sua Consolidação os novos agentes e instrumentos de relacionamento humano, proporcionados pela marcha incessante do progresso".

O "discurso manso" guardava afinidades eletivas com a piedade cristã que pretendia angariar. Na oposição ao regime desde 1970, a Igreja Católica fornecia locais para reunião, recursos e quadros (leigos e padres militantes) ao movimento sindical e popular. A aproximação entre os sindicalistas autênticos e os militantes das pastorais desaguou na

---

[193] Em dezembro de 1976, três dirigentes do PC do B foram assassinados e outros seis presos no episódio que ficou conhecido como "cerco da Lapa" (D'ARAÚJO, 2002).

[194] Se, por intermédio de Golbery, Geisel chegava a dialogar "com a Igreja progressista, que era favorável às ações da esquerda subversiva e as fomentava", não deixara de, através do núncio, queixar-se ao Papa, que orientara o presidente a ter paciência porque "a Igreja resolve, mas é muita lenta" (GEISEL, 1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.388). De fato, a reação viria, nos 1990, com o expurgo da Teologia da Libertação.

consolidação do Projeto PT. Lula da Silva (2007) rememora que, nas grandes greves a partir de 1978, conseguia-se distribuir 100 mil panfletos em um dia, utilizando o potencial de organização de base da Igreja Católica. Para o ex-sindicalista, o membro do movimento da Igreja Progressista, que não podia estar no sindicato, porque não era metalúrgico, tinha ingresso certo no PT. No momento da criação do PT, "eu era o símbolo da classe operária, o pessoal falava. Você falava em operário, lembrava dos metalúrgicos do ABC, lembrava do Lula, sabe?" (LULA DA SILVA, 2007, p.1).

O ex-sindicalista seria exemplo do "mistério do ministério", tratado por Bourdieu (1958) como um caso de magia social, em que um grupo se realiza por interveniência daquele que fala em seu nome, o porta-voz. Esse, ao falar do grupo, e em seu lugar, põe, sub-repticiamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela magia, inerente a todo o ato de nomeação. Destarte, a classe (operária, nesse caso) existe na medida em que esse detentor de *plena potentia agendi* fala em seu nome, segundo a equação o Partido é a classe operária, e a torna real no campo político.

Ora, a classe como "vontade e representação" não se constrói a partir do nada. Acompanhemos sua confecção.

7.2.1 A marca e o *marketing*

É comum que se considere o texto do SNI, de 1977, como o primeiro registro de um encontro do sindicalista com o *establishment*. O depoimento do ex-governador de São Paulo, no interregno 1975-1979, Paulo Egydio Martins, concedido em 2005, entretanto, questiona essa afirmação.

Egydio Martins (2005) relata sua participação na solenidade de posse de Lula da Silva como presidente do SMSBD, em 1975, que causou tal celeuma na época, que o próprio Geisel lhe telefonara. Justificando-se ao presidente da República, ele ressaltara que Lula era um líder sindical sem filiações ideológicas, que impulsionava um sindicalismo forte, fora do peleguismo getuliano, corrupto e que deveria ser apoiado pelo regime.

Essa afirmação contrasta com as próprias memórias de Lula da Silva (2007). Ele afirma que foi levado pelo irmão comunista, Frei Chico, para o sindicato em 24 de abril de 1969. A partir de 1972 e até 1975, desligado da produção, para atuar como primeiro secretário do

Sindicato, cuidava de FGTS, de aposentadoria, de habite-se e de seguro de acidente de trabalho. Segundo o próprio Lula, só assumiu a presidência do Sindicato porque a fábrica do seu antecessor, Paulo Vidal, teria se transferido para Mauá. Lula, até então, nunca fora a uma assembléia e a primeira vez que falou em público foi na posse, um discurso redigido com a ajuda do advogado da entidade. "Na hora de ler me deu uma tremedeira que eu quase não paro em pé", lembra o ex-sindicalista.

Nesse contexto, é perfeitamente inteligível que Paulo Vidal, mantido na diretoria sindical como secretário-geral, pretendesse tomar Lula como um fantoche, fato que rememora. Por outro lado, se ele nunca discursara e "de 1969 a 1975 eu não conversava com empresários" (LULA DA SILVA, 1981, p.174), o governador nada poderia saber sobre as filiações ideológicas e o tipo de sindicalismo que ele (não) lideraria.

A posse, com mais de 20 mil presentes, inaugurou a trajetória midiática de Lula, que concedeu sua primeira entrevista a um canal de televisão nesse dia[195]. Dizendo que "a gente quando se dispõe a defender uma causa, a gente quando se dispõe a lutar por alguma coisa que acha certa e verdadeira, eu acho que, se for necessário, até a vida nós temos que dar", Lula começava a desencadear a magia da enunciação[196].

> Nunca disse que sou resultado da minha inteligência ou da minha competência. Sou resultado da evolução política de uma parcela da sociedade. Apareci no momento exato. Obviamente tive o mérito de saber traduzir aquilo que era o pensamento daqueles que representava. Não seria o que sou se não fosse a Imprensa (LULA DA SILVA, 1979, p.3).

Egydio Martins (2005), desde a posse, tivera uma série de almoços e jantares com Lula. O ano de 1975, efetivamente, seria divisor de águas na trajetória de Lula. Inicia internacionalização de sua imagem: vai para o Japão participar do congresso dos trabalhadores da Toyota[197], de onde é informado sobre a prisão de seu irmão e orientado a não retornar ao país, a que ele teria respondido: "Antes preso no Brasil que solto aqui no Japão!" (LULA DA SILVA, 1981, p.39), antecedendo ao estilo verde-amarelo de cataventos e

---

[195] Lula da Silva (1981) informa que, até 1975, em São Paulo, apenas dois jornais publicavam pequenas colunas com assuntos sindicais.

[196] Vale lembrar, como o faz Antônio de Almeida (2007), que, já em 1974, o Sindicato realizava assembléias com dez mil trabalhadores, nas quais Paulo Vidal chegava a ameaçar ir para a greve e, por fim, recuava, de modo que se descredenciou perante a massa.

[197] É interessante que seu cosmopolitismo se inaugura com a Toyota, na qual a subsumpção do operário no esquema de produção de lucro para a empresa se tornou paradigmática.

aviõezinhos de papel, que acompanhariam a campanha televisiva “Brasil. Ame-o ou deixe-o”, a partir de 1977. Lula, não apenas retornou, como se dirigiu ao DOPS, para saber o que tinha acontecido: “Você vê, Sr. Luiz Inácio, como esse país é democrático, seu irmão está preso porque é comunista e o Sr. em liberdade procurando informações sobre ele” (LULA DA SILVA (2007, p.1). De fato, o país pareceria ter, magicamente, se democratizado, especialmente para Lula.

Cabe lembrar que, um dia após o ato na Catedral da Sé, em memória de Herzog, o presidente Geisel vai a São Paulo, onde se “reuniu, privativamente, com certos líderes civis e sindicais, mas não manteve nenhum contato com o MDB” (ARTURI, 1999, p.301), para tentar “acalmar os ânimos”. Nesse momento (cf. Cap.7), o presidente exoneraria o chefe dos torturadores “extrovertidos” do II Exército, substituindo pelo general Dilermando Monteiro, outro “relações públicas” do regime com os ascendentes movimentos sociais paulistas.

O ex-governador Egydio Martins (2005) revela que, entre 1977 e 1979, Golbery ocupou-se com Lula. Considerando que o sindicalismo não era o *locus* mais adequado para ele, o general passou a usar o ministro Murilo Macedo, como ponte para Lula, realizando várias reuniões fechadas com ele, com o fito de “organizar” a participação dos trabalhadores no novo sistema partidário que surgiria em 1979. Para o ministro do Trabalho, existiam dois sindicalismos: o democrático, que vê no empresário um parceiro de jogo com o qual ele deve transacionar, e o revolucionário, para o qual o patrão é um inimigo a ser destruído. Lula seria da primeira leva.

Foi nessa nova conjuntura que os metalúrgicos do ABC, com Lula à frente, adquiriram visibilidade nacional com a campanha salarial de 1977, “depois da Revolução de 1964, o maior movimento sindical, em âmbito nacional, ocorrido no país” (LULA DA SILVA, 1981, p.40).

Moisés (1979, p.5) relata a gênese da campanha:

> Aparentemente, todo comenzó en el segundo semestre de 1977, con la **sorprendente** revelación a la que fueron obligadas las mismas fuentes oficiales del gobierno federal ante las presiones internacionales, según la cual la manipulación de los datos oficiales de reajuste salarial de los trabajadores industriales, en 1973 y 1974, habría impuesto una sobrepérdida real de un 34.1% en los salarios del conjunto de la clase trabajadora del país. **Ante ese anuncio, legitimador plausible de las reivindicaciones, hubo algo así como una reacción inmediata y en cadena de los más importantes sindicatos de trabajadores** de la región del Gran São Paulo, los cuales congregan cerca de 250 mil trabajadores de la industria automotriz,

electrónica y química[198].

Ora, o DIEESE, desde o início dos anos 1970, sustentava que os dados utilizados para reajuste dos salários estavam sendo manipulados, implicando perdas maiores para os trabalhadores. Para Moisés (1979), um dos intelectuais inseridos no Projeto PT, tais denúncias levaram os economistas do BIRD a estabelecer que as estadísticas oficiais eram falsas. O próprio Delfim Netto afirma ter sido o *hedge* de Simonsen a base da internacionalização dessa denúncia. Para Lula da Silva (1981, p.149), ela representaria "as divergências dentro do próprio sistema", que teriam levado "o próprio ministério de Geisel a levantar algumas denúncias em relação ao ministério anterior"[199].

De fato, pode-se observar, nesse ínterim, "a mão invisível" do Estado criando o movimento, projetando o seu passo seguinte e os subseqüentes, "com princípio, meio e fim, passando por fases de aceleração, até gradualmente esvaziar-se e esvair-se" (VALLADARES, 1982, p.91).

O passo seguinte foi "el surgimiento del movimiento de reivindicaciones, ante el cual el gobierno asumió una posición de tolerancia, aunque afirmando que los aumentos de 1975 y 1976 fueron suficientes para cubrir las pérdidas anteriores" (MOISÉS, 1979, p.5). Para desencadear a campanha dos 34,1%, Lula teve que se contrapor a Paulo Vidal, que preferia evitar todo confronto, por mínimo que parecesse. Crendo na existência de um país "democrático", Lula entrou na Justiça do Trabalho[200] "e não ganhamos", mas foi "uma campanha muito forte, que terminou em agosto de 77, terminou num clima muito bom. Mas essa campanha foi, na verdade, o que deu início para mim em 1978" (LULA DA SILVA, 2007, p.1).

Essa campanha teria um saldo gente organizativo, que se apresentaria nas greves de 1978-1980. Para Moisés (1979), o principal mérito dessa campanha foi desencadear uma torrente de outras reivindicações, aparentemente novas:

---

[198] Grifos nossos.

[199] Vale lembrar que esse procedimento não é corriqueiro ao longo do regime burocrático-autoritário, posto que "'não duvidar, não divergir, não discutir' é o princípio profissional no qual baseia-se a verticalidade do comportamento militar" (MATHIAS, 1995, p.105). Por outro lado, o presidente Geisel, várias vezes, afirmara que a salvaguarda da Revolução era muito mais importante que qualquer convenção.

[200] Geisel (1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.399) comentaria: "Havia Justiça do Trabalho que começou a julgar os casos, se eram razoáveis ou não. Era o primeiro ônus da distensão. Eram fatos desagradáveis, mas que faziam parte da liberdade que a distensão procurava assegurar".

- Aumentos salariais segundo o crescimento setorial da produtividade.
- Controle sobre as condições de trabalho e garantia de emprego.
- Negociação direta com os empresarios, livre da tutela do Estado.
- Contratos coletivos de trabalho para cada setor.
- Reconhecimento legal de representantes sindicais no interior das fábricas.
- Ampla e irrestrita liberdade sindical.

Pedagogicamente, para estabelecer os limites da integração, o regime voltou a prender alguns sindicalistas[201], de modo que o Sindicato de São Bernardo assumiu uma posição mais "combativa", promovendo debates sobre o 1º de maio, aos quais "bastante gente" assistia. Ao mesmo tempo, Lula seria convidado para encontrar-se com Petrônio Portella, ministro da Justiça de Geisel e interlocutor de Geisel para a sociedade civil, em Brasília. Trata-se de um teste. Lula da Silva (2007) recorda que "tinha uma oposição na categoria que achava que isso era rendição". Tratava-se de "um pessoal mais organizado ideologicamente", que constituía "uma oposição em toda assembléia", em que se distribuía "muito material apócrifo". Ora, Lula não "contemporizou com seus radicais", como o fizera o MDB, o que, certamente, lhe valeu o respeito e as atenções do regime.

A partir desse momento, Lula tornar-se-ia, nas palavras de Fernando Henrique Cardoso[202] (2008, p.1), "um espetáculo" para os meios de comunicação, "um símbolo" do/no Brasil, cuja ascensão foi vista pelos setores "ideológicos que se consideravam progressistas" como "a redenção das massas, a redenção de todas as dívidas sociais do Brasil".

---

[201] Para Golbery, "a repressão ilimitada, na busca de uma segurança absoluta, levaria em última análise à debilitação da segurança nacional pretendida", em função do que "tentava-se negociar e incorporar algumas das exigências da oposição de elite, num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado" (ALVES, 1985, p.186). Essa "ação preventiva" visava a conter os excessos da oposição e demarcar os limites da permissividade política.

[202] Interessa-nos saber que o primeiro ato de abandono da "ojeriza" e do "analfabetismo político" de Lula ocorreria na campanha de Cardoso a senador, em uma chapa, cujo vice vinha do SMSBD: o advogado, Dr. Maurício (LULA DA SILVA, 2001).



Figura 9 - “A evolução humana”.
Fonte: Zé P.

A greve, iniciada em maio de 1978, é o ápice desse processo de iconização de Lula. Inspirado nas sábias admoestações de Vidal, o sindicalista imaginara que “ia ter repressão, porque a história de greve é repressão”. Dois dias depois da greve, Vidigal procurara o general Dilermando, para dizer que era preciso acabar com a greve. Ao invés de correr “porque o Exército vai acabar com essa greve”, Lula telefonou para o Comandante e marcou uma audiência, ao fim da qual teria lhe garantido: “enquanto eu for General aqui, eu te garanto que o meu Exército não vai bater em trabalhador” (LULA DA SILVA, 2007, p.1).

A partir dessa greve, o sindicalista assumiria “um papel de destaque na vida sindical e política brasileira”, do que adviriam suas “numerosas entrevistas aos mais variados órgãos de imprensa”, compiladas em Lula da Silva (1981).



Foto 11 - Lula, o espetáculo.
Fonte: CGTB (2007, p.7).

Nas greves de 1978, Geisel demonstraria toda sua condescendência com o setor mais

dinâmico e o líder dos seus trabalhadores. Não houve qualquer repressão prévia ou imediata, o que permitiu medir seu impacto social e mostrar aos *Oito* o caráter não autoritário do seu governo. A estratégia deveria evitar do tipo plebiscitário todo conflito eleitoral que pudesse levar a uma confrontação com o regime e encorajar a criação de partidos moderados ou dignos de confiança.

Mário Garnero (1988) externa sua "estranheza" quanto à facilidade com que Lula ascendeu politicamente, em um contexto em que os mais inofensivos adversários do governo eram tratados com impiedade[203]. O empresário fora a Brasília, no começo da greve, em nome da ANFAVEA, para saber o que fazer e se encontrara com Simonsen, que fora orientado por Geisel a tentar negociar com os grevistas, o que escandaliza, por se tratar de um passo que nenhum governo militar jamais dera.

Naquele mesma noite de domingo, Lula apareceria no programa *Vox Populi*, da TV Cultura, com o *nihil obstat* do comandante do II Exército e do governador, instrumentado pelo Planalto. De fato, o General Dilermando chegou a participar do programa, argüindo Lula sobre a possibilidade de impedir que haja infiltração de "ideologias extremistas, como é a ideologia comunista", nos sindicatos operários. À questão, Lula teria respondido: "sou contra o radicalismo, tanto de esquerda como de direita", posto que "o radicalismo não leva a nada", sendo muito mais útil que o comandante "nos ajudasse a brigar pela liberdade sindical, e me desse o direito, não só a mim mas a todos os dirigentes sindicais que não têm compromissos ideológicos, de lutarem contra qualquer um dos dois extremos" (LULA DA SILVA, 1981, p.83).

Como o discurso jornalístico forja, em boa medida, o imaginário social, a memória do passado (e do futuro), cabe caracterizar a imprensa de meados da década de 1970. Nesse sentido, a censura. Melo (1985) reproduz o comentário do general Golbery, de 1973, sobre *O Estado de São Paulo*, sob censura até 1975, para o qual o fim da censura não o tornaria um jornal de esquerda ou hostil ao regime, mas o mesmo jornal conservador que é. Para Golbery, esse jornal seria mais conservador que ele e a censura estaria tendo um efeito inverso ao pretendido, haja vista que, nem sempre, embaixo dos versos de Camões, moraria uma importante denúncia. O próprio diretor do jornal, Ruy Mesquita, afirma que, às vezes, o governo estava apreensivo com alguma coisa que ele não percebia (daí sua manutenção na pauta) e censuravam.

---

[203] O empresário se refere à cassação de alguns deputados.

Breguês (1978) informa que, até aquele ano, permaneciam sob censura prévia os jornais *Tribuna da Imprensa*, *Opinião*[204], *Movimento* e *O São Paulo*, o jornal da Arquidiocese de São Paulo. Na edição de 9 de junho de 1978, a censura liberara a revista Veja, que informou ter, desde 15 de maio de 1974, mais de 10.000 textos cortados, sessenta reportagens totalmente vetadas, além de 64 ilustrações. Quanto ao jornal Movimento, sob censura prévia, desde o primeiro número, de julho de 1975, até o número 22, tivera vetadas 273 reportagens de maneira total e 276 de maneira parcial.

Para Lula, "quando a imprensa começou a ficar mais livre, começou, eu acho, a descobrir o trabalhador. E daí aconteceu tudo o que está acontecendo até hoje", ou seja, "muitos contatos com jornalistas" e passaram a ser vistos "sem medo", mas, igualmente, "sem nenhum objetivo de me tomar vedete ou coisa parecida" (LULA DA SILVA, 1981, p.101-102).

A imprensa passou a vender Lula como um líder sindical em estado de pureza. Vidigal Filho (2005) caracteriza-se a si mesmo como um maluco, que tal como Lula, falava todo o dia sem parar. Para o ex- presidente da FIESPE, ele e Lula tiveram "uma sorte danada" de sobreviver em uma ditadura, em que mesmo o Congresso "funcionava a meia-boca". Na segunda metade da década de 1970, para Vidigal, a imprensa não tinha o que publicar, daí os jornais e as revistas ouvirem, a ele e a Lula, "o tempo todo".

Melo (1985), estudando a cobertura ao movimento operário pelos jornais *O Estado de São Paulo*[205] e *Jornal do Brasil*, identificou uma cobertura extremamente simpática às reivindicações sindicais, com o tratamento dado à greve. Lula da Silva (1981, p.118) confirmaria que a imprensa "teve grande participação no movimento que eclodiu em São Bernardo", porque, desde 1978, o trabalhador passara a ouvir falar "de sindicato, de luta de classe, de reivindicação", praticamente, "todo santo dia, pelos jornais, pelo rádio e pela televisão". Naquele ínterim, os principais jornais brasileiros apresentavam tiragem diária média de 300 mil exemplares, alcançando perto de 20 milhões de pessoas; o rádio envolvia 85 milhões de pessoas e a televisão, 45 milhões de pessoas.

Com tal "celebrização", a partir de 1979, Lula "correria o mundo", em audiências com o senador democrata Edward Kennedy, o sindicalista polonês Lech Walesa, o Papa João Paulo

---

[204] D'Araújo (2002, p.27) informa que "o Banco Nacional do 'revolucionário' Magalhães Pinto estava financiando periódicos alternativos e de 'esquerda', como *Pasquim*, *Crítica* e *Opinião*".

[205] Cabe lembrar que o diretor recebeu, com sua família e alguns convidados, Lula, na sua residência, para uma conversa que se estenderia por quatro horas e que seria reproduzida em parte em Lula da Silva (1981).

II, os primeiros ministros Adolfo Soares, da Espanha, e Helmut Schmidt, da Alemanha. No Brasil, reunira com vários governadores, ministros e o presidente Geisel. “Eu não podia sair do Brasil sem autorização da Polícia Federal, né? Mas, aí, também já tinha o nome público, já estava consolidado, né? E aí, também, já não podiam fazer mais nada comigo”[206] (LULA DA SILVA, 2007, p.1).

Nessa conjuntura, Lula reelege-se com 98% de votos na eleição sindical de 1978. Em 1979, sofre a primeira intervenção no Sindicato, que durou 50 e poucos dias e acabou reforçando os laços dos sindicalizados com a diretoria cassada. No ano seguinte, Lula e outros sindicalistas “autênticos” iniciaram uma “odisséia” pelo Brasil, na tentativa de consolidar o PT. Sua capacidade de aglutinação era tal que até grupos “radicalóides”, como a LIBELU, “que me chamava de a ‘muleta da ditadura’ e, logo depois, ela já estava no partido junto com a gente”. A base do seu sucesso estaria no fato de ser “o resultado do grau de consciência que os trabalhadores adquiriram naquele período” (LULA DA SILVA, 1981, p.363).

A imagem pública de Lula não pára de crescer e é, em boa medida, reforçada pela segunda intervenção sindical, na greve de 1980, e por sua prisão no dia 17 de abril, em que permaneceria por 31 dias. Ainda na viatura, cinco minutos depois, na rádio Bandeirantes, já se anunciava que o Cardeal Arns informara sobre sua prisão em casa. Na cadeia, “a gente era tratado diferente porque a nossa prisão já se deu num outro momento. Já não tinha mais tortura”. Na cadeia, tinha um tratamento de hotel: se tinha dor de dente, em uma hora, o Tuma chegara “com um dentista para me cuidar”; “para ver o jogo do Corinthians, ele trouxe uma televisão”; “eu pedi para ele um circulador de ar”; “eu saía de noite para ver a minha mãe”; “tinha todo dia o jornal aqui” (LULA DA SILVA, 2007, p.1).

[206] Como se infere, não falta ao sindicalista a noção do próprio mérito.



Foto 12 - Liberdade para Lula.

Fonte: CGTB (2007, p.8).

> João Goulart foi cassado e o povo não se rebelou contra o governo; Juscelino Kubitschek foi cassado e o povo não se rebelou; Jânio Quadros foi cassado e o povo não se rebelou. Houve intervenção no Sindicato de São Bernardo e os trabalhadores gritaram! Essa é a verdade que o governo não esperava. Cassaram três presidentes da República e o povo não se manifestou. Cassaram meia dúzia de merda de dirigentes sindicais e 120.000 homens se rebelaram contra isso. Essa o governo não esperava (LULA DA SILVA, 1981, p.342).

Teotônio Vilela visitaria Lula na cadeia. Se, do ponto de vista político, a greve de 1980 não resultou em ganhos econômicos, politicamente, foi um completo triunfo, já que, por intermédio dela, o PT consolidar-se-ia enquanto partido político.

Para Lula, “a gente tentou dialogar e eles se trancaram por trás de cassetetes e bombas. A gente quis negociar e eles nos enviaram helicópteros com metralhadoras e ordens de prisão. Ora, ficou claro para o trabalhador de que lado está o governo” (ib., p.281). É óbvio que, para o sindicalista, isso era um trunfo, a ponto de, ao se lançar candidato ao governo de São Paulo, achar que ia ganhar, já que “fazia comícios que tinham mais gente do que o número de moradores da cidade” (LULA DA SILVA, 2007, p.1). A conjunção de *marketing* com legislação eleitoral levou Lula a adotar o nome oficial de Luiz Inácio Lula da Silva.

Se perdera em 1982, quatro anos depois, teria sua primeira vitória: eleger-se-ia deputado federal, com a marca histórica de 652 mil votos, o que lhe dera a primeira impressão de que a classe operária vai ao paraíso. O primeiro êxito reforçaria seu *marketing* pessoal, de modo que “na eleição para presidente, em 1989, eu fui para o segundo turno, eu tinha certeza que ia ganhar. Até hoje ninguém me convence que eu perdi aquela eleição” (ib, p.1).

A trajetória redentora de Lula teria seu correspondente na decadência dos “homens

partidos” do PCB.

7.2.2 A mácula e o marco

> Quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou intoleráveis, já não haverá garantia para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação.
>
> Maria Helena Moreira Alves

O governo Geisel, como vimos, teve que caçar comunistas e caçadores de comunistas. Para o presidente, o comunista é um doente incurável que deve ser salvo de si mesmo. Nada o convenceria a mudar de opinião, o que tornava as estratégias de longo prazo muito mais relevantes que as táticas de curto prazo.

O PCB, que se assumira como “oposição democrática”, não caindo na tentação da luta armada, de início, se livrara das “palmadas” da repressão. Quando a comunidade da informação liquidou os “paulistas” no Araguaia, voltou a se ocupar com o PC, o único grupo que “tinha uma estrutura” (COELHO NETTO, 1993, p.24), estrutura essa importada diretamente do Kreimler. Ora, entre 1975 e 1976, quase todos os dirigentes do “Partidão” já se encontravam fora do país, o secretário-geral, Prestes, fora deslocado para a URSS já em 1971.

A tática dos caçadores era muito simplista: em 1975, “comemorando” os 40 anos da Intentona, teria se engendrado um novo Plano Cohen, uma pretensa conspiração para derrotar o regime. Em janeiro, o ex-deputado e ex-membro do CC/PCB Marco Antonio Tavares Coelho fora preso e, sob tortura, revelou a estrutura do Partido em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Brasília. Nos meses seguintes, dezenas de deputados eleitos, pelo MDB em 1974, foram acusados de receber apoio do PCB, o que deveria levar Geisel a fechar o Congresso, mas foi sumariamente ignorado.

O presidente entendia que o fato de um deputado ter apoio dos comunistas não significaria necessariamente ser ele também comunista. Ademais, como já dito, a sua estratégia não se limitava a táticas repressivas isoladas. De fato, a força deveria apenas limpar o terreno. Assim, entre o final de 1974 e o decorrer de 1975, nove membros do CC foram assassinados e o jornal oficial do Partido, *Voz Operária,* passou a ser editado fora do Brasil.

A despeito de todos os golpes sofridos, os pecebistas insistiam na via institucional para derrotar o regime. A Resolução política do CC/PCB (1979 *apud* CORRÊA, 1980, p.238) declarava:

> As forças sociais que se empenham na construção de um regime democrático em nosso País são numerosas e constituídas por várias classes, camadas, setores, correntes de pensamento e segmentos sociais. Logo, a unidade das forças de oposição é requisito essencial, sobretudo num momento em que as manobras divisionistas da ditadura se desenvolvem com maior ímpeto e vigor.

Tal unidade consubstanciar-se-ia no MDB, organização frentista que, segundo o PCB, a partir das eleições de 1974, conseguira formar um bloco parlamentar democrático, que aglutinaria ainda alguns representantes da ARENA, e além da denúncia, poderia propor leis que contribuíssem para eliminar o arbítrio e contribuir para a organização e mobilização dos trabalhadores. A atividade oratória do Congresso, recrudescida a partir daquele ano, foi silenciada com a cassação do mandato de alguns deputados no primeiro semestre de 1976. A verve parlamentar e a incompetência da ARENA, em garantir a vitória, em um jogo eleitoral aberto, tornavam "cada vez seria mais generalizada a convicção da necessidade de uma reforma partidária que extinguisse as atuais legendas" (CASTRO, 2002, p.48).

Como os comunistas optaram pelo caminho institucional, a reforma partidária teria, para eles, um impacto muito mais negativo. Estilhaçava-se, destarte, a oposição emedebista, com Tancredo Neves capitaneando seus mais conservadores para o PP e Lula, os mais radicais para o PT.

Ora, o ano de 1978, de acordo com Santana (2001), marca o início do fim para o PCB. Quando o novo sindicalismo entra em cena e começa a se forjar o Projeto PT, o enfraquecimento do Partidão é evidente, quer pela repressão, quer pelo anacronismo de suas proposições e formas de ação. O movimento sindical, que era central na linha de ação política dos comunistas, tornou-se a alavanca de organização e celeiro de quadros do PT. Iniciava-se a "longa agonia" do Partidão, que seria mantido na ilegalidade, encapsulado no PMDB, enquanto o PT colheria as vantagens da legalidade, que, por sua vez, cada vez alargavam seus espaços.

O PT vendia-se, nesse ínterim, como o primeiro partido operário da história brasileira, não apenas em sua "missão", mas na sua origem. A idéia era que, enquanto o PCB era formado por intelectuais pequeno-burgueses, o PT era "original" por ter operários como os seus principais fundadores. Ora, o PCB, como seção brasileira da IC, poderia contrargumentar que

algumas lideranças operárias estiveram, desde 1922, na sua direção, ao lado de alguns intelectuais e da classe média, tal qual o PT. De fato, poderia, se tivesse a seu lado a rede social da Igreja e a adesão dos meios de comunicação, como ocorria com Lula/PT, mas isso estava muito longe de ser o caso.

Se os quadros operários do PCB realizaram um eficaz trabalho junto às bases, especialmente no pré-1964, contribuindo para que os trabalhadores chegassem, como sujeitos históricos, ao "mundo da grande política" (SANTANA, 2001), quem colheu os frutos plantados foi o PT[207].

Retardada ao máximo a legalização do PCB, o PT ganhava novos terrenos e consolidava as posições já conquistadas. O PT nasce legal, nunca foi clandestino, nem teve a legenda ou deputados cassados. Do mesmo modo, o "novo sindicalismo" surgiria no vácuo deixado pela repressão ao pecebismo, que devia se ater a um esquema sindical clandestino.

Desde o nascedouro do Projeto PT, em 1979, os pecebistas reagiram pelas páginas do seu jornal, o *Voz operária*:

> Não reivindicamos o monopólio da representação dos trabalhadores, embora lutemos legitimamente pela hegemonia no movimento operário (condição da futura hegemonia deste na sociedade). Mas, em nome dos interesses mesmos dos trabalhadores, que sempre soubemos defender, fazemos três perguntas: 1) É justo confundir as atividades do movimento sindical com as de um partido político, seja ele qual for? 2) A reação, os patrões, não têm um grande interesse na divisão política dos trabalhadores? 3) Não há risco de que uma certa confusão se estabeleça e de que forças e personalidades que atuam na esfera política manipulem em proveito próprio as melhores intenções de muitos desses companheiros? (PCB, 1979, p.5).

Já o Manifesto do Movimento Pró-PT ressaltava que o novo Partido dos Trabalhadores nascia do desejo de independência dos trabalhadores, cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da ordem. A idéia, defendida pelo PT de ser um Partido de Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores (PT, 1980), era um claro recado para o PCB "reformista".

---

[207] Um exemplo disso foi o fraco desempenho eleitoral do PCB no ABC, um dos focos de sua atuação no pré-1964. Nas eleições de 1986, seu candidato a deputado federal obteve ali 1.413 votos e os seus três candidatos ao legislativo estadual obtiveram juntos apenas 7.300 votos. Em 1988, não elegeria um só vereador em todo o ABC e, nas eleições presidenciais de 1989, o desempenho do seu candidato seria ainda mais insignificante do que o nacional. Contribuiu para isso o fato de o PCB/SP ter sido desbaratado pela repressão (apenas o PCB/RJ teve continuidade ao longo de todo o regime).

No deserto, o PCB gritava que Lula entrara, no movimento sindical, via intervenção do sindicato e que o PT não era partido operário. Ao saudar o PT, espera que esse se transforme "nesse grande partido democrático de massas [...] situado no espectro ideológico **à direita do Partido Comunista**[208], uma vez que não coloca explícita e abertamente a questão do socialismo" (PCB, 1980, p.1). Fazendo o discurso da virtualidade, o PCB afirma que, se fosse em 1979, com toda a tradição, com todos os companheiros vindos do exílio, com toda a intelectualidade do partido, a história seria outra. Ora, a história não se constrói com "ses". O PT, ao longo dos anos 1980, ocuparia, em definitivo, a hegemonia, nas esquerdas e no movimento sindical, tornando-se uma "real alternativa de poder", algo que o PCB nunca foi.

Cada novo movimento do PT no cenário político levava o PCB a posições mais conservadoras, que, ainda mais rapidamente, o desgastava diante de um emergente movimento sindical e dos trabalhadores no plano político mais geral. Entendendo que o PT partidarizava o movimento sindical, na CONCLAT, os pecebistas lutaram pela unidade sindical e contra o Projeto CUT[209].

> Para que isso fosse possível – criação do PT e da CUT –, é evidente que tivemos que nos contrapor à política e à prática do PCB e de outros agrupamentos, como o PC do B e o MR-8, que continuaram a privilegiar os conchavos de cúpula em nome da *unidade*, fazendo acordos com a pelegada, sem questionar a atual estrutura sindical (PT, 1998, p.203).

A declaração final do VII Congresso do PCB (concluído, na clandestinidade, em janeiro de 1984), em contraponto a essa posição, registra:

> A sua falta de compromisso com a experiência do movimento, a sua falsa idéia de que a história do movimento operário começa com eles, a ausência de uma concepção crítica e madura, os interesses político-partidários com que se envolveram e as correntes que passaram a catalisar na organização política que criaram, levaram-nos a superestimar sua própria força. Além de discriminar os comunistas, orientam-se, na maioria dos casos, para a formação de direções petistas, sem espaços para outras correntes e, desprezando o trabalho com direções e camadas sindicais mais atrasadas, jogam no isolamento, o que lhes tem valido derrotas no movimento e em eleições sindicais (PCB, 1984, p.107-108).

Na campanha das Diretas Já, o PCB reforçaria sua mácula de colaboração de classes. Dirigentes do PT chegariam a afirmar que o Partidão fizera um acordo com a oposição liberal-

---

[208] Grifos nossos.

[209] Concretizado o Projeto CUT, os pecebistas, buscando preservar seus poucos fortes, ingressaram na CGT, uma central sindical que terminaria cindida em três.

conservadora, para desmontar os palanques e mandar o povo para casa, transferindo a questão sucessória ao Colégio Eleitoral. Esse episódio levaria à destituição da direção do PCB/SP, que havia se reestruturado em 1977. Esses militantes, que terminariam por ingressar no PT, repudiavam a participação oposicionista no Colégio Eleitoral, proposta por seus dirigentes máximos, defendendo a manutenção da mobilização popular.

O PT boicotara o Colégio Eleitoral e, quando os seus deputados federais Airton Soares, José Eudes e Bete Mendes desrespeitaram sua decisão, votando em Tancredo, foram expulsos do Partido. No Encontro Nacional Extraordinário (Diadema-SP, 12-13 de janeiro de 1985), o PT colocara-se como oposição a qualquer governo eleito no Colégio Eleitoral.

Para o PCB, a oposição ao novo governo era vista "antidemocrática", de modo que, nas eleições municipais de 1985, apoiaria, em quase todo o país, candidatos do PMDB e do PFL (a *Aliança Democrática*). Com isso, o Partidão perdia, ainda mais, credibilidade. "PCB e PC do B, atrasados em suas respectivas análises do processo político, mantinham-se atrelados aos compromissos que haviam assumido no momento tancrediano, sem levarem em conta o fato de que a situação havia mudado" (KONDER, 1988, p.16).

O PCB lançara candidaturas próprias em apenas 12 municípios. Para a prefeitura de São Paulo, apoiaram Fernando Henrique Cardoso (PMDB), criticando a opção petista da candidatura própria de Eduardo Suplicy, que dividiria, segundo essa perspectiva, as forças democráticas, favorecendo a direita.

Para os comunistas, era um equívoco do PT achar que se fortaleceria em função do enfraquecimento da democracia, da oposição sistemática à Nova República e ao PMDB[210]. O Partidão se declarava o "artífice" da Nova República, por ter defendido a transição negociada, que lhe traria a legalização em 1985, como "um partido que nasceu morto". No PMDB, o PCB, tinha oito deputados, alguns nem aceitaram se filiar ao PCB.

Na primeira campanha presidencial pós-1964, o PT se propunha a "avaliar a situação do PCB, PC do B e PSB", embora fossem partidos da base de sustentação à Nova República, com o fito de "tomar iniciativas políticas que possibilitem ou a evolução desses partidos para posições defendidas pelo PT ou a atração de setores desses partidos para apoio ou relação com o PT" (PT, 1998, p.344).

---

[210] Tratava-se, como a história demonstraria, de mais uma ilusão auto-imposta aos comunistas.

Ainda que optando, naquele momento de consolidação, pela candidatura de Roberto Freire, os sucessivos fracassos eleitorais do PCB condenaram-no a apêndice eleitoral do PT[211]. A estratégia de longo prazo de Geisel dera frutos. O ex-presidente recorda-se de certa conversa, que mantivera com o general Frota, em que afirmara:

> Nós estamos, desde o levante de 35 na Praia Vermelha, combatendo o comunismo. E você vem me dizer, na nossa conversa, que o comunismo está cada vez mais ativo, cada vez mais forte e perigoso. Vamos admitir que isso seja verdade. Qual é a conclusão a que vamos chegar? Se o comunismo está sendo combatido desde 1935 e nós já estamos além de 1970 e ele está cada vez mais forte, cada vez mais poderoso, então o método de luta que estamos adotando não serve, está errado! A solução atual de matar, de esfolar, de brigar não serve. Vamos ter que encontrar outra solução, pois essa que estamos usando há 40 anos não resolve (GEISEL, 1993-1994 *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1998, p.398).

Lula resolveu.

[211] Essa triste existência se seguiu a um *post mortem.* No X Congresso, em janeiro de 1992, o PCB foi declarado extinto. Perdida a "estrutura", importada da URSS, a maioria de seus dirigentes optaria por um socialismo mais moderno, livre da mácula do comunismo, criando o PPS. Somente em 1995, após uma batalha nos tribunais, parte de seus dirigentes que não concordaram com a autodissolução conseguiu reaver o direito de utilizar legalmente a sigla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O SEQÜESTRO DA HISTÓRIA - UM ELEMENTO DA GEOPOLÍTICA

> A democracia que temos é somente aquela que podemos ter no jogo de pressões entre militares perdendo fôlego e sociedade desarticulada.
>
> Suzely Mathias

> Também no meu governo, em regra, não havia segunda intenção. As coisas vinham e tinham que ser claras. Não podia haver maquiavelismo ou manobras escusas. Sempre procurei viver às claras.
>
> Ernesto Geisel

> A Revolução é tomada, então, como construtora e constituinte da Nação e, como tal, não tem como ser vencida, é permanente.
>
> Suzely Mathias

Em agosto de 2005, quando mal iniciava essa pesquisa de doutorado, a descoberta de um esquema de corrupção no governo Lula causou celeuma. A eleição de Lula era a redenção da classe trabalhadora diante dos poderosos. Representara a vitória da esperança sobre o medo. Como essa esperança poderia ser fraudada?

César Benjamin (2005), um dos intelectuais que ajudaram a construir o PT e que o teria abandonado quando o barco da ética começara a fazer água no início da década de 1990, afirmaria que, naquele momento, multiplicou-se o número daqueles que pregam um retorno ao partido das origens, um partido puro, que devia ser recuperado. Ora, a CS, quando saiu do PT, criando o PSTU, procurar resgatar o PT das origens, o mesmo que fariam os últimos (des)iludidos que criaram o PSOL. O ex-petista lembra que tais conceitos pertencem ao pensamento mítico, haja vista que, a rigor, não há pontos de partida e de chegada, apenas processos.

Uma vasta literatura vem recapitulando a trajetória do PT e da CUT, ao longo das quatro últimas décadas. A idéia central da maioria dos trabalhos é de que, ao longo da década de 1980, essas entidades afirmaram-se em torno do “não” e que, na década seguinte, assumiriam um perfil muito mais “positivo”. Essa “evolução” acompanharia a trajetória de seu líder, Lula. Para alguns autores, como Giannotti e Neto (1991), nos documentos mais recentes da

Articulação, corrente hegemônica no PT/CUT, há uma revisão da própria história, a partir da caracterização da antiga prática como reativo-reivindicativa, o que implicaria a inferiorização da classe trabalhadora e a predisposição a políticas conciliadoras e capitulacionistas.

Tanto o partido, quanto o "novo sindicalismo" que o forjara, institucionalizara-se, assumindo alianças mais amplas, questionando a validade da greve como instrumento de luta e alcançado a era do "conflito negociado" e do "sindicalismo o propositivo". Ricardo Antunes, Armando Boito Junior, Leôncio Martins, Iram Jácome Rodrigues, José Ricardo Ramalho, Marco Aurélio Santana, além de Francisco de Oliveira consolidaram um valioso construto teórico-empírico em torno da trajetória do "novo sindicalismo".

Apesar de algumas divergências pontuais sobre a história desse ex-movimento (guerra de movimento? x guerra de posição?), essa literatura possui uma ampla coerência interna. Como, em geral, se posiciona a partir do presente e toma a distensão como um simples contexto, ela não responde a todas as nossas necessidades de pesquisa. Ademais, vale também dizer que toda a história tem no espaço sua realidade inescapável, uma dimensão negligenciada no conjunto desses trabalhos.

E, por fim, assumimos o risco de trabalhar com indivíduos, corpos-territórios, em permanente movimento sobre um espaço que se faz território, com contato com outrem. Preocupamo-nos em tentar resgatar o papel do ex-sindicalista e atual presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, forjador do que denominamos Projeto PT, em uma estratégia de longo prazo, elaborada pelo ex- presidente Ernesto Geisel, que designamos como Projeto Geisel. Essa opção pelo símbolo se baseia na concepção lacosteana de que a luta (geo)política tende a ser, essencialmente e cada vez mais, simbólica.

A batalha de representações não tem por fito a verdade (o que é), mas a veracidade (aquilo que o outro deve crer como tal). Trata-se de propor um raciocínio causal simples, apoiando-se em crenças supostamente comuns e de reforçá-las. Ora, a idéia dominante de que políticas "conciliadoras e capitulacionistas" seriam algo novo na trajetória do "Lula", a nosso ver, não se sustenta. Revendo seus discursos em praça pública, suas entrevistas à imprensa, aferimos que muito pouco mudou.

Por outro lado, quando Etchegoyen, ex-comandante do CIE, afirma não haver campanha da imprensa se houver erro tático, já que a imprensa "só pode entrar" no erro do outro, podemos pensar que a estratégia pode englobar táticas contraditórias. Geisel escreve certo por linhas tortas. O próprio Lula afirmaria não ter sido o Sindicato dos Metalúrgicos o

"descobridor" da mídia – fora ela que o descobrira, sem que ele soubesse o porquê. Foi em uma rede de televisão governamental que o grande público "viu", pela primeira vez, Lula e conheceu suas opiniões sobre o sindicalismo. Lula, já em 1978, afirmava: "É que hoje é Lula pra cá, Lula pra lá", mas fazia questão de ressaltar não ser resultado da sua inteligência ou competência, mas o resultado da evolução política de uma parcela da sociedade. Ele, simplesmente, apareceu "no momento exato" e teve "o mérito de saber traduzir aquilo que era o pensamento daqueles que representava".

Quanto a suas "opiniões sobre o sindicalismo", há 30 anos, Lula afiançara que "o sindicalismo só é forte onde existe a ganância de poder, a ganância de ganhar bem, a ganância de participação. Só é forte nos países capitalistas"[212]. Criar este tipo de sindicalismo foi a meta (alcançada) de Lula.

Há 30 anos, Lula declara que não mudou, que, sob o macacão de torneiro mecânico ou o terno Armani, suas idéias (posto que não tenha ideologias) permanecem intactas. Como Tapajós, ex-guerrilheiro e diretor do documentário *Linha de Montagem,* sobre a greve de 1979, cremos que, naquele momento, ele já manifestava claramente uma visão política "conciliadora", ao invés de "conflituosa".

Se nunca teve um projeto revolucionário, teve uma capacidade de adaptação fenomenal. De fato, parodiando Bauman, temos aqui um típico caso de lulismo líquido, de um amorfo multiforme. Os analistas da política externa do governo Lula (pragmática e responsável, tal qual só o fora no governo Geisel), Vigevani e Cepaluni, lembram que é necessário *virtù* para interagir com audiências tão diversificadas, quanto a dos participantes do Fórum Econômico de Davos e do Fórum Social Mundial.

> As greves, o movimento do proletariado exige dele recursos políticos mais eficazes do que MDB e Arena. Surgida no interior do sindicato corporativista, aglutinando velhos pelegos - inclusive com passado de interventores e policialesco - e pelegos mais novos, o PT vem mostrando a cada greve o seu verdadeiro papel: manter a estrutura sindical corporativista, quebrar o movimento grevista, participar, juntamente, com Figueiredo, das tentativas de evitar a abertura da crise revolucionária. No interior da greve mais poderosa que presenciamos, Lula realizou aquilo que a ditadura militar foi incapaz: quebrou a greve, desmobilizou os trabalhadores quando tinham todas as condições para continuar. E a sua continuação empurrava as contradições em que se debate a ditadura militar para um ponto extremamente agudo. Lula conchavou com o Ministro, foi coberto pela Igreja Católica, pelo PCB e iniciou a montagem de um aparato baseado no sindicato

[212] Lula da Silva (1981, p.110).

> oficial, certamente inspirado nos bandos de gângsteres que povoaram o sindicalismo peronista (OSI, 1980, p.26-27).

O documento da OSI "denuncia" a manobra de Lula, na greve de 1979, de, ao invés de propor a trégua - já negociada com os empresários, assim como o acordo – de pedir um voto de confiança em si e votar o tema. Segundo o próprio Lula, tal voto de confiança acabou por gerar "um clima de traição, era um negócio muito duro" dentro das fábricas. As palavras têm poder, fato bem conhecido por Lula. Entretanto, como assinala Bourdieu (1989), a verdade da promessa depende da veracidade e da autoridade de quem a pronuncia, ou seja, de sua capacidade de fazer crer em sua veracidade e autoridade.

Os trabalhadores, crendo na veracidade de Lula, haviam começado a greve alguns dias antes da posse do governo Figueiredo. "Aí, era estratégia mesmo. Era tática", diria Lula. Como Geisel não tinha reprimido a primeira greve, Lula acreditara que o governo Figueiredo agiria da mesma forma, mas é certo que "houve um endurecimento", que Lula atribuiria à menor "autoridade moral junto aos militares" de Figueiredo, *c'est-à dire*, de menor veracidade e autoridade.

Entretanto, como afirmara o general Golbery, em sua famosa conferência na ESG, para a qual forjara a concepção de sístole e diástole, como elemento explicativo da alternância entre fases liberais e autoritárias na história política brasileira, as cartas estavam lançadas. A abertura se iniciara com a liberação progressiva da censura, ao mesmo tempo em que se mantinha estrito controle e ativa vigilância sobre todas variáveis do processo, contendo excessos, balizando limites à permissibilidade, já que o "inimigo interno" ainda não se "suicidara". Ora, a greve de 1979 mostrara o limite: veio a intervenção e os trabalhadores, que haviam sido impedidos de fazer a greve branca do ano anterior, foram recepcionados pelas tropas de choque.

O "suicídio" do "inimigo interno" aconteceria ao longo dos anos 1980, quando a grande maioria dos grupamentos "revolucionários", em boa medida sobreviventes da caça às bruxas, acirrada no governo Médici, aderiu ao Projeto PT. Vários deles haviam considerado a constituição do PT como uma articulação burguesa de apoio à ditadura, no trabalho de impedir o desenvolvimento das greves e manter sindicato corporativista. Tal aparelho apresenta como vantagem permitir a distribuição de renda de forma negociada, nos marcos do capitalismo e a solução do conflito, de forma civilizada, mediante regras e procedimentos que garantam a eqüidade nos entendimentos entre patrões e empregados (DIAP, 2000). Era o fim

do projeto revolucionário comunista, em prol do “autêntico reformista”, que proclama(va)(rá) que a fome e o desemprego têm solução no capitalismo, como diriam os dirigentes pecebistas.

Ora, esses grupos vislumbraram, na onda de greves de 1978/1980, a abertura de uma crise revolucionária, que, não apenas derrotaria a ditadura, como o próprio capitalismo no Brasil. O seu objetivo declarado de aumento dos salários construiria, em sua opinião, a ponte para reivindicações mais amplas de natureza política.

O crescimento dos efetivos do proletariado industrial que passou de cerca de três milhões em 1960 a seis milhões nas duas décadas seguintes, concentrando-se em grandes fábricas e aglomerações industriais, apresentava-se como um trunfo e uma fragilidade para o projeto distensionista. O trunfo é representado pela diversificação, inerente ao crescimento do exército industrial de reserva, que implica a possibilidade de aumentos salariais diversificados, que fragilizam a unidade dos trabalhadores, acirrando o corporativismo. A fragilidade era representada pelo crescimento de resistências no setor crítico da economia.

Cremos ter demonstrado o peso do arrocho salarial no bojo do milagre econômico brasileiro. Quando Geisel assumiu o poder em março de 1974, passaria a defender um desenvolvimento integral e humano, combinando, orgânica e homogeneamente, os setores político, social e econômico, a partir do qual seria alcançada a distensão, entendida como a atenuação das tensões multiformes que tolhem o progresso da Nação e o bem-estar do povo (GEISEL, 1975 *apud* MATHIAS, 1995, p.78).

A pesquisa documental, na seção depositária da Biblioteca Sérgio Buarque de Hollanda, do MTE, que permitiu o acesso a relatórios internos da gestão Prieto, além de documentos de ampla circulação no âmbito de todas as DRTs e diretorias sindicais do período, como o BT, permitiram-nos constatar a centralidade da “delicada” área trabalhista no projeto de distensão.

Na assertiva geiselista, o trabalho, então revalorizado, é assumido como pressuposto da “cidadania regulada”, na medida em que todos trabalham e contribuem igualmente para o desenvolvimento da nação. Para o ex-presidente, o exercício da liberdade com responsabilidade significa adesão ao modelo econômico e maximização da produtividade do trabalho. Para o atual, nas negociações diretas entre patrões e empregados, “nós sabemos o que podemos pedir”, já que aumentos absurdos podem levar os empresários a fecharem suas fábricas e os operários precisam trabalhar para sobreviver. Parece-nos evidente que o “pastor alemão” e o “espantalho” estão a serviço do mesmo projeto: a salvaguarda do capitalismo.

Laís Abramo (1999) vê, na greve metalúrgica do ABC de 1978, o resgate da dignidade operária. Naquele momento, os trabalhadores, após anos de silenciamento, finalmente, diriam: "Agora podemos andar de cabeça erguida". A greve representaria "a possibilidade de reagir à redução de si mesmos a um mero fator de produção" e, concomitantemente, a reconquista de sua humanidade.

Entretanto, esse evento, de importância estratégica para a organização proletária no Brasil, seria controlado por suas lideranças, como temera Moisés (1979), que defendia a necessidade de se estar atento para que a institucionalização do conflito (seu domínio pelo sindicato) não se transformasse em canal de absorção e controle das aspirações de base pelo Estado. Nesse caso, principalmente no que tange à organização na base, como as comissões de fábrica paulistas que haviam sustentado a resistência operária, "la actualización del control sobre la movilización de base significa concretamente imponer una derrota a la clase trabajadora".

A história mostraria que tal controle se efetivaria e que se faria presente na trajetória da CUT, que chegaria ao século XXI como a maior central sindical da América Latina e a quinta do mundo, a única efetivamente "nacional, territorial e setorial" e marcadamente fordista, como nos lembra Oliveira (2005). A força do neocorporativismo sindical do ABC seria, inclusive, um dos fatores de realocação empresarial do território brasileiro, ao longo da década de 1990. Nesse processo, emerge o "medo".

Uma parte das longas leituras, que acabamos por não utilizar neste trabalho, dizia respeito à participação de Lula nas campanhas presidenciais. Ora, o "medo de votar" era algo singular. Ninguém demonstrara (ao menos publicamente) medo de votar nos "revolucionários" desiludidos do PSTU e do PCO e muito menos nos comunistas (vistos com certa complacência), mas o "medo de votar" se tornara, desde a campanha de 1989, uma variável de análise eleitoral. De fato, o medo, imposto de fora para dentro, se tornara o mote das campanhas presidenciais petistas, que o contrapunha à esperança. Resgatava-se o poema de Drummond, para mostrar que o medo era um instrumento de dominação e que o "povo brasileiro" deveria lutar para superá-lo: "Fiquei com medo de ti, // meu companheiro moreno, // De nós, de vós: e de tudo. // Estou com medo da honra. // Assim nos criam burgueses, // Nosso caminho: traçado. // Por que morrer em conjunto? // E se todos nós vivêssemos?". Com a vitória de Lula, em 2002, a esperança, enfim, vencera ou seria melhor dizer que o medo se revelara uma fraude, um simulacro de si mesmo. Não havia o que temer, não havia...

De fato, no decurso de 21 longos anos, o regime burocrático-militar, com uma precisão verdadeiramente cirúrgica, “removeu” todos os tumores, de matiz revolucionário, na sociedade brasileira. Todos os elementos indesejáveis da vida política nacional foram excluídos. Lula, o latino-“americano tranqüilo” permaneceu.

Enquanto a política era servida a poucos, a democracia era dissuadida de entrar em cena.

REFERÊNCIAS

100 ANOS DE LUTA OPERÁRIA NO BRASIL. **Reconstrução das lutas operárias**, caderno 9, s.n.t.

13 DE MAIO - NEP. **Trabalhadores, muitas lutas uma só classe**. A história das centrais sindicais no Brasil. São Paulo: Ed. Do Autor, 1988.

A NOVA SEGURANÇA. **Veja**, São Paulo, n. 80, p.22-23,18 mar. 1970.

ABRAMO, C. **A regra do jogo**: o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: EdUnicamp; Imprensa Oficial, 1999.

ABREU, J. B. de. **As manobras da informação**: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Rio de Janeiro, Mauad/EdUFF, 2000.

ACCARINI, J. H. Planejamento econômico no Brasil: ainda um desafio. **Bahia análise & dados**, Salvador, v. 12, n. 4, p.165-181, março 2003.

AGUIAR, R. A lei de insegurança popular. In: SOARES, I. O.; PUNTEL, J.(org.). **Segurança do povo**: desafio à Comunicação. São Paulo: Paulinas, 1984.

ALMEIDA, A. de. Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista - 1964/1990. **Revista Brasília de História**, São Paulo, v.19, ano 37, p.279-309, 1999.

ALMEIDA, M. H. T. Novas demandas, novos direitos: experiências do sindicalismo paulista na última década. **Dados**, Rio de Janeiro, 26-3, p.265, 1983.

_____. Tomando partido, formando opinião. Cientistas sociais, imprensa e política. **Textos Idesp,** São Paulo, 11, 1992.

ALMEIDA, P. R. de. O movimento operário brasileiro: concepções, práticas e (re)organização (anos 70/início dos 80). **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 22, p.143-191, jan./jun. 2000.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AMARAL, R. R. **Milagre político**: catolicismo da libertação. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ANDRADE, R. de C. Brasil: a economia do capitalismo selvagem. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 57, p.5-32, 2002.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982 [1711].

ANTUNES, R. Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, t. 7, p.89-110, 1998.

_____. **A rebeldia do trabalho**: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. Campinas: EdUnicamp/Ensaio, 1992.

ARANTES, A.; LIMA, H. **História da Ação Popular, da JUC ao PCdoB**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

ARAÚJO, G. L. A revolução cubana e a teoria dos focos insurrecionais. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 14, p.85-108, jul. 1967.

ARAÚJO, M. A. A. et al. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Cia Ed. de Pernambuco, 1995.

ARAUJO, M. P. N. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARENDT, H. **A condição humana**. 7. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília, 1986.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARTURI, C. S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 17, p.11-31, nov. 2001.

_____. **Le Brésil**: une tentative de démocratization octroyé (1974-1985). Lille, France: Atelier National de Reproduction des Thèses, 1999.

AZEVEDO, A. de. A Geografia a Serviço da Política. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 21, p.42-68, 1955.

BACHA, E. L.; BONELLI, R. Causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 33(99), p.163-189, jul.-set. 2005.

BECKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Rev. Bras. de Geografia**, Rio de Janeiro, 50(2): 99-125, 1988.

_____. Logística: uma nova racionalidade no ordenamento do território? SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, III, 1993, Rio de Janeiro, **Anais**... Rio de Janeiro: AGB, p.59-62, 1993.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BELLUZZO, L. G. Quando a burguesia resolveu falar. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.1, 12 abr. 2004.

BENJAMIN, C. O mito do paraíso perdido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.4, 7 ago. 2005 (Mais!)

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**. Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. 14. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

_____. **Cartas da prisão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1981.

_____. **O que são comunidades eclesiais de base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BIANCHI, Á. **O PT e a foto apagada**. Disponível em: http://www.pstu.org.br. Acesso em: 20 jan. 2007.

____. **O ministério dos industriais**: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. 326 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

____. Crise e representação empresarial: o surgimento do Pensamento Nacional das Bases Empresariais. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, n. 16, p.123-142, jun. 2001.

BICUDO, H. D. Paulo e os direitos humanos I. In: RIBEIRO, H. (coord.). **Paulo Evaristo Arns**: cardeal da esperança e pastor da Igreja de São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1989. p.47-55

BLASS, L. Novo sindicalismo: persistência e descontinuidade. In: RODRIGUES, I. (org.). **O novo sindicalismo** - vinte anos depois. Petrópolis: Vozes, 1999. p.33-49

BOARATI, V. **A discussão entre os economistas na década de 1970 sobre a estratégia de desenvolvimento econômico –** II PND: motivações, custos e resultados. 119 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Liberalismo e democracia**. 5. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, P. A. Conjuntura Econômica: o país da inflação, dos boas vidas e do latifúndio. **Jornal Movimento**, n. 155, 26 jun. 1978.

BOUCHEY, L. F. et al. **Documento de Santa Fé II**: a estratégia americana. s.n.t.

BOURDIEU, P. Condição de classe e posição de classe. Tradução de Rosa Maria Ribeiro da Silva. In: AGUIAR, N. (org.). **Hierarquia em classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p.51-76

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

BRANCO, H. de A. C. **Discursos**: 1964. Rio de Janeiro: Secretaria de Imprensa, 1964.

BRASIL. Decreto-Lei 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 09 ago. 1943. Seção 1, p.11937.

———. Decreto 19.770, 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operarias e da outras providencias. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, 1931.

———. Decreto 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p.126, dez. 1923.

———. Decreto 52.275, de 17 de julho de 1963 Institui o Conselho Nacional de Política Salarial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul. 1963. Seção 2, p.6240.

———. Decreto 60.231, de 16 de fevereiro de 1967. Modifica a tabela de salário-mínimo aprovado pelo Decreto 57.900, de 2 de março de 1966, e alterada pelo Decreto 58.154, de 5 de abril de 1966. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 fev. 1967. Seção 2, p.1976.

———. Decreto 60.563, de 07 de abril de 1967. Dá nova redação ao caput do artigo 1 do Decreto 54.018, de 14 de julho de 1964. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 abr. 1967. Seção 4, p.4257.

———. Decreto 62.461, de 25 de março de 1968. Altera a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto 60.231, de 16 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 mar. 1968. Seção 4, p.2431.

———. Decreto-lei 898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e da outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 set. 1969. Seção 4, p.8162.

———. Decreto-lei 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, parágrafo oitavo, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jan. 1970. Seção 1, p.577.

———. Decreto-lei 1.632, de 04 de agosto de 1978. Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 ago. 1978. Seção 1, p.12343.

———. Decreto-Lei 157, de 10 de fevereiro de 1967. Concede estímulos fiscais a capitalização das empresas; reforça os incentivos a compras de ações; e facilita o pagamento de débitos fiscais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 fev. 1967. Seção 4, p.1725.

———. Lei 4.131, de 03 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior, e da outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 set. 1962. Seção 3, p.10075.

———. Lei 4.330, de 01 de jun. 1964. Regula o direito de greve na forma do artigo 158 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jun. 1964. Seção 1, p.4713.

———. Lei 4.725, de 13 de julho de 1965. Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e da outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1965. Seção 1, p.6609.

———. Lei 4.728, de 14 de julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1965. Seção 1, p.6697.

———. Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966. Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 set. 1966. Seção 1, p.10587.

———. Lei 5.250, de 09 fev. 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 fev. 1967. Seção 1, p.1657.

———. Lei 6.036, de 01 de maio de 1974. Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de Planejamento, sobre o desdobramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social e dá outras

providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 maio 1974. Seção 1, p.5036.

_____. Lei 6.205, de 29 de abril de 1975. Estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária e acrescenta Parágrafo Único ao Artigo 1 da Lei 6.147, de 29 de novembro de 1974. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 de abril de 1975. Seção 1, p.5073.

———. Lei 6.339, de 01 de julho de 1976. Da nova redação ao artigo 250 da Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, alterado pelo artigo 50, da Lei 4.961, de 04 de maio de 1966, e ao artigo 118 da Lei 5.682, de 21 de julho de 1971. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 jul. 1976. Seção 1, p.9079.

———. Lei 6.341, de 05 de julho de 1976. Dispõe sobre a organização e o funcionamento de movimentos trabalhista e estudantil nos partidos políticos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 jul. 1976. Seção 3, p.9343.

———. Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Seção 2, p.12265.

_____. Lei 6.708, de 30 de outubro de 1979. Dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 out. 1979. Seção 2, p.15953.

———. Lei 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do Artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional 11, de 1978; Dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei 1.541, de 14 de abril de 1977; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1979. Seção 2, p.19463.

———. Lei 5.917, de 10 de setembro de 1973. Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 set. 1973. Seção 1, p.9113.

———. Lei 6.151, de 04 de dezembro de 1974. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 dez. 1974. Seção 1, p.13869.

———. **PED: Programa Estratégico de Desenvolvimento**. Brasília, 1968.

———. Decreto 1.641, de 07 de janeiro de 1907. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p.24, jan. 1907.

———. Decreto-lei 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as comissões de salário mínimo. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, p.76, dez. 1938.

———. Lei 5.917, de 10 de Setembro de 1973**.** Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências. Brasília, 10 set. 1973. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília - DF, 12 set. 1973. Seção 1, 009113.

——. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – MPCG. **O Programa Estratégico e os novos instrumentos de política econômica**. Brasília, 1969.

——. MINISTÉRIO DO TRABALHO. SMO. PIPMO. **Projetos para 1975/79**. Brasília, 1975.

——. MINISTÉRIO DO TRABALHO. SMO. PIPMO. **I Reunião nacional de Planejamento do PIPMO**. Palestra do secretário geral do Ministério do Trabalho Jorge Alberto Furtado. Brasília, 1975.

____. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE EMPREGO - CNPE; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE. **Desenvolvimento e distribuição**: relatório do Programa de Pesquisas. São Paulo, dez. 1978.

BRAZIL – MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO. **Censo de 1890**. Distrito Federal, 1916.

BREGUÊS, S. G. A imprensa brasileira após 64. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p.145-163, ago. 1978.

BRESCIANI, M. S. M. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: EdUNESP, 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo modelo brasileiro de desenvolvimento. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 11, p.122-145, 1973.

_____. **As revoluções utópicas**: a revolução política na igreja, a revolução estudantil. Petrópolis: Vozes, 1979.

BUENO, R. Noves fora, vai um, zero engole zero, e devemos mais que tomamos. In: BUENO, R. (coord.). **ABC do entreguismo no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p.45-53

———. O sanduíche agrícola: quem vai comer são as multinacionais. In: BUENO, R. (coord.). **ABC do entreguismo no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.p.85-95

———. A invasão na lei e na marra. In: BUENO, R. (coord.). **ABC do entreguismo no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p.23-35

BURNIER, J. P.M. (depoimento, 1993). Rio de Janeiro, CPDOC/Programa de Apoio de Núcleos de Excelência (PRONEX), 2005. 184 p.dat.

CABRAL, L.; DINIZ, S. **Moral e Cívica - Ciências** (Supletivo). São Paulo: Washington, 1971.

CADERNOS DO PRESENTE, 2. **Greves operárias** (1968-1978). São Paulo: Aparte, jul. 1978.

CALABI, A. S. Reajustes salariais, preços industriais, inflação e nível de emprego. In: MTb. Conselho Nacional de Políticas de Emprego- CNPE; Fundação Instituto de Pesquisas

Econômicas. Desenvolvimento e distribuição : relatório do Programa de Pesquisas. São Paulo, dez. 1978. p.85-92

CAMPOS, R. **O mundo que vejo e não desejo**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

———. **Ensaios de história econômica e sociologia**. Rio de Janeiro: APEC, 1964.

CARDOSO, A. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal**. A era Vargas acabou? Rio de Janeiro. FGV, 1999.

CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais na América Latina. **RBCS**, São Paulo, v.1, n.3, fev. 1987.

———. Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia. In: O'DONNELL, G.; REIS, F. W. (Org.). **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988. p.95–129

CARONE, E. **Movimento operário no Brasil** (1877-1944). São Paulo: Difel, 1979.

_____. **Movimento operário no Brasil** (1964-1984). São Paulo: Difel, 1984.

CARPEAUX, O. M. O golpe argentino e os golpes. **Revista Civilização Brasileira**, ano 1, n. 8, p.35-36, jul. 1966.

CARVALHO, A. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). **Dados**, Rio de Janeiro, v.48, n.1, jan./mar. 2005.

CASTAÑEDA, J. G. **Utopia desarmada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, C. As apreciações do SNI. In: CASTRO, C.; D'ARAÚJO, M. C. (org.). **Dossiê Geisel**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p.41-61

_____. **Os militares e a República**: um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

CASTRO, N. de. **Infra-estrutura de transporte e expansão da agropecuária brasileira.** Brasília: IPEA, 2002. _ (Planejamento e políticas públicas, 25)

CASTRO, N. A. Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 1, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT. **I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora**. São Paulo, 1984.

CERQUEIRA FILHO, G.; NEDER, G. Conciliação e violência na história do Brasil. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p.189-227, ago. 1978.

CERRONI, U. Estado e revolução. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p.57-80, ago. 1978.

CÉSAR, B. T. **Verso, reverso, transverso**. O PT e a Democracia no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

CHAUPRADE, A. **Géopolitique**: constantes et changements dans l'histoire. Paris: Ellipses, 2001.

CLAVAL, P. **Géopolitique et géostratégie**: la pensée politique, l'espace et le territoire au XXe siècle. Paris: Nathan, 1994. _(Géographie)

COELHO NETTO, J. L. (depoimento, 1993). Rio de Janeiro, CPDOC/ PRONEX, 2005. 53 p.dat.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-CUT. **1ª CONCLAT**: a caminho da Central Única dos Trabalhadores. São Paulo, 1981.

CONRADO, S. (Mons.). D. Paulo, pastor da grande cidade. In: RIBEIRO, H. (coord.). **Paulo Evaristo Arns**: cardeal da esperança e pastor da Igreja de São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1989. p.19-34

COORDENAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA. **Revista do CONCLAT**, ed. especial, s.n.t.

CORRÊA, H. A classe operária e seu partido: textos políticos do exílio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CORRÊA, R. L. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPÓSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/ GAsPERR, 2001. p.359-367

————. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

COSTA E SILVA, A. da. **Discursos presidenciais**. Brasília: Secretaria da Presidência, 1969.

COUTO E SILVA, G. **Geopolítica do Brasil.** 21. ed. Rio de janeiro: José Olympio, 1967.

————. Conjuntura política nacional, o poder executivo. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

————. Entrevista. **Revista Senhor**, p.35, 22 set. 1987.

————. **Aspectos geopolíticos do Brasil**. Rio de janeiro: Bibliex, 1957.

D'ARAÚJO, M. C. Ministério da Justiça, o lado duro da transição. In: CASTRO, C.; D'ARAÚJO, M. C. (Org.). **Dossiê Geisel**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p.21-40

———. (Org.) et al. **A volta aos quartéis**: a memória dos militares sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

———. Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p.196-206, 1990.

———. **Sindicatos, carisma e poder**: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Org.). **Ernesto Geisel**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil: tendências recentes. **IV International Conference of the Association of Iberian and Latin American Studies of Australasia** (AILASA), La Trobe University, Melbourne, Austrália, July 8-10, 1999.

———. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.) **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAHL, R. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EdUsp, 1997.

———. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DANUSA, M. **Os movimentos sociais e ditadura em Osasco**. Disponível em: <http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco>. Acesso em: 20 mar. 2006.

DEBRAY, R. **Revolução na revolução**. Havana: Casa de Las Américas, 1967.

DELFIM NETTO, A. Vicissitudes da política econômica no Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p.3, 28 fev. 1969.

_____. **Política econômica e financeira do governo** – documento preparado no início de 1968, para uma exposição na Câmara dos Deputados em março/1968.

———. **Problemas da economia brasileira**. Brasília: Ministério da Fazenda, 1973.

_____. Análise do comportamento recente da economia brasileira – documento preparado no início de 1967. In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – MPCG. **Diretrizes de governo.** Brasília: jul. 1967.

_____. **Moscou, Freiburg e Brasília**: ensaios. Rio: Topbooks, 1990.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR - DIAP. **Movimento sindical** - passado, presente e futuro. Brasília-DF, junho de 2000.

DINIZ, E. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura. **Dados**, Rio de Janeiro**,** v. 28, n. 3, 1985.

DOIMO, A M. **A vez e a voz do popular**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.

DREYFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Tradução de Else Ribeiro Pires de Freitas (sup.). Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, J. C. **Aspectos da distribuição de renda no Brasil em 1970**. Dissertação (Mestrado em Economia). Piracicaba-SP, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, 1971.

DURHAM, E. Os movimentos sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 10, p.24-30, 1984.

_____. A família operária: consciência e ideologia. **Revista de Ciências Sociais**, 2, p.201-213, 1980.

EGLER, C. A. G. **Subsídios à caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** configuração e dinâmica da rede urbana**.** Petrópolis: [s.n.], 2001.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985 _ (Col. Bases, 47)

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - ESG. **Manual Básico**. Rio de Janeiro, 1986.

ETCHEGOYEN, C. G. (depoimento, 1992/1993). Rio de Janeiro, CPDOC/Programa de Apoio de Núcleos de Excelência (PRONEX), 2005. 52 p.dat.

EVERS, T. Identidade, a face oculta dos movimentos sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.2, n.4, p.11-23, abr. 1984.

FARIA, C. **Revolucionários, bandidos e marginais**: presos políticos e comuns sob a ditadura militar. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FARIAS, O. Panorama atual das esquerdas no Brasil. In: **Socialismo e democracia**. São Paulo: Alfa-Ômega, n. 5, jan. 1985.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito industrial** (1890-1920). São Paulo: Difel, 1976.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FERNANDES, O. R. Do movimento estudantil à luta armada: simples opção? **Cadernos de Pesquisa do CDHIS,** n. 34, ano 19, p.47-55, 2006.

FERNANDES JÚNIOR, O. **O baú do guerrilheiro** - memórias da luta armada urbana no Brasil. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.

FERNANDES, F. O que é revolução? In: FERNANDES JUNIOR, F. (org.). **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.55-148

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. O coronel Passarinho e o regime militar: o último intelectual orgânico? In: MARTINS FILHO, J. R. **O golpe de 1964 e o regime militar**: novas perspectivas. São Carlos: EDUFSCar, 2006.

FICO, C. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FISHLOW, A. Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 7, jan./mar. 1974.

FON, A. C. **Tortura**: a história da repressão política no Brasil. 6. ed. São Paulo: Global, 1981. _(Passado & Presente, 8).

FORACCHI, M. M. A juventude e a realidade nacional. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5-6, p.9-17, mar. 1966.

FOUCAULT, M. Entretien avec Michel Foucault. **Hérodote**: stratégies, géographies, idéologies. Paris: La Découverte, n. 1, p.10-29, 1. trim. 1976.

_____. **Vigiar e punir**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRAGOSO, H. C. Lei de Segurança Nacional. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p.229-246, ago. 1978.

FREDERICO, C. **Consciência operária no Brasil** (Estudo com um grupo de trabalhadores). 2. ed. São Paulo: Ática, 1979.

_____ (org.). **A esquerda e o movimento operário** (1964-1984). Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1991.

FRIEDLANDER, D.; GRINBAUM, R. Estrangeiros podem comprar Aços Villares. Folha **de São Paulo**, São Paulo, 03 out. 1999. Disponível em: http://www.geocities.com/sociedadecultura/villaresestrangeiro.html. Acesso em: 15 jan. 2008.

FÜCHTNER, H. **Os sindicatos brasileiros**: organização e função política. Tradução de Jehovanira Chrysóstomo de Souza. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980. _(Biblioteca de Ciências Sociais, 14)

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

GABEIRA, F. **O que é isso, companheiro?** Depoimento. 12. ed. Rio: Codecri, 1979. _(Col. Edições do Pasquim, 1966)

GALL, N. **O Brasil precisa de uma nova estratégia**: Lula e Mefistófeles. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial; Fundação Armando Álvares Penteado, 2005. _ (Braudel Papers, 38)

GARCIA, M. A. (Coord.). **AP, do cristianismo ao marxismo-leninismo**. In: EM TEMPO. Contribuição à história da esquerda brasileira, 1960-1979. Em Tempo, São Paulo, n. 82, p.12-13, 20-26 set. 1979.

_____ (Org.). **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Marxismo, leninismo e social democracia. In: _____.**O PT e o marxismo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 1991.

GARCIA, N. J. Sadismo, sedução e silêncio, propaganda e controle ideológico no Brasil:1964-1980. São Paulo: eBooksBrasil, 2005.

GARNERO, M. **Jogo duro.** 3. ed. São Paulo: Best Seller, 1988.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIANNOTTI, V. **Reconstruindo nossa história**: 100 anos de luta operária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIANNOTTI, V.; LOPES NETO, S. **CUT, por dentro e por fora**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GIDDENS, A. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GIORDANI, M. P. **Brasil sempre**. Santa Maria-RS: Tchê, 1986.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

———. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade brasileira na era da globalização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

———. **Moradias sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

———. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e modernos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOMES, Â. de C. Abertura política e controle sindical: trabalho e trabalhadores no arquivo Ernesto Geisel. In: CASTRO, C.; D'ARAUJO, M. C. (org.). **Dossiê Geisel** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p.105-120

_____. **A invenção do trabalhismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GÓMEZ, J. M. O 'desenvolvimento' como mecanismo de controle social: desdobramentos escalares. **Revista Pegada**, v. 6, n. 1, p.53-57, jun. 2005.

GORENDER, J. Coerção e consenso na política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 3, p.52-66, set./dez. 1988.

_____. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à Luta Armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRANDE PASSEATA NA GUANABARA. **Folha de S. Paulo**, 27 jun. 1968.

GUARANY, R. **A fuga**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HARNECKER, M. (Org.). **O sonho era possível**: a história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas. São Paulo: Casa América Livre, 1994.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 1996. _ (Col. Temas de Atualidade, 2)

_____. **Justice, nature and the geography of difference**. Malden: Blackwell, 1996.

HAUSHOFER, K. **De la géopolitique**. Tradução de André Meynier. Paris: Fayard, 1986.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUMPHREY, J. Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências do movimento trabalhista. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 23, p.92-93, jan.-mar. 1978.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil** (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos demográficos**. Rio de Janeiro, vários anos.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972.

ISV - INTERNACIONAL SINDICAL VERMELHA. A concepção marxista dos sindicatos. São Paulo: Ed. Outubro, 1994. _(Col. Teoria Revolucionária, 1)

JACOBI, P. NUNES, E. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, J. Á. et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.165–199

JOFFILY, B. **Brasil 500 anos**. São Paulo: Isto É, 2000.

JORDÃO, F. **Dossiê Herzog**: prisão, tortura e morte no Brasil. 5. ed. São Paulo, 1984. (Col. Passado & Presente, 1)

JOSÉ, E. **Carlos Marighella**. O inimigo número um da ditadura militar. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

KECK, M. E. **PT: a lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

_____. O "novo sindicalismo" na transição brasileira. In: STEPAN, A. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.381-439

KINZO, M. D'A. G. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. **Representação política e sistema eleitoral no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1980.

KONDER, L. O *sacrificium intellectus* e o bonde da história. **Presença**, São Paulo, n. 11, p.16, jan. 1988.

KOSHIYAMA, A. M. Jornalismo e censura nos anos 70. In: SOARES, I. O.; PUNTEL, J. (org.). **Segurança do povo**: desafio à Comunicação. São Paulo: Paulinas, 1984.

KOWARICK, L. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, J. Á. et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.30-48

_____. Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos de reflexão. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 10, p.55-63, 1983.

_____. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L.; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político. In: ____. (org.) **As lutas urbanas e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KOWARICK, L; SINGER, A. A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 35, p.195-216, mar. 1993.

KRISCHKE, P. J. **Brasil**: do “milagre” à “abertura”. São Paulo: Cortez, 1982.

KUSHNIR, B. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, 2007. Associação Nacional de História – ANPUH, 2007.

LACERDA, A. D. F. de. O PT e a unidade partidária como problema. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p.39-76, 2002.

LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.41-47, out. 1986.

LACOSTE, Y. Editorial. **Hérodote:** revue de géographie et de géopolitique. Paris: La Découverte, n. 101, p.5-7, 2001. (Géopolitique des grandes villes)

_____. **A Geografia** - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.

_____. **Dictionnaire de géopolitique**. Paris: Flammarion, 1993.

_____. **Geografia do subdesenvolvimento**. 3. ed. Tradução de T. Santos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

LAMOUNIER, B. A representação proporcional no Brasil: mapeamento de um debate. **Revista de Cultura e Política**, n. 7, p.5-42, 1980.

_____. **Partidos e utopias**: o Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. A democracia brasileira de 1985 à década de 90: a síndrome da paralisia hiperativa. In: VELLOSO, J. P. R. (Coord.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: J, Olympio, 1994.

LAMOUNIER, B.; MOURA, A. Política econômica e abertura política no Brasil. **Textos IDESP**, São Paulo, n. 4, p.33, 1984.

LÊNINE, V. I. **Obras escolhidas**. 3 tomos. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

LESSA, C. **A estratégia de desenvolvimento 1974-1976**: sonho e fracasso. 2. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998.

LINZ, J. Regimes autoritários. In: ODONNELL, G et al. **O Estado autoritário e movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LINZ, J.; STEPAN, A. **Problems of democratic transition and consolidation**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

LOBO, E. S. Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p.7-15, 1992.

LOURENÇO, O. **Companheiros de viagem**. São Paulo: Maturidade, 2005.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses:** religião e política na América Latina. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, M.; SAYRE, R. **Revolta e melancolia:** o romantismo na contramão da modernidade. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe:** estudo sobre a dialética marxista. Tradução de T. Costa. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

LULA DA SILVA. **História de vida**. Disponível em: http://www.abcdeluta.org.br. Acesso em: 25 mar. 2007.

_____. Lula, de sobrevivente da fome a líder político. **O Globo**, Rio de Janeiro, Caderno Brasil, 25 nov. 2001. Entrevista concedida a Jorge Bastos Moreno.

_____. **Luís Inácio da Silva**: entrevistas e discursos. 2.ed. São Bernardo do Campo: Sociedade Cultural, 1981.

_____. **Lula**, o fim de um líder? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 mar. 1979.

LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução?** 2. ed. Prólogo de Emir Sader. São Paulo: Global, 1990.

MACARINI, J. P. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 15 (3), p.53-92, set.-dez. 2005.

_____. **A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro**: 1967/69. Campinas: IE/UNICAMP, set. 2000._(Texto para Discussão, 99).

MACEDO, R. B. M. Emprego e salário no ciclo econômico 1972/1975. In: MINISTÉRIO DO TRABALHO. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE EMPREGO - CNPE; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Desenvolvimento e distribuição**: relatório do Programa de Pesquisas. São Paulo, dez. 1978. p.38-47

MACHADO DA SILVA, L. **Para repensar o paradigma dos movimentos sociais urbanos**. ANPOCS, 10., Anais... Campos do Jordão, out.1986.

MACHADO, A. M. **Tropical sol da liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MACHADO, O. L. **A Corrente Revolucionária de Minas Gerais**. Projeto do Laboratório de Pesquisa Histórica do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.

MACPHERSON, C. B**. A democracia liberal**: origens e evolução. Tradução de Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAINWARING, S. P. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Tradução de Vera Pereira. Rio: FGV; Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

_____. **Igreja católica e a política no Brasil**: 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAMIGONIAN, A. **O enigma brasileiro atual**: Lula será devorado? Disponível em: http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/publica/artigos/mamigonian_03.pdf. Acesso em: 30 maio 2008.

MARAM, S. L. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890-1920**. Tradução José Eduardo Ribeiro Moretzohn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARCUSE, H. **Razão e Revolução**: Hegel e o advento da Teoria Social. 2. ed. Tradução de Marília Barroso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. _ (Col. O Mundo Hoje, 28)

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: EdUnicamp, 1998.

MARICATO, E. **A crise da moradia e a questão urbana**. São Paulo: ANSUR, 1988.

MARIGHELLA, C. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

_____. **Por que resisti à prisão**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense; Salvador: EdUFBA; Olodum, 1995.

MARINI, R. M. El movimiento obrero brasileño. Traducción de Francisco Cervantes. **Cuadernos Políticos**, n. 46, Ediciones Era, México, p.5-23, abril/junio 1986.

MARQUES, I. A. **Contributions à la thèse l'État et le syndicalisme et la formation de la conscience des ouvriers métallurgistes au Brésil**: 1930-1980. 113 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais). Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1981.

_____.**L'état et les syndicats des travailleurs au Brésil**: les metallurgistes: étude de cas du Syndicat des Travailleurs des Industries Métallurgiques, Mécaniques et du Matériel Electrique de la Municipalité de L'état de Rio de Janeiro – STIMMMERJ (1971-1979). 333 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1980.

MARRAS, J. P. **Relações trabalhistas no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.

MARTINS, H. de S.; RODRIGUES, I. J. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, 2000.

MARTINS, H. H. T. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, L. Política das corporações multinacionais na América Latina. **Estudos CEBRAP**, n. 5, p.81-130, jul.-ago.-set. 1973.

_____. Le régime autoritaire brésilien et la 'libéralisation" politique: les limites du changement. **Problèmes d'Amérique Latine**, Paris, n. 4675/4676, p.9-24, 1982.

_____. Transition facile, démocratie difficile. **Problèmes d'Amérique Latine**, Paris, n. 4796, p.53-60, 1985.

MARTINS, P. E. **O Lula era um líder sindical sem filiações ideológicas**. 2005. Entrevista concedida a Wellington Santos. Disponível em: http://aipaf.blogspot.com/2007/11/lula-no-tem-ideologia.html. Acesso em: 11 jan. 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 10. ed. Tradução de José Carlos Bruni; Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leonardo Konder. Petrópolis: Vozes, 1988.

MATHIAS, S. K. **Distensão no Brasil**: o projeto militar (1973-1979). Campinas; Papirus, 1995. (Estado e Política)

MATTOS, C. M. **Brasil**: geopolítica e destino. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; José Olympio, 1975.

MATTOS, M. B. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n.47, 2004.

MÉDICI, E. G. **O jogo da verdade**. Brasília: Imprensa Nacional, 1970.

———. Aula inaugural na ESG. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 mar. 1970.

MEIRA MATTOS, C. **Uma geopolítica pan-amazônica.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. (General Benício, 81).

———. O poder militar e a política internacional. **Revista Segurança e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 155, 1973.

MELO, J. M. (org.). **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p.246-263

MELO, F. B. H. ; ACCARINI, J. H. A política econômica e o setor agrícola no período pós-guerra. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, v. 33, n. 1, p.25-63, 1979.

MELO, Z. F. de. A reprodução da força de trabalho e os índices salariais. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p.123-137, ago. 1978.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p.49-66, jun. 1989.

MENDES, C. **Memento dos vivos**: a esquerda católica no Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.

MENDONÇA, S. R. de; FONTES, V. M. **História do Brasil recente**: 1964-1992. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MENEGUELLO, R. **PT**: a formação de um partido (1979-1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENEZES, C.; SARTI, I. **Conclat 1981**: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro. Campinas: Cartgraf, 1981. _(Coleção Ildes, 3)

MIR, L. **A revolução impossível**. São Paulo: Best-Seller, 1994.

MIRANDA, N.; TIBÚRCIO, C. **Dos filhos deste solo:** mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo; Fundação Perseu Abramo, 1999.

MIRANDA, O.; JOSÉ, E. **Lamarca**, o capitão da guerrilha. 12. ed. São Paulo: Global, 1989.

MIYAMOTO, S. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MOISÉS, J. Á. Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947. In: MOISÉS, J. Á. et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.50-64

————. **Lições de liberdade e de opressão**: os trabalhadores e a luta pela democracia. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

———. Problemas actuales del movimiento obrero en Brasil. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 43, p.5-25, jul.-ago. 1979.

MONCLAIRE, S. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 17, p.61-74, nov. 2001.

MORAES FILHO, E. de. **O problema do sindicato único no Brasil**: seus fundamentos sociológicos. São Paulo, Alfa-Ômega, 1952.

MOURA, E. B. B. de. Um sólido anzol de aço: Estado e ação operária na República Velha. **Revista Adusp**, São Paulo, p.43 - 50, jun. 1997.

MUNAKATA, K. **O lugar do movimento operário**. ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH/SP, 4, Araraquara, 1980.

NAKABASHI, L. **Crescimento da economia brasileira e fluxo de capitais a partir da Lei de Thirlwall:**1968-1980 e 1992-2000. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. 24 p.(Texto para discussão; 240)

NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p.217-240, jun. 2006.

NEVES, A. L.; OLIVA JÚNIOR, C. B. de. II PND, o Plano Real e as possibilidades de crescimento econômico: uma análise sob a ótica das contas externas. **Revista Eletrônica de Economia**, Niterói, n. 3, p.1-23, mar. 2004.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: algumas notas. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1996. p.270-282

NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

NOBRE, M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil. São Paulo: 34, 2004. p.21-40

NOBRE, M.; REGO, J. M. (Org.). **Conversas com filósofos brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: _____. **Projeto n. 10**. São Paulo: PUC-SP, 1993.

NORONHA, E. A explosão das greves na década de 80. In.: BOITO JUNIOR, A. (Org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

NOVA, C. NÓVOA, J. (Org.). **Carlos Marighella**: o homem por trás do mito. São Paulo: EdUnesp, 1999.

NOVAES, R. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NUNES, E. **A gramática política no Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 2. ed. Rio: J. Zahar, 1999.

O'DONNELL, G. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 36, p.123-146, jul. 1993.

_____. . Transições, continuidades e alguns paradoxos. In: O'DONNELL, G.; REIS, F. W. (Org.). **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice / Editora Revista dos Tribunais, 1988.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. **Transições do regime autoritário:** primeiras conclusões. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA F. de. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

_____. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. Seleções CEBRAP, São Paulo, 1977.

_____. Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI. Rio de Janeiro: FASE, 1994.

_____. Quem canta de novo *l'Internationale*? In: SANTOS, B. S. (org.).**Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalista operário. Rio: Civilização Brasileira, 2005. _ (Reinventar a emancipação social, 5) p.135-169

_____. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. O PT é duplamente revolucionário. **Em Tempo**, São Paulo, 7 a 21 fev. 1980. p.4. Entrevista concedida a Flávio Andrade.

OLIVEIRA, C. et al. (Org.). **O mundo do trabalho**. São Paulo : CESIT-Scritta, 1994.

OLIVEIRA, L. L. O movimento operário em São Paulo -1970-1985. In: . **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p.25-52

OLIVEIRA, M. A. Avanços e limites do sindicalismo brasileiro recente. In : OLIVEIRA, C. A. (org.). **O mundo do trabalho**. Crise e mudança no final de século. Campinas : Scritta/CESIT-UNICAMP, 1994.

OLIVEIRA, M. A. Notas sobre a crise do novo sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 12, n. 1, São Paulo, 1998.

ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONALISTA - OSI. Resolução nacional: o PT e a Intersindical. **A luta de classes**, n. 3, mar. 1980.

PALACIO, C. Igreja e sociedade no Brasil: 1960-1982. In: LESBAUPIN, I. (org.). **Igreja, movimentos populares, política no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983. p.9-25

PALMEIRA, V. Os estudantes. In: CASO, A. **A esquerda armada no Brasil** (1967/1971). Portugal: Moraes Editores, 1976.

PARSONS, T. Uma abordagem analítica para a teoria da estratificação social. Tradução de Mariza Peirano. In: AGUIAR, N. (org.). **Hierarquia em classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p.144-166

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB. **Uma alternativa democrática para a crise brasileira**. São Paulo: Novos Rumos, 1984.

_____. Saudando o PT. **Voz da unidade**, n. 10, p.1, 05 jun. 1980.

_____. Um novo partido dos trabalhadores? **Voz operária**, n. 155, p.5, fev. 1979.

PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT. **Partido dos Trabalhadores** – resoluções de encontros e congressos (1979-1998). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

____. **Manifesto**. São Paulo, 1980.

____. Comissão Nacional Provisória. Movimento Pró-PT. **Carta de princípios**. São Paulo, 1979.

PASSARINHO, J. Faria tudo de novo. **Isto É**, 1964, p.7-9, 20 jun. 2004. Entrevista a Hugo Studart e Rudolfo Lago.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAZ, C. E. **Nas trilhas da ALN:** memórias romanceadas. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

PEDROSA, M. **Sobre o PT.** São Paulo: Ched Editorial, 1981.

POLARI, A. **Em busca do tesouro perdido**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

POMAR, W. **Araguaia**: o partido e a guerrilha. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução de Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

PRADO JUNIOR, C. A revolução brasileira. In: FERNANDES JUNIOR, F. (org.). **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.25-53

PRANDI, R.; SOUZA, A. R. A carismática despolitização da igreja católica. In: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. (Org.). **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e mercado**: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Relumé–Dumará, 1994.

RAGO FILHO, A. **A ideologia 1964**: os gestores do capital atrófico. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. **Cadernos AEL**, v. 8, n. 14/15, p.155-201, 2001.

RAMALHO, J. R. **Estado patrão e luta operária:** o caso da FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____.Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n.4, 2000.

_____. As diversas faces da negociação no meio sindical brasileiro. In: MARTINS, H. de S.; RAMALHO, J. R. (Org.). **Terceirização**: diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec; CEDI/NETS, .

RAMOS, A. F. A luta contra a ditadura militar e o papel dos intelectuais de esquerda. **Fênix**: Revista de História e Estudos Culturais, v.3, ano 3, n.1, p.1-18, jan.-mar. 2006.

RATZEL, F. **La géographie politique:** les concepts fondamentaux. Traduction de François Ewald. Paris: Fayard, 1987. _(Géopolitiques et stratégies)

REIS FILHO, D. A. et al. **Versões e ficções**: o seqüestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: REIS FILHO, D. A.; QUARTIM, J. (Org.) **História do marxismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.105-132_(tomo I: o impacto das revoluções)

REIS FILHO, D. A.; MORAES, P. de. **68**: a paixão de uma utopia. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REIS FILHO, D. A.; SÁ, J. F. de (org.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, Marco Zero, 2006.

REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EdUSC, 2004.

REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (Ed.). **A democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

REIS, F. W. **Década de noventa**, prioridades e perspectivas. Brasília: IPEA, 1990.

REIS, G. M. R. (depoimento, 1992). Rio de Janeiro, CPDOC/Programa De Apoio De Núcleos De Excelência (PRONEX), 2005. 140 p.dat.

RENAN, I. **Estudo de problemas brasileiros**: introdução doutrinária. Rio de Janeiro: Rio, 1978.

RIDENTI, M. S. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: EdUNESP, 1993.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilha para os pesquisadores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTA, Rodrigo Pato Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-1984). São Paulo: EdUSC, 2004, p.53-65

_____. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M. (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: EdUnicamp, 2002. p.213-282 (5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60)

RODRIGUES, A. M. Os movimentos sociais urbanos e a questão da moradia. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 22, n. 43-44, p.173-176, 1992.

RODRIGUES, I. J. **Trabalhadores, sindicalismo e democracia**: a trajetória da CUT. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JUNIOR., A. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, J. A. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966.

ROLLEMBERG, D. Uma vida, duas autobiografias. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, p.190-200, jan.-jun. 2006.

_____. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (Org.) **O Brasil republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.55- 56.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, E. (Org.). **E agora PT?** Caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense,1986.

_____. **A transição no Brasil**: da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1990.

SANTANA, M. A. **Homens partidos** – comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: UNIRIO; São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, B. de S. A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, p.7-44, out. 2005.

SANTOS, C. H. M. **Políticas federais de habitação no Brasil**: 1964/1998. Brasília: IPEA, 1999. _(Texto para discussão, 654)

SANTOS, W. F. Lula não tem ideologia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 maio 2005.

SANTOS, M. H. P. dos. Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo Castello Branco. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p.112-121, abr./jun. 2000.

SANTOS, N (Org.). **História da UNE**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980. _ (v. 1: depoimentos de ex-dirigentes)

SANTOS, R. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: QUARTIM DE MORAES, J. et al. **História do marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.133-156 _(tomo I: O impacto das revoluções)

SANTOS, R. C. B. dos. As condições de existência de parcelas da população trabalhadora: a questão da moradia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 64, p.59-74, 2. sem. 1986.

SANTOS, W. G. **Crise e castigo**. Partidos e generais na política brasileira. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice, 1987.

_____. **As razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SARMENTO, C. E.; ALBERTI, V. P. O dossiê Ministério da Fazenda do Arquivo Ernesto Geisel: fontes sobre a gestão de Mario Henrique Simonsen. In: CASTRO, C.; D'ARAUJO, M. C. (org.). **Dossiê Geisel** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p.63-74

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Campus, 1988.

SCHUMPETER, J. **Capitalism, socialism and democracy**. 5. ed. Londres: George Allen & Unwin, 1976.

SERRA, J. A reconcentração da renda: crítica a algumas interpretações. **Estudos CEBRAP**, 5, p.131-155, jul.-set. 1973.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. O. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil** (1987-1994): permanências e descontinuidades. f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Historia das tendências no Brasil**. Origens, cisões e propostas. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

SILVA, J. G. da. **Estudos Sociedade Agricultura**, n. 6, p.36-48, jul. 1996. Entrevista concedida a Regina Bruno e Abdias Vilar de Carvalho.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SIMONSEN, M. H. **Inflação**: gradualismo ou tratamento de choque. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. O. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo: Nacional, 1977.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. São Bernardo do Campo: Publicações da Tribuna Metalúrgica de 1978 a 1981.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

———. **A crise do milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SIQUEIRA, D. L. de (depoimento, 1993). Rio de Janeiro, CPDOC/Programa de Apoio de Núcleos de Excelência (PRONEX), 2005. 39 p.dat. Entrevista: 11.06.1993

SIRKIS, A. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. 14. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1998.

SKIDMORE, T. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930 -1964). 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

———. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1986). 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **Uma história do Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SMOLKA, M. O.; LODDER, C. A. Preliminares para a formulação de uma política nacional de localização da atividade econômica no Brasil. In: HADDAD, P. R. **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975. p.165-206

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro; revisão técnica de Bertha Becker e Lia Osório Machado. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

SOROKIN, P. A. O que é uma classe social? Tradução de Luiz Antonio Machado da Silva. In: VELHO, O. G. C. A.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (org.). **Estrutura de classes e estratificação social**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p.84-93

SOUZA, H. J. de. **Revoluções da minha geração**. Depoimento a François Bougon. São Paulo: Moderna, 1996.

SOUZA, H. J. de. Depoimento. In: CAVALCANTI, P. C. U.; RAMOS, J. (org.). **Memórias do exílio**. São Paulo: Livramento, 1978. p.67-111

SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez. **Trabalho e política:** as origens do Partido dos Trabalhadores. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, J. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: EdUnB, 2000.

_____. A sociologia dual de Roberto Da Matta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n.45, fev. 2001.

SOUZA, L. M. de. **Crônica de um partido não anunciado**: programa e governos do PT entre 1979-2001. 615 f. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SOUZA, M. C. C. de. **Estado e partidos políticos no Brasil**: 1930-1964. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

SOUZA, M. L**. O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STIMME. **Os 50 anos do Sindicato**. Disponível em: <http://robynet.com.br/~stimmme/anos50.htm>. Acesso em: 30 nov. 2007.

SUPLICY, E. **PT, parabéns pelos 26 anos.** Disponível em: <http://www.rededenoticias.com.br/materia.php?id=182>. Acesso em: 10 out. 2006.

TAPAJÓS, R. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/nova/ed134/entrevista_renatotapajos.asp>. Acesso em: 26 maio 2008.

_____. **Em câmera lenta**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

TAVARES, A. Causas da derrocada de 1º de abril de 1964. **Revista Civilização Brasileira**, ano 1, n. 8, p.9-33, jul. 1966.

TELLES, J. **O movimento sindical no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

TERNUMA - TERRORISMO NUNCA MAIS. A guerrilha do Araguaia e seus mitos. Disponível em: Acesso em 20 nov. 2007.

TOURAINE, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, jan./abr. 2006. Tradução de Ana Liési Thurler. _ Dossiê: Movimentos Sociais

_____. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. Tradução de Iraci Poleti. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

TROTSKI, L. Três possibilidades com um partido operário. s.n.t., p.89-94

_____. **A revolução permanente**. Lisboa: Antídoto, 1976.

TUMA, R. Quem era o cacique? A revelação. **Carta Capital**, São Paulo, ed. 354, 2005.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BELO HORIZONTE E CONTAGEM – SMBHC. **Uma história forjada na luta**. Revista comemorativa dos 70 anos do Sindicato, Contagem, 2004.

UMA PROMESSA DE CANDIDATO. **Correio Braziliense**, 12 abr. 1978

USTRA, C. A. B. **Rompendo o silêncio**. 2. ed. Brasília: Editerra, 1987.

VALLADARES, L. P. Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro. In: MOISÉS, J. Á. et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.65 – 91

VARELA, P. C. Situação dos trabalhadores. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 9-10, p.17-38, 1966.

VASCONCELOS, P. O debate sobre a questão racial no Brasil urbano: passado e presente. **Biblio 3W**: revista bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. XII, n. 729, 15 de jun. 2007. (Serie documental de Geo Crítica)

VELASCO E CRUZ, S. C. **Empresariado e Estado na transição brasileira**: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas: EdUnicamp; FAPESP, 1995.

VELLOSO, J. P. dos R. Brasil: a solução positiva. São Paulo: Abril-Tec, 1977.

VIANNA, O. **Problemas de política objetiva**. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record; Fund. Oliveira Vianna, Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1974.

____. **Populações meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: EdUFF, 1987.

VIDIGAL FILHO, L. E. B. Fui mais famoso do que ator da Globo. **Isto É Dinheiro**, São Paulo, n. 394, p.1-2, 30 mar. 2005. Entrevista concedida a Luiz Fernando Sá e Joaquim Castanheira.

VIEIRA, E. **A república brasileira**: 1964-1984. São Paulo: Moderna, 1985. _(Coleção Polêmica). p.37-51

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.273-335, jul./dez. 2007.

VILLAS BOAS, G. Evaristo de Moraes Filho e a maioridade dos trabalhadores brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004.

VLACH, V. **La formation d'un grand Etat et la construction de l'unité nationale du Brésil**. 796 f. Tese (Doutorado em Geopolítica). Universidade de Paris VIII, Paris, 1997.

_____. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, 2002/2003, n. 4/5, p.137-159, 2002-2003.

WEBER, M. Classe, "status", partido. Tradução de Otávio Guilherme C. A. Velho. In: VELHO, O. G. C. A.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (org.). **Estrutura de classes e estratificação social**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p.61-83

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: EdUnB, 1991.

WRIGHT, J. D. Paulo e os direitos humanos II. In: RIBEIRO, H. (coord.). **Paulo Evaristo Arns**: cardeal da esperança e pastor da Igreja de São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1989. p.56-78

WRIGHT MILLS, C. **A nova classe média (*white collars*)**. Tradução de Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar, s.d. _(Biblioteca de Ciências Sociais)